



*Edmundo Fernandes Dias*

*Lincoln Secco*

*Oswaldo Coggiola*

*Roberto Massari*

*Ruy Braga*



# ADAMAS

**o outro**

# ADAMAS

**2ª Edição**

© Xamã Editora  
2ª edição — 1996

ISBN 85-85833-13-0

**Edição:** Expedito Correia e Carlos Alvarez  
**Capa:** Expedito Correia (sobre caricatura de Gramsci  
publicada no jornal *L'Ordine Nuovo*)  
**Revisão:** Álvaro Bianchi  
**Tradução:** Silvana Finzi Foá ("Gramsci e Trotski")  
**Editoração Eletrônica:** Xamã Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

O Outro Gramsci / Edmundo Fernandes Dias ... I et  
al. l. — São Paulo : Xamã, 1996.

Outros autores: Lincoln Secco, Osvaldo Coggiola,  
Roberto Massari, Ruy Braga.

1. Gramsci, Antonio, 1891-1937 2. Política - Filosofia  
I. Secco, Lincoln. II. Coggiola, Osvaldo, 1950-  
III. Massari, Roberto. IV. Braga, Ruy.

96-0430

CDD-320.01

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Política : Filosofia 320.01

Xamã VM Editora e Gráfica Ltda.  
R. Loefgreen, 943 — Vila Mariana  
04040-030 São Paulo — SP  
Tel/Fax: (011) 575-2378

Impresso no Brasil  
abril/96

## ÍNDICE

- Apresentação, 7
- Hegemonia: racionalidade que se faz história, 9  
Edmundo Fernandes Dias
- Crise e estratégia em Gramsci, 81  
Lincoln Secco
- Gramsci: história e revolução, 97  
Osvaldo Coggiola
- Sobre a leitura dos textos gramscianos, 105  
Edmundo Fernandes Dias
- Gramsci e Trotski, 123  
Roberto Massari
- Risorgimento, fascismo e americanismo: a dialética da passivização, 167  
Ruy Braga
- Gramsci no Brasil: o rabo do diabo, 183  
Edmundo Fernandes Dias
- Bolchevismo, Gramsci, conselhos, 193  
Osvaldo Coggiola



## Apresentação

Com a preciosa colaboração de professores da USP e da Unicamp foi possível elaborar a presente coletânea que, longe de pretender esgotar as discussões baseadas nos textos de Antonio Gramsci, na verdade cria novos focos de polêmica.

Os textos de Edmundo Fernandes Dias (professor doutor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) e Ruy Braga (pós-graduando em Sociologia e pesquisador do Centro de Estudos Marxistas), da Unicamp; Osvaldo Coggiola (professor livre-docente do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) e Lincoln Secco (pós-graduando em História Econômica e membro do Núcleo de Estudos de O Capital, do PT/SP), da USP; além de Roberto Massari (editor; membro da Rifundazione Comunista, da Itália), estabelecem um terreno amplo, mas comum, de argumentação enfocando uma visão pouco comum das idéias gramscianas.

Nos textos deste livro, nos deparamos com um outro Gramsci, o estrategista da revolução, dissecador dos tecidos da velha sociedade que ele quer transformar, preconizador da criação de conselhos operários, que procura aprender com as transformações do capitalismo do seu tempo (americanismo, fordismo) para aperfeiçoar o projeto de mudança social.

Em conseqüência, temos a satisfação de oferecer ao público uma leitura que resgata a enorme atualidade do texto gramsciano, a ponto de jogar luz sobre problemas contemporâneos como a reestruturação tecnológica e produtiva, e suas conseqüências sociais, temas de interesse cada vez maior entre trabalhadores e intelectuais brasileiros.

*Os editores*



## Hegemonia: racionalidade que se faz história\*

Edmundo Fernandes Dias

**U**ma boa parte da literatura que se pretende marxista sobre hegemonia, que reivindica o ponto de vista gramsciano, parte da centralidade da questão das alianças de classe na sua "imediatez" política. Trabalha abstratamente a hegemonia como capacidade de uma classe de subordinar/coordenar classes aliadas ou inimigas. Pensa-a, também, a partir da perspectiva do partido, enfatizando excessivamente os mecanismos específicos da intervenção política, desconhecendo quase sempre as determinações mais complexas dessa intervenção, mesmo ao nível da imediatez. Essas maneiras de examinar esse conceito são restritivas e limitadoras da potencialidade do esforço teórico e prático. A hegemonia é pensada instrumentalmente, como aliás se faz com o Estado, os partidos, etc, vistos em geral como "efeitos" de uma determinação mecânica do Econômico (em maiúscula para acentuar que essa determinação não é, "em última instância", mas quase que expressamente a única).

Essa instrumentalização é particularmente visível naqueles que trabalham a hegemonia como mera obtenção de um domínio ideológico. Chega-se mesmo a identificar os dois termos, reduzindo e abastardando a hegemonia, em casos mais graves, a uma eventual maioria nos processos políticos. Aqui, para além das questões citadas, trabalha-se com uma idéia de política, democracia, sociedade civil, etc, com conteúdos quase que puramente liberais afastados do campo teórico-prático do marxismo, quando não em aberta oposição a este.

\* Versão modificada e ampliada do artigo "Hegemonia: nova civilta ou domínio ideológico", publicado pela revista *História & Perspectivas*, nº 5, junho-dezembro de 1991, Universidade Federal de Uberlândia.

Siglas utilizadas das obras de Gramsci:

- MPE — Maquiavel, a política e o Estado moderno
- CDH — Concepção dialética da história
- LVN — Literatura e vida nacional
- IOC — Os intelectuais e a organização da cultura
- QC — Quaderni del carcere
- PP — Passado y presente
- R — Il Risorgimento



Para nós, diferentemente, a questão central é o nexo entre a capacidade de construção de uma visão de mundo (*Weltanschauung*) e realização da hegemonia. A capacidade que uma classe fundamental (subalterna ou dominante) tenha de construir sua hegemonia, decorre da sua possibilidade de elaborar sua visão de mundo própria, autônoma. Esse processo de "construção da hegemonia", que ocorre no cotidiano antagônico das classes, decorre da sua capacidade de elaborar sua visão de mundo autônoma e da centralidade das classes. Essa centralidade, tomada como "síntese de múltiplas determinações", e não como um *a priori* lógico, como um "efeito da estrutura", é determinante no exercício da hegemonia. Diferenciar-se, contrapor-se como visão de mundo às demais classes, afirmar-se como projeto para si e para a sociedade; ser direção das classes subalternas e dominadas na construção de uma nova forma civilizatória. Para tal, é fundamental ter a capacidade de estruturar o campo de lutas a partir do qual ela poderá determinar suas frentes de intervenção e articular suas alianças.

A hegemonia é a elaboração de uma nova *civiltà*, de uma nova civilização. É uma reforma intelectual e moral. O que está em questão é a criação de um "terreno para um ulterior desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular, em direção à realização de uma forma superior e total de civilização moderna" (1560, MPE 8-9) da qual o partido dessa classe deve ser o porta-voz e o organizador. Ao admitirmos essa formulação (o partido) não estamos colocando a hipótese dos regimes de partido único. Uma classe muitas vezes aparece "representada" por vários partidos mas nos momentos decisivos a centralidade de um deles aparece claramente. Por outro lado se falamos em processo de subordinação/coordenação dos aliados e dos adversários pensamos que também estes se representam por partidos.<sup>1</sup>

O processo da hegemonia se realiza tanto no plano do movimento quanto no plano das instituições. Não faz, assim, o menor sentido reduzir Gramsci a um teórico da cultura ou das "superestruturas".<sup>2</sup> Estamos falando da construção de uma racionalidade nova, distinta da anterior,<sup>3</sup> projeto de "elevação civil dos estratos deprimidos da sociedade". (1561, MPE 9) Trata-se da *transformação das condições de existência das classes subalternas*. Esta reforma intelectual e moral deve, necessariamente, estar ligada a um programa de reforma econômica que é, exatamente, o seu modo concreto de apresentar-se. *Pensar-se a construção de uma nova forma social, uma nova sociabilidade, só é possível se se pensam conjuntamente as formas específicas de sua realização — a um tempo material e simbólica.*

O partido "elemento complexo de sociedade no qual já tenha início o concretizar-se de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação" (1558, MPE 6)<sup>4</sup> tem que desenvolver todo o sistema de relações intelectuais e morais. Como esse processo implica, objetivamente, na transformação do conjunto das relações sociais, o partido deve tomar o posto "nas consciências, da divindade ou do imperativo categórico, (e) torna(r)-se a base de um laicismo moderno e de uma completa laicização de toda a vida e de todos os costumes." (1561, MPE 9). O partido deve assumir a perspectiva da construção de uma visão de mundo, nova e total, que desconstruindo a anterior, se coloque como o horizonte no qual a nova racionalidade possa instalar-se. Deve colocar-se como referência para a totalidade social e apresentar-se, forma laica e imanente, como projeto de universalidade, ocupando o espaço anteriormente centralizado pela religião. Só esta — e seus aparelhos — no interior da racionalidade anteriormente dominante poderia colocar-se ao mesmo nível no qual o partido, o "moderno príncipe", deve colocar-se.<sup>5</sup>

O partido, para realizar essa tarefa de desconstrução/construção, deve mobilizar as vontades. Organizá-las, dar-lhes homogeneidade e sentido. E não pode deixar de fazê-lo. Quando se fala em homogeneidade não se pensa em apagamento de diferenças, mas, pelo contrário, na construção do referencial teórico-prático que seja a um só tempo norte político e instrumento de análise e criação. O próprio das visões de mundo das classes subalternas é o fragmentário, o errático. Cabe ao partido, entendido como intervenção consciente na história,<sup>6</sup> alterar essa situação, construindo uma nova universalidade, um novo projeto de civilização e de sociedade. Aqui, a relação partido-filosofia da *práxis* está claramente pensada na sua forma mais universal.

A relação entre o partido, organizador (potencial) de uma vontade coletiva nacional-popular, e o conjunto da totalidade do social — organização/desorganização das classes e forças sociais em presença, grau de consciência/inconsciência que cada uma delas tenha sobre si mesma — passa necessariamente pelo conhecimento da estrutura. Esta jamais pode ser pensada como exterioridade em relação às práticas das classes, que são produtoras e produtos da estrutura, e não meramente seus efeitos. A compreensão correta da relação de forças, das práticas classistas estruturais, antagônica e desigualmente articuladas, no interior de uma conjuntura é dada pela análise dessas relações estruturais.

Para Gramsci, a análise dessa relação deve mover-se no âmbito de dois princípios: "1) que nenhuma sociedade se coloca tarefas para cuja solução não existam já as condições necessárias e suficientes, ou elas não estejam em



vias de aparição e de desenvolvimento; 2) que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída, sem antes ter desenvolvido todas as formas de vida que estão implícitas nas suas relações" (1579, MPE 45).<sup>7</sup>

Longe de ser uma proposição de corte evolucionista essa afirmação chama a atenção para os elementos internos do processo revolucionário que é um permanente desconstruir-construir relações sociais, exigindo sempre a atualidade dos antagonismos para a sua realização. O importante a ressaltar é que, embora se possam "saltar etapas", mesmo esse salto depende das condições presentes na história, tal como Marx, luminosamente, nos ensinou nas primeiras frases do *18 Brumário de Luís Bonaparte*.

Trata-se de saber distinguir na estrutura os movimentos orgânicos e os conjunturais. É exatamente a partir daí que se pode analisar não apenas a natureza da sociedade mas também o caráter das crises. A duração de uma crise determinada pode mostrar "que na estrutura se revelaram (chegaram à maturidade) contradições insanáveis, e que as forças políticas atuantes positivamente à conservação e defesa da própria estrutura se esforçam ainda por saná-las, dentro de certos limites, e superá-las. Estes esforços (...) formam o terreno do 'ocasional' sobre o qual se organizam as forças antagonicas que tendem a demonstrar (...) que já existem as condições necessárias e suficientes para que determinadas tarefas possam e devam então ser resolvidas historicamente". (1580, MPE 46)

A vida social pode e deve ser entendida a partir da existência de duas formas de estruturação. Uma que Gramsci chama de orgânica e a outra de conjuntura. Na vida social, e isto é uma distinção a nível metodológico, existe uma estrutura que se atualiza em conjunturas — entendidas como o conjunto articulado e sobredeterminado das contradições existentes em um dado momento. Lembremos, contudo, que a estrutura não é um ente estático. Por isso, falamos em estrutura e em estruturação permanente. As leis da sociedade são tendenciais. Em um dado momento, essas formas estruturantes/estruturadas configuram o campo de possibilidades a ser escrito/reescrito pela intervenção das classes sociais, das forças sociais, enfim, pela vontade humana historicamente concretizada. Estamos longe de pensar a estrutura como uma essência oculta, como um *deus ex machina*, ou como um conjunto de constantes que se revelaria desde que, como querem os empiristas, sejam eliminados os elementos circunstanciais que dão a forma específica (atual) de um dado fenômeno.

Atuar na sociedade implica fazer permanentemente a avaliação dos movimentos dessa totalidade, dessa estrutura. O que é especialmente necessário para os que se colocam como tarefa a organização da vontade coletiva nacional-popular. O problema de tal avaliação reside exatamente

em saber como se combinam o orgânico e o ocasional. Pode-se ter uma visão que sobrevaloriza as "causas mecânicas" (*idem, idem*), uma perspectiva economicista típica. A partir dessa estratégia, pode-se chegar a uma perspectiva paralisante que coloca a afirmação da necessidade do acúmulo de forças como busca permanente de mais e mais aliados (mesmo que os presumíveis "candidatos" a tal posto reiteradamente recusem a aliança), análise presente na estratégia da maioria dos PCs stalinistas. Ou uma visão em que se sobrevalorizam os componentes voluntaristas de intervenção no real: a afirmação de que a intervenção de uma vanguarda teórica e politicamente consciente pode e deve interpretar o desejo das massas, mesmo que uma análise mais profunda da estrutura não revele o movimento dessas massas no sentido de uma ruptura revolucionária. Exemplo típico dessa postura voluntarista foi a tática classe x classe, desenvolvida pela III Internacional no final dos anos 20 e decididamente combatida por Gramsci, no cárcere. A flutuação entre essas duas "análises" feita pelo conjunto dos partidos da III Internacional determinou não apenas a ineficácia da sua ação mas, e principalmente, o seu isolamento no interior das sociedades em que atuavam.

O problema está na correta avaliação da relação de forças: "se o erro é grave na historiografia, ainda mais grave se torna na arte política, quando se trata, não de reconstruir a história passada, mas de construir a presente e a futura: os próprios desejos e as próprias paixões, piores e imediatas, são a causa do erro, enquanto elas substituem a análise objetiva e imparcial, e isto acontece não como 'meio' consciente para estimular a ação, mas como auto-engano" (1580-1, MPE 47).

### A correlação de forças se dá em três momentos

No primeiro, a classe existe objetivamente. Essa objetivação não se traduz necessariamente em existência política plena. Trata-se da estruturação econômica da sociedade, onde essa relação de forças, objetiva e independente da vontade dos homens, permite "estudar se na sociedade existem as condições necessárias e suficientes para a sua transformação, isto é, permite controlar o grau de realismo e de realização das diversas ideologias que nasceram no seu próprio terreno, no terreno das contradições que ela gerou durante o seu desenvolvimento" (1583, MPE 49).

Um segundo momento, político, em que as classes vivem um processo econômico-corporativo, em que a classe está estreitamente limitada aos seus interesses específicos. Sua passagem à forma estatal é um processo pelo qual ela revela a necessidade de sair do seu isolamento e atuar nesse sentido. Trata-se de um processo de "avaliação do grau de homogeneidade, de



autoconsciência e de organização atingido" (*idem, idem*). Esse momento é passível de ser, ele próprio, analisado e distinguido "em vários graus que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva". A saber: 1º) o econômico-corporativo: em que o processo de identificação se faz a nível de corporação, mas não de classe; 2º) ela já percebe sua identidade fundamental como classe, mas ainda não se coloca plenamente a questão estatal; ela se coloca no terreno de uma igualdade político-jurídica com os antigos grupos dominantes, na perspectiva de atuar nos foros de decisão e de elaboração legislativa, mas ainda no terreno da política existente; 3º) especificamente político que "*assinala a clara passagem da estrutura à esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias germinadas anteriormente se tornam 'partido'*, (...) e entram na luta até que apenas uma delas ou, pelo menos, apenas uma combinação delas tenda a prevalecer, a impôr-se, a difundir-se sobre toda a área social determinando para além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, colocando todas as questões (...) sobre um plano 'universal', e criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados" (1584, MPE 50. Grifo nosso).

O papel do Estado é então diferenciado, concebido como "organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima do próprio grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias 'nacionais'" (*idem, idem*), isto é, os grupos dominantes se "identificam" com a nação. A expressão gramsciana é clara: "destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima do próprio grupo", como projeto classista. Não cabe aqui nenhum mecanicismo.

Finalmente, existe um terceiro momento: o da relação de forças militares. Também ele divisível em graus: o militar, em sentido estrito ou técnico-militar, e o grau político-militar. Momento que se cristaliza, principalmente, em duas situações limites: o da criação de um novo bloco histórico (a Revolução Francesa, a Revolução Russa) e a de libertação nacional.

Gramsci chama a atenção para o fato de que o "desenvolvimento histórico oscila continuamente entre o primeiro e o terceiro momentos, com a mediação do segundo" (1585, MPE 51). A realização de um novo bloco histórico, de uma hegemonia, é a *consecução de uma possibilidade inscrita na totalidade social*. Possibilidade que não é fatal, que pode ser realizada ou bloqueada. Devemos repetir aqui a advertência anterior feita quando si-

tuávamos os dois princípios metodológicos gramscianos: não cabe aqui, como ali, nenhum evolucionismo.

Estes momentos, passíveis de alterações pela luta das classes, indicam possibilidades do processo. Reafirma-se aqui o essencial do pensamento de Marx: a realidade histórica se realiza por movimentos tendenciais que são possibilitados/inviabilizados pela ação consciente dos homens que reescrevem sem cessar suas estruturas materiais, de produção e reprodução, da vida. Atenção! Material não é aqui sinônimo de econômico. Essa identidade é a essência do pensamento burguês, não do marxista.

As análises das relações de força são, portanto, vitais para a construção da vontade coletiva nacional-popular ou... para manter as relações sociais vigentes. Permitem "justificar uma atividade prática, uma iniciativa de vontade. Mostram quais são os pontos de menor resistência, onde a força da vontade pode ser aplicada mais frutiferamente, sugerem as operações táticas imediatas, indicam como se pode fazer melhor uma campanha de agitação política, que linguagem será melhor compreendida pelas multidões, etc." (1588, MPE 54). Guardemos as expressões: "atividade prática", "iniciativa de vontade", que se atualizam em uma conjuntura ("pontos de menor resistência", "operações táticas imediatas", etc).

Na análise da correlação de forças em uma formação social capitalista, se demonstra a existência de uma especificidade que é vital compreender: a do ocultamento da dominação política determinando negativamente a tomada de consciência dessa dominação pelas classes subalternas. Isto é, a construção da sua identidade, dos seus projetos. Podemos dizer que no campo de forças do Estado burguês todo o jogo aparece como se dando entre "indivíduos" genéricos, abstratos, sem historicidade. Esta é a forma, a aparência necessária do processo. Examinemo-la.

Na política há como que um "desnudamento" dos homens em relação às determinações estruturais; tanto o capitalista quanto os operários são reduzidos à cidadania. Desaparecem as diferenças; pode-se agora transformar indivíduos-cidadãos em vontades cívicas ou, quem sabe, em consciências cívicas. De abstração em abstração, despidos de suas determinações estruturais, transformados em unidades isoladas, esses homens são, por outro lado, "enriquecidos". Se todos são iguais, é possível uma unidade fundamental: a pátria. Se as instituições liberais têm força e são ideologicamente eficazes, o problema é apenas de uma mera agregação de forças. Os partidos surgem como catalisadores de interesses diferentes, mas que suportam, no limite, a mesma unidade ideológica. Estamos, pois, no campo da colaboração e não da luta de classes.



Já na economia, o problema se coloca de modo distinto: despidos no início, de suas determinações estruturais, esses homens são rapidamente "vestidos". Despidos no início: se eles são indivíduos, vontades, eles são iguais. E há na diferença de interesses um ponto de unidade: ambos "necessitam" um do outro (outra aparência necessária). O capitalista necessita comprar a força de trabalho, o operário necessita vendê-la. O termo comum, força de trabalho, torna-se assim o núcleo da relação. No entanto, feita a relação, a nudez desaparece. A "colaboração-unidade" também. Na fábrica, todo homem é historicamente determinado: operário, capitalista, etc. A diferença torna-se positividade, a determinação está estabelecida. Na economia capitalista, não podem existir dois poderes. Esta é a questão.

Reiteremos essa afirmação: esse ocultamento da dominação política, determinação própria às formações sociais capitalistas, é uma necessidade objetiva. A aparência da liberdade individual também. É precisamente através dessa dupla necessidade que se faz possível apresentar-se a liberdade para uma classe como sendo a liberdade de todas as demais. *É através dela que se passa da exploração-opressão à elaboração do consenso. É pela supressão máxima da liberdade (compra-venda da força de trabalho/exploração) que se cria a individualidade política que permite o ocultamento da dominação (elaboração do consenso).* Este é um dos traços diferenciais da sociedade capitalista em relação às demais formas de sociedade. Se no feudalismo a dominação era aberta e justificada por toda uma *Weltanschauung* que tendia inclusive a desvalorizar a historicidade humano-social e projetar o mundo real para um além, sobrenatural, nas formações sociais capitalistas a *opressão e a exploração se encontram fundidas, sob a aparência da liberdade e igualdade de todos.*

### Intelectuais, classes e partido

Todo e qualquer movimento político que pretenda a construção de uma hegemonia tem que criar, necessariamente, uma leitura da história com a qual e pela qual pode apresentar-se como projeto. "Na realidade, toda corrente cultural cria uma linguagem sua, isto é, participa no desenvolvimento geral de uma determinada língua, introduzindo termos novos, enriquecendo com conteúdo novo termos já em uso, criando metáforas, servindo-se de nomes históricos para facilitar a compreensão e o juízo sobre determinadas situações políticas" (2264-5 e IOC 170).

Essa leitura permitirá a explicitação da lógica do novo projeto e assim tentar destruir as bases de sustentação do projeto anterior.<sup>8</sup> Gramsci acentua, seguidas vezes, que não basta criticar o anterior, é preciso destruir suas condições de existência.

Ilustrativa dessa necessidade é a análise de Marx no *18 Brumário*: "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, não a fazem em condições escolhidas por eles, mas em condições diretamente dadas e herdadas do passado. A tradição de todas as gerações mortas pesa muitíssimo sobre o cérebro dos vivos. E mesmo quando estes parecem ocupados em se transformar, a eles e as coisas, em criar algo absolutamente novo, é precisamente nestas épocas de crise revolucionária que eles evocam, temerosamente, os espíritos do passado, para que lhes emprestem seus nomes, suas palavras de ordem, seus costumes, para aparecer na nova cena da história sob esta fantasia respeitável e com aquela linguagem emprestada. Assim, Lutero toma a máscara do apóstolo Paulo, a Revolução de 1789 a 1814 se veste sucessivamente com as roupas da República romana, depois com as do Império romano e a Revolução de 1848 não soube fazer nada de melhor do que parodiar, tanto 1789, quanto a tradição revolucionária de 1793 a 1795."<sup>9</sup>

A crítica da(s) ideologia(s) anteriore(s) pelo novo princípio hegemônico deve necessariamente levar em conta "que toda cultura tem seu momento especulativo ou religioso, que coincide com o período de completa hegemonia do grupo social que exprime, e talvez coincida propriamente com o momento em que a hegemonia real se desagrega na base, molecularmente" (1481, CDH 56). Esta cultura tem seus mecanismos de reação à dissolução, "se aperfeiçoa dogmaticamente, se torna uma 'fé' transcendental" (*idem, idem*). O trabalho da crítica passa então pela demonstração de como essa cultura é "ideologia política, (...) instrumento de ação prática" (1482, CDH 57). Demonstração, acima de tudo, de sua historicidade, da sua não naturalidade.

Quando os intelectuais do novo projeto fazem a crítica de uma determinada cultura, temos "um processo de distinção e de mudança no peso relativo que os elementos das velhas ideologias possuíam: o que era secundário e subordinado ou mesmo incidental, passa a ser assumido como principal, se torna o núcleo de um novo complexo ideológico e doutrinário. A velha vontade coletiva se desagrega nos seus elementos contraditórios, porque destes elementos os subordinados se desenvolvem socialmente" (1058, MPE 90-1), processo que deve ser acelerado na nova fase histórica. Para realizar essa crítica se coloca claramente a necessidade de conhecer e trabalhar sobre o senso comum que é o "resumo" ideológico dessa cultura. Desagregar esse senso comum é vital para romper a unidade ideológica vigente; é separar os "simples", que consentem, dos intelectuais que organizam esse consentimento. Criar, em suma, as bases da ruptura entre as superestruturas vigentes e sua base material.



Nesse processo importam tanto as grandes concentrações urbanas, quanto os meios de comunicação de massa que aceleram os processos moleculares vividos pela população. Aqui também é de extrema importância o que Gramsci chama de uma composição demográfica racional. O peso diferenciado das grandes cidades com um universo político e cultural mais amplo do que o das pequenas aldeias e do mundo rural é vital nesse processo de desconstrução.<sup>10</sup> A cidade é uma articulação de aparelhos (e de suas lógicas e práticas classistas): de produção industrial, de produção intelectual e de propulsão da vida civil. As grandes cidades são assim espaços privilegiados de socialização política e industrial. Tanto no americanismo examinado por Gramsci, quanto no processo de coletivização forçada dos campos e a migração forçada de camponeses para a cidade na revolução russa, por ele indicado, se mostra esse processo de desenraizamento/enraizamento das populações, de perdas de identidades e de construção de novas identidades, a toque de caixa. Ele objetivamente se realiza ao custo de uma imensa perda de energias humanas, gerando conseqüências violentíssimas na estruturação da sociedade.

Não é uma mera destruição do anterior. O trabalho é duplo: a desconstrução do discurso antigo e a construção do discurso novo. Quando falamos em discurso, estamos pensando no conjunto das práticas que ele viabiliza ou impossibilita e não apenas na sua forma teórica. Discurso que deverá enfrentar o conjunto das questões colocadas pela velha ordem e pelos seus discursos. Isso se traduz, no plano da individualidade, por uma ruptura com o processo de socialização anterior e pela construção de uma nova socialização que tende a pôr em questão, desigual e contraditoriamente, o conjunto da personalidade.

Trata-se não apenas da produção do discurso crítico, do discurso desconstrutivo, mas também da sua interferência na cena. Pensá-lo na cena é examinar a interferência de um discurso transformador que coloca como sua a problemática da constituição de formas novas de sociabilidade. Significa afirmar que essa articulação tem duplo caráter: o discurso faz parte da cena, está *presente nela*, e essa presença é ativa, pretende a transformação da cena. É necessário pensar as condições nas quais esse discurso é produtor e produto, o que implica em afirmar a dialética da totalidade social. O discurso é produto da intervenção classista nessa totalidade, ao mesmo tempo que é uma forma de se apropriar dela. Apropriação que não é retilínea, que destaca do universo ideológico dominante elementos que a personificarão, mais tarde, como discurso. Mas esse discurso é também produtor da cena. Tendo sido produzido, ele entra no jogo contraditório da realidade. A cena, contraditória, ela própria, expressa também as condições de possibilidade de um discurso crítico do universo ideológico que lhe é, ao mesmo tempo, anterior e contemporâneo. Na dialética da cena e do discurso, por transfor-

mações desiguais e combinadas, esses dois elementos ganham cara nova. O discurso novo, crítico, criado pela intervenção dos homens, como membros de uma dada classe, pode então vir a ser produtor. Pode vir a ser uma nova forma de apropriação do real, que permitirá a transformação do próprio real.

O discurso transformador é produzido e produtor. É construído na articulação/luta com outros discursos. É, no início, fragmento, para mais tarde transformar-se em corpo diferenciado. Como fragmento, esse discurso vai destacar elementos de outros discursos, trabalhá-los com outro método, com outras questões. Pode, pouco a pouco, ir combatendo fragmentos do discurso dominante. Esse trabalho de quebra e reconstrução de fragmentos privilegia problemas, questões, desarticula-as do seu todo anterior. Torna-os estranhos a este último.

Na luta político-ideológica, nos defrontamos freqüentemente com o preconceito intelectualista, de "intelectuais fossilizados", segundo o qual "uma concepção do mundo possa ser destruída por críticas de caráter racional" (1292, *CDH* 255). Preconceito esse que deve ser criticado e superado. Sua própria formulação indica a questão. Supor a destruição de uma ideologia por outra, no plano do discurso pura e simplesmente, é desconhecer, por um lado, a força e o peso material das ideologias e, por outro, reduzir a luta hegemônica ao jogo iluminista do "esclarecimento". Em suma, é supor a eternidade do par verdade/erro. Nenhuma "ciência" destrói ideologia alguma. Enquanto a ideologia criticada tiver base social/material de sustentação ela permanece.

Um bom exemplo é a ideologia da superioridade racial, de Hitler a Le Pen. Não tem nenhuma demonstração científica, tudo aponta no sentido da sua falsidade, mas ela permanece e ganha novos adeptos. Nesse sentido, veja-se o peso de ideologias moralizantes e de "modernidade", como os discursos tipo Collor. Elas permanecem porque são ideologias constituidoras de práticas políticas determinadas. No primeiro caso, elas permitem constituir a "unidade" dos "europeus brancos" contra os "peau noir", os árabes, os turcos, os latino-americanos, etc. Permite, ao lançar-se sobre a questão racial, ocultar as relações de contradição (econômicas, políticas e sociais), que tenderiam a estraçalhar esses mesmos brancos cuja unidade é dada por inimigos "imaginários/reais" (os outros, os bárbaros). Veja-se, em especial, a relevância dessa ideologia racial entre os antigos "cidadãos do socialismo realmente inexistente". Do mesmo modo, a "modernização" preconizada por Collor, unificava ricos e pobres na luta contra o atraso, com a vantagem de não ter que explicar (ou combater) as bases sociais dessa situação. Permite assim a neutralização de adversários e a continuação da expressão dessa "modernidade" que só pode existir pela sua relação dialética



com o "atraso", vale dizer, com a permanência de relações servis, quase escravistas, de dominação social e política. Prova radical da nossa afirmação a permanência dessas ideologias mesmo após o *impeachment*.

A crítica real de uma concepção de mundo requer o embate hegemônico, a "luta entre modos de ver a realidade" (1299, *CDH* 262); requer que a concepção criticada não tenha mais condições de racionalizar as práticas sociais. Idéias não se negam como idéias; ou se inviabilizam como práticas ou permanecem no imaginário e nas práticas sociais. A capacidade que a nova visão de mundo tenha de subtrair os intelectuais às antigas ideologias dominantes é absolutamente decisivo para a liquidação de uma dada visão de mundo. É, precisamente, nesse sentido que Gramsci afirma a necessidade de que o partido, e a concepção de mundo a ele subjacente, ocupem nas consciências o posto anteriormente ocupado pela religião.

A melhor demonstração da necessidade de se liquidar a concepção adversária é dada pela afirmação das repetidas mortes da filosofia da *práxis*, registradas nos cartórios da luta política e das ideologias reacionárias. Qual é, em suma, o significado da "crise" permanente da filosofia da *práxis*? Por que ela deve ser, permanente e duramente, atacada? Isto decorre, sem dúvida alguma, de sua eficácia. A filosofia da *práxis* é eficaz por que "concebe a realidade das relações humanas de conhecimento como elemento de 'hegemonia' política" (1245).<sup>11</sup> Essa sua eficácia como projeto hegemônico, crítico das outras visões de mundo, faz com que ela própria seja criticada, processo que é uma tentativa de transformá-la, obtendo assim sua descaracterização, esterilização ou neutralização.

A atividade crítico-teórica é parte vital da hegemonia. Croce trabalhou muito nesse sentido.<sup>12</sup> Denunciando os "erros" da filosofia da *práxis*, tratou de subordiná-la ao seu próprio projeto.<sup>13</sup> A afirmação crociana da aparência das superestruturas, identificando aparência e erro, buscava neutralizar a filosofia da *práxis*.<sup>14</sup> Deve-se ter em mente que a aparência "não é senão o juízo da 'historicidade' delas, expresso na polêmica com concepções dogmáticas populares, e donde com uma linguagem 'metafórica' adaptada ao público ao qual é destinada." (1224, *CDH* 219) A redução crociana da "história apenas à história ético-política" (*idem, idem*), aparece claramente como indevida e arbitrária. O processo é simples: primeiro reduz-se a filosofia da *práxis* a um economicismo e, depois, proclama-se a sua insuficiência e estreiteza; depois apresenta-se a crítica, não como uma alternativa, mas como a verdade.

Façamos aqui um parêntesis muito importante para afirmar que o procedimento que reduz o pensamento gramsciano à valorização da cultura e, ao mesmo tempo, desvalorização da totalidade social, em especial das

suas bases materiais, é precisamente a reiteração do procedimento crociano da redução da "história apenas à história ético-política" (*idem, idem*). Só que em Croce isso era premeditado, desejado, consciente. É uma ironia perversa: rebater quem quis fazer o anti-Croce, com o anti-Gramsci. Gramsci seria um crociano sem o saber. Melhor: tentam fazer dele um crociano.

A "difusão da filosofia da *práxis* é a grande reforma dos tempos modernos, é uma reforma intelectual e moral que realiza em escala nacional, o que o liberalismo não teve êxito em realizar, senão para camadas restritas da população" (1292, *CDH* 256). Como novo projeto hegemônico, ela necessita realizar um "trabalho educativo-formativo que um centro homogêneo de cultura desenvolv(a) a elaboração de uma consciência crítica" que atue na promoção e no favorecimento "sob uma determinada base histórica que contenha as premissas materiais a esta elaboração (e que) não pode limitar-se ao simples enunciado teórico de princípios 'claros' de método; esta seria pura ação de 'filósofos' do século dezoito. O trabalho necessário é complexo e deve ser articulado e graduado: devem existir a dedução e a indução combinadas, a identificação e a distinção, a demonstração positiva e a destruição do velho. Mas não no abstrato, no concreto: sobre a base do real e da experiência efetiva" (2268, *IOC* 174).<sup>15</sup>

### Racionalidade econômica e constituição do saber

Os processos de construção dos intelectuais das classes fundamentais são essencialmente diferenciados. Na burguesia, esse processo é sistemático, na escola e na produção material imediata. Identificando produção capitalista e sociedade humana, sem qualificativos, abstratamente, esse processo se torna imensamente mais fácil. Todos os elementos vitais do processo produtivo nada mais são, em última análise, do que racionalizações do processo vital da classe dominante: "o que é 'prática', para a classe fundamental se torna 'racionalidade' e especulação para os seus intelectuais" (1359). Esse simples fato, a imposição prática da racionalidade econômica dominante, acaba por transformar-se no campo dos discursos possíveis. Define-se, assim, não apenas o campo do praticável, mas também, e sobretudo, o do pensável, como naturalidade, como eternidade.

Os técnicos, os economistas etc, são projeções ao nível do conhecimento do projeto de uma dada classe. Os moderados italianos, do *Risorgimento*, foram um exemplo típico. Eles não eram apenas intelectuais orgânicos mas também condensados pela realização da "identidade de representado e representante" (2012, R 98. Grifo nosso) e por serem a "vanguarda real, orgânica das classes altas: eram intelectuais e organizadores políticos e ao



mesmo tempo chefes de empresa, grandes agricultores ou administradores de propriedades, empresários comerciais e industriais" (*idem, ibidem*. Grifo nosso). Possuíam, assim, uma concentração orgânica.<sup>16</sup> Tiveram capacidade de absorver a maioria dos demais intelectuais no seu projeto.

Para as classes subalternas, o processo é distinto. Na produção e no conjunto da sociedade, elas e seus intelectuais são elementos organizados a partir da racionalidade dominante. Para elas, o processo de formação dos seus intelectuais tende a ser errático, fragmentário. Enquanto o intelectual da classe dominante tem seu processo de formação taylorizado,<sup>17</sup> integrado positivamente ao mundo produtivo, o intelectual das classes subalternas se faz, se cria, apesar e contra essa corrente. Mais do que isso. Devem ser criados para propor a transformação daquela forma de civilização. Partidos e sindicatos são, no fundamental, as "academias" possíveis para as classes subalternas.

A formação dos intelectuais varia do processo lento, gradual, acumulativo, feito na e pela escola ao longo de duas décadas de escolarização (taylorização do intelectual) até a impossibilidade (ou quase) de acesso a essa escola: "a elaboração das camadas intelectuais, na realidade concreta, não ocorre em um terreno democrático abstrato, mas segundo processos históricos tradicionais muito concretos" (1518, IOC 10).

Mesmo no que se refere às classes que se destinam à formação dos intelectuais, a situação é bastante desigual. Raríssimos são os casos de indivíduos das classes subalternas que realizam e completam esse processo de taylorização. E os que concluem o processo normalmente acabam sendo assimilados à racionalidade dominante. O conjunto das classes subalternas funciona como "reserva de cérebros" para as classes dominantes. Esta é outra das formas da desorganização dos subalternos, do poder dos dominantes. No conjunto da sociedade, produziram-se "camadas que tradicionalmente 'produzem' intelectuais; trata-se das mesmas camadas que, muito frequentemente, se especializaram na 'poupança', isto é, a pequena e média burguesia fundiária e alguns estratos da pequena e média burguesia das cidades" (*idem, idem*). Estas camadas acabam por ter quase que o monopólio das atividades intelectuais intermediárias e ser o grande celeiro de quadros para os dominantes.

A apropriação da escola pela racionalidade dominante e pelas práticas e relações sociais que a sustentam revelam aqui um dos segredos da dominação: o acesso diferenciado ao saber e às possibilidades da sua sistematicidade.

A disciplina necessária à construção do conhecimento é negada — como massa — ao conjunto das classes subalternas, a quem, em geral, resta

o autodidatismo. Mesmo nas chamadas escolas profissionalizantes, essa diferenciação permanece. Sob esse título se realiza uma formação destinada à execução e não à deliberação.<sup>18</sup> Mesmo nos mais modernos processos de "formação profissional", a tendência básica é a da polivalência operária e não a politécnica. Busca-se "fabricar" o trabalhador capaz de novas e importantes capacidades de decidir, *quando necessário*, dentro de um limitado campo de opções, já previstos por uma tecnologia (relação de poder) que lhe é externa e que o domina. Não se trata mais, necessariamente, ou apenas, do gorila amestrado. Trata-se sim do trabalhador unilateral, adequado às relações sociais de produção ditas modernas e não do indivíduo unilateral com capacidade de elaboração de conhecimentos novos.

Existe ainda uma outra forma de apropriação da escola por essa racionalidade. O conjunto dos recursos do capital social que se destinam às investigações sobre assuntos de interesse dessa racionalidade aparecem — insisto, aparência necessária — como de interesse coletivo. Não falaremos também da relação óbvia dessas "escolaridades" com a institucionalidade vigente. Nesse sentido, e dada a solidariedade intrínseca entre essas racionalidade e institucionalidade, privilegia-se a escolaridade oficial. Outras formas pedagógicas, as formas de educação popular, quando reconhecidas (não institucionalmente) nada mais são do que acessórias, "alternativas", etc. Reforça-se novamente a questão da destinação dos recursos, o que, ainda uma vez, sobredetermina a desigualdade básica.

Para o conjunto das classes trabalhadoras, "o partido não é senão o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos, *que se formam assim*, e não podem deixar de se formar, (...) *diretamente no campo político e filosófico, e já não mais no campo da técnica produtiva.*" (1522, IOC 14. Grifo nosso) Ele "é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil, a mesma função desempenhada pelo Estado, de um modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a fusão entre os intelectuais orgânicos de um dado grupo, o grupo dominante, e os intelectuais tradicionais; esta função é desempenhada pelo partido precisamente na realização de sua função fundamental, que é a de *elaborar os próprios componentes*, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como 'econômico', até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política." (*idem, idem*. Grifo nosso)

O partido, embrião do futuro Estado, ao elaborar seus próprios componentes, ao "fabricar o fabricante" (2018, R 105), realiza a tarefa vital para a construção da nova hegemonia. No seu âmbito, ele "desempenha sua função



muito mais completa e organicamente do que o Estado realize a sua em âmbito mais vasto: um intelectual, que passa a fazer parte do partido político de um determinado grupo social, confunde-se com os intelectuais orgânicos do próprio grupo, liga-se estreitamente ao grupo, o que não ocorre através da participação na vida estatal, senão mediocrementemente, ou mesmo nunca" (*idem*, IOC 14-5). Gramsci adverte para o fato de que a universalidade estatal não lhe confere a mesma abrangência, a mesma efetividade, na construção dos intelectuais. O partido realiza essa função de "um modo mais vasto e mais sintético" e pode fazê-lo porque é o instrumento privilegiado da racionalidade de uma classe. O Estado, lembremo-nos, atua para "criar as condições favoráveis à expansão máxima do grupo" (1584, MPE 50).

O capitalismo, como prática material e estatal, padronizou os intelectuais. Ampliou enormemente seu número. Suas funções não são apenas "justificadas pelas necessidades sociais da produção", mas também, e principalmente, "pelas necessidades políticas do grupo fundamental dominante" (1520, IOC 12). A complexidade das grandes estruturas, a intervenção "reguladora" do Estado não podem mais ser "tocadas" empiricamente. A racionalidade crescente obriga a formação e renovação, sem cessar, de intelectuais. As múltiplas interrelações entre institucionalidade e racionalidade econômica exigem que o novo intelectual seja essencialmente político.

Produziu-se, todavia, uma burocratização dessas funções e acabou-se por determinar "os mesmos efeitos que ocorrem em todas as outras massas padronizadas: concorrência que coloca a necessidade da organização profissional de defesa, desemprego, super produção escolar" (*idem*, *idem*). Gramsci antecipa aqui toda uma problemática da relação intelectuais/mundo da produção/dominação de classe. Está claramente esboçada a questão do peso da burocracia nesses dois campos.<sup>19</sup> Antecipa também sobre o debate da questão da organização dos intelectuais e da correlação desemprego-"superprodução" escolar. Os intelectuais são pensados assim não apenas como portadores de racionalidade mas com o peso da materialidade da sua situação de trabalhadores assalariados. Ainda que grandes cientistas ou criadores culturais, eles são também sujeitos das relações de trabalho.

Gramsci aprofunda o exame da enorme e densa interpenetração entre burocracias privadas e estatais, o que permite compreender o profundo imbricamento entre Estado e burguesia. Essas burocracias circulam entre as esferas do público e do privado quase que indiferentemente, como se fosse apenas uma questão de atuação em foros diferenciados, mas da mesma natureza, que viabilizam/potenciam a mesma racionalidade. Pode-se dizer,

assim, que a privatização do Estado não é uma exceção, mas a sua forma clássica de atuação. E, se assim é, a qualificação do Estado como "gerente" da propriedade comum da classe dominante — como afirmado no *Manifesto do Partido Comunista* — ganha pleno sentido. O Estado aparece então como forma superior de racionalidade capitalista.

### Intelectuais e estrutura

A relação intelectuais-mundo da produção não é, jamais, imediata, "é 'mediatizada', em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os 'funcionários'." (1518, IOC 10)

Gramsci trabalha com "dois grandes 'planos' super estruturais: o que se pode chamar de 'sociedade civil', isto é, o conjunto dos organismos comumente chamados 'privados', e o da 'sociedade política ou Estado', que correspondem à função de 'hegemonia' que o grupo dominante exerce em toda a sociedade, e ao de 'domínio direto' ou de comando que se expressa no Estado e no governo 'jurídico'." (1518-9, IOC 10-1) Esses planos são momentos analíticos do conceito de Estado. Não devem ser substancializados.

As funções exercidas pelos intelectuais enquanto comissários "do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político" (1519, IOC 11) são, por um lado, a tentativa de obter o consenso "espontâneo" que as massas dão à política impressa pelas classes dominantes e, por outro, o uso da coerção estatal para assegurar legalmente a disciplina daqueles "que não 'consentem' nem ativamente nem passivamente, mas que é constituído por toda a sociedade na previsão de momentos de crise no comando e na direção, quando fracassa o consenso espontâneo" (*idem*, *idem*).

Os intelectuais e os aparelhos de hegemonia, tanto no que se refere à função de consenso quanto à de coerção, no plano estatal ou no plano da produção, apresentam gradações. Ocupam graus diferenciados na hierarquia: "inclusive do ponto de vista intrínseco; estes graus, nos momentos de extrema oposição, dão lugar a uma verdadeira e real diferença qualitativa: no mais alto posto devem-se colocar os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc.; no mais baixo, os mais humildes 'administradores' e divulgadores da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada. O organismo militar, também neste caso, oferece um modelo destas complexas gradações: oficiais subalternos, oficiais superiores, Estado maior; e não se devem esquecer os praças graduados, cuja importância real é superior à que habitualmente se crê." (1519-20, IOC 11-2)



A "cultura" da organização é, sem dúvida alguma, uma forma essencial das "tradições" que articulam a sua existência com a totalidade social. Tradução tipo senso comum da hegemonia, essa cultura tem forte poder integrativo: aparece como solidariedade que ao des-historicizar as contradições, faz da organização o solo das possibilidades do conjunto dos indivíduos que elas recobrem. Mais: funcionam para eles como uma segunda natureza. "É interessante notar que todas estas partes se sentem solidárias, ou antes, que os estratos inferiores manifestam um espírito de corpo mais evidente, do qual resulta neles uma ' vaidade ' que freqüentemente os expõe aos gracejos e às troças" (1520, *idem*).

A "própria função organizativa da hegemonia social e do domínio estatal dá lugar a uma certa divisão de trabalho e, portanto, a toda uma gradação de qualificações, em alguma das quais não aparece nenhuma diretiva e organizativa: no aparato da direção social e estatal existe toda uma série de empregos de caráter manual e instrumental (de execução e não de conceito, de agente e não de oficial ou funcionário, etc)." (1519, *IOC* 11) Isto se refere à divisão entre os grandes intelectuais e aqueles que desempenham funções intermediárias ou mesmo as menos sofisticadas atividades em qualquer um dos aparelhos da sociedade.

Um belo exemplo das gradações entre os intelectuais pode ser visto nas universidades. Aí existem classificações "baseadas" no chamado "mérito": a existência de um "alto clero" e de um "baixo clero". Aliás, já é sintomática em si mesma a auto designação de "alto clero" que os chamados grandes intelectuais se atribuem. Sem tocar na questão de que esse mérito, muitas vezes discutível,<sup>20</sup> é freqüentemente arma e processo de poder. E, portanto, capacidade de determinar a reprodução do próprio processo intelectual. Para não falarmos dos poderes das chamadas sociedades científicas, dos que participam das direções dos chamados órgãos de fomento à pesquisa, daqueles que tem acesso aos editores, etc.

Importa-nos ressaltar a complexidade dessa função nos Estados modernos. A hierarquização e a especialização, além da densidade da rede escolar, indicam seu peso e sua expansão: "quanto mais extensa é a 'área' escolar, e quanto mais numerosos os 'graus' 'verticais' da escola, tanto mais é complexo o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado. Pode-se ter um termo de comparação na esfera da técnica industrial: a industrialização de um país se mede pela sua capacidade na construção de máquinas para construir máquinas, e na fabricação de instrumentos cada vez mais precisos para construir máquinas, etc. O país que possuir a melhor capacitação para construir instrumentos para os laboratórios dos cientistas, e para construir instrumentos que testem estes instrumentos, pode ser con-

siderado o mais complexo no campo técnico-industrial, o mais civilizado, etc." (1517, *IOC* 9)

A complexidade desse mundo cultural passa não apenas pelos sistemas formais de aprendizado (do pré-primário à pós-graduação), mas pelo conjunto das formas de comunicação (das grandes cadeias de rádio e televisão às grandes casas editoriais, passando necessariamente pelos jornais e revistas de consumo de massa, as formadoras de opinião e/ou especializadas. Sobre tudo isso é altamente ilustrativa a trajetória de Croce.

Normalmente, a censura não é necessária. A "liberdade" que um editor dos grandes jornais diários e das revistas de informação tem de publicar algo ou deixar de fazê-lo basta para conformar a chamada opinião pública. Ou ainda mais expressivamente o poder que um editor de televisão tem: se não saiu no *Jornal Nacional*, por exemplo, é quase sinônimo de que não ocorreu. Afora o fato de que, no Brasil, o Poder Executivo, até muito recentemente, tinha o monopólio da concessão de canais de rádio e televisão. Se estes eram generosamente distribuídos a qualquer político situacionista ou empresário amigo eram, pelo contrário, rigorosa e sistematicamente negados ao movimento sindical e popular. Trata-se, evidentemente, de um caráter ditatorial, de uma radical exclusão.

Tudo isso demarca o pensável, o campo da produção e reprodução dos intelectuais. Demasiado dizer que para as classes subalternas, isto constitui uma "quase" impossibilidade. Relembremos, ainda uma vez, a assertiva gramsciana, de que essa produção não se faz em um terreno abstratamente democrático.

Se cada classe fundamental, dominante ou dominada, constrói os seus intelectuais orgânicos, o mesmo não ocorre com as classes não fundamentais (ainda que dominantes). Estas, por exemplo, os latifundiários, acabam por servir de massa de formação de intelectuais que se destinam a outras classes. Não tendo um projeto civilizatório, inovador, capaz de oferecer alternativas às outras classes, elas acabam perdendo seus quadros que passam a racionalizar a prática e o domínio das outras.

Os intelectuais das classes rurais, tradicionais na sua maioria, "põem em contato a massa camponesa com a administração estatal ou local (advogados, tabeliães, etc.)" e estão "ligados à massa social do campo, e à pequena burguesia de cidades (notadamente dos centros menores), ainda não elaboradas e mobilizadas pelo sistema capitalista" (1520-1, *IOC* 13). Esse intelectual exerce um papel de diferenciação em relação ao camponês, diante do qual aparece como modelo: "possui um padrão de vida médio superior ou, pelo menos, diverso daquele do camponês médio e por isso representa para este camponês um modelo social na aspiração a sair da sua condição



e melhorá-la. O camponês acredita sempre que, pelo menos, um de seus filhos pode tornar-se intelectual (notadamente padre), isto é, tornar-se um senhor, elevando o grau social da família e facilitando sua vida econômica pelas ligações que não poderá deixar de estabelecer com os outros senhores." (1521, IOC 13)<sup>21</sup> *Identifica-se aos senhores como projeto de vida. Pensa sua existência a partir da existência de outra classe.* Desse modo, o camponês se coloca em "subordinação efetiva aos intelectuais: todo desenvolvimento orgânico das massas camponesas, até um certo ponto, está ligado aos movimentos dos intelectuais e deles dependem" (*idem, idem*).<sup>22</sup> Sobre tudo isso, é paradigmático o texto dos *Alcuni temi della questione meridionale*, de 1926.

Os intelectuais rurais desempenham assim uma ativa função política, em contraposição à sua pequena interferência na economia. O mesmo não ocorre com os intelectuais urbano-fabris: eles "não exercem nenhuma função política sobre suas massas instrumentais ou, pelo menos, esta é uma fase já superada; por vezes ocorre precisamente o contrário, ou seja, que as massas instrumentais, pelo menos, através seus próprios intelectuais orgânicos, exerçam uma influência política sobre os técnicos."<sup>23</sup> (*idem, idem*) Estão na mesma situação dos oficiais "subalternos", que não possuem, e nem podem possuir, "nenhuma função autônoma na elaboração dos planos de construção; colocam em relação, articulando-a, a massa instrumental com o empresário; elaboram a execução imediata do plano de produção estabelecido pelo estado maior da indústria, controlando suas fases executivas elementares." (1520, IOC 12) Como conjunto, exercem funções normalmente repressivas, ainda que organizativas. Sua função é de polícia do trabalho. Nos processos de trabalho mais recentes, sua função pode até ser progressivamente eliminada visto aparecerem como fontes potenciais de problemas e dado que os processos de informatização tendem a substituí-los, possibilitando — se necessário — a sua expulsão do chão da fábrica.

Isso leva à redefinição do que seja um intelectual. Da perspectiva das classes trabalhadoras, é preciso romper com o preconceito mitificador do intelectual. Todo aquele que exerça funções organizativas, no campo da produção como no campo administrativo-político, é um intelectual, embora nem todos atuem como intelectuais profissionais. As classes fundamentais são o campo privilegiado a partir do qual podem examinar-se a natureza, a qualidade e o significado dos intelectuais.<sup>24</sup>

A simples existência das classes sociais nascidas "sobre o terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica" (1513, IO ) coloca para elas a necessidade de criar para si "uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e

no político" (*idem, idem*). O desdobramento da atividade econômica cria "o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc." (*idem, IOC 3-4*) Estas atividades não podem ser entregues ao acaso, requerem conhecimento técnico. Esses "intelectuais 'orgânicos', que cada nova classe cria consigo e elabora no seu desenvolvimento progressivo, são, no mais das vezes, 'especializações' dos aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz." (1514, IOC 4)

O capitalismo, a um só tempo novo modo de produzir e nova civilização, criou, necessariamente, um conjunto variado de intelectuais. O empresário ou "pelo menos uma elite deles, deve possuir a capacidade de organizador da sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os 'prepostos' (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais externas à empresa." (1513-4, *idem*) Capacidade dirigente de "ser um organizador da 'confiança' dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria". (1513, *idem*)

## Intelectuais e partido

A análise da relação de forças determina o significado das crises econômicas. Estas por si podem apenas "criar um terreno favorável à difusão de certos modos de pensar, de colocar e de resolver as questões que arrastam todo o ulterior desenvolvimento da vida estatal." (1587, MPE 52) Quando falamos em "terreno favorável" estamos, claramente colocando que a crise é a atualização das contradições da estrutura. É o famoso "terreno do ocasional" que, em absoluto, quer dizer aleatório, onde os antagonismos aí presentes se fazem conjuntura decisiva.

O pensamento gramsciano, dado seu feroz ataque à estratégia que colocava a revolução permanente como decorrente de forma imediata e mecânica das crises econômicas, foi reduzido instrumentalmente a uma forma de "anti-Rosa", de "anti-Trotski". Mas devido exatamente ao caráter dessa leitura, "esqueceu-se" de lê-la conseqüentemente no que se refere à tática stalinista da classe x classe, na virada da década de 20, e mais, "silenciou-se" sobre as possibilidades ou não da passagem da Itália ao socialismo após a derrota do fascismo, sobre a questão da Constituinte, por exemplo. Estas questões foram colocadas por Gramsci no cárcere, e o levaram ao isolamento em relação aos companheiros na dramática situação carcerária.



No movimento comunista internacional dos anos 20, uma das questões centrais foi a possibilidade e a atualidade da revolução permanente, um debate carregado de economicismo e de voluntarismo! Ao invés de, pura e simplesmente, anatematizá-la, como era a prática do tempo *stalinista*, Gramsci localiza a revolução permanente, como sendo “própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade estava ainda, por assim dizer, no estado de fluidez sob muitos aspectos: maior atraso do campo e monopólio quase completo da eficiência político-estatal em poucas cidades, ou mesmo em uma única (Paris, para a França), aparelho estatal relativamente pouco desenvolvido, e maior autonomia da sociedade civil em relação à atividade estatal, determinado sistema de forças militares e do armamento nacional, maior autonomia das economias nacionais nas relações econômicas do mercado mundial, etc.” (1566, *MPE* 91-2)

No período imperialista, pós 1870, pelo menos nos países centrais do mundo capitalista, criou-se um campo novo — o de uma hegemonia realizada. As relações organizativas estatais, internas e externas, “se tornam mais complexas e massivas e a fórmula *quarentotesca* da ‘revolução permanente’ é elaborada e superada na ciência política na fórmula da ‘hegemonia civil’” (idem, *MPE* 92).<sup>25</sup> Muda fundamentalmente o caráter da luta política. O Estado não aparece mais como um simples alvo a conquistar. Tornou-se algo complexo e se enraizou na sociedade. Não pode mais, se é que alguma vez isso foi correto, ser visto como exterioridade. Com sua imensa burocracia, ele é capaz de vigiar e punir, mas também de organizar e representar. Com isso, Gramsci assinalava, para os países capitalistas onde a institucionalidade estava avançada, a passagem ao momento da guerra de posições, vale dizer, onde a institucionalidade estava densamente enraizada na população, capturando sua emoção e sua razão, enquadrando-a no todo da ordem capitalista. Não existe, contudo, como poderia parecer à primeira vista, uma perfeita simetria entre o território do imperialismo e o da guerra de posições.

Gramsci assimila — praticamente — a idéia de revolução permanente à idéia de sociedade “oriental”. Isso permite, parcialmente, explicar a pouca simpatia que os stalinistas dedicavam a Gramsci. Procedendo assim, ele desconstruía a possibilidade da aceitação genérica, acrítica, do chamado “modelo bolchevique”, negava a possibilidade no campo teórico do marxismo da exportação de modelos. A revolução é sempre uma tarefa original. A complexidade institucional das sociedades ditas ocidentais é, na verdade, um índice da eficácia da estrutura ideológica. Relembrando uma tese gramsciana de 1917, podemos afirmar que onde a lei aparece como existente, isto é, onde é percebida pelas classes como algo que funcione, a exasperação das contradições classistas tendem a diminuir em impacto. Nesses casos, existe

a possibilidade de exercício da hegemonia pelos dominantes. As crises são potenciadas ou neutralizadas pela capacidade dessas instituições de absorverem as classes subalternas. Fica assim qualificado o quadro onde os partidos social-democratas atuaram, em geral, integrando-se passivamente à ordem. Ou seja, sendo hegemonizados pelas práticas do capitalismo e do pensamento liberal. Sobre isso, ver o peso das estruturas sindicais inglesas e alemãs na conformação de verdadeiros partidos da ordem (do Labour Party ao Partido Social-democrata alemão) e da subordinação dessas estruturas partidárias às sindicais (ver o pacto de aliança do Partido Socialista Italiano com a CGT).

A derrota da Comuna jogou as massas francesas na defensiva por, pelo menos, meio século. A hegemonia burguesa seguiu-se à derrota das classes subalternas. “A estrutura de massa das democracias modernas, seja como organismos estatais, seja como complexo de associações na vida civil, se constitui para a arte política como as ‘trincheiras’ e as fortificações permanentes do fronte na guerra de posição: elas tornam apenas ‘parcial’ o elemento do movimento que antes era ‘toda’ a guerra” (1567, *idem*). Os intelectuais são absorvidos, não apenas no campo da produção e da administração, mas sobretudo no campo simbólico: ver as notas gramscianas sobre o peso das universidades e academias. As classes subalternas deixaram, como no caso dos conselhos de fábrica, de exercer o seu fascínio. O capitalismo consolida assim sua hegemonia. A perda dos intelectuais é a perda da capacidade de elaboração.

“Os partidos nascem e se constituem em organização para dirigir as situações em momentos historicamente vitais para as suas classes.” (1604, *MPE* 56) Contudo, o peso da hegemonia da classe burguesa é capaz de incorporar os partidos socialistas e operários no seu seio, tanto pela incapacidade destes elaborarem uma visão alternativa, sua, própria, quanto porque eles se colocam dentro da própria ordem. A rigor, podemos afirmar que a postura da social-democracia é exatamente essa. Não há, para ela, contradição fundamental entre capitalismo e movimento operário. Podemos sintetizar afirmando que, para a social-democracia, o capitalismo é, e deve continuar sendo, o horizonte ideológico dos trabalhadores. Toda a obra de Kaustki, não obstante o seu “classismo”, por exemplo, se coloca nessa perspectiva.<sup>26</sup> Este, repetimos, é o terreno clássico da guerra de posições.

A não tradutibilidade automática das crises econômicas em crises políticas cria, em especial, para os partidos que se pretendem construtores de uma nova civilização, novos problemas. E novas possibilidades. Não lhes basta seguir o fluxo da tradição. É preciso criar algo novo e para tal é vital, antes de mais nada, reconhecer a existência de “governados e governantes,



dirigentes e dirigidos." (1752, MPE 18) Colocada essa questão, na formação dos seus dirigentes, é preciso que se responda, concretamente, se se deseja manter ou eliminar essa premissa, se se parte "da premissa da perpétua divisão do gênero humano, ou se se acredita que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições." (*idem*, MPE 19) Essa divisão expressa e cristaliza a divisão da sociedade de classes. No entanto, qualquer que seja a resposta (permanência ou eliminação) coloca-se como tarefa central a criação dos dirigentes.

Recoloca-se, ainda uma vez, a questão de saber o que são os intelectuais. Gramsci recusa as formas usuais de classificação: "O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, consiste em se ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco das atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais." (1516, IOC 6-7)

Isto nos permite encaminhar a resolução dos segredos da dominação. É o trabalho realizado "em determinadas condições e em determinadas relações sociais" (*idem*, IOC 7. Grifo nosso) que caracteriza o operário e não o fato de que esse trabalho seja "manual ou instrumental" (*idem*, *idem*). O mesmo vale para a caracterização do empresário. Assim, tanto o operário quanto o empresário devem possuir um número de qualificações mínimas.

Se para as classes fundamentais — burguesia e proletariado — "o Estado não é concebível a não ser como a forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção" (1360), destruir as velhas relações de poder e construir novas e afirmar um novo modo produtivo são uma única coisa; por isso mesmo, "a propaganda para uma coisa é também propaganda para a outra" (*idem*). A demonstração dessa afirmação está patente em todo processo revolucionário, seja o burguês (na França, na Inglaterra), seja o proletário (na Rússia): "na realidade só nesta coincidência reside a origem unitária da classe dominante, que é econômica e política em conjunto" (*idem*).

Podemos dizer então: "Todos os homens são intelectuais (...) mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais" (1516, IOC 7).<sup>27</sup> Esse exercício diferenciado ocorre paralelamente com a formação de "categorias especializadas para o exercício da função intelectual." (*idem*, IOC 8) Esta é uma necessidade objetiva das classes sociais. Assim "todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio (...) luta pela assimilação e conquista 'ideológica' dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elabora simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos." (1517, IOC 9)

A inserção dos intelectuais não se reduz a um só campo, nem o da produção nem o do domínio. Obviamente que, pela própria organização do mundo da produção, as classes dominantes tentam inibir a formação de intelectuais para as classes subalternas. Um bom exemplo disso é o projeto de Taylor de transformar o operário em um gorila amestrado. Já no próprio processo fabril, tenta-se obter uma disciplina que impeça ou, pelo menos, dificulte a constituição de outras concepções de mundo.

## Estado e hegemonia

A identificação entre construção de um novo tipo de Estado e a realização de uma hegemonia não é uma construção artificial, elaborada por intelectuais, nem o produto de uma visão sectária de militantes. Cada modo de produção é uma maneira de resolver a materialidade mas é, também, a construção das condições necessárias para tal. É a criação, rigorosamente falando, de uma nova racionalidade. Nesse sentido, o Estado (a política concentrada das classes dominantes) nada mais faz do que criar um novo nexos psico-físico e potenciar a possibilidade da hegemonia, elemento de sua própria permanência como Estado.

Produção material, produção simbólica, articulação de direitos, criação de intelectuais que expressem e ampliem a nova racionalidade em ação. Isso é, no essencial, a nova civilização. Para que seja possível a construção de uma nova racionalidade e resolver a materialidade dela decorrente, é fundamental produzir uma nova *Weltanschauung* que fecunde e alimente "a cultura de uma era histórica." (881, CDH 93)

O Estado, qualquer que seja, para ser fundado, construído, exige a criação de uma visão de mundo. Este é o sentido da expressão segundo a qual o operário é o herdeiro da filosofia clássica alemã, a filosofia entendida como a "teoria de uma classe que se tornaria Estado" (882, *idem*). A filosofia, feita história, realiza projeto(s) classista(s). Assim, a "hegemonia realizada significa a crítica real de uma filosofia, a sua dialética real" (*idem*, CDH 94. Grifo nosso) Aqui está, com todas as letras, a impossibilidade de se pensar, pelo menos gramscianamente, a hegemonia como domínio ideológico ou como maioria eventual. Se hegemonia significa a crítica real de uma filosofia ela só pode ser pensada e articulada como projeto político capaz de construir a identidade da classe hegemônica, ou candidata à, de permanentemente redefini-la, de articular a partir dessa identidade o seu projeto de significação da história, significação que terá que se construir no processo da luta. Com e contra aliados e adversários. Guardemos esta formulação.



Quando a burguesia, no processo da sua revolução, construiu seu Estado, criou, ao mesmo tempo, uma nova concepção de Direito, uma nova ética e tratou de obter ativamente, do conjunto da sociedade, um conformismo de novo tipo. Criou solidariamente uma concepção de Economia Política, de Saúde, de Educação, de Ciência, de suas práticas e aparelhos. O Estado nacional-popular não se apresentou, como os anteriores como um Estado de classe. Ele "é a manifestação particular da totalidade mercantil orgânica do capitalismo".<sup>28</sup> Foi essa nova ética estatal que permitiu a possibilidade de "elaborar uma passagem orgânica das outras classes à sua, isto é, ampliar a sua esfera de classe 'técnica' e ideologicamente (...). A classe burguesa se coloca a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a ao seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: (...) se torna 'educador'." (937 MPE 147. Grifo nosso) Quando, pelo contrário, a burguesia perde sua capacidade expansiva, se satura, "se desagrega; não apenas não assimila elementos novos, mas desassimila uma parte de si mesma (ou pelo menos as desassimilações são muito mais numerosas que as assimilações)." (*idem, idem*)

Quando, como na fundação do Estado burguês, se coloca com clareza a necessidade de trazer as demais classes para a esfera da classe dirigente e/ou dominante, se coloca necessariamente a forma universal da lei, que requer a igualdade jurídica formal. Coloca-se, tendencialmente, a postura da luta ideológica como construção de um "conformismo" político que assumiu, e não poderia deixar de fazê-lo, a forma do pacto social fundador dessa nova racionalidade estatal. O pacto original correspondia assim a duas finalidades: a da articulação entre as frações políticas e, isso é fundamental, a necessidade de equalizá-las juridicamente para evitar que sua luta pusesse em perigo a nova ordem. Sobre isso é sempre útil ver a formulação de Maquiavel sobre os perigos para o príncipe novo.

O campo de ação das classes e dos seus Estados passa necessariamente pela questão da hegemonia: ampliação da esfera de classe, absorção da sociedade, momentos concretos da identificação da classe dirigente/dominante com a sociedade. Hegemonia: projeto que permite expressar o programa, o horizonte ideológico, no qual as demais classes se movem. Horizonte que, ao proceder à padronização, ao "conformismo", desorganiza, inviabiliza, ou tenta, os projetos das demais classes. Desorganiza ativa ou passivamente: ativamente ao sobrepor com o seu projeto aos outros projetos e assim descaracterizá-los; passivamente pela repressão pura e simples aos demais projetos. Horizonte que é estruturação do campo das lutas, das alianças, do permitido e do interdito. Racionalidade de classe que se faz história e que obriga às demais classes a pensar-se nessa história que não é a delas.

Tanto o capitalismo quanto o Estado nacional tendem cada vez mais à criação e utilização dos intelectuais. A criação dos intelectuais e de outras racionalidades, das condições de existência delas. E isso se fez, no caso das revoluções burguesas inglesa e francesa, "privadamente", como "naturalidade", como simples extensão dessa racionalidade sobre a sociedade. Como hegemonia. Racionalidade que se traduz em cada um dos campos de intervenção histórica: da produção e reprodução da materialidade ao campo do estético e/ou da afetividade.

A especialização típica das formações sociais capitalistas acabou por criar para si "todo um corpo burocrático pois, além dos escritórios especializados de pessoas competentes, que preparam o material técnico para os corpos deliberantes, cria-se um segundo corpo de funcionários mais ou menos 'voluntários' e desinteressados, escolhidos às vezes na indústria, nos bancos, nas finanças. Este é um dos mecanismos através dos quais a burocracia de carreira terminou por controlar os regimes democráticos e parlamentares; atualmente, o mecanismo vai se ampliando organicamente e absorve em seu círculo os grandes especialistas da atividade prática privada, que controla assim, quer os regimes, quer as burocracias." (1532, IOC 119)

Através desse poder especializado, a burocracia domina o aparelho do Estado, exercendo de forma aparentemente técnica o domínio das classes dominantes. Estado e capitalismo tendem, assim, a fundir-se ainda mais intimamente. Funcionários do Estado e das empresas tendem a formar um corpo relativamente homogêneo e intercambiável. Essa integração do "pessoal especializado na técnica política com o pessoal especializado nas questões concretas de administração das atividades práticas essenciais das grandes e complexas sociedades nacionais modernas" (*idem, idem*), é o resultado do processo de renovação dos dirigentes estatais, necessários ao desenvolvimento do estado nacional no momento atual do capitalismo. O empirismo político não é só insuficiência mas, principalmente, ineficácia. "O tipo tradicional do 'dirigente' político, preparado apenas para as atividades jurídico-formais, torna-se anacrônico e representa um perigo para a vida estatal: o dirigente deve ter aquele mínimo de cultura geral técnica que lhe permita, se não 'criar' autonomamente a solução justa, pelo menos, saber julgar entre as soluções projetadas pelos especialistas, e escolher então a solução justa do ponto de vista 'sintético' da técnica política." (*idem, IOC 119-20*)

Na análise do modo de inserção dos intelectuais no mundo moderno, isso fica claramente colocado. A própria afirmação de um tipo de intelectual sobre os demais já expressa a dominação. Hierarquia e classificação o conjunto desses intelectuais em relação à racionalidade dominante. Para as classes dominantes, sob o capitalismo, isso não é diferente. Leva-se em



conta “tão somente a imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso.” (1550, IOC 7) Isso, em si mesmo, já reproduz uma dominação de classe. Desqualifica o “saber” e o “fazer” das outras classes, apropria-se deles. Caracterizado o saber das classes subalternas como “prático” e “experiência limitada”, este é transformado pelo passo mágico da “ciência” — saber codificado por outra racionalidade — às vezes sem grandes modificações em tecnologia, em progresso científico. Desqualificação não apenas de um saber de outra(s) classe(s), mas também de outras civilizações.

Desqualificar o trabalho cognitivo das classes subalternas, pensar suas criações como “práticas empíricas”, significa negar àqueles produtores de conhecimento, cultura, arte, etc. a identidade de intelectual. Negar, obviamente, direito de cidadania a toda essa produção. Esse procedimento amplia e reforça a subalternidade das outras classes. “Mas a própria relação entre esforço de colaboração intelectual-cerebral e esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso existem graus diversos de atividade específica intelectual. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Finalmente, todo homem fora de sua profissão, desenvolve alguma atividade intelectual, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, (...) participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui, portanto, para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar. O problema da criação de uma nova camada intelectual consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um, em um determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular nervoso, no sentido de um novo equilíbrio, e conseguindo-se que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, se torne o fundamento de uma nova e integral concepção de mundo.” (1550-1, IOC 7-8. Grifos nossos). Insisto: trata-se de “fabricar o fabricante.” (2018, R 105)

Por fim, é preciso mostrar a contradição espelhada no fato de que, tradicional e vulgarmente, se pensam como intelectuais o literato, o filósofo, o artista. Embora estes se vejam, e até mesmo sejam vistos, como os “verdadeiros intelectuais”, tendem a ser subalternos. Na racionalidade capitalista, em especial em países como o Brasil, eles são uma espécie de ornamento, na prática uma desnecessidade. No mundo moderno, “a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo ou desqualificado, deve construir a base do novo tipo de intelectual. (...) O modo de ser do novo intelectual não pode consistir mais na elo-

quência, motor exterior e momentâneo das paixões, mas em um imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’ (...) — e, todavia, superior ao espírito matemático abstrato. Da técnica-trabalho, chega-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece ‘especialista’ e não se torna ‘dirigente’ (especialista + político).” (1551, IOC 8. Grifo nosso)

Não se trata, obviamente, de responder a um determinismo economicista com um outro, ideologicista, voluntarista, mas de afirmar essa unidade indissolúvel de economia e política que se expressa, se faz, refaz e desfaz, se reforça ou se enfraquece, pela expressão ativa das classes em confronto. Economia, Direito, Ideologia, Política... Estrutura de Classes em movimento.

Só a classe “que coloque a si mesma como passível de assimilar toda a sociedade, e seja, ao mesmo tempo, realmente capaz de exprimir este processo, leva à perfeição esta concepção de Estado e de direitos” (937, MPE 147), e pode pensar o fim do Estado e do direito, “tornados inúteis por terem exaurido as suas tarefas e terem sido absorvidos pela sociedade civil” (*idem, idem*), podendo, em suma, propor uma nova *Weltanschauung*.

Quando o Estado “atua essencialmente sobre forças econômicas (...) reorganiza e (...) desenvolve o aparelho de produção econômico, (...) inova a estrutura; não (se) deve deduzir conseqüentemente que os fatos da superestrutura sejam abandonados a si mesmos, ao seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado, mesmo neste campo, é um instrumento de ‘racionalização’, de aceleração e de taylorização, atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita, e ‘pune’.” (1571, MPE 96)<sup>29</sup> O Estado, como “educador”, varia sua forma e seus métodos tendendo “precisamente a criar um novo tipo de civilização e de cidadão” (1570, *idem*).<sup>30</sup> Ou, pelo contrário, a assumir a pura conservação do *status quo*. Mesmo quando aparentemente ele se mantém “afastado” da luta. Educa mesmo por ausência. O que significa que já foi suficientemente incorporado enquanto ação. Como ordem.

Toda forma estatal, todo processo produtivo, produz necessariamente uma forma particular de conformismo. Todos os membros de uma dada sociedade são organizados, saibam-no ou não, no interior dela. Cada indivíduo é um entrecruzamento, um *carrefour*, de orientações diversas, freqüentemente contraditórias. Cada indivíduo é, assim, a “unidade na diversidade”, a “síntese de múltiplas determinações”. Membro, consciente ou não, de uma “multiplicidade de sociedades particulares, de caráter duplo, natural e contratual ou voluntário, uma ou mais prevalecem relativa ou absolutamente, constituindo o aparato hegemônico de um grupo social sobre



o resto da população ou sociedade civil), base do Estado entendido estritamente como aparato governativo-coercitivo" (800, MPE 151), ele não é nunca "desorganizado e sem partido" (*idem, idem*).

As classes trabalhadoras são organizadas por uma lógica e por aparelhos (partidos, escolas, etc.) que se podem expressar seus interesses imediatos, não podem, contudo, fazê-lo com seus projetos. E não podem porque esses aparelhos e essa lógica foram construídos para realizar outra racionalidade. Assim, as classes trabalhadoras aparecem objetivamente desorganizadas em relação a si mesmas, porque organizadas em relação à racionalidade capitalista. O caráter democrático ou não de uma dada sociedade é clarificado pela eticidade de um Estado, de um determinado nexó psico-físico que expressa, também, a consciência ou não do conjunto das classes. Organizar é um verbo transitivo. Organizar é organizar algo. Coloca-se, assim, como atual a questão da necessidade de se definir "a vontade coletiva e a vontade política em geral, no sentido moderno, a vontade como consciência atuante da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo." (1559, MPE 7) Organizar implica definir com quem e para que. Ou seja, remete objetivamente à questão dos intelectuais. Organizar é um verbo que admite a reflexividade: organizar-se, auto-organizar-se. Vale dizer: o trabalho de organização de, para e com, começa pelo trabalho consigo mesmo.

### De subalterna a hegemônica

O significado da passagem de uma classe subalterna à posição hegemônica se expressa pela tomada de posse de si mesma, pela sua afirmação enquanto *coletividade individualizada* face às demais classes. "Não se pode falar de elite-aristocracia-vanguarda como uma coletividade indistinta e caótica. (...) A coletividade deve ser entendida como produto de uma elaboração de vontade e pensamento coletivo atingido pelo esforço individual concreto, e não por um processo fatal, estranho aos indivíduos: portanto, obrigação da disciplina interior e não apenas daquela externa e mecânica." (751, IOC 168. Grifo nosso)

Essa idéia de coletividade não supõe, nem poderia supor, a idéia de homogeneidade. As polémicas e cisões, normais no desenvolvimento da identidade da classe, devem ser enfrentadas, pois "evitá-las significa apenas postergá-las para quando serão perigosas e diretamente catastróficas." (*idem, idem*) Essa não é uma declaração de princípio, abstrata. É, antes pelo contrário, condição vital da construção da política na perspectiva da construção da hegemonia: "a ausência de uma democracia real, de uma real vontade

coletiva nacional" (750-1, *idem*) e a passividade dos indivíduos leva "a um despotismo mais ou menos larvar da burocracia." (751, *idem*. Grifo nosso) Crítica e autocrítica (mas não o simulacro ritualístico dos tempos stalinistas) são, portanto, condições essenciais para um projeto que deseja a construção do novo bloco histórico.

Aqui está expressamente colocada a profunda dialética da relação mecanicismo/subalternidade/perda de liberdade, que nos permitirá ter clareza do campo de possibilidades. Campo que se atualiza, se potência ou se nega, pela presença/ausência da intervenção consciente da vontade humana. A autonomia não é apenas um requisito face à(s) outra(s) classe(s). A classe como "unidade na diversidade" é especificada, ela própria, pela autonomia dos indivíduos que a compõem. Pensá-la como matriz única a partir da qual se constituem os indivíduos como sua repetição ao nível micro é não entendê-la como produto da multiplicidade desses indivíduos. A classe é, portanto, um coletivo de indivíduos. Coletivo que deve ser enriquecido pela história empírica desses indivíduos enquanto construtores da(s) racionalidade(s) social(ais).

O intelectual — aí compreendido o partido — tem que ser democrático como expressão de uma necessidade e não meramente por cálculo: ele se concebe como ligado "por milhões de fios a um dado grupamento social e, por seu trâmite, a toda a humanidade (...) não se põe como algo de definitivo e rígido, mas como algo tendente a ampliar-se a todo um agrupamento social, que é, ele também, concebido como tendente a unificar toda a humanidade." (750, IOC 167)

A obtenção da autonomia enquanto projeto ideológico é um dos elementos fundamentais para a criação de uma vontade coletiva nacional-popular. Essa autonomia requer e exige que se vença a tentação economicista, dado que esta conduz necessariamente à subordinação ideológica.<sup>31</sup> O papel do partido, enquanto *experimentador histórico*,<sup>32</sup> é fundamental. Cabe a ele, enquanto projeto, construir com a classe, e não sobre ela, a questão da vontade coletiva recusando permanentemente as posturas economicistas e/ou voluntaristas.

O exame da questão do livre cambismo e do sindicalismo teórico feito por Gramsci permite-nos compreender o peso da subordinação ideológica ou, pelo contrário, a força da autonomia de classe. Enquanto o livre cambismo expressa a postura de uma classe dominante e dirigente, o sindicalismo teórico é uma postura de classe ainda subalterna. O movimento do livre-cambismo se baseia na "distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metódica se torna e é apresentada como distinção orgânica. Assim, se afirma que a atividade econômica é própria



da sociedade civil, e que o Estado não deve intervir na sua regulamentação. Mas como na realidade fatural sociedade civil e Estado se identificam, deve-se considerar que também o liberalismo é uma 'regulamentação' de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. Portanto, o liberalismo é um programa político, destinado a mudar, enquanto triunfe, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado, isto é, de mudar a distribuição da renda nacional." <sup>33</sup> (1590, MPE 32) Programa político de classe dominante.<sup>34</sup>

Já o sindicalismo teórico é uma postura de classe subalterna que ainda não ultrapassou a fase econômico-corporativa e, portanto, não se coloca como apta a "elevar-se à fase da hegemonia ético-política na sociedade civil, e dominante no Estado." (*idem*, MPE 33) No fundamental ele nada mais é do que um economicismo, "justificado com algumas afirmações mutiladas e, portanto, banalizadas da filosofia da *práxis*" (*idem*, *idem*) que ou não coloca a possibilidade de transformação da classe subalterna em classe dirigente, ou se apresenta "em formas incongruentes e ineficientes" (1591, *idem*) ou "porque se afirma o salto imediato do regime dos grupos àquele da perfeita igualdade e da economia sindical" (*idem*, *idem*).

O economicismo, forma particular de determinismo mecânico, tende a negar as "expressões de vontade, de iniciativa e de ação política e intelectual, como se estas não fossem uma emanção orgânica das necessidades econômicas e, mesmo, a única expressão eficiente da economia". (*idem*, *idem*) Não perceber essa relação fundamental impedir-se de colocar a questão da hegemonia, é condenar-se à perpétua subalternidade.

Na forma de "superstição economicista" (1595, MPE 37), a filosofia da *práxis* adquiriu enorme prestígio "entre as massas populares e entre os intelectuais de meia pataca, que não querem cansar o cérebro, mas querem parecer espertíssimos" (*idem*, *idem*). Prestígio ganho ao preço de sua capacidade de "expansividade cultural na esfera superior do grupo intelectual" (*idem*, *idem*). Prestígio estéril dado que, no essencial, representa uma grave perda de sua capacidade de intervenção política. Reduzindo tudo mecanicamente ao econômico, às leis férreas e exteriores de um desenvolvimento a-histórico, o economicismo acaba por esquecer a "tese segundo a qual os homens adquirem consciência dos conflitos fundamentais sobre o terreno das ideologias" (*idem*, *idem*); transformou-se em negação da pesquisa histórico-científica e reduziu o conhecimento histórico em "um contínuo *marché de dupes*, um jogo de ilusionismos e de prestidigitação. A atividade 'crítica' se reduziu em desvelar truques, em suscitar escândalos" (*idem*, *idem*). Gramsci, dizia em 1917, em aberta polêmica com Cláudio Treves, que nessa

versão naturalista a filosofia da *práxis* se transformara em "teoria da inércia do proletariado". Perde-se não apenas a própria concepção de totalidade. Ao jogar-se a criança com a água do banho, mutila-se a dialética e caminha-se para a derrota.

O abastardamento do marxismo, tal como vivido por muitos dos seus "práticos", no fundamental, esqueceu-se de algo fundamental: o da criação rigorosa dos seus próprios intelectuais. Com isso, sucumbiu ao materialismo mecanicista. Ganhou não a massa das classes subalternas, mas apenas a aparência disso. Aqui, aparência é sinônimo de ilusão e, portanto, de equívoco, de auto-desconhecimento que se volta contra quem acredita nele. Ao criar seus intelectuais dogmática e sectariamente, ao subrotiná-los a um pensamento estático, ele foi absorvido, neutralizado e esterilizado. Não colocou a elevação do pensamento como necessidade e optou na relação intelectuais-simples, como a igreja, pela disciplina dos intelectuais. Só que como são projetos distintos o que para a religião pode ser força, para a vulgata da filosofia da *práxis*, mutilada e reduzida à nulidade, era pura perda.

Sob o stalinismo (nome coletivo), essa vulgata da filosofia da *práxis* passou a ser uma teologia, com dogmas infalíveis, leis inevitáveis. Vale dizer, não compreendeu a história. Sofreu-a, visto que perdeu capacidade de intervenção e de educação política. Perdeu, no círculo dos intelectuais, a luta pela hegemonia. O marxismo, que exercera um enorme fascínio entre os grandes intelectuais, ao reduzir-se a um mero catecismo, não conseguiu produzir, sequer, seus intelectuais. Facilitou a absorção, a captura, dos seus militantes pelas ideologias e projetos adversários. Um bom exemplo disso é a perplexidade de certos "marxistas" diante da chamada crise do Leste e sua passagem ao campo do pensamento liberal. Cometeu-se outro equívoco complementar, e tão grave quanto o anterior: o de "esquecer-se" de que "as 'crenças populares' ou as crenças do tipo das crenças populares têm a validade de forças materiais" (*idem*, *idem*).

O economicismo combinado com a ausência de democracia interna levou, como Gramsci já salientara, ao "despotismo mais ou menos larvar da burocracia". (751, IOC 168) Veremos mais adiante que, quando a vulgata da filosofia da *práxis* assume a forma de religião, não mais como expressão de um grupo subalterno, mas de um grupo que já é dirigente, esse fatalismo leva necessariamente à permanente subalternidade, à permanente possibilidade de derrota e, o que é mais grave, ao isolamento no interior das classes trabalhadoras.

Em um processo de transformação revolucionária, o mecanicismo tende a absolutizar os interesses imediatos sem analisar a relação de forças, não distingue os aliados, nem compreende seus projetos. Não pode, portanto, perceber que a "hegemonia pressupõe, indubitavelmente, que se



levem em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa, mas é também indubitável que tais compromissos e sacrifícios não possam referir-se ao essencial, dado que se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser econômica, não pode deixar de ter o seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica." (1591, MPE 33) *O campo da hegemonia não é apenas o da luta política, mas também o da teoria.*

### A formação da vontade coletiva nacional-popular

O partido se pretende ser o intelectual das classes subalternas, tem que colocar para si duas tarefas básicas: a formação de uma vontade coletiva nacional-popular e a correlata reforma intelectual e moral das massas. Ou seja, construir uma nova forma civilizatória. Tem que colocar na ordem do dia a "reforma econômica e a modificação na posição social e no mundo econômico" (1561, MPE 9) que são as formas e as possibilidades concretas de sua realização. Deve, a um só tempo, desconstruir "todo o sistema de relações intelectuais e morais" (*idem, idem*), base sobre a qual se assenta a velha racionalidade e, ao mesmo tempo, "inventar", construir o novo bloco histórico.

O projeto da hegemonia da classe operária é então pensado — e não poderia deixar de sê-lo — como projeto de autonomia dos indivíduos: "A afirmação de que o Estado se confunde com os indivíduos (com os indivíduos de um grupo social), como elemento de cultura ativa (como movimento para criar uma nova civilização, um novo tipo de homem e de cidadão) deve servir para determinar a vontade de construir no invólucro da sociedade política uma complexa e bem articulada sociedade civil, em que o simples indivíduo se governe por si, sem que por este seu autogoverno entre em conflito com a sociedade política, pelo contrário, tomando-se-lhe a continuação normal, o complemento orgânico." (1020, PP 210-1) Isso só é possível para a classe que coloque "o fim do Estado e de si mesm(a) como fim a atingir", só ela "pode criar um Estado ético, tendente a pôr fim às divisões internas de dominados, etc. e a criar um organismo social unitário técnico-moral." (1050, MPE 145)

Trabalhar a questão da formação de uma vontade coletiva significa trabalhar as formas de articulação mental das classes subalternas e das dominantes. Significa construir uma racionalidade distinta da racionalidade dominante, construir a " 'concepção de mundo e da vida', implícita em

grande medida, de determinados estratos (...) da sociedade, em contraposição às concepções do mundo 'oficiais' (...) que se sucederam no desenvolvimento histórico." (2311, LVN 184)<sup>35</sup> Concepções do mundo caracterizadas por sua não elaboração, sua assistemática, fragmentariedade e multiplicidade. Normalmente, essas concepções aparecem como folclore, como justaposição mecânica, como um "aglomerado indigesto de fragmentos de todas as concepções do mundo e da vida que se sucederam na história." (2312, *idem*)<sup>36</sup> A concepção de mundo das classes subalternas, obviamente, não se reduz ao folclore, nem mesmo se apresenta tão destacada da racionalidade dominante. Ilustrativo desse argumento é a cultura da classe operária, até mesmo pela sua inserção na racionalidade da produção capitalista.

Não se pode deixar de reconhecer e trabalhar com as concepções das demais classes subalternas. Isto permitirá "conhecer que outras concepções do mundo e da vida trabalham, de fato, a formação intelectual e moral das jovens gerações." (2314, LVN 186) Só assim se poderá trabalhar de forma mais eficaz e determinar realmente "o nascimento de uma nova cultura nas grandes massas populares" (*idem, LVN 186-7*) e desaparecer "a separação entre cultura moderna e cultura popular ou folclore" (*idem, idem*).

O pressuposto do trabalho de crítica/desconstrução é, pois, o conhecimento do(s) saber(es), da(s) experiência(s), dos subalternos. A cultura dessas classes não pode ser vista como exterioridade, como erro e/ou atraso. Trata-se, nós o sabemos, de concepções que organizam práticas e permitem entender o porquê e o como da subordinação, do isolamento, da hierarquização vigente. É sobre elas, transformando-as, mas tomando-as em consideração, que se pode atuar. Essas concepções não são o erro, mas a linguagem desse conjunto da população. Isso nada tem a ver com uma hipócrita *Vox populi, vox dei*. Elas são o campo, o laboratório onde a filosofia da práxis atuará na elevação dos "estratos deprimidos da população".

Esse trabalho de tradução, de construção político-teórico é equivalente "intelectualmente ao que foi a Reforma nos países protestantes." (*idem, LVN 187*) O sentido de elevação das classes deprimidas da sociedade não se refere única e exclusivamente ao plano da materialidade imediata. O estudo da filosofia se coloca como condição da construção de uma nova visão de mundo, elemento vital na realização da hegemonia. Antes de mais nada é preciso desconstruir o mito ideológico da impossibilidade, ou quase, das camadas populares de realizarem o trabalho filosófico e/ou teórico. É preciso "demonstrar que todos os homens são 'filósofos', definindo os limites e os caracteres desta 'filosofia espontânea' de 'toda gente'." (1375, CDH 11)



A afirmação segundo a qual "não existe homem normal e são intelectualmente, que não participe de uma determinada concepção de mundo" (1063) enfatiza que a cultura, a filosofia, enfim, a atividade intelectual não é patrimônio específico de nenhum grupo. Todos são filósofos, a seu modo. Trata-se de determinar o nível da crítica e da consciência: "É preferível 'pensar' sem ter consciência crítica disso, de modo desagregado e ocasional, isto é, 'participar' em uma concepção de mundo 'imposta' mecanicamente pelo ambiente externo, isto é, por um dos tantos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde a sua entrada no mundo consciente (que pode ser a própria aldeia ou província, que pode ter origem na paróquia e na 'atividade intelectual' do cura ou do velho patriarca cuja 'sabedoria' dita lei, na mocinha que herdou a sapiência das feitiças ou no pequeno intelectual tornado ácido na própria estupidez e impotência para agir); ou é preferível elaborar a própria concepção de mundo, consciente e criticamente e, portanto, em conexão com tal trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser guia de si mesmo e não aceitar, passiva e cegamente, do exterior a marca da própria personalidade?" (1375-6, CDH 12)

A religião, o senso comum e a filosofia são formas intelectuais, cujas especificidades e articulações é necessário pensar. "Não existe apenas um 'senso comum', mas ele é também um produto e um devir histórico. A filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum, e em tal sentido coincide com o 'bom senso' que se contrapõe ao senso comum" (1378, CDH 14). Do mesmo modo, também não "existe a 'filosofia' em geral: existem diversas filosofias, e sempre se escolhe entre elas" (*idem, idem*).

A filosofia é a mais racional e coerente das concepções de mundo. A atividade filosófica é, ao mesmo tempo, "elaboração 'individual' de conceitos sistematicamente coerentes (...) luta para transformar a 'mentalidade' popular e difundir as inovações filosóficas que se demonstraram 'historicamente verdadeiras'" (1330, CDH 36). Essa questão é decisiva: todo e qualquer "ato histórico só pode ser realizado pelo 'homem coletivo', (...) pressupõe a obtenção de uma unidade 'cultural-social' pela qual uma multiplicidade de quererdes desagregados, com heterogeneidade de fins, sobre a base de uma (igual) e comum concepção de mundo (geral e particular, transitoriamente [por via emocional] ou permanentemente operante, por cuja base intelectual assim radicada, assimilada, vivida, que se pode tornar paixão)". (1331, CDH 36-7)

Trata-se da produção crítica de uma visão de mundo diferenciada e em antagonismo com a das classes dominantes. Visão unitária<sup>37</sup> que tra-

balhe as visões erráticas, fragmentárias, parcelares e subordinadas das classes subalternas. Processo de crítica sobre todo o acúmulo de experiências anteriores do mundo do trabalho que deve, necessariamente, estar em debate crítico com a racionalidade dominante. Movimento duplo de buscar autonomizar-se dentro de um campo minado por outras racionalidades.

A definição desse campo de construção de identidade das classes trabalhadoras é essencialmente o terreno da hegemonia. "Toda relação de 'hegemonia' é necessariamente uma relação pedagógica, e se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre complexos de civilizações nacionais e continentais." (*idem, CDH 37*. Grifo nosso) Pedagógica não no sentido de que ela se reduza "às relações especificamente 'escolares', pelas quais as novas gerações entram em contato com as antigas, e lhes absorvem as experiências e os valores historicamente necessários, 'amadurecendo' e desenvolvendo uma relação própria, histórica e culturalmente superior" (*idem, idem*); pelo contrário, ela "existe em toda a sociedade no seu conjunto e para todo indivíduo em relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não-intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e sequazes, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército" (*idem, idem*). Ela é pedagógica no sentido em que é experiência coletiva de emancipação. Experiência que nega/supera hierarquias. Lembremos a afirmação anterior sobre o reconhecimento pela ciência política da existência de dirigentes e dirigidos, de governantes e governados. Existência essa que deve ser negada ou afirmada quando se propõe um novo projeto. Experiência que supõe sempre, e necessariamente, que "a relação entre mestre e aluno é uma relação ativa, de relações recíprocas e, portanto, todo mestre é sempre aluno, e todo aluno professor." (*idem, idem*)

Uma nova visão de mundo supõe e exige necessariamente o debate-ruptura, que nunca é pura negação abstrata, com toda a experiência histórica. Supõe a criação de um novo tipo de intelectual. É sempre uma interferência contraditória entre as classes, seus intelectuais e o complexo cultural vigente: "a personalidade de um filósofo individual é dada também pela relação ativa entre ele e o ambiente cultural que ele quer modificar, ambiente que reage sobre o filósofo e, obrigando-o a uma contínua autocrítica, funciona como 'professor'" (*idem, idem*). As liberdades de pensamento e de expressão e a luta histórica pela sua realização são condições politicamente necessárias para poder-se realizar historicamente "um novo tipo de filósofo que se pode chamar 'filósofo democrático', do filósofo convencido de que a sua personalidade não se limita ao próprio indivíduo físico, mas é uma relação social ativa de modificação do ambiente cultural." (1332, CDH 37-8)



A afirmação segundo a qual "não existe homem normal e são intelectualmente, que não participe de uma determinada concepção de mundo" (1063) enfatiza que a cultura, a filosofia, enfim, a atividade intelectual não é patrimônio específico de nenhum grupo. Todos são filósofos, a seu modo. Trata-se de determinar o nível da crítica e da consciência: "É preferível 'pensar' sem ter consciência crítica disso, de modo desagregado e ocasional, isto é, 'participar' em uma concepção de mundo 'imposta' mecanicamente pelo ambiente externo, isto é, por um dos tantos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde a sua entrada no mundo consciente (que pode ser a própria aldeia ou província, que pode ter origem na paróquia e na 'atividade intelectual' do cura ou do velho patriarca cuja 'sabedoria' dita lei, na mocinha que herdou a sapiência das feitiçeras ou no pequeno intelectual tornado ácido na própria estupidez e impotência para agir); ou é preferível elaborar a própria concepção de mundo, consciente e criticamente e, portanto, em conexão com tal trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser guia de si mesmo e não aceitar, passiva e cegamente, do exterior a marca da própria personalidade?" (1375-6, CDH 12)

A religião, o senso comum e a filosofia são formas intelectuais, cujas especificidades e articulações é necessário pensar. "Não existe apenas um 'senso comum', mas ele é também um produto e um devir histórico. A filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum, e em tal sentido coincide com o 'bom senso' que se contrapõe ao senso comum" (1378, CDH 14). Do mesmo modo, também não "existe a 'filosofia' em geral: existem diversas filosofias, e sempre se escolhe entre elas" (*idem, idem*).

A filosofia é a mais racional e coerente das concepções de mundo. A atividade filosófica é, ao mesmo tempo, "elaboração 'individual' de conceitos sistematicamente coerentes (...) luta para transformar a 'mentalidade' popular e difundir as inovações filosóficas que se demonstraram 'historicamente verdadeiras'" (1330, CDH 36). Essa questão é decisiva: todo e qualquer "ato histórico só pode ser realizado pelo 'homem coletivo', (...) pressupõe a obtenção de uma unidade 'cultural-social' pela qual uma multiplicidade de quererdes desagregados, com heterogeneidade de fins, sobre a base de uma (igual) e comum concepção de mundo (geral e particular, transitoriamente [por via emocional] ou permanentemente operante, por cuja base intelectual assim radicada, assimilada, vivida, que se pode tornar paixão)". (1331, CDH 36-7)

Trata-se da produção crítica de uma visão de mundo diferenciada e em antagonismo com a das classes dominantes. Visão unitária<sup>37</sup> que tra-

balhe as visões erráticas, fragmentárias, parcelares e subordinadas das classes subalternas. Processo de crítica sobre todo o acúmulo de experiências anteriores do mundo do trabalho que deve, necessariamente, estar em debate crítico com a racionalidade dominante. Movimento duplo de buscar autonomizar-se dentro de um campo minado por outras racionalidades.

A definição desse campo de construção de identidade das classes trabalhadoras é essencialmente o terreno da hegemonia. "Toda relação de 'hegemonia' é necessariamente uma relação pedagógica, e se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre complexos de civilizações nacionais e continentais." (*idem*, CDH 37. Grifo nosso) Pedagógica não no sentido de que ela se reduza "às relações especificamente 'escolares', pelas quais as novas gerações entram em contato com as antigas, e lhes absorvem as experiências e os valores historicamente necessários, 'amadurecendo' e desenvolvendo uma relação própria, histórica e culturalmente superior" (*idem, idem*); pelo contrário, ela "existe em toda a sociedade no seu conjunto e para todo indivíduo em relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não-intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e sequazes, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército" (*idem, idem*). Ela é pedagógica no sentido em que é experiência coletiva de emancipação. Experiência que nega/supera hierarquias. Lembremos a afirmação anterior sobre o reconhecimento pela ciência política da existência de dirigentes e dirigidos, de governantes e governados. Existência essa que deve ser negada ou afirmada quando se propõe um novo projeto. Experiência que supõe sempre, e necessariamente, que "a relação entre mestre e aluno é uma relação ativa, de relações recíprocas e, portanto, todo mestre é sempre aluno, e todo aluno professor." (*idem, idem*)

Uma nova visão de mundo supõe e exige necessariamente o debate-ruptura, que nunca é pura negação abstrata, com toda a experiência histórica. Supõe a criação de um novo tipo de intelectual. É sempre uma interferência contraditória entre as classes, seus intelectuais e o complexo cultural vigente: "a personalidade de um filósofo individual é dada também pela relação ativa entre ele e o ambiente cultural que ele quer modificar, ambiente que reage sobre o filósofo e, obrigando-o a uma contínua autocrítica, funciona como 'professor'" (*idem, idem*). As liberdades de pensamento e de expressão e a luta histórica pela sua realização são condições politicamente necessárias para poder-se realizar historicamente "um novo tipo de filósofo que se pode chamar 'filósofo democrático', do filósofo convencido de que a sua personalidade não se limita ao próprio indivíduo físico, mas é uma relação social ativa de modificação do ambiente cultural." (1332, CDH 37-8)



O marxismo é essa nova visão de mundo, essa nova filosofia superior. Vê o processo economia/política como construção ativa dos homens, e afirma a estrutura como a articulação específica das classes, de suas práticas e confrontos. "A unidade é dada pelo desenvolvimento dialético das contradições entre o homem e a matéria prima (natureza-forças materiais de produção)." (868, CDH 112) Essa filosofia superior postula a intervenção dos homens, negando sempre, como elemento deteriorado, toda forma de determinismo economicista.

A filosofia é, então, "relação entre a vontade humana (superestrutura) e a estrutura econômica" (*idem, idem*). Gramsci vê como, na economia, "os negadores da teoria do valor caem no crasso materialismo vulgar, colocando as máquinas em si — como capital constante ou técnico — como produtoras de valor, exteriormente ao homem que as conduz".<sup>38</sup> (*idem, idem*) O mesmo ocorrendo na política, local da "intervenção do Estado (vontade centralizada) para educar o educador, o ambiente social em geral" (*idem, idem*).

### Filosofia e autonomia

A necessidade de "destruir o preconceito muito difundido de que a filosofia seja algo de muito difícil" (1375, CDH) é o ponto de partida da questão dos intelectuais. Para Gramsci essa atividade não é apenas "a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados, ou de filósofos profissionais e sistemáticos" (*idem, idem*). Ela, pelo contrário, é possível a todos, dado "que todos são filósofos" (*idem, idem*).

O trabalho filosófico tem, assim, seu campo ampliado. Nós o encontraremos na chamada filosofia espontânea, própria de toda a gente. Está contido na linguagem, no sentido comum, no bom senso, na religião popular. A linguagem é assim o lugar onde se cristalizam as noções e os conceitos, o senso comum, a religião e o folclore se expressam, onde ganham vida e se generalizam. Ela permite o ocultamento ou o esclarecimento: nela ganha forma todo e qualquer material ideológico, toda e qualquer concepção de mundo. Sinteticamente: é o *locus* da transformação cultural necessária. Estamos falando na linguagem em sentido amplo, não reduzindo-a à forma escrita ou falada. A questão é saber como se trabalha essa linguagem. Ser autônomo é ter, entre outras questões, a possibilidade de construir a linguagem adequada ao processo de transformação, é "elaborar a própria concepção de mundo consciente e criticamente (...), em conexão com tal trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser guia de si mesmo." (1376, CDH 12) É, em suma,

decodificar os signos da linguagem anterior e ser capaz de construir a linguagem necessária à articulação dos nossos projetos.

Falamos em autonomia, em elaboração da visão de mundo específica das classes trabalhadoras, das classes subalternas, quando estas se liberam da racionalidade capitalista, ou seja, da organicidade prático-discursiva promovida pelas classes dominantes. Se "somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos" (*idem, idem*), é necessário definir que tipo de conformismo corporificamos. O grau de fragmentariedade e desagregação de uma dada concepção de mundo revela como somos constituídos enquanto personalidades. "Criticar a própria concepção do mundo significa, portanto, torná-la unitária e coerente, e eleva-la ao ponto que atingiu o pensamento mundial mais avançado. Significa, então, mesmo, criticar toda a filosofia até agora existente, enquanto ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular" (*idem, idem*).

O processo de construção da identidade da classe é, portanto, o da crítica em relação aos diversos níveis de consciência anteriores, sempre e sempre, em contraste com a racionalidade dominante. Esse é o processo da construção de uma "concepção do mundo criticamente coerente", ciente da sua historicidade. Sem isso, estaríamos em uma posição anacrônica, seríamos "fosseis e não seres vivos modernamente. Ou pelo menos (...) 'compostos' bizarramente." (1377, CDH 13) *A percepção de um anacronismo relativo é documento do próprio nível de estruturação da classe — sempre em debate com as racionalidades passada e presente dos dominantes, e com a história da sua própria racionalidade (consciente ou não, desagregada ou não).*

A linguagem é vital, "contem os elementos de uma concepção de mundo e de uma cultura" (*idem, idem*). É nela, com ela, que se pode comunicar e processar o debate hegemônico. Assim o conhecimento/desconhecimento da linguagem permite criar/destruir, controlar/libertar a capacidade de estruturar projetos e práticas. O paralelo da política com a linguagem é oportuno: "Quem fala apenas o dialeto ou compreende a língua nacional em graus diversos, participa necessariamente de uma intuição do mundo mais ou menos restrita e provincial, fossilizada, anacrônica em confronto com as grandes correntes de pensamento que dominam a história mundial" (*idem, idem*).

Uma cultura e uma visão de mundo mais restrita tendem a expressar visões "mais ou menos corporativas ou economicistas, não universais." (*idem, idem*) Uma concepção de mundo avançada, assim como uma língua desenvolvida, é capaz de "traduzir-se na língua de uma outra grande cultura, isto é, uma grande língua nacional, historicamente rica e complexa, pode traduzir qualquer outra grande cultura, isto é, ser uma expressão



mundial. Mas um dialeto não pode fazer a mesma coisa". (*idem, idem*) Por isso a filosofia da *práxis* tem que necessariamente promover o debate/crítica/ruptura com o discurso da racionalidade capitalista. Tem que criticar, em outro nível, as formas não capitalistas de elaboração ideológica, mas seu interlocutor/adversário privilegiado é, insistimos, o pensamento burguês. *Uma concepção de mundo pobre não apenas é ineficaz para traduzir-se em outra, como é acima de tudo impotente para organizar, na perspectiva da transformação social, quem e o que quer que seja. É, portanto, condição estrutural e permanente de subordinação.*

Iniciado o processo de criação dessa concepção de mundo nova, um dos elementos mais importantes ser necessariamente a sua capacidade de tradução. Ela deve ser capaz de "difundir criticamente verdades já descobertas, 'socializá-las' (...) fazê-las tornar-se base de ações vitais, elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral." (1377-8, CDH 13) *A hegemonia é exatamente isso: a criação de uma massa de homens capazes de "pensar coerentemente e de modo unitário" o presente e, portanto, de projetar para o futuro, na perspectiva de um novo patamar civilizatório.* Nesse sentido, o elaborador e o sistematizador são igualmente necessários. Fazer de uma nova cultura o patrimônio de todos "é fato 'filosófico' bem mais importante e 'original' do que a descoberta por parte de um 'gênio' filosófico de uma nova verdade que permaneça patrimônio de pequenos grupos intelectuais." (*idem, CDH 13-4*)

Não pode haver exterioridade entre a filosofia da *práxis* e o conjunto das classes subalternas. Ou ela é capaz, por um lado, de perceber o conjunto das questões colocadas por aquelas classes e resolvê-las no interior da sua problemática, e, por outro, ser capaz de fazer-se compreender por elas; ou não há possibilidade de hegemonia.

O material sobre o qual se construir essa nova visão de mundo, desta filosofia, é o conjunto dos produtos históricos da sociedade. Senso comum, religião, filosofia são nomes coletivos. São múltiplos. A filosofia é a ordem intelectual fundamental, pois é a um só tempo crítica e superação dos demais, e nesse sentido "coincide com o 'bom senso', que se contrapõe ao senso comum." (*idem, CDH 14*) Múltiplas também são as filosofias, dado que a *filosofia em geral* é apenas uma hipótese. Múltiplas e contraditórias entre si, racionalidades de diversas classes, em diversos momentos e conjunturas, as filosofias sempre requerem que se escolha entre elas.

Não há, contudo, perfeita compatibilidade entre fato intelectual e norma prática de conduta. Pelo contrário, freqüentemente encontramos um relativo desequilíbrio e mesmo contradições entre elas. A questão decisiva é saber qual "será então a real concepção de mundo: aquela logicamente

afirmada como fato intelectual, ou aquela que resulta da atividade real de cada um, que está implícita no seu agir? E dado que o agir é sempre um agir político, não se pode dizer que *a filosofia real de cada um está contida por inteiro na sua política?*" (1378-9, *idem*. Grifo nosso) Esta contraditoriedade entre pensar e agir é "a expressão de contrastes mais profundos de ordem histórico-social. (...) Significa que um grupo social, que tem uma concepção de mundo, sua, própria, ainda que embrionária, que se manifesta na ação, (...) ocasionalmente, (...) tomou, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que não é sua, por empréstimo de outro grupo." (1379, CDH 15) Isto demonstra que "a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são elas também fatos políticos" (*idem, idem*).

A crítica às outras concepções, a partir da nova racionalidade construída ou em construção, torna-se necessidade efetiva. A prática cotidiana dessa necessidade está presente na própria linguagem popular. Quando a população fala em "tomar a coisa com filosofia", ela expressa, contraditoriamente, seja "um convite implícito à resignação e à paciência" (1380, CDH 16), seja um "convite à reflexão" (*idem, idem*). Filosofia e filosoficamente têm aí "um significado muito preciso, de superação das paixões bestiais e elementares em uma concepção da necessidade que dá ao próprio agir uma direção consciente. É este o núcleo sadio do senso comum, que se poderia precisamente chamar bom senso, e que merece ser desenvolvido e tornado unitário e coerente" (*idem, idem*).

O problema fundamental que se coloca para "toda concepção de mundo, de toda filosofia, que se tornou um movimento cultural, uma 'religião', uma 'fé', isto é que tenha produzido uma atividade prática e uma vontade e que nela esteja contida como 'premissa' teórica implícita (se poderia dizer uma 'ideologia', se ao termo ideologia se dá precisamente o significado mais alto de uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas), o problema de conservar a unidade ideológica em todo o bloco social, que é precisamente cimentado e unificado por aquela ideologia" (*idem, idem*). Problema para o qual as respostas variam.

A Igreja Católica conseguiu manter unidos seus intelectuais e suas "almas simples".<sup>39</sup> Unidade construída graças à repressão dos seus movimentos intelectualmente mais avançados. A existência de um "problema dos 'simples' significa precisamente que houve ruptura na comunidade dos 'fieis', ruptura que não pode ser sanada elevando os 'simples' ao nível dos intelectuais." (1383, CDH 19) Para realizar esta tarefa unitária, a Igreja teve que impor uma "disciplina férrea sobre os intelectuais, para que não ultra-



pass(ass)em certos limites na distinção, e não a tornem catastrófica e irreparável." (1383-4, *idem*)

Abrir mão dessa disciplina e liberar a crítica dos seus intelectuais implicava não apenas colocar em questão todo o conjunto das interpretações sobre as quais repousavam a explicação mas, e sobretudo, ameaçar as hierarquias alicerçadas sobre aquelas explicações. Significaria permitir abertamente o questionamento do conjunto dos dogmas e das hierarquias e, principalmente, a colocação em debate do próprio sentido íntimo e decisivo da crença. A liberdade da crítica implicaria, em última instância, a possibilidade da própria eliminação da organização eclesial. Implicaria, de fato, em uma grande "reforma intelectual e moral", visto que abriria o espaço para a resolução da contradição dirigentes/dirigidos.<sup>40</sup> Para evitar tal coisa, a estrutura eclesiástica pôs em marcha a Contra-Reforma.

Essa liberdade de crítica seria fatal, pois implicaria desmontar uma visão de mundo que não coloca, e nem o poderia, a superação dessa divisão entre dirigentes e dirigidos como tarefa histórico-atual, para indivíduos histórico-reais, mas, pelo contrário, reforça essa divisão como natural, eterna. Uma concepção que jamais poderá ser imanentista, que não pode privilegiar o *hic et nunc* como *ultima ratio*. A postura da religião é a plena projeção da sua visão de totalidade.

As filosofias imanentistas colocavam abstratamente o *hic et nunc* como horizonte. Justo o contrário da religião que denunciava essa desigualdade histórica como não-natural, como *artificial*, dado que o plano verdadeiro natural, não é histórico, mas eterno, *sobrenatural*. As filosofias imanentistas, como a religião, tiveram, na manutenção da unidade dos simples e dos intelectuais, a impossibilidade da sua superação. As filosofias imanentistas são críticas, em geral, da religião e do seu transcendentalismo. Elas, contudo, sequer tentaram "construir uma concepção que pudesse substituir a religião na educação infantil." (1381, *CDH 17*) E, ao proceder assim, permaneceram, embora laicas, prisioneiras do discurso e das práticas religiosas. O pensamento liberal burguês, embora trabalhasse a legitimidade da racionalidade capitalista nascente, o fazia a partir das leituras religiosas (Hobbes, Locke, etc.), o que mostra o limite objetivo dessas filosofias e dessas políticas liberais. Ruptura apenas parcial com o passado. Manutenção do discurso religioso como elemento fundamental de controle ideológico sobre as massas.<sup>41</sup>

Em um pólo oposto se coloca a filosofia da *práxis* que se recusa a "manter os 'simples' na sua filosofia primitiva de senso comum, mas, pelo contrário, tende a conduzi-los a uma concepção superior da vida." (1384, *CDH 20*) Essa exigência de contato entre intelectuais e simples não é feita

"para limitar a atividade científica e manter uma unidade no baixo nível das massas, mas precisamente para construir um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa, e não apenas de escassos grupos intelectuais." (1384-5, *idem*. Grifo nosso) Que fique bem claro: não se trata de cálculo, mas de necessidade vital para a sua possibilidade de realização.

Não basta que os simples demonstrem "um entusiasmo sincero e uma forte vontade de elevar-se a uma forma superior de cultura e de concepção de mundo." (*idem*, *CDH 173*) Não basta querer dar voz a quem não tem voz. Quem dá voz, dá a sua voz. É necessário ir além. É preciso construir a ruptura dos simples com o senso comum. Mais do que "ajuda-los", trata-se de trabalhar em conjunto. O limite do pensamento imanentista foi o de não se colocar como pensamento que supere a cisão intelectuais-simples. A superação dessas cisões só poderia ocorrer se entre esses intelectuais e aquelas massas não houvesse exterioridade, se eles "tivessem sido organicamente os intelectuais daquelas massas, isto é, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social." (1382, *CDH 18*)

Os chamados movimentos de "ida ao povo", como as chamadas Universidades populares, fracassaram por não realizarem uma ligação orgânica, por não existir entre eles "a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática." (*idem*, *CDH 18*) Pelo contrário, apresentavam-se como paternalismo e tutela. Como verdade exterior a ser assimilada pelos subalternos. Como "pacotes" culturais, nunca como diálogo crítico com os "simples". Críticas é verdade, de parcelas do discurso dominante, as filosofias imanentistas se apresentavam como projeto para as elites e não para as massas. Estas deveriam ser "iluminadas", "esclarecidas".

O projeto de construção da hegemonia só será possível se e quando o "trabalho de elaboração de um pensamento superior ao senso comum e cientificamente coerente não (se) esquece(r) nunca de permanecer em contato com os 'simples'" (*idem*, *idem*). Somente neste contato, "uma filosofia se torna 'histórica', se depura dos elementos intelectuais de natureza individual e se faz 'vida'." (*idem*, *idem*) Deixa de ser arbitrária para ser orgânica.

A filosofia da *práxis*, se pretende ser a filosofia das classes trabalhadoras, "não pode deixar de apresentar-se em atitude polêmica e crítica, como superação do modo de pensar existente (...) acima de tudo como crítica do 'senso comum.'" (1383, *idem*) Não se trata da apologia do sectarismo, ou da diferença pela diferença, mas da necessidade de construir uma



nova racionalidade. A relação entre filosofia e senso comum é assegurada pela política, assim como "a relação entre o catolicismo dos intelectuais e o dos 'simples'" (*idem*, CDH 19).

Existem, como vimos, contradições entre o agir prático e a consciência teórica. "O homem ativo de massa age praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica deste seu agir que (...) é um conhecer o mundo enquanto o transforma" (1385, CDH 20). Essa consciência contraditória, que oscila entre a ação e aquela consciência "superficialmente explícita e verbal que herdou do passado e que acolheu sem crítica" (*idem*, *idem*) vinculada a "um grupo social determinado, influi na conduta moral, na direção da vontade, de modo mais ou menos enérgico, que pode chegar até a um ponto em que a contraditoriedade da consciência não permita nenhuma ação, nenhuma decisão, nenhuma escolha, e produz um estado de passividade moral e política" (*idem*, CDH 20-1).

Ser crítico de si mesmo é ter clareza sobre estas contradições. Essa compreensão crítica "ocorre então através de uma luta de 'hegemonias' políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, para chegar a uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de ser parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase para uma ulterior e progressiva autoconsciência em que teoria e prática se unificam. Mesmo a unidade de teoria e prática não é então um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem sua fase elementar e primitiva no sentido de 'distinção', de 'destaque', de independência apenas instintivo, e progride até o processo real e completo de uma concepção de mundo coerente e unitária" (*idem*, CDH 21). *Distinquir-se, destacar-se, tornar-se independente. Aqui estão os elementos da autonomia.*

O processo da hegemonia supõe, antes de mais nada, a autonomia da construção da visão de mundo. Autonomia e/ou subordinação são faces dessa luta de hegemonias, que nada mais é do que o cotidiano das classes e de suas lutas. Filosofia que se constrói, prática que se torna consciente, a filosofia da *práxis* tem, nas lutas de classe, na história, o seu grande laboratório. Aqui fica absolutamente claro como o economicismo, forma teorizada do dogmatismo, é contraditório com esse projeto. A construção do "conceito de hegemonia representa um grande progresso filosófico além de político-prático, porque necessariamente arrasta e supõe uma unidade intelectual e uma ética conformes a uma concepção do real que superou o senso comum e se tornou crítica, ainda que dentro de limites restritos" (1385-6, *idem*). O desenvolvimento desse conceito é decisivo na luta política.

Subtrair-se ao domínio ideológico de outra classe é condição necessária, mas não suficiente, na construção da hegemonia. É um primeiro

passo na direção da coerência e de unitariedade da nova concepção. Para tal, faz-se necessário construir intelectuais: "Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se 'distingue' e não se torna independente '*per se*' sem organizar-se (em sentido lato), e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico do nexo teoria/prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas 'especializadas' na elaboração conceitual e filosófica." (1386, *idem*) Processo longo e contraditório.

A hegemonia em construção traz outros problemas. Quando se pensa a teoria como exterior à prática — e não como unidade — estamos face a proposições marcadas por uma concepção que toma a "teoria como 'complemento', 'acessório' da prática, de teoria como escrava da prática." (*idem*, *idem*) Na dialética intelectuais/massa estabelecida no processo da hegemonia, ocorre freqüentemente "uma perda de contato, donde a impressão de 'acessório', de complementar, de subordinado. A insistência sobre o elemento 'prático' do nexo teoria/prática, depois de ter cindido, separado e não apenas distinguido os dois elementos (...) significa que se atravessa uma fase ainda econômico-corporativa, em que se transforma quantitativamente o quadro geral da 'estrutura' e a qualidade-superestrutura adequada está em vias de surgir, mas não está ainda organicamente formada." (1386-7, CDH 22)

Fundamental é então o papel dos partidos políticos na construção e difusão das concepções de mundo e na criação de intelectuais. Eles funcionam como "*experimentadores históricos*" dessas concepções. Os "partidos selecionam individualmente a massa atuante, e a seleção ocorre, seja no campo prático, seja no teórico, conjuntamente, com uma relação tão mais estreita quanto mais a concepção é vital e radicalmente inovadora e antagonica aos velhos modos de pensar. Por isso, pode-se dizer que os partidos são elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias,<sup>42</sup> isto é, o cadinho da unificação da teoria e da prática entendida como processo histórico real." (1387, *idem*. Grifo nosso)

Há, no entanto, um grande problema. Essas novas intelectualidades não podem propor-se como círculo restrito. *O logos tem que se fazer carne*. Tem que ter a força da massa, e isso no início só é possível "pelos trâmites de uma elite, em que a concepção implícita na atividade humana já se tenha tornado em uma certa medida consciência atual coerente e sistemática, e vontade precisa e decidida." (*idem*, CDH 23) Dado que a ruptura das classes subalternas com os antigos modos de pensar é apenas o momento inicial, dado que partindo necessariamente da



sua prática subordinada e organizada pela racionalidade dos dominantes, "a fidelidade e a disciplina são inicialmente a forma que assume a adesão da massa e a sua colaboração ao desenvolvimento do fenômeno cultural como um todo." (1386, CDH 22) No desenvolvimento da dialética intelectuais/massa, a cada deslocamento dos intelectuais existe "um movimento análogo da massa dos simples, que se eleva a níveis superiores de cultura e amplia simultaneamente seu círculo de influência, com avanços individuais ou de grupos mais ou menos importantes em direção ao estrato dos intelectuais especializados." (*idem, idem*)

O mecanicismo, o determinismo, o fatalismo são obstáculos a essa tarefa. Mais do que nunca é necessário romper com eles, dado que funcionam como "um 'aroma' ideológico imediato (...), uma forma de religião e de excitante (mas ao modo dos estupefacientes), tornad(o) necessári(o) e justificad(o) historicamente pelo caráter 'subalterno' de determinados estratos sociais. Quando não se tem a iniciativa da luta e a própria luta acaba então por identificar-se com uma série de derrotas, o determinismo mecanicista se torna uma força formidável de resistência moral, de coesão, de perseverança paciente e obstinada. (...) A vontade real se traveste em um ato de fé, em uma certa racionalidade da história, em uma forma empírica e primitiva de finalismo apaixonado que aparece como um substituto da predestinação, da providência, etc., das religiões confessionais. (...) Mas quando o 'subalterno' se torna dirigente e responsável pela atividade econômica de massa, o mecanicismo aparece em um certo ponto como um perigo iminente, ocorre uma revisão de todo modo de pensar porque ocorreu uma mutação no modo social de ser" (1388, CDH 23. Grifos nossos).

Salientemos alguns mecanismos dessa luta de hegemonias. Consideremos primeiramente a existência "de uma extrema labilidade nas novas concepções das massas populares, especialmente se estas novas convicções estão em contraste com as convicções (mesmo novas) ortodoxas, socialmente conformistas segundo os interesses gerais das classes dominantes." (1391, CDH 27)<sup>43</sup> Isto torna evidentemente mais complexo o trabalho.

Uma segunda consideração é de que uma "parte da massa mesmo subalterna é sempre dirigente e responsável, e a filosofia da parte precede sempre a filosofia do todo, não apenas como antecipação histórica, mas como necessidade atual." (1389, CDH 24) Deve-se, então, "trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente estratos populares cada vez mais vastos, (...), para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar para suscitar elites de intelectuais de um tipo novo que surjam diretamente da massa, permanecendo ainda em contato com ela (...). Esta (...) necessidade, se satisfeita, é a que realmente modifica o 'panorama ideológico' de uma época." (1392, CDH 27.

Grifo nosso) Este trabalho se faz tão mais necessário quanto mais se sabe "que, nas massas enquanto tais, a filosofia não pode ser vivida senão como fé." (1389-90, CDH 26)

A luta das hegemonias tem, pois, uma face cognitiva. Face à labilidade das massas e ao peso que a tradição confere ao pensamento anterior é necessário todo um trabalho de consolidação das novas orientações gerais, de elaboração da nova linguagem, de fazê-las tornar-se cotidiano das massas, como que uma nova segunda natureza, com o que se tornam *espontaneidade racional*. "A adesão ou não adesão de massa a uma ideologia é o modo com que se verifica a crítica real da racionalidade ou da historicidade dos modos de pensar." (1393, CDH 28)

### A filosofia da práxis e a hegemonia

A filosofia da *práxis* é a teoria superior, capaz de ordenar a nova racionalidade. O embate com as outras filosofias/racionalidades/práticas se faz presente. Fundamental nessa luta de hegemonias<sup>44</sup> é a autonomia da classe em relação às outras. A ortodoxia, que não se pode confundir nem com dogmatismo, nem com sectarismo, deve ser buscada "no conceito fundamental que a filosofia da *práxis* 'basta a si mesma', contém em si todos os elementos fundamentais para construir uma total e integral concepção de mundo, uma filosofia total (...) para vivificar uma integral organização prática da sociedade, isto é, para se tornar uma civilização total, integral." (1434, CDH 186-7)

A filosofia da *práxis* é uma teoria revolucionária "na medida em que é elemento de separação e de distinção consciente em dois campos, enquanto é um vértice inacessível ao campo adversário." (*idem*, CDH 187) Seguindo as perspectivas desenvolvidas por Antonio Labriola, Gramsci afirma que a filosofia da *práxis* é "uma estrutura de pensamento completamente autônoma e independente, em antagonismo com todas as filosofias e religiões tradicionais." (*idem, idem*. Grifo nosso. Revolucionária e autônoma, não precisa buscar nenhum método exterior a si. Autônoma porque cortou as "ligações como velho mundo" (*idem, idem*) filosófico. Um bom exemplo da visão de uma perda de autonomia da filosofia da *práxis* se encontra no retorno a Kant, pretendido por vários socialistas, do final do século XIX, como fundamental para dar cientificidade ao marxismo. Ela "não se confunde e não se reduz a nenhuma outra filosofia: ela não é apenas original enquanto supera as filosofias precedentes, mas especialmente enquanto abre uma estrada completamente nova, isto é, renova de cima a baixo o modo de conceber a própria filosofia." (1436, CDH 189) Mais do que



isso: ela "é o 'historicismo absoluto', a mundianização e a terrenalidade absoluta do pensamento, um humanismo absoluto da história. Nesta linha deve-se escavar o filão da nova concepção de mundo." (1437, *idem*) Revolucionária e autônoma porque, contrariamente às demais filosofias e concepções de mundo, ela pretende "tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar outra." (1319, *CDH* 270)

Essa autonomia obriga às demais filosofias (enquanto concepções de mundo) a tentar limitá-la, enquadrá-la: ver, como exemplo privilegiado, a ação de Benedetto Croce. Tarefa facilitada se, de dentro do círculo intelectual que se reivindica da filosofia da *práxis*, se procura em outras filosofias elementos de complementariedade ou base epistemológica.<sup>45</sup>

Croce apresentou-se essencialmente como "uma reação ao 'economicismo' e ao mecanicismo fatalista (...) como superação destrutiva da filosofia da *práxis*." (1234-5, *CDH* 230) Ele toma a filosofia da *práxis* como uma manifestação particular desses economicismo e mecanicismo fatalistas. Reduzindo a filosofia da *práxis* a um mero determinismo, Croce tenta então inscrevê-la na sua própria teoria, tornando-a assim prisioneira do idealismo. Tenta deformá-la, absorvê-la, aniquilá-la. Realiza essa tarefa chamando "energicamente a atenção sobre a importância dos fatos de cultura e de pensamento no desenvolvimento da história, sobre a função dos grandes intelectuais na vida orgânica da sociedade civil e do Estado, sobre o momento da hegemonia e do consenso como forma necessária do bloco histórico concreto" (1235, *CDH* 230-1), como se a filosofia da *práxis* jamais tivesse trabalhado essas questões e jamais pudesse vir a trabalhá-las. Tudo isso combinado com a desvalorização das ideologias, transformadas por ele, em erro e em aparências.

Contrariamente ao afirmado por Croce, e por muitas leituras do marxismo, a filosofia da *práxis* não "exclui a história ético-política, (...) pelo contrário, a etapa mais recente do seu desenvolvimento consiste precisamente na reivindicação do momento da hegemonia como essencial na sua concepção estatal, e na 'valorização' do fato cultural, da atividade cultural, de um fronte cultural como necessário ao lado daqueles meramente econômicos e meramente políticos." (1224, *CDH* 219)

Quem pretende trabalhar na perspectiva da filosofia da *práxis* tem a tarefa de aprofundar a crítica e afirmar que "em nome" dela muito determinismo foi praticado e, graças a isso, muitas derrotas foram sofridas. É certo. Mas também é preciso afirmar que isso não ocorreu pela incapacidade de a teoria responder aos desafios colocados pela prática das classes. Que isto ocorreu, fundamentalmente, pelo positivismo mecanicista da

maioria dos seus praticantes. Uma boa demonstração dessa afirmação está na "eterna" e imutável "contradição capital-trabalho". Tomada abstratamente, fora da história, essa contradição inexistente e só poderia realmente significar desconhecimento/erro/derrota.<sup>46</sup> A afirmação, já presente em Engels, da necessidade do fronte ideológico, significa a necessidade do entendimento de si mesmo e dos outros. A oposição entre Cavour e Mazzini, Moderados e Partido da Ação, na análise feita por Gramsci da unificação italiana é uma demonstração dessa tese não apenas no terreno imediato da sociedade mas, e fundamentalmente, na construção das estratégias de hegemonia.

É preciso considerar essa questão em toda a sua importância. Gramsci fala que, Lenin, "o maior teórico moderno da filosofia da *práxis*, no terreno da luta e da organização política, com terminologia política, em oposição às diversas tendências 'economicistas', revalorizou o fronte da luta cultural e construiu a teoria da hegemonia como complemento da teoria do Estado-força e como forma atual da doutrina *quarantottesca* da 'revolução permanente'" (1235, *CDH* 231) ao mesmo tempo que Croce.

O momento imperialista transformou, de modo radical, as relações internacionais, seja no campo da política, seja no da economia. Transformações que era necessário examinar. Era necessário repensar a estratégia daqueles que se propunham a fundar uma nova civilização principalmente porque o americanismo recolocou, em bases ainda mais novas, essas relações de força. Mais do que nunca, era suicídio traduzir simplesmente uma crise econômica em uma crise política. Fazer isso era auto-interditar-se à compreensão do real, perdendo a riqueza do processo. Em suma, era desconhecer o movimento histórico das classes. Era preciso, pois, repensar toda a estratégia internacional e as correlatas estratégias nacionais. Uma leitura nova sobre a questão da hegemonia obrigava à releitura de todos os projetos vivenciados pelos revolucionários: da Internacional Comunista, de Lenin a Trotski, passando pelo stalinismo. Uma construção teórica da questão da hegemonia permitiria, e permite, escapar ao círculo vicioso — determinismo econômico/voluntarismo político —, que caracterizou praticamente todo o pensamento da III Internacional.

A afirmação da cultura como espaço da hegemonia é fundamental. "A proposição contida na introdução à *Crítica da Economia Política*, que os homens tomam consciência dos conflitos de estrutura no terreno das ideologias, deve ser considerada como uma afirmação de valor gnoseológico e não puramente psicológico e moral." (1249, *CDH* 52) Isso coloca a questão de que toda hegemonia supõe uma estrutura material de realização.<sup>47</sup> Se é no terreno das ideologias que os homens percebem suas contradições, isso significa que



qualquer tradução imediata do econômico no ideológico ou qualquer redução deste à mero epifenômeno daquele, implica em desconhecer o real. Mais do que isso, implica em subordinação política e ideológica. E quanto mais se é dogmático e sectário, mais se facilita a ação dos adversários e, conseqüentemente, se caminha para a impotência e a derrota.

Faz-se necessária a clareza de que não se trata de uma mera luta ao nível do discurso. A eficácia das ideologias decorre da sua capacidade de interferir na vida concreta das classes, dos homens. "A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. Em linguagem crociana: quando se consegue introduzir uma nova moral conforme a uma nova concepção de mundo, se acaba por introduzir mesmo tal concepção, isto é, se determina uma inteira reforma filosófica." (1250, *idem*) *Ou seja, se determinam novos campos de luta, se recoloca a questão dos projetos. Só assim se podem pensar estratégias e táticas.*

A vitória de um princípio hegemônico (ético-político) não se dá pela pura superioridade técnica, lógica ou racional. A tarefa de quem busca construir a nova hegemonia é, fundamentalmente, compreender as razões pelas quais um projeto de hegemonia é vitorioso ou não. *Ou seja, compreender como um discurso pode capturar as emoções e as práticas das classes que domina: "Será necessário explicar porque em 1848 os camponeses croatas combateram contra os liberais milaneses, e os camponeses lombardo-venetos combateram contra os liberais vienenses. O nexos real ético-político entre governantes e governados era a pessoa do imperador ou do rei (...), como mais tarde o nexos será, não o conceito de liberdade, mas o de pátria e nação."* (1236-7, CDH 232)

Falamos em um discurso que pode *capturar as emoções e as práticas das classes que domina*. O debate hegemônico não se move, devemos enfatizar, apenas no plano da racionalidade. Mas também no campo da afetividade. Eis aqui uma outra dificuldade da nova racionalidade. As formas anteriores de pensamento não apenas tem por si a legitimidade do antigo uso mas a sua transformação em afetividade. Basta-lhes a pura repetição e o uso das imagens sacralizadas, dos valores tornados segunda natureza. Falamos anteriormente do uso da noção de *ordem*. Mas poderíamos seguir pensando em categorias tão fortes como *família, pátria, fraternidade, amor*. A nova racionalidade ser obstada pelos apelos que vão das afirmações genéricas do tipo "eles negam a família" até a imputação do "desrespeito aos símbolos pátrios", da negação da liberdade e da propriedade, mesmo que no cotidiano as classes subalternas jamais tenham vivenciado plenamente qualquer uma dessas categorias no sentido que as classes dominantes lhes atribuem.

Aqui a afirmação de Marx sobre as *aparências necessárias* é vital. Dado que o discurso das classes dominantes pode capturar a vontade das classes dominadas e pô-las a seu serviço é preciso determinar o peso concreto de cada um dos elementos da estrutura e o modo de sua realização em conjunturas as mais diversas.

## A questão da hegemonia no seu processo histórico de constituição

### Uma hegemonia não realizada: unidade italiana e revolução passiva

A unidade italiana não pode ser vista como realização de uma hegemonia. Essa unidade se realiza no quadro de uma revolução passiva. A idéia do embate hegemônico é claramente expresso e personificado na atuação de dois dirigentes. Personificação da relação das classes, Cavour e Mazzini expressam distintas subjetividades históricas, isto é, concreções de diferentes projetos. "Cavour era consciente da sua tarefa (pelo menos em uma certa medida) enquanto compreendia a tarefa de Mazzini; Mazzini não parecia ser consciente da sua e da de Cavour; pelo contrário, se Mazzini tivesse tido tal consciência (...) o equilíbrio resultante da confluência das duas atividades teria sido diverso, mais favorável ao mazzinismo: isto é, o Estado italiano ter-se-ia constituído sobre bases menos atrasadas e mais modernas." (1767, MPE 77) Coloca-se assim a limitação da realização dessa hegemonia.

### Pressuposto racional ou análise empírica?

Gramsci pensa a revolução passiva como uma transformação que ocorre mais "pela intervenção legislativa do Estado e através a organização corporativa, na estrutura econômica do país". (1228, MPE 223) Foram "introduzidas modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento 'plano da produção', (...) acentua(r) a socialização e a cooperação da produção sem para isto se tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e de grupo do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas, esta poderia ser a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as mais avançadas formações industriais dos países que monopolizaram as matérias primas e acumularam capitais imponentes." (*idem, idem*) Ocorreram revoluções passivas naqueles "países que mo-



dernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino" (504).

É preciso lembrar que a análise gramsciana da unidade italiana tem como limites, por um lado, o processo da revolução francesa e da ação dos jacobinos e, por outro lado, o a derrota dos movimentos operário e socialista, derrota essa consolidada pelo fascismo.<sup>48</sup> Gramsci, qual um Maquiavel do proletariado, se debruça nas suas primeiras reflexões, sobre a história da unidade para marcar os limites e os impasses das forças socialistas e populares. No cárcere, em uma típica situação *für ewig*,<sup>49</sup> desinteressada, sem o estímulo e a pressão da atuação imediata, como ele amava dizer, a reflexão sobre a unidade é a resposta de uma questão histórica: por que perdemos? Pergunta que permite iluminar a questão universal da construção da nova civilização.

Ele trabalha a questão da hegemonia na unidade italiana como uma dupla limitação: a das forças populares (ou, pelo menos, as mais próximas dessa postura) e a das classes dominantes. Limitações radicalmente distintas.

Do ponto de vista das classes dominantes, essa limitação não é, de forma alguma, impotência. Os moderados atuaram, desde a sua ótica, de uma maneira correta: sua intervenção política torna absolutamente claro que a atividade hegemônica pode e deve ocorrer "antes mesmo da ida ao poder, e que não é necessário contar apenas com a força material que o poder dá para exercer uma direção eficaz. A brilhante solução destes problemas tornou possível o *Risorgimento* nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem 'Terror', como 'revolução sem revolução', como 'revolução passiva'." (2011, R 97) Eles "conseguiram estabelecer o aparelho (o mecanismo) da sua hegemonia intelectual, moral e política" (*idem, idem*), de forma liberal, isto é, "através da iniciativa individual, 'molecular', 'privada' (não por um programa de partido elaborado e constituído segundo um plano previamente à ação prática e organizativa)" (*idem, idem*).

O segredo dessa forma liberal está exatamente na sua composição de classe. Em especial no seu caráter de intelectuais condensados: "dadas a estrutura e as funções dos grupos sociais representados pelos moderados, dos quais os moderados eram a camada dirigente, os intelectuais em sentido orgânico." (*idem, idem*). Pela própria "organicidade das suas relações com os grupos de quem eram expressão (por toda uma série dessas [relações] se realizava a identidade entre representado e representante. Os moderados eram uma vanguarda real das classes altas, porque eles próprios pertenciam às classes altas: eram intelectuais e organizadores políticos e, ao mesmo tempo, chefes de empresas, grandes agricultores ou administradores de pro-

priedades, empresários comerciais e industriais, etc). Dada essa condensação ou concentração orgânica, os moderados exerciam uma poderosa atração, de modo 'espontâneo', sobre toda a massa de intelectuais de todos os graus existentes na península em estado 'difuso', 'molecular', pela necessidade, ainda que elementarmente satisfeita, da instrução, da administração." (2012, R 97-8)

Como intelectuais, "exerce(ra)m um tal poder de atração que acab(ar)am, em última análise, subordinando os intelectuais dos outros grupos sociais, e criando um sistema de solidariedade entre todos os intelectuais com ligações de ordem psicológica ( vaidade, etc.) e mesmo de casta (técnico-jurídicas, corporativas, etc.)." (*idem, R 98*) Incorporaram como ideologia e como corporação e não apenas como projeto político imediato. Tiveram, na prática, a clareza política de que "a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, enquanto a absorção das elites dos grupos inimigos conduziu à decapitação destes e ao aniquilamento por um período frequentemente muito longo" (2011, R 97). Síntese disso é a frase atribuída a Vittorio Emanuele de que teria os membros do Partido da Ação no bolso, *in tasca*. Assim, afirma Gramsci, "por esta consciência a sua 'subjetividade' era de uma qualidade superior e mais decisiva." (1782, MPE 81. Grifo nosso)

Do ponto de vista dos moderados a realização orgânica da unidade italiana não requeria a incorporação das classes subalternas como cidadania. Antes pelo contrário. Essa não realização do projeto de cidadania clássica — incorporação do povo nação e criação de um Estado nacional-popular — não é, nem impotência nem fracasso, mas possibilidade histórica concreta. Mais do que direção era dominação.

Para o Partido da Ação, o problema se colocava de modo diverso. Sua base social era extremamente heterogênea: não se localizava em nenhum grupo social fundamental específico. Não tinha assim possibilidades concretas de atração. Mais que dirigir, era dirigido. Sua relação com as massas populares passava inclusive por fortes reminiscências históricas: o "pânico de um 93 terrorístico reforçado pelos acontecimentos franceses do 48-49" (2013, R 98-9). Acontecimentos que os deixavam temerosos na sua relação com o povo, não permitindo assim essa aproximação. Além disso alguns dos seus mais importantes dirigentes, como Garibaldi, estavam "em relação pessoal de subordinação com os chefes dos moderados" (*idem, R 99*).

A racionalidade da luta política exige a "consciência da tarefa da outra parte". A inexistência dessa consciência debilitou a intervenção do Partido da Ação e impediu-o de "ter plena consciência de sua própria tarefa e, portanto, de pesar no equilíbrio final das forças, em relação ao seu efetivo peso de intervenção e, donde, de determinar um resultado mais avançado,



em uma linha de maior progresso e modernidade." (1773-4, MPE 80) As formulações dos mazzinianos não passavam de "elocubrações individuais (...), nunca se cimentaram com a realidade efetiva, nunca se tornaram consciência popular-nacional difundida e atuante." (1782, MPE 81. Grifo nosso) Eram ideologias arbitrárias, não orgânicas. Eles não eram os intelectuais daquelas massas. Faltava-lhes uma subjetividade histórico-política de qualidade superior.

Incapaz pelos seus limites específicos, o Partido da Ação não poderia "acolher em seu programa determinadas reivindicações populares (por exemplo, a reforma agrária)." (2013, R 99) Sem possibilidade de ampliar sua base social e tendo que travar lutas, sem a plena consciência do campo de forças em que se moviam, sendo intelectuais "desenraizados", sem bases de massas, os mazzinianos não podiam construir a sua autonomia. Pelo contrário, eram obrigados a mover-se dentro do discurso e das práticas dos Moderados. Estes não apenas tinham maior consciência do campo em que se moviam, mas também a iniciativa do processo. "Para que o Partido da Ação se tivesse tornado uma força autônoma e, em última análise, tivesse conseguido pelo menos imprimir ao *Risorgimento* um caráter mais marcadamente popular e democrático (...) deveria contrapor à atividade 'empírica' dos moderados (...) um programa orgânico de governo que refletisse as reivindicações essenciais das massas populares, em primeiro lugar dos camponeses: à 'atração espontânea' exercida pelos moderados teria devido contrapor uma resistência e uma contra-ofensiva 'organizadas' de acordo com um plano." (*idem, idem*) O Partido da Ação, mais que radical, era retórico.

Some-se a tudo isso o fato de ser tributário de uma ausência de perspectiva nacional concreta. O Partido da Ação, "embebido pela tradição retórica da literatura italiana, confundia a unidade cultural existente na península — limitada porém a um estrato mínimo da população e contaminada pelo cosmopolitismo vaticano — com a unidade política e territorial das grandes massas populares, que eram estranhas àquela tradição cultural." (2014, R 100-1) Enquanto os Moderados atuavam a partir da implantação, via Estado, dos seus programas imediatos e, a partir disso, articulavam amplos setores da intelectualidade, os mazzinianos acreditavam nos mitos sobre a Itália.

Esta observação recoloca e atualiza um velho problema gramsciano, o da existência de um monstruoso bloco agrário, soldado pelos intelectuais. Problema já claramente formulado nos *Alcuni temi sulla questione meridionale*. A dissolução desse bloco poderia "dar lugar a uma nova formação liberal-nacional se se forçasse em duas direções: sobre os camponeses de base, aceitando-lhes as reivindicações elementares e fazendo deles parte integrante do novo programa de governo, e sobre os intelectuais dos estratos médios e inferiores,

concentrando-os e insistindo sobre os motivos que mais lhes pudessem interessar (...). A relação entre estas ações era dialética (...): a experiência de muitos países, e acima de tudo da França no período da grande revolução, demonstrou que se os camponeses se movem por impulsos 'espontâneos' os intelectuais começam a oscilar e, reciprocamente, se um grupo de intelectuais se põe sobre a nova base de uma política concreta filo camponesa, isto termina por arrastar consigo frações de massa cada vez mais importantes." (2024, R 109) Processo marcado pela "dispersão e isolamento da população rural" (*idem, idem*), a dificuldade radicava então na concentração dessa população "em sólidas organizações" e assim conviria "iniciar o movimento pelos grupos de intelectuais" (*idem, idem*). A realização dessa unidade não foi possível: do ponto de vista da transformação social, camponeses e intelectuais continuaram dispersos.

A ausência de um sentimento nacional-popular é um dos problemas fundamentais. Gramsci insiste repetidas vezes sobre essa questão. Existe uma "uma separação entre público e escritores, e o público busca a 'sua' literatura no exterior, porque a sente mais 'sua' do que a dita nacional." (2253, LVN 93) Inexistia, na Itália, uma literatura aderente às necessidades populares mais profundas e mais elementares, "a literatura existente, salvo raras exceções, não está ligada à vida popular-nacional, mas a grupos restritos que da vida nacional não são senão a 'mosca cocheira'<sup>50</sup>." (2252, LVN 92)

Tudo isso sobredeterminado, pelo fato de que os intelectuais italianos não são nacionais e sim cosmopolitas. Pelo menos desde o Renascimento. Não existindo nenhuma ligação entre esses intelectuais e aquelas massas se caracteriza uma dispersão real e objetiva de discursos mais do que a possibilidades de práticas nacionais (do ponto de vista popular). Aqui claramente se explica o porquê da ênfase gramsciana com a construção da vontade nacional-popular. Ela é a *pedra de toque* de todo o processo italiano. Esta é a grande lição que ele aprende com Maquiavel, com quem aliás compartilha o "X da questão": construir uma nova civilização.

A análise do problema remete ao exame da forma da unidade nacional, do modo pelo qual ela se processou. Não havia nenhuma classe, na Itália, com possibilidade objetiva de se colocar como aspirante à hegemonia. Apenas como candidata à dominação e, assim mesmo, com a intervenção estatal a seu favor. Não era, portanto, um projeto "privado", ou se se preferir "liberal". Os grupos, frações de classe, que podiam aspirar realizar esse processo "não queriam 'dirigir' ninguém, isto é, não queriam pôr de acordo os seus interesses e aspirações com os interesses e aspirações de outros grupos. Queriam 'dominar', não 'dirigir'. Queriam que dominassem os seus interesses e não as suas pessoas, isto é, queriam que uma força nova,



independente de qualquer compromisso e condições, se tornasse a árbitra da Nação: esta força foi o Piemonte, donde a função da monarquia. O Piemonte teve uma função que pode, por certos aspectos, ser comparada à do partido, isto é, dos dirigentes de um grupo social (e se falou sempre, de fato, de 'partido piemontês'; com a determinação que se tratava de um Estado, com um exército, uma diplomacia, etc.)" (1822-3, R 140) Daí a conhecida afirmação segundo a qual Cavour teria diplommatizado a revolução!

Pode-se retirar uma conclusão teórica importante para a construção do conceito de "revolução passiva": ela é realizada por um Estado que aparece como "'dirigente' do grupo que deveria ser dirigente e pode colocar à disposição deste um exército e uma força político-diplomática." (1823, *idem*) Gramsci chega mesmo a chamar de "função tipo 'Piemonte' nas revoluções passivas (...), o fato de um Estado substituir os grupos sociais no dirigir de uma luta de renovação. É um dos casos em que se tem a função de 'domínio' e não de 'direção', nestes grupos: ditadura sem hegemonia. A hegemonia será de uma parte do grupo social sobre todo o grupo, não deste sobre outras forças para potenciar o movimento, radicalizá-lo, etc, sobre o modelo 'jacobino'." (1823-4, *idem*)

O conceito de revolução passiva, revolução sem revolução, nos permite entender o que uma certa sociologia de corte funcionalista chama de "modernização conservadora". Revolução com "r" pequeno, como diriam os althusserianos. Esse conceito permite interpretar as "modificações moleculares que na realidade modificam progressivamente a composição precedente das forças e então tornam-se matrizes de novas modificações" (1767, MPE 77), modificações que, contudo, não alteram a questão central da hegemonia: a transformação das superestruturas necessária à passagem a uma nova forma civilizatória, a um novo bloco histórico.

### O americanismo, uma tentativa de hegemonia

Em carta à sua companheira Júlia, Gramsci sintetiza, com boa dose de ironia, como deveria ser o homem moderno: "uma síntese daqueles... que vêm hipostáticos como caracteres nacionais: o engenheiro americano, o filósofo alemão, o político francês, recriando, por assim dizer, o homem italiano do Renascimento, o tipo moderno de Leonardo da Vinci tornado homem-massa ou homem-coletivo, mantendo, contudo, as suas fortes personalidades e originalidades individuais. Uma coisa à toa como se vê".<sup>51</sup> Nesta carta ele critica os métodos educativos que apressavam a formação profissional deixando pouco espaço para a fantasia infantil. Não só pela escolari-

zação formal mas também pelo próprio uso e/ou confecção de brinquedos infantis se faz avançar uma dada concepção de mundo.

Não é nossa preocupação a questão do americanismo como articulação específica de processos produtivos, mas como uma *ideologia constituidora do real*. Para Gramsci o americanismo se apresentava como uma forma do capitalismo. Processo de diferenciação em relação aos Estados regidos pelo imperialismo, ele altera o padrão societário. Repensa-se não apenas as práticas fabris mas, e principalmente, suas condições de existência. Tal é a alteração efetuada que a introdução do fordismo, na Itália, é recebida, pela burguesia e por seus intelectuais, com imensas "resistências 'intelectuais' e 'morais'." (2141, MPE 377) Uma indicação precisa da relevância do americanismo é o contraponto que Gramsci faz entre ele e o movimento *ordínovista*.

A forma americana exigia, desde logo, uma composição demográfica racional, a não existência de "classes numerosas sem uma função essencial no mundo produtivo, (...) classes absolutamente parasitárias" (*idem, idem*). A existência dessas classes, criadas pelas lutas de classe ao longo dos séculos, representa, na Europa e, em particular na Itália, uma "camada de chumbo", um enorme contingente populacional cuja função era basicamente política. Elas são "pensionistas da história econômica" (*idem, idem*). A sua inexistência na América é uma das mais fortes caracterizações do ambiente produtivo americano, tornando assim "relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssimas) (...). A hegemonia nasce da fábrica e não tem necessidade para exercer-se senão de uma quantidade mínima de profissionais intermediários da política e da ideologia." (2145-6, MPE 381-2)

Vale a pena acentuar que nem sempre a "hegemonia nasce da fábrica". Isto ocorre quando a força de trabalho é incorporada ao projeto capitalista, como veremos abaixo, de maneira ativa (convencimento ativo, em especial pela impregnação da nova racionalidade) ou passiva (neutralização das organizações proletárias). A "hegemonia nasce da fábrica" quando há adequação entre racionalidade estatal e racionalidade econômica, quando esta última se faz horizonte de classe, identificando-se como patamar civilizatório. Quando então se faz necessário apenas "uma quantidade mínima de profissionais intermediários da política e da ideologia." (*idem, idem*). A hegemonia não é apenas um projeto político, mas é o campo do possível do pensável, do praticável. Ela ocorre quando as produções/práticas se pen-



sam na produção/racionalidade material, quando ela é campo de articulação do saber/fazer/sentir/agir.

O americanismo foi, então, a criação de “um novo tipo humano, correspondente ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo” (2146, MPE 382), de uma nova “fase da adaptação psico-física à nova estrutura industrial” (*idem, idem*). Essa adaptação, viabilizada por uma composição demográfica racional, combinou consenso e repressão. Materializou um novo modo de vida. Considerando o seu estado inicial e a inexistência de sedimentações políticas, inclusive de resistência, o americanismo ao tempo de Gramsci não conheceu ainda<sup>52</sup> nenhum desenvolvimento ideológico mais forte. Aparecia mesmo como “a forma deste tipo de sociedade racionalizada, em que a ‘estrutura’ domina mais imediatamente as superestruturas, e estas são ‘racionalizadas’ (simplificadas e diminuídas de número).” (*idem, idem*. Grifo nosso)

A racionalização da produção passa pela “liberdade industrial”, pela luta contra a “propriedade do ofício”. A quebra de um tipo de sindicato, que era a expressão corporativa da propriedade dos ofícios qualificados, era uma necessidade vital para o capitalismo americano. Diferentemente da cena europeia do século XIX, essa luta encontrava as massas americanas em estado bruto e, além disso, sobredeterminada pela questão dos negros, de outras nacionalidades e culturas.

Falamos de criação de um novo nexos psico-físico, de um novo tipo de trabalhador. Fabricar o novo trabalhador supõe a criação de um novo homem, isto é, a destruição ativa de uma personalidade histórica. Para tal se exige “uma luta contínua contra o elemento ‘animalidade’ do homem, um processo freqüentemente doloroso e sangrento, de subjugação dos instintos (naturais, isto é, animais e primitivos) a cada vez mais novas, complexas e rígidas normas e hábitos de ordem, de exatidão, de precisão que tornam possível as formas cada vez mais complexas de vida coletiva, que são a consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo.” (2060-1, MPE 393) Processo, sem dúvida alguma, violento o da gestação de uma nova classe trabalhadora e de uma nova cultura.<sup>53</sup> Gramsci acentua essa dolorosa adaptação ao criticar a política de militarização do trabalho — defendida por Trotski e aceita pela direção bolchevique — e, assim, de “dar supremacia, na vida nacional, à indústria e aos métodos industriais, de acelerar com meios coercitivos exteriores, a disciplina e a ordem na produção, de adequar os costumes à necessidade do trabalho.” (2164, MPE 396. Grifo nosso)

Redefinir habilidades e práticas: “a vida na indústria exige um tirocínio geral, um processo de adaptação psico-físico a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, etc., que não é algo inato, ‘natural’, mas demanda ser adquirido, (...) a baixa natalidade ur-

bana demanda um gasto contínuo e relevante para o tirocínio dos continuamente novos urbanizados, e traz consigo uma contínua mudança da composição sócio-política da cidade, colocando continuamente sobre novas bases o problema da hegemonia.” (2149, MPE 391)<sup>54</sup>

Racionalizar a produção significa racionalizar o modo de viver: “os novos métodos de trabalho são indissolúveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida: não se podem obter sucessos em um campo sem obter resultados tangíveis no outro.” (2164, MPE 396)

Racionalizar a relação corpo-mente, redefinir o erótico, a sexualidade; disciplinar o gasto das energias físicas e mentais fora do espaço fabril, para preservá-las para a realização do trabalho. Ampliar para a sociedade o campo da disciplina da fábrica. “Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão conectados indubitavelmente: as pesquisas dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a ‘moralidade’ dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem risse dessas tentativas (ainda se falidas) e visse nisso apenas uma manifestação hipócrita de ‘puritanismo’, se negaria toda possibilidade de compreender a importância, o significado e o alcance objetivo do fenômeno americano, que é mesmo o maior esforço coletivo verificado até agora para criar com rapidez inaudita e com uma consciência de finalidade jamais vista na história, um novo tipo de trabalhador e de homem.” (2164-5, *idem*. Grifo nosso)

Redefinir habilidades e práticas, racionalizar o modo de viver, racionalizar a relação corpo-mente, redefinir o erótico, a sexualidade, em suma, uma redefinição muito mais complexa do que se poderia supor. A simples “urbanização” de uma população (isto vale fortemente para a análise da constituição da classe trabalhadora na União Soviética, por exemplo) implica esforços inauditos como a compreensão de todo o imenso mundo de valores e significações urbanas, que deve ser apreendido com fulminante rapidez. Altera os próprios ritmos biológicos. As esferas de lealdade e solidariedade secularmente construídas são pulverizadas. As cabeças dessas pessoas vivem permanente um redemoinho. A religião e o “patriotismo” — forma específica de concreção da forma estatal nos indivíduos — acabam por ser elementos de continuidade nesta brutal descontinuidade. Viver e atuar com novas dimensões, quando as antigas ainda estão fortemente enraizadas, este é, em suma, o desafio ao qual esses novos trabalhadores estão submetidos e ao qual não podem escapar. Eis a construção de uma nova personalidade, radicalmente distinta da anterior, criação e generalização do novo homem, do homem-massa, do homem-coletivo. Repeti-



mos: este processo é vivido, também, na Rússia, com a criação da nova classe operária.

Esse complexo conjunto de redefinições implica, portanto, a construção de um novo trabalhador que deve maximizar "as atitudes maquinais e automáticas" (2165, MPE 397), minimizar os gestos desnecessários, eliminar a porosidade do processo fabril e, para tanto, é preciso despedaçar "o velho nexos psico-físico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinil" (2165, *idem*). A quebra desse nexos psico-físico implica aquilo que Taylor chama cingicamente de gorila amestrado, "fase mais recente de um longo processo que se iniciou com o nascimento do próprio industrialismo, fase que é apenas mais intensa que as precedentes e se manifesta em formas mais brutais, mas que será todavia superada com a criação de um novo nexos psico-físico de um tipo diferente dos precedentes e indubitavelmente de um tipo *superior*. Ocorrerá inelutavelmente uma seleção forçada, uma parte da velha classe trabalhadora será desapidadamente eliminada do mundo do trabalho e talvez do mundo *tout court*." (2165, *idem*)

Regulação do instinto sexual e fortalecimento da família: estas não são posturas moralizantes ou hipócritas, "a verdade é que não pode desenvolver-se o novo tipo de homem requerido pela racionalização da produção e do trabalho, até que o instinto sexual não esteja regulado de acordo, não tenha sido também ele racionalizado." (2150, MPE 392) A estabilidade operária (familiar, sexual, etc.) passa a ser condição essencial de eficácia no trabalho. O "desregramento" sexual, o alcoolismo e, diríamos hoje, as drogas interessam fundamentalmente como condição de racionalização da produção e não apenas do ponto de vista moral.<sup>55</sup>

"As iniciativas 'puritanas' têm apenas a finalidade de conservar, fora do trabalho, um certo equilíbrio psico-físico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, espremido pelo novo método de produção. Esse novo equilíbrio não pode ser senão puramente exterior e mecânico, *mas poder tornar-se interior se ele for proposto pelo próprio trabalhador e não imposto de fora, com uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais*. O industrial americano se preocupa em manter a continuidade da eficiência física do trabalhador, da sua eficiência muscular-nervosa: é seu interesse ter um operário estável, um complexo confiável permanentemente, porque mesmo o complexo humano (o trabalhador coletivo) de uma empresa é uma máquina que não deve ser freqüentemente desmontada e renovada nas suas partes individuais sem perdas ingentes." (2166, MPE 397-8. Grifo nosso) Trata-se assim da construção de uma nova socialização que rompe com as formas

anteriores de socialização baseadas na família e, de agora em diante, centralizadas pela estrutura produtiva.

A afirmação feita por Gramsci, segundo a qual esse novo equilíbrio para ser eficiente ter que ser vivido como interioridade, "proposto pelo próprio trabalhador e não imposto de fora" demonstra seguramente a importância, tanto do reforço do puritanismo quanto do seu sucedâneo laico, o americanismo, religião da pátria, do bom cidadão; interioridade que significa, em última instância, a absorção subjetiva dessa objetivação social, a introjeção da hegemonia: o atuar segundo normas conformes a esse ambiente produtivo. Essa interioridade é o índice da hegemonia em processo. O *american way of life* mais do que instrumento de propaganda é a forma que assume esse novo modo de ser, necessário ao novo ambiente produtivo.

O americanismo é a elevação do trabalhador ao máximo de mecanicidade, diante da qual a humanidade e espiritualidade do trabalhador, existente ainda no período do artesanato, deve ceder: "precisamente contra este 'humanismo' luta o novo industrialismo." (2165-6, MPE 397) Ele tem que ser desqualificado ao máximo, tornado desnecessário e, portanto, intercambiável. Aqui claramente se diferenciam o americanismo do projeto de construção de uma nova classe trabalhadora soviética. Esta última não necessita lutar contra a "humanidade e espiritualidade do trabalhador", negá-las, mas construir uma nova significação para essas humanidade e espiritualidade.

Altos salários, regulação sexual, estabilidade familiar, construção do corpo e da afetividade operárias, peças de uma nova tentativa de hegemonia. A um só tempo fundamentais para a atividade econômica e a constituição de uma nova ética: "o alto salário tem dois gumes: é necessário que o trabalhador gaste 'racionalmente' os tostões mais abundantes, para manter, renovar e possivelmente para acrescer a sua eficiência muscular-nervosa, não para destruí-la ou corroê-la." (2166, MPE 398) O americanismo (curiosa ou perversamente?) realiza completamente a afirmação do *Manifesto do Partido Comunista*: o capitalismo acaba com a família como elemento socializador fundamental. O mundo fabril e seus aparelhos passam a centralizar essa socialização.

Diante dessa plataforma política de exclusão-inclusão resta saber, contudo, se essa tendência à mecanicidade é inelutável, se o gorila amestrado será necessariamente o destino último do trabalhador. "Quando o processo de adaptação ocorreu, verifica-se que, na realidade, o cérebro do operário, ao invés de mumificar-se, atingiu um estado de completa liberdade. Mecanizou-se completamente apenas o gesto físico; a memória dos ofícios, reduzida a gestos simples repetidos com ritmo intenso se 'aninhou'



nos feixes musculares e nervosos, deixando o cérebro livre para outras ocupações." (2170-1, MPE 404) A percepção desse processo é claramente acusada pelos próprios mentores da nova forma e aparece indicado pelas iniciativas "educativas" registradas nas obras de Ford e Philip.

Outro conjunto de questões relativas ao americanismo é a possibilidade ou não de ele ser absorvido e praticado por outros países capitalistas e chegar a ser a forma geral da dominação burguesa: "o problema não é se na América existe uma nova civilização, uma nova cultura (...) e se elas estão invadindo ou já invadiram a Europa. (...) O problema é (...) se a América, com o peso implacável de sua produção econômica, (isto é, indiretamente) obrigará ou está obrigando a Europa a uma modificação das suas bases econômico-sociais muito antiquadas. (...) Se se está verificando uma transformação das bases materiais da civilização européia, que a longo prazo (e não muito longo, porque no período atual tudo é muito mais rápido que nos períodos passados) levará a uma derrubada da forma de civilização existente e ao nascimento forçado de uma nova civilização." (2178-9, MPE 411)

Limite objetivo para esse processo é a própria estrutura de classes. O fordismo "requer um ambiente dado, uma dada estrutura social (ou a vontade decidida de criá-la) e um certo tipo de Estado. O Estado é o Estado liberal, não no sentido do liberalismo alfandegário ou da liberdade política efetiva, mas no sentido mais fundamental da livre-iniciativa e do individualismo econômico que atinge com meios próprios, como 'sociedade civil', pelo próprio desenvolvimento histórico, o regime da concentração industrial e do monopólio." (2157, MPE 388)

Gramsci falando do processo do americanismo afirmou, como vimos que ocorrerá "inelutavelmente uma seleção forçada, uma parte da velha classe trabalhadora será desapiedadamente eliminada do mundo do trabalho e talvez do mundo *tout court*." (2165, MPE 397) Impiedosa na análise, a afirmação gramsciana antecipa em mais de três décadas todo um debate ideológico sobre "o adeus ao proletariado". Gramsci aponta aqui com clareza que o processo de construção do trabalhador coletivo, do homem-massa, estava sendo realizado. Lembremos: trata-se da "fase mais recente de um longo processo que se iniciou com o nascimento do próprio industrialismo". Os processos fordista e taylorista nada mais fizeram do que ampliar o processo de desqualificação do trabalho já anteriormente iniciado. O capitalismo que nos anos 30 necessitou do keynesianismo, como conjunto de medidas de contra-tendência, redefine hoje o conjunto das relações classistas. A chamada "revolução" científico-tecnológica em curso atua na construção de uma nova eficácia capitalista, que se funda em técnicas de gestão

do capital sobre a força de trabalho (*círculo de controle da qualidade, just in time, kanban, etc*). Os trabalhadores são diretamente chamados a se associarem ao capital, a "vestir a camisa" da empresa. O trabalhador de que o capital necessita é aquele que é capaz de dar resposta, pronta e adequada, às situações que possam ocorrer no ato produtivo. Requer-se, portanto, o trabalhador polivalente. Ao mesmo tempo em que leva a desqualificação do trabalhador ao máximo e caracteriza a sua dispensabilidade, esse processo tem a aparência de recuperação e reintegração do saber operário. Tudo isso marcado pela tentativa de tornar desnecessária a atividade sindical na perspectiva classista e, com isso, possibilitar que a hegemonia capitalista nasça na cotidianidade do ato do trabalho. Ganhar corações e mentes dos trabalhadores significa, portanto, desestruturar-lhes a identidade de classe.

A perspectiva do "desaparecimento" das classes, a proposta implícita de um pacto social automático no cotidiano e, portanto, despolitizado e despolitizante, requer não a mera reafirmação de dogmas, mas a construção da identidade das classes trabalhadoras, respeitada a sua diversidade, conhecidas as suas lutas, linguagens e tradições. A terciarização é fundamentalmente um momento da expropriação do especificamente operário do processo fabril, forma superior de desterritorialização do trabalho, de desconstrução das classes trabalhadoras, desconstrução que passa pela sua desconcentração. Ela coloca um novo desafio para as centrais sindicais e para os partidos que se afirmam ligados umbelicalmente às classes trabalhadoras. O de responder a essa desterritorialização com a construção efetiva das identidades classistas acima mencionadas. Significa repensar estrategicamente a intervenção das classes trabalhadoras. Tornar cada ponto de dispersão, um ponto de reconstrução. Assim se o "adeus ao proletariado" tem um significado positivo, este será o da afirmação de que uma centralidade operária meta-histórica, de mito constituidor do real passou a obstáculo político concreto. Falar em classes trabalhadoras (no plural) significa pensar essa diversidade como riqueza constitutiva de uma nova racionalidade possível.

### Conclusões ou problemas? notas provisórias

A rápida síntese das análises gramscianas sobre o processo da unidade italiana e sobre o americanismo nos coloca face a uma série de questões renovadas. Se é correto afirmar "que a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como 'domínio' e como 'direção intelectual e moral'", é preciso ter clareza de que uma classe é sempre "dominante dos grupos adversários que tende a 'liquidar' ou a submeter, mesmo com



a força armada, e é dirigente dos grupos afins e aliados" (2010, R 96). Que a construção da sua hegemonia, a realização da sua racionalidade, caminha lado a lado com a construção do seu Estado, do seu tipo novo de personalidade (feminina e masculina), etc. Enfim, que toda essa construção supõe que essa classe social "pode e deve mesmo ser dirigente, já antes de conquistar o poder governamental (e esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder)" (*idem, idem*) Que, mesmo quando se torna "dominante, (...) deve continuar a ser também 'dirigente'." (2011, *idem*)

Essa dupla articulação mostra a força do processo do americanismo, cuja hegemonia *tendencialmente* nasce na fábrica, e pode diminuir o número dos "comissários ideológicos", que ao impor sua racionalidade, na bela dialética do senhor e do escravo, obtém o consentimento das classes subalternas. Mostra a debilidade do processo de unidade italiana que, separando dominação de direção e privilegiando o primeiro termo, requereu o fórceps fascista para realizar a disciplina dos trabalhadores. Na via americana, esta disciplina foi obtida mais pelo consentimento, embora também tenha tido necessidade da quebra, pela força, das antigas formas sindicais.

Via prussiana ou via fordista: eis os impasses que a transição para a constituição do novo nexos psíco-físico vivenciou. A via fordista implicou o potenciamento das forças capitalistas em expansão. Disciplinou-os, subordinou-as a uma nova ética. Construiu a relação corações e mentes necessária à implementação da racionalidade capitalista mais avançada. Realizou a repressão, mas comandou pelo consenso (o *american way of life*), trabalhou as aparências necessárias e dominou o desejo. A via prussiana se caracterizou como revolução pelo alto, revolução sem revolução. Ela foi o procedimento de cortar os pensionistas inúteis da história, privilegiando os que puderam proceder ao *aggiornamento*, aos que tiveram capacidade de atualização. Aliás não será exatamente isso que uma certa ciência social conservadora chama de modernidade? Não será o velho ensinamento do *Gatopardo* lampedusiano: "para que tudo fique como está é preciso que tudo mude"?

A análise gramsciana sobre as revoluções do final da década de 10 nos coloca uma advertência intrigante. Gramsci advertia: "a revolução não é necessariamente proletária e comunista enquanto se propõe e obtém a derubada do governo político do Estado burguês: (...) sequer quando propõe e consegue aniquilar as instituições e a máquina administrativa através das quais o governo central exerce o poder político da burguesia; (...) mesmo se a onda da insurreição popular entrega o poder nas mãos dos homens que se dizem (e são sinceramente) comunistas. A revolução só é proletária e comunista quando ela é a liberação das forças produtivas proletárias e comunistas que vinham sendo elaboradas no seio da sociedade dominada

pela classe capitalista, (...) na medida em que consegue favorecer e promover a expansão e a sistematização de forças proletárias e comunistas capazes de iniciar o trabalho paciente e metódico, necessário para construir uma nova ordem nas relações de produção e de distribuição; uma nova ordem em base à qual seja tornada impossível a existência da sociedade dividida em classes, e cujo desenvolvimento sistemático tenda por isto a coincidir com um processo de exaustão do poder do Estado, com um dissolver-se sistemático da organização política de defesa da classe proletária que se dissolve como classe para tornar-se humanidade".<sup>56</sup>

O problema reside em determinar como se constituiu uma racionalidade que se pretendia nova e teve que fazer em 50 anos o que o capitalismo levou pelo menos três a quatro séculos. E esse capitalismo realizou essa trajetória constitutiva de um novo nexos psíco-físico e de uma nova cidadania sem enfrentar um embate ideológico (a guerra fria) de uma racionalidade que se coloca como regra o "renovar-se ou perecer". De modo algum se trata de justificar o chamado processo stalinista. Os campos de concentração, parteiros da classe operária soviética,<sup>57</sup> expressam a incapacidade de realizar, em sua plenitude, o processo revolucionário. É bom lembrar, contudo, nestes tempos de intolerância travestidos de homogeneidade liberal, que o cercamento dos campos, as leis dos pobres, a opressão colonial, etc, etc, foram as parteiras do capitalismo e de uma certa cidadania que inclui excluindo — em especial em países como o Brasil — mantendo contudo a ilusão de que existe uma cidadania e regras universalistas de decisão política.

Via prussiana ou socialização efetiva da produção, com construção de uma nova cidadania — a dos trabalhadores? Será possível criar o homem novo se o cotidiano (em especial o cotidiano "espiritual") segue regulado pela burocracia na permanente tentativa de construir administrativamente o novo nexos psíco-físico? E tentar esse caminho atento à necessidade, ressaltada por Gramsci, de que esse novo equilíbrio para ser eficiente terá que ser vivido como interioridade, "proposto pelo próprio trabalhador e não imposto de fora". Por fim, e apenas como indicação de problemas, será que não está aí uma das mais importantes pistas para a chamada crise do Leste?

Este é o desafio. Como Édipo, de preferência sem sua cegueira, devemos responder ao desafio da construção de uma nova civilização. A cegueira edípiana, a do desejo, é certamente a que nos remete à indiferenciação entre nossos projetos/desejos e a análise do real. Um discurso instrumental será sempre cego. Confundirá, necessariamente, seu desejo com a análise que se faz da realidade. Dispensará o procedimento da crítica. Ou venceremos a tentação do discurso que confunde desejo e realidade, ou então poderemos ser tentados a admitir que o resultado desse processo dá sinistra-



mente razão aos novos-velhos mandarins chineses que afirmam “não importa se os gatos são negros ou são pardos... importa que cacem os ratos”.

## NOTAS

1 É claro, desde logo, que não estamos falando de partido no sentido de partido institucional, partido parlamentar.

2 Ver, em especial, as interpretações de Texier.

3 Ao falarmos de racionalidade não estamos, obviamente, excluindo a questão complexa da afetividade. Não existe, sabemos, racionalidade sem subjetividade, sem construção rica e contraditória de personalidades individuais, sempre originais.

Relembremos a afirmação gramsciana de que *cada homem é, nesse nível, um bloco histórico*.

4 Ver a afirmação gramsciana pela qual o Partido Socialista é “*um Estado em potência, que vai amadurecendo, antagonista do Estado burguês, que busca, na luta diária contra este último e no desenvolvimento de sua dialética interior, criar para si os órgãos para supera-lo e absorvê-lo*”. in “*Neutralità attiva ed operante*”, *Il Grido del Popolo*, de 31-10-1914, republicado em Gramsci, 1980, p. 10. Grifo nosso. Esta é uma das inúmeras passagens dos escritos de 14 a 21 que falam dessa questão.

5 Esta é uma limitação da racionalidade capitalista. Apesar da sua imensa abrangência ela não consegue a universalidade e requer a ideologia de tipo religioso como elemento que funda a sua concepção de individualidade.

6 Ver o debate gramsciano no período consilista.

7 Marx, 1957, cuja formulação causa até hoje inumeráveis debates sobre a existência ou não de uma postura determinista.

8 Ponto de partida da cultura da ordem burguesa a crítica radical à ordem “natural” feudal: foi como que “*um exército invisível de livros, de opúsculos (...) que prepararam homens e instituições para a revolução necessária*”. (*Socialismo e Cultura, Il Grido del Popolo* (GP), 29-1-1916, Gramsci, 1982, p. 102. Grifo nosso.) Foi elemento de direção intelectual e política das massas. Tal deverá ser, também, o ponto de partida da cultura socialista. A consciência do proletariado também se forma na crítica dos seus inimigos, os capitalistas: como o iluminismo, a cultura socialista poderá — e terá que — ser uma magnífica revolução. E o poderá ser, dado que “*conhecer a si mesmo quer dizer ser si mesmo, quer dizer ser senhor de si mesmo, distinguir-se, sair fora do caos*.” (*idem. Grifo nosso.*)

9 Marx, 1928, p. 23.

10 Um bom exemplo do peso político e cultural diferenciado das grandes cidades é a reflexão que Gramsci faz sobre Turim como *locus* dos Conselhos (1920). “Turim (...) é a cidade operária por excelência (...) é como uma única fábrica: a sua população trabalhadora é de um mesmo tipo, é fortemente unificada pela produção industrial. (...) A cidade, organismo industrial e de vida civil (...) este magnífico aparelho de produção industrial, de produção intelectual e de propulsão da vida civil.” *La funzione storica delle città*, ON, 17-1-1920, Gramsci 1987, p. 320. Grifo nosso. Ver também *Il movimento torinese dei Consigli di fabbrica*, Relatório enviado em julho de 1920 ao Comitê Executivo da Internacional : “*O proletário turinês torna-se assim o dirigente espiritual das massas operárias italianas, que estão vinculadas a esta cidade por múltiplas ligações: parentesco, tradição, história e por ligações espirituais (o ideal de todo operário italiano é poder trabalhar em Turim.*” *L’Ordine Nuovo* (diário) 14-3-1921, Gramsci 1970, p. 179. Grifo nosso.

11 Ver o papel que o iluminismo (reforma intelectual e moral da burguesia) fez no início da revolução burguesa: ele foi “*uma magnífica revolução (...) criou em toda a Europa (...) uma consciência unitária, uma internacional espiritual burguesa*”, *Socialismo e...* *op. cit.*, p. 101. Grifo nosso.

12 Para uma compreensão da obra de Croce e seu sentido revisionista é interessante consultar: Garin, 1974; Badaloni e Muscetta, 1977; Abbate, 1976; e Gustafsson, 1975.

13 Croce combate as outras teorias “como partidos, isto é, como fatos políticos, não as combate, mas as (...) compreende em si, isto é submete a si, (...) como partido entre partidos, momento entre os momentos do desenvolvimento histórico”, como ele próprio afirma em “*Contro la troppa filosofia politica*” (citado por Abbate, *op. cit.*, p. 95). Coloca-se assim, (*idem*, p. 96), como “consciência crítica de todo um curso histórico” ou como preferimos: “Como horizonte intelectual. *Como hegemonia.*” (Dias, *op. cit.*, p. 52)

14 Não cabe nos limites deste trabalho examinar, com profundidade, a questão da aparência na perspectiva marxista. Contudo Marx, reiteradamente, falou em *aparência necessária*. O exemplo típico dessa aparência está, como já nos referimos, na igualdade dos indivíduos no “mercado”. A transformação da desigualdade real em igualdade formal permite subtrair/interditar a dupla questão da exploração e da opressão. Pelo contrário, ela expressa a “verdade” do capitalismo; ela é, pois, “constituidora” do real. Para uma análise sobre esse problema, ver Rieser, 1966.

15 Sobre essa problemática ver a produção gramsciana de 14 a 21, em especial: “*Socialismo e Cultura*”, *Il Grido del Popolo* (GP), de 29-1-1916; “*Tre principii tre ordini*”, “*Disciplina e libertà*”, publicados no *La Città futura* (CF), de 11-2-1917, “*Per un’associazione di cultura*”, *Avanti!* (A), de 18-12-1917, todos republicados em Gramsci, 1980. O debate sobre a questão da cultura, ligando o problema do partido, do sindicato e da revolução, é amplo durante todo o período dos Conselhos Operários (1919-20), o chamado *biennio rosso*.

16 Ver sobre isso o item Uma hegemonia não realizada: unidade italiana e revolução passiva. No Brasil, se pensamos as classes trabalhadoras, podemos ver em Lula um intelectual condensado.



17 "Um erro muito difundido consiste em pensar que cada estrato social elabora a sua consciência e a sua cultura do mesmo modo, com os mesmos métodos, isto é, o método dos intelectuais profissionais. O intelectual é um 'profissional' (skilled) que conhece o funcionamento de 'máquinas' especializadas; tem o seu 'tirocinio', e tem o seu sistema Taylor. É pueril e ilusório atribuir a todos os homens esta capacidade, 'adquirida' e não inata, como seria pueril crer que qualquer operário manual possa ser maquinista ferroviário. É pueril pensar que um 'conceito claro' oportunamente difundido se insira nas diversas consciências com os mesmos efeitos 'organizadores' de clareza difundida: este é um erro 'iluminista'." (2267-8, *IOC* 173-4)

18 A escola acaba sendo 'uma incubadeira de pequenos monstros aridamente instruídos para um ofício, sem idéias gerais, sem cultura geral, sem alma, mas apenas com olho infalível e mão firme.', *Uomini o macchine?, Avanti!*, 24-12-1916, in Gramsci, 1980, p. 671.

19 Esse debate já pode ser encontrado claramente nas análises feitas por Gramsci no *biennio rosso*, em especial, na crítica que ele fazia tanto ao partido quanto aos sindicatos. E mesmo na crítica ao Estado burguês e sua subordinação à burocracia. Sobre tudo isso ver Dias, 1987, capítulo 3.

20 Após ter falado em uma hierarquia de méritos, José Arthur Giannotti, 1986, qualifica com clareza seu pensamento: "existem assistentes muito mais qualificados do que muitos doutores que passaram suas teses às escondidas. Numa votação, porém, o critério formal deve ser levado em conta. Não estou propondo que a universidade se transforme numa república de doutores, mas tão-só que ela considere especialmente aqueles que, dum ponto de vista formal, são *definidos* como seus cidadãos plenos", p. 82. Grifo nosso. É inútil relembra que definir já é hierarquizar. O problema é sempre o dos critérios dessa definição, dessa hierarquização.

21 Dois belos exemplos do papel desses intelectuais rurais são dados pela literatura: na Itália *Fontamara*, obra de Ignazio Silone, e no Peru o clássico de Ciro Alegria, *El mundo es ancho y ajeno*.

22 O exame da conjuntura do *biennio rosso* já antecipa a análise do 'monstruoso bloco agrário': "*O estado para o desenvolvimento do aparelho industrial, absorve a pequena burguesia dos campos, os intelectuais, nos seus organismos administrativos, nos jornais, nas magistraturas; assim o campo nunca teve um partido político próprio, não exerceu nunca um peso nos negócios públicos*". *Il potere in Italia*, A, 11-2-1920, *L'Ordine Nuovo* (ON semanal), Gramsci, 1987, p. 410.

23 Gramsci tem aqui presente o momento dos Conselhos de Fábrica.

24 "Para analisar as funções sociais dos intelectuais, é necessário pesquisar e examinar a sua atitude psicológica face às grandes classes que eles colocam em contato nos diversos campos: tem atitude 'paternalista' em relação às classes instrumentais? ou crêem ser uma expressão orgânica delas? tem atitude 'servil' face às classes dirigentes ou se crêem eles próprios dirigentes, parte integrante das classes dirigentes?" (2041). Na edição argentina faltam seis parágrafos no texto, entre os quais justamente o desta citação.)

25 Na edição brasileira *quarantottesca* (referência às revoluções de 1848) é traduzido por "jacobina-revolucionária".

26 Ver sobre isso, o livro de Salvadori, 1976, Kautsky via no Estado Moderno, e em suas condições materiais de existência — o capitalismo — como já apresentando as condições da passagem ao socialismo. A tarefa não era, pois, de destruir a máquina do Estado burguês. Mas de obter a maioria no Parlamento, para o qual se deslocaria o centro de decisões políticas. Nesse sentido, veja-se Salvadori, 1977, 1979, 1979a, 1980 e 1980a. Ver também Colletti, 1967.

27 Em 1917, um exemplo entre muitos, ele já colocava essa questão de modo claro: "dou à cultura este significado: exercício do pensamento, aquisição de idéias gerais, hábito de conectar causas e efeitos. *Para mim, todos já são cultos, porque todos pensam, todos conectam causas e efeitos. Mas o são empiricamente (...) não organicamente. E assim como sei que a cultura é também um conceito basilar do socialismo, porque integra e concretiza o vago conceito de liberdade de pensamento, assim gostaria também que ele fosse vivificado por outro. Pelo de organização. Organizemos a cultura, assim como buscamos organizar toda atividade prática.*" *Filantropia, buona volontà e organizzazione*, A, 24-12-1917, Gramsci, 1982, p. 519. Grifo nosso.

28 Juarez Guimarães, *Especulações gramscianas*, datilo, p. 1.

29 "O direito é o aspecto repressivo e negativo de toda atividade positiva de civilização desenvolvida pelo Estado." (1571, MPE 97)

30 Todo "Estado é ético enquanto uma das suas funções é a de elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde à necessidade de desenvolvimento das forças produtivas e, donde, aos interesses das classes dominantes. A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes em tal sentido: mas no final, na realidade, tendem a uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades ditas privadas que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes" (1049, MPE 145).

31 Na análise da revolução russa, em 1918, Gramsci mostra o economicismo como fonte de subordinação ideológica. Na crítica dos reformistas ao processo revolucionário, Gramsci chama a atenção para aquilo que ele considera o *sentido básico da obra de Marx, que não era o de dar um modelo "objetivo" da sociedade, mas de tornar possível sua compreensão e sua transformação*. Com isso, os bolcheviques libertaram o legítimo pensamento marxista das deformações positivistas. Gramsci critica Treves que "no lugar do homem realmente existente" põe 'o determinismo' ou a 'força transformadora', assim como Bruno Bauer colocava a 'autoconsciência'. Porque Treves, na sua alta cultura, reduziu a doutrina de Marx a um esquema exterior, a uma lei natural, ocorrendo fatalmente de fora da vontade dos homens, da sua atividade associativa, das forças sociais que essa atividade desenvolve, tornando-se ela própria determinante do progresso, motivo necessário de novas formas de produção." (*La critica critica*, GP, 12-1-1918, Gramsci, 1982, p. 554-555. Referência clara à obra de Marx *A Sagrada Família ou Crítica da Crítica Crítica ou contra Bruno Bauer e seus consortes*) Mais precisamente: Treves, segundo Gramsci, fez do marxismo uma *teoria da inércia do proletariado*, a partir do que cessa toda a atividade de proselitismo e de organização por parte dos velhos socialistas de direita.



32 Os bolcheviques “são um conjunto de milhares de homens que dedicaram toda a vida ao estudo (experimental) das ciências políticas e econômicas, que durante dezenas de anos de exílio analisaram e esmiuçaram todos os problemas da revolução”. *La Taglia della storia, L'Ordine Nuovo* (ON), 7-6-1919, Gramsci, 1987, p. 6.

33 Ver nossa afirmação anterior sobre a “leitura” liberal que fazem de Gramsci ao pensarem a cisão sociedade civil/sociedade política como cisão de aparelhos no real e não como distinção metodológica.

34 Na análise da questão meridional, em 1918, ele afirmara que o proletariado devia se posicionar na polêmica livre cambismo X protecionismo, exatamente porque a colocação dos socialistas em uma outra das posições era vital: “o protecionismo significa fatalmente a absorção de uma parte dos trabalhadores para o campo dos interesses econômicos e políticos de uma parte da burguesia; significa o reforço do Estado burguês que tende a perpetuar-se, pela abdicação conspícua dos seus antagonistas naturais.” *La funzione sociale del Partito Nazionalista*, GP, 26-1-1918, Gramsci, 1982, p. 601. Grifo nosso.

35 Na 1ª versão dessa nota ele qualificava aqueles estratos como “não tocados pelas modernas correntes de pensamento.” (89)

36 Na 1ª versão: “museu de fragmentos de todas as concepções do mundo e da vida”. (89)

37 “A cultura, nos seus vários graus, unifica uma maior ou menor quantidade de indivíduos em estratos numerosos, mais ou menos em contato expressivo, que se compreendem entre si em graus diversos, etc.” (1330, CDH 36). Relembremos, ainda uma vez, a análise gramsciana do papel do iluminismo na criação da ordem burguesa.

38 *Idem*. Ver a respeito a rubrica *Lorianismo* presente nos *Quaderni del Carcere*.

39 Na edição brasileira se traduz *semplici* por simplórios. O que é notável quando se pensa o significado pejorativo dessa palavra em português que, obviamente, nada tem a ver com a formulação original.

40 Luporini, 1967, chama a atenção de que o sucesso do catolicismo decorreu do fato de ter-se apresentado “como concepção de massa apropriada aos sofrimentos das grandes massas exploradas e suscetível, ao mesmo tempo, com um pouco de esforço (um esforço que durou séculos, desde São Paulo até Santo Agostinho) para adaptar-se, também, à cultura dos estratos superiores da população”, p. 64. Isto permite então pensar que a tarefa da direção da Igreja mais do que impedir o crescimento crescimento dos simples (tarefa permanentemente realizada) foi a de controlar seus grandes intelectuais.

41 Sobre isso ver, entre outros, Macpherson, 1971.

42 Na edição brasileira aparece entre parênteses a expressão “totalizadoras”.

43 A expressão labilidade não pode ser traduzida, pura e simplesmente, como na edição brasileira por débil. Seu significado é fugacidade, variabilidade, transitoriedade.

44 “Elementos de história ético-política na filosofia da *práxis*: conceito de hegemonia, revalorização de frente filosófico, estudo sistemático das funções dos intelectuais na vida estatal e histórica, doutrina do partido político como vanguarda de todo movimento histórico progressivo” (1235-6, CDH 231).

45 “Uma das causas do erro pelo qual se vai à busca de uma filosofia geral que esteja na base da filosofia da *práxis* e se nega implicitamente a esta uma originalidade de conteúdo e de método, parece que consiste nisto: que se faz confusão entre a cultura filosófica pessoal do fundador da filosofia da *práxis*, isto é, entre as correntes filosóficas e os grandes filósofos de que ele se interessou fortemente quando jovem, e cuja linguagem mesma reproduz (sempre, porém, com espírito de destaque e fazendo notar por vezes que assim quer fazer compreender melhor o seu próprio conceito) e as origens ou as partes constitutivas da filosofia da *práxis*.” (1435, CDH 188)

46 Analisando, em 1918, a revolução russa, Gramsci critica os reformistas italianos fazendo a crítica dos reformistas russos: “O *Capital* de Marx era, na Rússia, o livro dos burgueses, mais do que dos proletários. Era a demonstração crítica da fatal necessidade de que na Rússia se formasse uma burguesia, se iniciasse uma era capitalista, se instaurasse uma civilização de tipo ocidental, antes que o proletariado pudesse sequer pensar na reconquista dos seus direitos, nas suas reivindicações de classe, na sua revolução.” (*La rivoluzione contro il 'Capitale'*, GP, 5-1-1918, CF, p. 514).

Por que o livro dos burgueses? Porque lido “ao pé da letra” se transformava *O Capital* em uma história de todos os países, ele passava a ser uma “demonstração” científica da impossibilidade de queimar etapas. Os problemas que resultariam da queda do tzarismo deveriam ser resolvidos pela burguesia, e esta criaria as condições de desenvolvimento das forças produtivas. Com estas, tornar-se-ia então possível, *no futuro*, a civilização operária. Os socialistas reformistas russos emprestavam o caráter de “marxista” a um colaboracionismo que postergava a revolução em nome de uma... evolução! De uma evolução prevista pelas “leis científicas”...

47 Já em 1919 analisando a conjuntura italiana, Gramsci afirma a existência de “aparelhos de supremacia” (e mesmo de supremacia espiritual): “Existe um aparelho de forças materiais e econômicas, com o qual a classe capitalista tem submetido o proletariado: é o Estado policialesco que do governo central se derrama em uma hierarquia de chefes de polícia, de tiras, oficiais de carabineiros; em uma hierarquia militar que do estado maior chega ao soldado enquadrado na sua disciplina; é o Estado econômico capitalista que do governo se derrama em uma hierarquia de trusts bancários e industriais até os diretores das fábricas e aos menores agentes da polícia do trabalho. Através desse aparelho, a classe dos exploradores determina aos operários e camponeses o alimento para sustentar-se, o tempo a dedicar ao repouso e à educação, a liberdade política, o direito à vida e o respeito pelos cadáveres. Ao lado deste aparelho de supremacia física e econômica, existe um aparelho de supremacia espiritual: é a imprensa (jornais e revistas).” *Una lezione agli operai*, A, 8-12-1919, Gramsci, 1974, p. 93. Grifo nosso.

48 Não é o caso aqui de aprofundar a análise dessa derrota. Contudo é sempre necessário repetir que não foi o fascismo que derrotou o movimento socialista italiano no início da década de 20. Ele apenas consolidou essa derrota e tratou de inviabilizar uma nova possibilidade revolucionária.

49 Gramsci atribui, em carta datada de 19 de março de 1927, a sua cunhada Tattiana Schucht, a expressão “für ewig” a uma “complexa concepção de Goethe”. Essa expressão é traduzida na edição crítica das *Lettere dal Carcere*, 1975a, como “para a



eternidade". Ver toda a definição da ação cultural no período anterior à fundação do PCd'I. Lá já estava claramente colocada essa concepção de "desinteresse".

50 Mosca cocheira — velha metáfora presente já nos textos do período da I Guerra Mundial. A imagem é, ao mesmo tempo, de impotência e prepotência. Uma mosca sentada sobre a orelha de um cavalo julga dirigi-lo com seus gritos. À época era um epíteto dirigido em especial às camadas pequeno-burguesas. A edição brasileira traduz a metáfora das *mosche cocchiere* por bagatela, isto é, ninharia!

51 Carta a Júlia Schucht, 1-8-1932. Gramsci, 1975a, p. 654.

52 Gramsci se referia ao período anterior a 1930.

53 "Até agora todas as mutações do modo de ser e de viver ocorreram por coerções brutais, isto é, através do domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade: a seleção ou 'educação' do homem adaptado aos novos tipos de civilização, isto é, às novas formas de produção e de trabalho, ocorreu com o emprego de brutalidades inauditas, lançando no inferno das subclasses os débeis e os refratários, eliminando-os do todo. A cada advento de novos tipos de civilização, ou no curso do processo de desenvolvimento, existiram crises." (2161, MPE 393)

54 Ver nota 4 do capítulo 2 deste artigo.

55 "Este complexo de compressões e coerções diretas e indiretas exercida sobre a massa obter indubitavelmente resultados e surgir uma nova forma de união sexual da qual a monogamia e a estabilidade relativa parecem dever ser o traço característico e fundamental" (2167-8, MPE 399).

56 *Due rivoluzioni*, ON, 3-7-1920, Gramsci, 1987, p. 569-70. Relembremos, ainda uma vez, o famoso relatório sobre os Conselhos de Fábrica, enviado à Internacional. Lá está claramente colocado o papel de direção do operário turinês. Direção esta que é a demonstração das famosas "forças produtivas proletárias e comunistas que vinham sendo elaboradas no seio da sociedade dominada pela classe capitalista."

57 O termo é inadequado. Nada mais anti-soviético do que esse processo de formação da classe operária. Não podemos deixar de usa-lo, dado que não se confunde com russo (parte da federação).



## Crise e estratégia em Gramsci

*Lincoln Secco*

*"Agora, para Gramsci, o trabalho, aqueles apontamentos de memória, aquelas notas breves com uma idéia fixa no seu primeiro esboço, aqueles ensaios abertos à finalização ou à reelaboração eram a própria vida, eram o seu modo de continuar a luta revolucionária, de permanecer ligado ao mundo, idealmente ativo na sociedade dos homens".*

*Giuseppe Fiori, "A Vida de Antônio Gramsci"*

A relevância das crises econômicas do capital para a estratégia política das classes trabalhadoras foi estabelecida por Karl Marx a partir do estudo percuciente da crise do comércio mundial em 1847 e dos ventos revolucionários que varreram a Europa em 1848, particularmente a França. As causas imediatas da crise são encontradas no déficit orçamentário, nas altas taxas de juros que favoreciam os banqueiros e investidores da bolsa etc. Neste contexto, agravado pelas más colheitas de 1845 e 1846 e pela ruína dos fabricantes e comerciantes parisienses, a revolução explodiu e a possibilidade de lutar diretamente pelo assalto ao aparelho de estado colocou-se de forma concreta ao proletariado organizado e à sua vanguarda (Blanqui e seus camaradas). Sistematizando essa experiência, disse Marx:

*"Semelhante revolução só pode dar-se naqueles períodos em que estes dois fatores, as modernas forças produtivas e as formas burguesas de produção, incorrem em mutua contradição. (...) Uma nova revolução só é possível como consequência de uma nova crise. Mas é tão segura como esta".<sup>1</sup>*

Com o desenvolvimento do capitalismo, o capital comercial e o capital bancário se ampliavam enormemente. Figuras fetichizadas e irracionais, como o capital portador de juros e o capital fictício emergiam: o primeiro como figura em que a relação social básica entre trabalho assalariado e capital está completamente apagada e abstraída; o segundo como



fruto do incremento da função de meio de pagamento do dinheiro em que letras de câmbio, títulos, adiantamentos, cheques, ações da bolsa etc, crescem muito acima do volume de dinheiro real (que representa a quantidade real de mercadorias produzidas) na economia. Tais elementos permitem que os capitais se movimentem muito além das suas bases reais (especulação) adquirindo uma autonomia externa que os leva a rupturas periódicas com a própria reprodução do capital produtivo da sociedade. A conexão interna é restabelecida mediante uma crise cuja forma de aparência é imediatamente bancária ou do grande comércio atacadista; tratam-se dos ciclos periódicos dos negócios que na época de Marx eram decenais. Engels, numa passagem de *O Capital* de Marx, reescrita por ele, compreendeu bem o papel da recuperação de uma crise desse tipo nos movimentos políticos da época, com a inauguração de uma fase de alta do ciclo econômico: "(...) mas o ponto culminante da crise estava superado, o desconto bancário caiu de novo a 5% e já no curso de 1848 se preparou aquela atividade renovada dos negócios, que quebrou o ímpeto dos movimentos revolucionários do continente em 1849 (...)".<sup>2</sup>

Ao fazerem o inventário das revoluções de 1848, Marx e Engels esperavam que seus dividendos políticos viessem com uma nova crise e um proletariado mais experiente e organizado. Por isso rechaçaram a fração ultra-esquerdista na Liga dos Comunistas, liderada por Willich e Schapper e a tentativa de prosseguir os combates, superando a posição que eles mesmos (Marx e Engels) haviam defendido de que uma nova revolução estava próxima ("Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas", de março de 1850).

De fato, novas crises ocorreram mas nenhuma revolução significativa eclodiu (vide a grande crise de 1857), excetuada a Comuna de Paris, surgida em meio ao conflito franco-prussiano, mas amplamente derrotada após alguns meses. O avanço das técnicas de dominação burguesa na Europa Ocidental e a constituição de uma tessitura complexa de instituições políticas, impôs aos partidos socialistas a necessidade de alteração de seus pressupostos táticos e estratégicos.

Engels foi o primeiro teórico do materialismo histórico e dialético a revelar estes novos fatores. No discurso feito na Associação Internacional dos Trabalhadores em 21 de setembro de 1871 ele defendeu a participação política legal como meio de preparação para a revolução. Por fim, na célebre "Introdução" à *Luta de Classes em França*, de 1895, Engels declara que a vitória dos revolucionários não pode mais ser conquistada em um "grande ataque decisivo", mas "avançando lentamente, de posição em posição, em uma luta dura e tenaz".<sup>3</sup>

Até 1848, a luta de barricadas na Europa Ocidental, bem como até 1917 na Rússia com o assalto ao Palácio de Inverno, eram suficientes para a classe trabalhadora, a qual, aproveitando-se de uma crise cíclica do capital podia abalar e até tomar o aparelho de Estado. Contudo, o advento da complexificação da sociedade civil, substituindo o livre jogo do mercado concorrencial por coletividades econômicas (cartéis, sociedades anônimas) e de representação de interesses (sindicatos, associações comerciais)<sup>4</sup> mais condizentes com a etapa imperialista (Lenin) ou oligopolista do capitalismo, tornou disfuncionais as crises para a estratégia revolucionária: a revolução na Alemanha em 1918 demonstrou-o cabalmente. A potencialização política dessas crises desapareceu.

As crises não eram mais abalos sísmicos que se faziam sentir com a mesma intensidade nas superestruturas jurídico-políticas; uma sólida ideologia dominante, uma cultura ligada ao *status quo*, uma ampla rede de instituições e aparelhos estatais ou não, legitimavam a ordem e dificultavam o apoio das massas às ações revolucionárias. Por outro lado, as crises tinham efeitos nem sempre imediatos e perceptíveis. Kautski, em 1892, já tinha identificado dois tipos de crises: "Ao lado destas crises periódicas, ao lado desta superprodução momentânea que tem por efeito a destruição momentânea de valores e o desperdício momentâneo de forças, desenvolve-se com uma potência cada vez mais considerável a superprodução crônica, o desperdício crônico de forças".<sup>5</sup>

A procura de um caminho alternativo socialista no Ocidente, dentro dos marcos do marxismo revolucionário, indicada por Lenin e Trotski e desenvolvida por Gramsci, partia exatamente da natureza das crises estruturais do capital. Seus efeitos, ao contrário das crises cíclicas, não irrompem de forma violenta e efêmera na ordem política, nem revelam o seu caráter de destruição das forças produtivas, porque são graduais e de longa duração. Gramsci percebeu ao lado disso, infelizmente sem integrar essa percepção a uma análise econômica profunda das crises, o novo papel desempenhado pela sociedade civil: "A mesma redução deve ser feita na arte e na ciência da política, ao menos no caso dos Estados avançados, onde a sociedade civil se tornou uma estrutura complexa e resistente às irrupções catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.). (...) Uma crise pode não dar às tropas de assalto a capacidade de se organizar com uma rapidez fulminante no tempo e no espaço; menos ainda esta crise pôde lhes dotar de um espírito agressivo".<sup>6</sup>

Gramsci, muito mais que os arautos da II Internacional, manteve-se fiel ao materialismo dialético (filosofia da *práxis*). Marx destacara a politicidade dos fenômenos econômicos refutando a "neutralidade objetiva" pre-



tendida pela economia política, mas não pôde esboçar o papel especificamente político do proletariado nas crises estruturais, que ele só podia vislumbrar, a partir da sua investigação, como um objeto teórico inscrito potencialmente no movimento automático e sem sujeito de reprodução ampliada do capital; a um comunista nascido na paupérrima ilha da Sardenha, na Itália meridional, Antônio Gramsci, de origem pobre e modesta, cabia continuar a obra de Marx no campo da política.

### Hegemonia, coerção e consentimento

O mérito irrefutável de Gramsci foi realocar o termo "hegemonia" (introduzido nos círculos socialistas pelos russos) para o contexto da especificidade do poder capitalista no Ocidente, onde as crises econômicas não abalavam tanto o Estado e a classe operária não só era dominada (passiva) mas concedia "voluntariamente" o consentimento para a dominação burguesa, participando e legitimando suas instituições (o que não elimina o fato de que estas, em grande parte tenham sido justamente o resultado de suas lutas, particularmente os direitos sociais adquiridos no século XX).

Contudo, o equívoco de justificar uma hegemonia apenas cultural anterior sobre classes adversárias como algo suficiente para só depois transformar o Estado não é corroborado por asserções gramscianas mais conhecidas e citadas até mesmo pelos seus exegetas eurocomunistas, pois ele entendia que a "hegemonia cultural" anterior ainda era incompleta, já que excluía o momento da coerção, por isso necessária, mas insuficiente para a conquista do poder.

O centro dessa problemática reside na análise do *Risorgimento*, em que o Partido Moderado assume a primazia sobre o Partido da Ação através do que Gramsci denomina *Transformismo*. Mas de modo nenhum se afirma que a hegemonia seja exercida sobre toda a sociedade e que o papel dirigente esgote-se em si mesmo. O transformismo, numa conotação vulgarizada, refere-se à fluidez ideológica que possibilita a passagem de lideranças políticas de um partido a outro completamente diverso. Esta foi a mácula presente no parlamento italiano depois do *Risorgimento*, movimento político-militar que levou à unificação da Itália em meados do século XIX, precisamente sob o comando da Casa de Savóia (monarquia piemontesa) e do moderado Cavour, o chefe da Direita histórica; esta solução significou a hegemonia dos *moderati* sobre o *Partito d'Azione*. Marx já antecipara os efeitos de uma absorção das elites das camadas dominadas pelos dominantes; num trecho em que se refere à Igreja na Idade Média ele diz:

"Quanto mais uma classe dominante é capaz de acolher em seus quadros os homens mais valiosos das classes dominadas, tanto mais sólido e perigoso é seu domínio."<sup>7</sup>

A "revolução passiva" é o termo que o comunista sardo usa para indicar a ausência de radicalidade jacobina na unificação italiana. Nesse processo, ao contrário da revolução francesa, não houve uma aliança entre a burguesia setentrional (representada pelos moderados de Cavour) e os camponeses meridionais. O Partido da Ação (Garibaldi), expressão das camadas populares mas sem se apoiar especificamente em nenhuma classe histórica, era incapaz de se apresentar como uma força política autônoma, de se tornar, por uma prolongada guerra de posições, um partido dirigente.

O resultado da revolução passiva é o seu caráter inacabado: não transforma integralmente as estruturas do passado e não instaura um Estado renovado que incorporaria amplas camadas sociais à cidadania; funda-se um compromisso entre a velha aristocracia e a burguesia moderada (literariamente descrito no belíssimo romance *O Leopardo* de Lampedusa); assim Gramsci descreve o processo do *Risorgimento* e do transformismo a ele inerente, deixando valiosas recomendações estratégicas para a luta socialista:

"O critério histórico-político em que deve basear-se a investigação é este: que uma classe é dominante de duas maneiras, isto é, é 'dirigente' e 'dominante'. É dirigente das classes aliadas, é dominante das classes adversárias. Por isso uma classe já antes de subir ao poder pode ser 'dirigente' (e deve sê-lo): quando está no poder se torna dominante mas segue sendo também 'dirigente'. Os moderados seguiram dirigindo o Partido da Ação inclusive depois de 70 e o 'transformismo' é a expressão política desta ação de direção; toda a política italiana desde 70 até hoje se caracteriza pelo 'transformismo', ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente nos quadros fixados pelos moderados depois de 48, com a absorção dos elementos ativos surgidos das classes aliadas e inclusive das inimigas. A direção política se converte em um aspecto do domínio, na medida em que a absorção das elites das classes inimigas conduz à decapitação destas e à sua impotência. Pode e deve haver uma 'hegemonia política' inclusive antes de se chegar ao governo, não há que contar só com o poder e a força material que este dá para exercer a direção ou hegemonia política".<sup>8</sup>

Esta citação (Caderno 1) poderia, por analogia, sustentar uma estratégia de compromissos com a classe dominante? Dir-se-ia que sim, pois se foi possível à burguesia italiana também o seria para o proletariado, mas não é este o pensamento aqui presente. Gramsci revela que os moderados exerceram hegemonia política (=direção+domínio) sobre seus inimigos à medida em que estes foram "absorvidos": a direção política tornou-se um aspecto do domínio. Em seguida, ele declara possível a hegemonia política antes da tomada do poder, mas então ele a define apenas como "direção".



Note-se que aqui "hegemonia" não possui dois sentidos absolutos, mas duas funções diversas de acordo com o momento do processo que é analisado; ela é processual (voltaremos mais tarde a este tema). Perry Anderson, na sua crítica da obra gramsciana,<sup>9</sup> nem sempre está correto, pois se aqui alguém procurasse mais uma das famosas contradições ou "antinomias" do comunista italiano, encontraria uma rica análise histórica.

O que Gramsci faz é comparar dois processos: primeiro, a unificação italiana; segundo, a revolução socialista (não-explicita). De um ele extrai lições estratégicas para outro, posto que ele não era um estudioso "desinteressado", mas sim um líder comunista que buscava construir um novo caminho para o socialismo nos países capitalistas avançados. Quando fala em hegemonia incluindo "domínio", refere-se à burguesia industrial italiana, classe proprietária, assentada num modo de produção que já se desenvolvera no interior da formação social feudal; ao generalizar as lições para os socialistas, ele fala em hegemonia política como direção de classes aliadas antes da conquista do poder político e como direção+domínio depois. Mas no processo intermediário Gramsci não descarta, aliás afirma, a necessidade de "liquidar" pela força das armas eventuais inimigos. A hegemonia é, portanto, direção e depois direção+domínio, mas entre ambos os momentos há um interregno de ruptura, pois nenhuma classe social armada e dominante cede seu poder militar e seus privilégios só por convencimento. A reelaboração posterior (Caderno 19) da mesma citação anteriormente reproduzida demonstra o quanto Gramsci estava consciente das questões atinentes à coerção e ao consentimento:

"O critério metodológico sobre o qual se deve fundar o próprio exame é este: que a supremacia de um grupo social se manifesta em dois modos, como 'domínio' e como 'direção intelectual e moral'. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a 'liquidar' ou a submeter também com a força das armas e é dirigente dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode e deve ser dirigente já antes de conquistar o poder de governo (é essa uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e também se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também 'dirigente'." <sup>10</sup>

Gramsci, como se vê, acrescenta explicitamente como tendência o caráter coercitivo da função de dominação, o que elimina qualquer idéia de que o poder uma vez conquistado pode ser exercido sem a violência contra a ação das classes desalojadas do governo. O primeiro caderno anteriormente citado foi escrito nos anos 1929-1930 e aquela passagem foi reelaborada nos anos 1934-1935, ou seja, trata-se da última versão que Gramsci deixou *für ewig* (para a eternidade), como costumava dizer. A excelente edição crítica de Valentino Gerratana (citada) permitiu estabelecer esse

critério cronológico da produção gramsciana no cárcere, o que foi impossível antes de 1975, quando só a edição temática preparada pelo Partido Comunista Italiano circulava.

O cerne da preocupação de Antonio Gramsci reside na questão do consentimento político das massas ocidentais ao papel dirigente e dominante da burguesia no controle dos reinvestimentos sucessivos dos excedentes gerados pela classe operária. O poder sobre a produção e a distribuição do produto social dá à burguesia o controle político sobre o operariado mais ou menos numa forma de "compromisso desigual" em que um cede o acessório e conserva o essencial (Lenin), muito bem definida por Adam Przeworski:

"A democracia é o mecanismo social que permite a qualquer um, como cidadão, reivindicar direitos sobre bens e serviços que apresentaram um crescimento em virtude de, no passado, parte do produto social ter sido retirada dos produtores imediatos. Enquanto como produtores imediatos os assalariados não possuem direito legal à produção, como cidadãos podem demandar tais direitos por intermédio do sistema democrático. Ademais, ainda como cidadãos e não como produtores imediatos, podem intervir na própria organização da produção e alocação do lucro."<sup>11</sup>

À classe operária caberia deslocar seu foco de lutas para o parlamento, onde se definem as leis e o sistema tributário e disputa-se o orçamento público: não se contestaria a exploração enquanto "operário", mas sim a destinação da parcela tributada da mais-valia surgida no processo automático e sem sujeito de reprodução ampliada do capital. Mas aqui já se trataria do "cidadão" abstrato, etéreo e igual em direitos a qualquer outro.

Se pudermos fazer uma analogia, lembremos o jovem Marx, ainda "democrata-radical". A dicotomia expressa em *A Questão Judaica* entre o homem genérico e coletivo que existe para a comunidade política (Estado) e o homem real particular é útil: "O Estado político pleno é, em sua essência, a vida genérica do homem por oposição a sua vida material. As premissas desta vida egoísta se mantêm em pé, à margem da defesa do Estado, na sociedade civil, mas como qualidades próprias desta."<sup>12</sup>

Esta cisão homem genérico/homem particular é expressa na apropriação individual imediata do produto social pela classe capitalista em confronto com as aparências inerentes à esfera da cidadania. Porque isto é possível e torna o poder capitalista resistente à guerra de movimento nos moldes da França de 1848, era a questão de Gramsci já levantada por Engels na sua célebre "Introdução" à *As Lutas de Classe em França*, de Marx. Mas algumas soluções fecundas de Gramsci, como assinalou Perry Anderson (*As antinomias de Gramsci*), negligenciaram o papel ideológico do Estado representativo, dos rituais eleitorais, dos diversos aspectos atinentes à "cidadania



social" (T. H. Marshal), foi suprimido pelos adeptos da "democracia progressiva" (Togliatti), "democracia de massas" (Ingrao) etc.

O equívoco das apropriações social-democrata e eurocomunista de Gramsci (tornando-o um "narcótico do marxismo ocidental", na expressão de Therborn<sup>13</sup>) não deve ser atribuído (como fazem certos esquerdistas) a uma suposta traição dos seu líderes. Não só é injusto duvidar-se da superioridade moral e da honestidade intelectual de um Togliatti, por exemplo, como também é estranho ao materialismo histórico deduzir comportamentos políticos objetivos de vontades subjetivas malévolas. A solução não era tão simples: faltava uma diferenciação teórica e histórica entre as sínteses de dois processos com distintas temporalidades históricas e que Gramsci comparou precipitadamente na sua célebre dicotomia geográfica.

### Ocidente e Oriente

Perry Anderson, apesar das antinomias de seus estudos acerca do absolutismo, destacou a fragilidade dessa dicotomia de maneira incisiva:

"Em outras palavras, a comparação permanente entre os Estados russo e ocidentais era um paralogismo, a menos que se especificasse a temporalidade histórica diferente de uns e outros. Uma compreensão anterior do desenvolvimento do feudalismo europeu era assim um preâmbulo necessário para uma definição marxista do Estado czarista, que foi finalmente destruído pela primeira revolução socialista. Pois apenas este estudo poderia fornecer o conceito teórico do absolutismo, o que permitiria aos militantes socialistas compreender o enorme abismo entre a autocracia russa e os Estados capitalistas com os quais eles estavam confrontados no Ocidente (e cujo conceito teórico deveria ser construído separadamente)".<sup>14</sup>

Ora, no Ocidente medieval as crescentes exigências fiscais constituem um fenômeno, endógeno ao feudalismo, de reforço do poder central nobiliário. A velha ordem, caracterizada pela fusão entre propriedade e soberania, vai progressivamente sendo transformada caracterizando-se pelo surgimento de um aparelho efetivo de governo monárquico em bases nacionais e das trocas comerciais urbanas, não controladas pela nobreza. A "compensação" para a perda do controle direto, no nível da aldeia, por parte da nobreza, é o absolutismo. Mas na Europa Oriental impõe-se uma especificidade para Perry Anderson:

"O Estado absolutista do Ocidente foi o aparelho político reforçado de uma classe feudal que aceitara a comutação das obrigações. Foi uma compensação pelo desaparecimento da servidão, no contexto de uma economia crescentemente urbana que ele não controlava completamente e à qual tinha de adaptar-se. O Estado absolutista do Leste, ao contrário,

foi a máquina repressiva de uma classe feudal que acabara de suprimir as tradicionais liberdades comunais da população pobre. Foi um mecanismo para a consolidação da servidão num ambiente onde não existiam cidades autônomas ou uma resistência urbana".<sup>15</sup>

O motivo central para o surgimento de um absolutismo no Leste foi exógeno, contrariamente ao Ocidente: foi de caráter militar. A necessidade de impor um sistema eficaz de defesa nacional pode parecer estranha ao historiador desavisado. Mas em nenhum instante pode-se descurar o fato de que o feudalismo baseava-se numa coação extra-econômica (militar e religiosa) sobre os servos e numa forma de expansão da riqueza (representada pela posse da terra) que só se resolvia num "jogo de soma-zero": a guerra de conquista onde um alarga suas posses e alguém necessariamente perde. Contrariamente ao modo de produção feudal, o capitalismo baseia-se no crescimento ilimitado da produção para o mercado, só freado pelas crises.<sup>16</sup>

Em decorrência disso, a Rússia logrou manter um Estado feudal mesmo às vésperas da revolução de 1917, quando o país era capitalista. O impedimento de uma ampla cultura cívica, de uma vida urbana autônoma e uma burguesia frágil, alçaram o proletariado russo à ponta-de-lança da revolução, dados sua organização, experiência de lutas e avanço teórico de sua vanguarda, tudo isso no contexto de uma autocracia que nada cedia em direitos políticos e sociais e, por isso mesmo, não "permitia" ao proletariado russo as veleidades reformistas do proletariado ocidental.

A mesma experiência, entretanto, fracassou na Alemanha de 1918, em parte porque a estratégia do operariado alemão não considerava o verdadeiro caráter do Estado na Alemanha. Mais tarde, mesmo sem avaliar as diversas temporalidades históricas atinentes à Rússia e ao Ocidente, mas observando claramente o papel modificado das crises econômicas cíclicas (as quais não engendraram, como na Rússia de 1917 e na Europa em geral em 1848, situações revolucionárias) Gramsci, mesmo sem desenvolver as diferenças de formação histórica entre o absolutismo tardio russo e as democracias ocidentais, lacuna preenchida por Anderson, debruçou-se dramaticamente sobre a estratégia do proletariado ocidental para a revolução socialista.

### A hegemonia como processo

A noção de hegemonia como direção e síntese de interesses de várias frações de classes submissos aos interesses da classe operária, encontrou em Gramsci a sua elaboração teórica superior. O comunista sardo não se limitou a repetir os "clássicos", mas incorporou novos elementos à



análise: a hegemonia não é apenas a "representação" que se esgota no processo de luta política, ela é a tradução da idéia de "classe universal" hegeliana para o terreno da *práxis*.

Mas ao fazer isto, Gramsci seguiu os passos do jovem Marx, o qual já adotava na "Introdução" à *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (1843) o conceito de "classe universal", cujos objetivos se confundem com os de toda a sociedade. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels afirmavam:

"A classe revolucionária aparece de antemão só pelo fato de contrapor-se a uma classe, não como classe, senão como representante de toda sociedade, como toda massa da sociedade, frente à classe única, a classe dominante. E pode fazê-lo assim, porque no início seu interesse se harmoniza (...) com o interesse comum de todas as demais classes não dominantes (...)"<sup>17</sup>

Não há dúvida que Marx propugnava um arco de alianças cuja delimitação é rigorosamente idêntica à de Gramsci: em torno das "classes não dominantes". Esta mesma posição atravessa o *Manifesto Comunista*, *O 18 Brumário de Luis Bonaparte* etc, no que tange a ação do proletariado na sua revolução, anti-capitalista, onde não aparece como apêndice de outras classes.

É claro que Gramsci tinha consciência do papel revolucionário específico do proletariado e da necessidade de destruir violentamente o Estado capitalista, como prova seu último comunicado estratégico ao operariado italiano colhido por Athos Lisa, mas a natureza fragmentária dos *Quaderni*, não permitiu integrá-la sem contradições numa "teoria unificada".<sup>18</sup>

Há um modelo de hegemonia sugerido por Gramsci, que ao contrapor hegemonia + coerção no Ocidente à predominância de coerção (Oriente), em termos simplificados, constitui um enorme avanço teórico não ressaltado em suas conseqüências políticas, mesmo por P. Anderson. Este modelo permitiu que uma leitura revolucionária potencial de Gramsci sobrevivesse à avalanche do eurocomunismo e que mesmo no seio deste, a presença do conteúdo revolucionário do marxismo não fosse de todo minimizada. Nicola Matteucci, insuspeito pela sua interpretação croceana e liberal de Gramsci, notou bem o conteúdo desse modelo:

"Mas ele (Gramsci) parece oscilar entre duas tipologias: aquela que contrapõe hegemonia-domínio, direção-ditadura, consenso-força, e aquela que, ao invés, contrapõe a ditadura com hegemonia à ditadura sem hegemonia. Certamente a segunda é mais evidente; e é também mais próxima a Lenin, porque na medida em que se vê na sociedade política a sede da ditadura, se continua a ver o Estado, em qualquer forma que este assuma (liberal ou autoritária), como o instrumento do domínio, como a organização da violência".<sup>19</sup>

Ou seja, o Estado, além do seu papel ideológico, torna-se condição *sine qua non* para a supremacia de uma classe. Portanto, ao proletariado não cabe somente dirigir amplas massas desfavorecidas tornando-se protagonista de suas reivindicações, mas destruir o Estado burguês e constituir a sua ditadura (conteúdo de todo Estado moderno, seja enquanto conteúdo dominante, como no absolutismo feudal ou no regime fascista da burguesia, seja apenas determinante e sub-reptício, como no regime parlamentar). Esta linha interpretativa é também apresentada por Gruppi, o qual tenta depurá-la de confusões ressaltando o conceito de supremacia em Gramsci. "A supremacia é domínio e direção. Pode-se dizer que é domínio e hegemonia. A hegemonia avança com a afirmação da capacidade de direção política, ideológica e moral daquela que, até tal momento, era uma classe subalterna".<sup>20</sup>

Gramsci estabelecera uma leitura das reformas como ponto de partida para a revolução, sem resvalar para o erro do esquerdismo que não vê nenhuma potencialidade revolucionária nas reformas que a correlação de forças permite. Seu ponto de partida era Lenin e a política de Frente Única do III Congresso da Internacional Comunista. Se é verdade que o próprio Lenin admitia até mesmo a variação das formas institucionais do poder socialista no Ocidente, afirmando a especificidade e as circunstâncias da Revolução de Outubro (vide *A Revolução Proletária* e o "*Renegado Kautski*") o próprio Gramsci definia o "leninismo" como doutrina da hegemonia do proletariado<sup>21</sup> na famosa *Carta ao Comitê Central do PCUS*, de outubro de 1926. O problema que ele se colocava era exatamente traduzir para a realidade italiana a política leninista de aliança operário-camponesa, pois "(...) o princípio e a prática hegemônica do proletariado, são as relações fundamentais de aliança entre operários e camponeses".<sup>22</sup>

E referindo-se singularmente à Itália, em *A Questão Meridional*, texto inacabado de setembro de 1926, diz Gramsci:

"O proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classes que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora. O que significa, na Itália, dadas as reais relações de classe existentes, que o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue obter o consenso das amplas massas camponesas".<sup>23</sup>

Esta formulação gramsciana é uma das mais clarividentes de sua obra e destaca o que é muito olvidado: a hegemonia não é tanto um estágio quanto um processo, como já destacou-se aqui anteriormente. Neste sentido, é correto entender a hegemonia, num primeiro momento, como constituição da capacidade de direção operária sobre classes aliadas: neste ínterim, a luta ideológica é dominante sem excluir a preparação militar e os ensaios de con-



fronto violento, luta econômica etc, dependendo da especificidade histórica de cada país. Este momento inicial do processo corresponde ao conceito de hegemonia como direção e consenso ativo dos aliados.

Mas uma vez rompido o poder de dissuasão da burguesia e instaurada a "ditadura do proletariado" — conteúdo do Estado socialista mas com uma forma democrática em grande medida legada pela democracia burguesa (como pensava Gramsci, na esteira de Lenin) — a classe operária faz-se dirigente e dominante sobre toda a sociedade, portanto hegemônica; tendo transformado o Estado burguês e dirigido uma revolução, a tarefa de construção de uma nova sociedade pressupõe o alargamento da direção intelectual da classe operária em detrimento do seu poder de coerção: a luta mais inglória se inicia, a conquista de mentes e corações para o comunismo (a "vontade coletiva" de Gramsci). Este processo tende à reabsorção do Estado pela sociedade civil e ao desaparecimento das classes sociais. Em síntese, a hegemonia enquanto processualidade pode ser entendida como direção moral e intelectual num primeiro momento e ditadura mais consenso num segundo momento, sem excluir as interconexões entre os dois momentos.

O que difere a hegemonia burguesa na etapa do capitalismo organizado do Ocidente e a hegemonia proletária não deve ser apagado. Quando a burguesia torna-se um entrave, bem como as formas de propriedade que expressam as relações capitalistas de produção impedem o desenvolvimento compartilhado do conhecimento científico puro e aplicado e das forças produtivas em geral, a sua hegemonia tende a ser passiva. Mesmo sob a acumulação acelerada de capital, o consenso da classe operária não é penetrado profundamente por uma ideologia progressiva, por isso Gramsci preocupou-se em definir o caráter orgânico dos liames entre as massas e os intelectuais, entre o senso comum e a filosofia na construção da hegemonia proletária, a qual não separa, como a metafísica atinente ao pensamento anterior, teoria e prática. Veja-se o que diz Gramsci:

"(...) a filosofia da *práxis* não busca manter os 'simplórios' na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se afirma a exigência do contato entre intelectuais e simplórios não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no baixo nível das massas, mas justamente para que torne possível um progresso intelectual-moral de massas e não só de escassos grupos intelectuais".<sup>24</sup>

Por fim, cumpre dar relevo à diferença estrutural entre o papel da burguesia no seio do feudalismo e do proletariado no capitalismo. Em primeiro lugar, a burguesia era uma classe proprietária, assentada sobre um modo de produção em plena expansão. Essa condicionante estrutural era

acrescida pelo domínio dos mecanismos de formação e difusão ideológicos. A classe operária no capitalismo é expropriada e, embora seus interesses residam noutro modo de produção, o socialismo ainda não existe de maneira dependente numa formação social capitalista, ele só poderá iniciar a transformar a economia e a sociedade capitalistas quando também o Estado começar a ser transformado pelas classes subalternas; é por isso que Gramsci propugna a constituição lenta mas fortalecida de uma hegemonia que nasce na formação de um modo de produção alternativo sob controle dos trabalhadores, como os conselhos de Turim na Itália do primeiro quartel do século XX.

Um erro de Gramsci, porém, poderia ser imputado ao fato de que não diferenciou explicitamente o processo de ascensão histórica da burguesia e a revolução socialista, pois não teria ressaltado que o proletariado é uma classe expropriada; contudo, Gramsci, desde os textos sobre os conselhos de fábrica em Turim,<sup>25</sup> lembrou que a hegemonia se assenta no mundo da produção e exige o controle do mesmo pelos conselhos operários; a hegemonia não é somente sua dimensão cultural, é também econômica: o grupo social dominante nasce "sobre a base de uma função essencial no mundo da produção econômica".<sup>26</sup>

Gramsci demonstrou a necessidade da construção de uma "vontade coletiva" verificada potencialmente nas próprias condições objetivas, ou seja, a consciência de uma necessidade histórica tendencial, bem como a importância da auto-organização dos trabalhadores nas fábricas através dos conselhos operários, onde eles se tornam organizadores e controladores do processo produtivo, fincando as bases materiais da hegemonia cultural das classes subalternas. A hegemonia, como dizia Gramsci, nasce na fábrica, portanto, a construção da sociedade socialista não se limita à institucionalidade existente, mas abarca a constituição de um contra-poder operário desde o nível da produção. Não cabe mais aguardar, como na época da juventude de Marx e Engels que uma crise abale profundamente o Estado, nem esperar, como os teóricos catastrofistas dos anos 20-30 que a "crise geral do capitalismo" sobrevenha.

A classe operária pode hoje, com o fim do "socialismo de caserna", pela primeira vez apropriar-se criticamente do legado marxista de Antonio Gramsci, sem as "interferências" acadêmicas que o dissociaram por vezes da prática política socialista, reconduzindo o seu pensamento para o lugar de onde ele partira um dia, e para o qual deveria obrigatoriamente retornar: o movimento socialista.



## NOTAS

- 1 MARX, K. *Las Luchas de clases en Francia de 1848 a 1850*. Moscú: ed. Progreso, 1974, p.132. É justo também lembrar que o notável líder operário, companheiro de Marx e Engels na Liga dos Comunistas, Moses Hess, produziu à época das Revoluções de 1848 um artigo intitulado *As Consequências da Revolução do Proletariado*, no qual detalha as condições objetivas de um processo revolucionário. No seu artigo, Hess vincula as crises comerciais e as oportunidades históricas da revolução proletária, pois "só então se vêem os trabalhadores lançados à rua em massa, sob a ação das crises econômicas periodicamente reiteradas". Destarte: "(...) caem na miséria e perecem de fome milhares de proletários; a "população sobrando" sucumbe ao império das leis econômicas(...) E se isto ocorre sem revolução, depois de uma vulgar crise comercial, quais não seriam as consequências de uma crise que sobreviesse abrindo caminho à revolução proletária?" (in MARX, K. ENGELS, F. e HESS, M. *De La Liga de los Justos al Partido Comunista*. México: Roca ed., 1973, pp. 130 e 133).
- 2 MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Abril cultural, 1984, v.III, t.1, p.308.
- 3 MARX, K. e ENGELS, F. *Obras Escogidas*. Moscú: ed. Progreso, 1983, p.680. Sobre o discurso de Engels, p.323.
- 4 OFFE, Claus. *O Capitalismo Desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.13.
- 5 KAUTSKI, K. *Programa Socialista*. São Paulo: ed Paulista, s/d, p.116.
- 6 ANDERSON, P. "Antinomias de Gramsci", in: ANDERSON, P. et. al. *Estratégia Revolucionária na Atualidade*. São Paulo: Joruês, 1986, p.11. Vide também: GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio: Civilização brasileira, 1978, p.73.
- 7 MARX, K. *O Capital*. op.cit. V.III, T.2, p.112.
- 8 GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. Edizione critica a cura di Valentino Geratana. V. I. Torino: Giulio Einaudi ed., 1975, p. 41.
- 9 ANDERSON, P. Op. cit.
- 10 GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*, op.cit., V.III, pp. 2010-11.
- 11 PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e Social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.172.
- 12 MARX, K. *Escritos de Juventud*. Trad. W. Rocas. 1ª ed. México: Fondo de cultura económica, 1987, p.470.
- 13 THERBORN, Goran. *Como domina la clase dominante?* 4ª edição, México: Siglo XXI, 1989, p. 309.
- 14 ANDERSON, P. op. cit. p.50.
- 15 ANDERSON, P. *Linhagens do Estado Absolutista*. Trad. João R. Martins Filho. São Paulo: brasiliense, 1989, p.195.
- 16 id, *ibid*. p. 31, 197-198.
- 17 MARX, K. e ENGELS, K. *La Ideologia Alemana*. Trad. W. Rocas, 5ª ed. Barcelona: Grijalbo/Montevideo: Pueblos unidos, 1974, p.52.

- 18 Athos Lisa foi companheiro de Gramsci na prisão de Turi, mantendo com ele algumas discussões sobre os problemas militares de uma futura revolução na Itália, publicadas na revista *Rinascita* (12 de dez. 1964), cf. ANDERSON, P. *Antinomias*, etc. op. cit. p.68.
- 19 MATTEUCCI, N. *Antonio Gramsci e la filosofia de la prassi*. 2ª ed. Milano: Giuffré ed. , 1977, p.157.
- 20 GRUPPI, L. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Trad. C. N. Coutinho. 3ª ed. Rio: Graal, 1991, p.79.
- 21 GRAMSCI, A. *Revolução Russa e União Soviética*. Amadora (Portugal), Fronteira, 1977, p. 149.
- 22 id., *ibid*, p. 147.
- 23 id. *A Questão Meridional*. Trad. C. N. Coutinho. Rio: Paz e Terra, 1987, p. 139.
- 24 id. *Materialismo Storico e la filosofia di Benedetto Croce*. Torino: Riuniti, 1991, p.13. A hegemonia passiva fundamenta-se no consenso passivo e inorgânico das massas ao capitalismo, embora possa também adequar-se a períodos históricos em que a burguesia cumpre um papel progressivo quanto ao avanço das forças produtivas. Este foi o caso específico de Vargas, Perón e, particularmente, Cárdenas, que dirigiram processos de industrialização na periferia do capitalismo sob regimes que impediam a auto-organização operária e os rituais democráticos efetivamente. O pensamento de Cárdenas, mais tarde, evoluiu interessantemente para algum tipo confuso de socialismo. Vide ALTMANN, W. México: El Estado y la unidad nacional cardenista. *Revista de História* , n.115 , S. Paulo, USP/FFLCH, 1983, p. 100.
- 25 GRAMSCI, A. *Democracia Operária*. Coimbra: Centelha, 1976.
- 26 GLUCKSMANN, Christine B. *Gramsci e o Estado*; 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.





## Gramsci: história e revolução

Oswaldo Coggiola

**D**e Gramsci, toma-se aquilo que se quer. Faz-se dele, então, “o mais importante teórico político marxista do século XX”, o criador de uma “nova ciência política”, um inovador que “revelou a riqueza de determinações pertinentes à sociedade civil no Ocidente burguês [...] que proclamou o fim do reducionismo de classe”, para ficarmos em exemplos recentes, produzidos todos por autores com posições político-ideológicas muito diversas.

A operação ideológica de maior vôo político, feita a partir do pensamento de Gramsci, foi sem dúvida a adaptação da sua noção analítica de “bloco histórico” para a estratégia política de “compromisso histórico”, defendida pelo eurocomunismo (hoje praticamente reduzido ao ítalo-comunismo, depois das *débaclês* dos partidos comunistas espanhol e francês), e que continua a fundamentar a política do PCI — Partido Comunista Italiano (hoje, Partido Democrático da Esquerda — PDS). Fenômeno que já foi constatado, dez anos atrás, por Perry Anderson: “A grande amplitude dos apelos a sua autoridade, vindos de setores os mais opostos da esquerda, revela os limites do estudo minucioso e da compreensão de suas idéias. O preço de uma admiração tão ecumênica é necessariamente a ambigüidade.”

Hoje, só caberia acrescentar setores fora da esquerda. Quanto à crítica, quando ela existe, geralmente se limita a tentar corrigir aspectos do seu pensamento — “não formulou nenhuma concepção explicitamente pluralista do poder socialista”, puxando-o em direção a teorias políticas alheias às do próprio Gramsci, sem falar nas “aplicações” (termo que encerra um forte conteúdo dogmático) dos seus principais conceitos — hegemonia, transformismo, etc. — aos contextos e situações dos mais diversos. Ora, a função da crítica deveria ser a de ir eliminando essa ambigüidade, mas isso só é possível tomando-se como parâmetro o eixo de todas as fases da vida



e da obra do revolucionário italiano morto há mais de meio século: a luta, política, teórica e ideológica, pela revolução proletária.

### Gramsci: teórico da revolução vitoriosa

O jovem socialista turinês que, ao final da I Guerra Mundial, procurava uma saída para o imobilismo da social-democracia, já então considerado como responsável principal pela escassa resistência do proletariado europeu à carnificina de 1914-1918, foi, naturalmente, encontrá-la na revolução vitoriosa que vinha do Oriente: o Outubro russo. A excepcional qualidade do teórico revelou-se no fato de que Gramsci não só reivindicou politicamente a revolução bolchevique, mas também tirou dela lições históricas que lhe permitissem combater a teoria então imperante na II Internacional, uma espécie de fatalismo mecanicista travestido de ciência marxista, responsável, para Gramsci (e para outros marxistas ocidentais), pelo imobilismo criminoso da social-democracia. A procura de Gramsci era anterior à revolução russa, pois, já em fevereiro de 1917, afirmava que “a ciência sofreu uma derrota, ou melhor, ela limitou-se a cumprir a única tarefa que lhe correspondia, e perdeu-se a confiança cega que se tinha nas suas deduções”. Com a vitória bolchevique, esta recusa, além de se aprofundar, tomará uma forma positiva no célebre artigo “A revolução contra *O capital*”, de 1918 (isto é, contra a ciência que pretendia deduzir a revolução das leis da economia capitalista):

“[Os bolcheviques] vivem o pensamento marxista, que não morre nunca, que é a continuação do pensamento idealista alemão e italiano, e que em Marx tinha sido alterado por escórias positivistas e naturalistas. Esse pensamento reconhece sempre como o maior fator da história, não os fatores econômicos em bruto, mas os homens [que] compreendem os fatos econômicos, os julgam e os submetem a sua vontade, até transformá-la no elemento motor da economia. Os bolcheviques, então, pensam que os cânones do materialismo histórico são válidos *post factum*, para estudar e entender os acontecimentos do passado, e que não devem ser transformados numa hipoteca sobre o presente e sobre o futuro.”

Contra a ciência fatalista da II Internacional, Gramsci opunha a “vontade”, isto é, a vontade dos homens, e esse voluntarismo será sua marca como teórico da revolução vitoriosa.

Não foram poucos os críticos mais recentes que viram nesse voluntarismo os traços do tardio idealismo italiano (cujo representante mais célebre era o filósofo Benedetto Croce, com quem Gramsci tentou ajustar contas num período posterior), citado explicitamente por Gramsci, no texto acima, chegando até a ver nisso um “provincianismo” característico de

Gramsci, o que levaria alguns a rejeitar *in totum* o seu pensamento. O fato é que Gramsci elabora o seu voluntarismo baseado na experiência russa:

“A propaganda socialista criou a vontade social do povo russo. Por que esse povo deveria esperar que a história da Inglaterra se repetisse na Rússia, que se formasse na Rússia uma burguesia, que a luta de classe fosse suscitada para que nascesse a consciência de classe e que sobreviesse, enfim, a catástrofe do mundo capitalista? O povo russo passou por todas as experiências no pensamento, ainda que fosse o pensamento de uma minoria. Ele superou essas experiências”.

A diversidade das formações econômico-sociais, as diversas etapas do desenvolvimento econômico e social, as próprias experiências das classes sociais na sua luta, contam pouco: o decisivo é a propaganda socialista, que é capaz de criar a vontade revolucionária com alto grau de independência desses fatores. Nesse voluntarismo, nitidamente idealista, que Robert Paris, citando os escritos juvenis de Gramsci — “trata-se de pensar bem, seja lá o que for que se pense, e, portanto, de agir bem, seja lá o que for o que se faça” — chamou de socratismo, o papel do desenvolvimento econômico-social (histórico) é apenas o de criar as condições, a classe social, capaz de levar à prática a propaganda (idéias), com relativa independência da sua própria história social e política:

“A partir dessa célula — afábrica — considerada como uma unidade, como o ato criador de um produto determinado, o operário se eleva até a compreensão de unidades sempre mais vastas, até a própria nação [...] então sente o que é a classe e se transforma em comunista, porque, para ele, a propriedade privada não é uma função da produtividade; e se transforma em revolucionário, porque concebe o capitalista, o proprietário privado, como um peso morto, como um obstáculo que é preciso eliminar. Então, verdadeiramente, concebe o Estado”.

Daí a função central e absolutamente auto-suficiente que Gramsci atribui, nesta etapa, aos conselhos operários, experiência de autogoverno, onde o proletariado descobre que o novo Estado é o seu Estado. Para os gramscinianos mais ardentes, como Roberto Giudici, “esta concepção dos conselhos como construção de civilização constitui o aspecto mais moderno, menos espontâneo e mais atentamente calculado e meditado da concepção marxista do salto dialético, da passagem revolucionária”.

Em qualquer caso, fazendo a economia da história do movimento operário, colocando o operariado como potencialmente apto para transformar o mundo em qualquer momento, na medida do sucesso da propaganda socialista, e achando nisso o tema central da sua delimitação política com o reformismo, Gramsci chega não só a postular uma teoria não-histórica da revolução proletária, mas também a minimizar o papel da política (e, portanto, do partido político dos comunistas) no processo revolucionário,



atribuindo-lhe, sobretudo, uma função educativa acerca do objetivo final (estratégico) do operariado revolucionário. Esta concepção reflete as explosivas condições revolucionárias existentes então, não só na Itália, mas na Europa inteira, e era compartilhada por muitos outros dirigentes e correntes, passados, então, do socialismo ao comunismo bolchevique. A esquerda comunista alemã chamava o bolchevismo de "teoria ofensiva" (opondo-a ao defensismo social-democrata). Nesta teoria, todas as mediações políticas (táticas) entre a situação imediata do proletariado e o seu objetivo final, eram absorvidas, através da propaganda, pelo próprio objetivo final (estratégico): a tática era absorvida pela estratégia. Gramsci foi o teórico mais brilhante desta idéia, que teve em Lukacs (com a sua noção de "atualidade da revolução" definida como o próprio pensamento de Lenin) o seu mais brilhante defensor filosófico.

A trajetória política de Gramsci, neste período, seria perfeitamente consequente com aquela teoria. Apesar de sua concordância com o sistema soviético defendido pelos bolcheviques (o que levou Lenin e Trotski a defenderem publicamente, em *L'Ordine Nuovo*, o grupo e o jornal animados por Gramsci, como a alternativa revolucionária para o socialismo italiano), ainda em setembro de 1919 (bem depois da fundação da Internacional Comunista), Gramsci vacilava em colocar a questão da ruptura política com o Partido Socialista Italiano (lembramos que Rosa Luxemburg também se opôs, pouco tempo antes, a romper abertamente com a social-democracia alemã para aderir à Internacional Comunista), ruptura que era colocada claramente pela fração adversária, esquerdista, de Bordiga. A concordância política de Gramsci com o bolchevismo nunca foi profunda, pois se se opôs ao esquerdismo de Bordiga (que dirigiu o PC italiano nos primeiros anos), até conquistar a liderança partidária de 1924 a 1926, quando foi detido pelo governo fascista, tendo participado da direção da Internacional Comunista, em Moscou, em 1922-1923, Gramsci seria também um opositor da tática da frente única, preconizada por Lenin e Trotski na Internacional Comunista, quando as perspectivas imediatamente revolucionárias de 1918-1921 deram lugar a um refluxo (e, fazendo isto, eles não inventavam uma nova política, mas apenas generalizavam a experiência do bolchevismo russo na luta pelo poder em 1917). A estratégia gramsciana recusava-se a admitir mediações táticas, como diz Perry Anderson:

"...o próprio Gramsci, como quase toda a direção do PCI, rejeitou obstinadamente a frente única na Itália e assim, objetivamente, facilitou a vitória do fascismo, que foi capaz de triunfar sobre uma classe operária profundamente dividida. De 1921 a 1924, anos em que a IC procurou seriamente assegurar a implementação das táticas da frente única pelos maximalistas do PSI na Itália, tanto Bordiga como Gramsci recusaram a linha da IC e resistiram a ela. Quando Gramsci assumiu a liderança

do partido, em 1924, e aderiu a uma política de fidelidade à IC, o fascismo já estava instalado e a IC havia ela própria abandonado em grande parte as táticas da frente única".

Derrotada a revolução e vitorioso o fascismo, a tática (política) e a própria história ganhariam um lugar de destaque no pensamento de Gramsci, de uma maneira singular, mas perfeitamente coerente com a sua trajetória teórica e política anterior.

### Gramsci: teórico da revolução derrotada

No final dos anos 20 e durante boa parte dos anos 30, nos principais países europeus, a revolução está derrotada pelo nazi-fascismo no Oeste e pela contra-revolução stalinista no Leste. Os revolucionários continuam com uma atividade agora mais propagandística e teórica, nas piores condições: a prisão ou o exílio (sem contar os que foram mortos). Trotski percorre, exilado, um mundo transformado num "planeta sem visto". Christian Rakovski escreve nos campos de concentração stalinistas da Sibéria. No Ocidente, "a solidão e a morte de Gramsci na Itália, o isolamento e o exílio de Korsch e Lukacs nos Estados Unidos e na Rússia, marcaram o fim da fase em que o marxismo ocidental se mantinha ainda ligado às massas". Outro traço em comum dos revolucionários derrotados: procurando as causas da derrota, eles escrevem trabalhos que fazem o balanço de um longo período histórico ou revolucionário. Temos assim, os monumentais escritos de Trotski (incluindo o pequeno mas significativo *90 anos do Manifesto Comunista*), de Rakovski remontando à Revolução Francesa para explicar o stalinismo, em *Os perigos profissionais do poder*, de Lukács, procurando no irracionalismo alemão a partir de Schelling as raízes ideológicas do nazismo (*O assalto à razão*), de Arthur Rosenberg, dando o subtítulo a seu livro *Democracia e socialismo de Contribuição à história política dos últimos 150 anos*. O balanço histórico coloca a política (e não mais o desenvolvimento da economia capitalista, como na época de Marx) no seu eixo; e Gramsci, no cárcere, sem contato com aqueles (que também não tinham contato entre si, o que revela não estarmos diante de um acaso), escreve seus *Cadernos*.

Gramsci partiu de um balanço do fracasso da revolução democrática na Itália (do mesmo modo que Marx nos seus principais trabalhos históricos, do que Trotski em 1905 e na sua *História da revolução russa*), tendo como eixo a incapacidade do partido democrático no século XIX: "O Partido da Ação não podia, pela sua própria natureza, exercer esse poder de atração, já que estava ganho pelo medo de um terrorismo à 1793, reforçado pelos acontecimentos de 1848-1849 na França, o que o levava a vacilar em intro-



duzir no seu programa certas reivindicações populares (como a reforma agrária).” César Corte assinala que Gramsci não precisa que o perigo de 1848 na França não era nada mais que a primeira revolução proletária na Europa, o que levaria Gramsci a colocar a covardia do partido democrático num plano ideológico, e não social (os partidos burgueses e pequeno-burgueses tendem a fechar fileiras com a contra-revolução quando o perigo da revolução proletária desenha-se no horizonte, ainda que seja num outro país, já que a revolução proletária aparece como uma potencialidade européia, isto é, internacional)”. Mas Gramsci não faz só um balanço italiano desse período; seu balanço, além de europeu, inclui uma conclusão sobre a teoria revolucionária então elaborada:

“O conceito político assim chamado de revolução permanente, que veio à luz antes de 1848 como expressão cientificamente elaborada das experiências jacobinas de 1789 ao Termidor, pertence a um período histórico no qual os grandes partidos de massa e os sindicatos ainda não existiam e a sociedade vivia ainda, sob muitos aspectos, num estado de fluidez. Havia um grande atraso e um monopólio virtualmente completo do poder político e estatal por um pequeno número de cidades, ou até mesmo por apenas uma delas”.

Duas observações imediatas: a) Marx elaborou o conceito de revolução permanente não antes, mas depois de 1848 (na famosa *Circular à Liga dos Comunistas*, de 1850), justamente como balanço da incapacidade dos partidos democráticos em levar até o fim a revolução democrática (o partido proletário devia substituí-los em tal função, e seu grito de guerra deve ser: revolução permanente!, transformando a revolução democrática em proletária, questão que o *Manifesto comunista* de 1848 deixava ainda em aberto). Durante 1848, só Blanqui parece ter usado a fórmula, e provavelmente Marx a tomou dele; b) a fórmula da revolução permanente não se referia ao grau de organização política e social das diversas classes (partidos de massa, sindicatos), mas à dinâmica social da revolução, a partir da configuração do proletariado, enquanto classe diferenciada.

Gramsci, misturando novamente os níveis histórico e político, tirou então conclusões históricas (isto é, válidas para o conjunto da teoria revolucionária) a partir das mudanças políticas:

“No período seguinte a 1870, com a expansão colonial da Europa, todos estes elementos se transformam. As relações de organização do Estado, no plano interno e internacional, tornaram-se mais complexas e sólidas e a fórmula de 1848 da revolução permanente reelaborada e superada na ciência política pela fórmula de hegemonia civil. Ocorreu na arte da política o mesmo que havia acontecido na arte militar: a guerra de movimento tornou-se cada vez mais guerra de posição e pode-se dizer que um Estado ganha uma guerra na medida em que ele se prepara para ela minuciosamente, e nos seus aspectos técnicos, em tempos de

paz. A sólida estrutura das democracias modernas — tanto as organizações estatais como as associações complexas da sociedade civil — é para a arte da política o que as trincheiras e fortalezas permanentes do *front* são para a guerra de posição. Elas fazem com que o elemento do movimento, que costumava ser tudo na guerra, se torne meramente parcial”.

Assim, vemos como o Gramsci teórico das revoluções derrotadas percorre agora o caminho inverso ao do teórico da vitória. É a partir de mudanças não-qualitativas, mas de grau (mais sólido, mais complexo) na configuração política das classes, que ele tira conclusões que afetam (chegando a negar) toda a linha estratégica anterior (objetivo histórico). A mudança proposta na arte da política revolucionária (tática) — guerra de posição em vez de guerra de movimento, luta pela hegemonia civil — é confrontada com a estratégia (revolução permanente), negando-a. A estratégia é absorvida pela tática, invertendo o percurso anterior, mas mantendo a lógica de não distinguir entre uma e outra. O Gramsci vitorioso diluiu a política na história, o Gramsci derrotado diluiu a história na política. Prova disso tudo é que o correlato político da teoria desenvolvida nos *Cadernos do cárcere* foi a defesa de Gramsci da adoção das táticas da frente única (incluía a defesa de uma assembléia constituinte para opor as massas ao fascismo) contra o fascismo, proposta pela Internacional Comunista, que ele rejeitara no início dos anos 20, na direção do PCI. O que na IC era uma unidade (tática de frente única, estratégia de revolução permanente), transformava-se, em Gramsci, em oposição. A franqueza deste ponto de vista de Gramsci, hoje já criticada, não impediu que, no plano político, ele convergisse com a oposição no PCI, animada por Trotski, contra a linha ultra-esquerdista do terceiro período, defendida pela IC de Stalin e pelo PCI, a partir de 1927 até 1934. Mas essa foi uma coincidência objetiva, não-explícita nem consciente, o que não impediu àquela corrente de reivindicá-la retrospectivamente.

É preciso destacar que se tratou, assim mesmo, de uma convergência real, como prova o fato de que, se a oposição trotskista tinha sido excluída do PCI, Gramsci também foi excluído de fato, ao serem censuradas as críticas que, a partir da prisão, ele fez à teoria do terceiro período seguida pela IC e pelo PCI (seu antigo camarada Togliatti foi encarregado de exercer essa censura).

Mas a coincidência circunstancial, política — sobre cujo futuro eventual é impossível dizer alguma coisa, pois Gramsci morreu na prisão sem conhecê-la —, não pode ocultar a base da divergência teórica. Assim, Gramsci insistia em que “deveria ser examinado se a famosa teoria de Trotski sobre o caráter permanente do movimento não é o reflexo político de condições econômico-culturais e sociais em um país cujas estruturas de vida



nacional são embrionárias e frouxas, e incapazes de se tornar trincheiras ou fortalezas". A improcedência desta crítica, do ponto de vista teórico, foi colocada acima. Perry Anderson demonstrou também que ela não era procedente do ponto de vista político, e sobretudo do ponto de vista militar, onde Trotski demonstrara, teórica e praticamente (como líder militar do Exército Vermelho) a inexistência de uma contradição absoluta entre guerra de posição e guerra de movimento, que deviam ser concebidas como momentos diferentes e diferenciados de uma única estratégia militar (a assimilação, inclusive terminológica, das estratégias político e militar, era um traço comum a todos os dirigentes comunistas da época, e inspirou visivelmente as analogias de Gramsci).

Parece-nos que a análise dos riquíssimos conceitos elaborados por Gramsci para compreender os problemas da luta revolucionária nos países de capitalismo avançado (a luta pela hegemonia civil, a teoria das alianças de classe, a teoria sobre os intelectuais etc), campo no qual foi, em muitos aspectos, um pioneiro, deve partir da sua matriz histórica: o balanço por ele realizado de mais de um século de história e da teoria revolucionária elaborada a partir dela. Perry Anderson fez a mais importante incursão crítica no interior desses conceitos, mas sem adotar aquele ponto de partida. Concluiu que a estratégia de Gramsci nos *Cadernos* "representou um tipo de ajustamento estóico à perda de toda esperança imediata de uma vitória no Ocidente". Essa conclusão deve ser, no mínimo, ampliada. Quando se pensa em aplicar os conceitos de Gramsci (por exemplo, à realidade brasileira) deve-se levar em conta não só as críticas de que esses conceitos foram objeto, mas também que toda utilização de um marco teórico-conceitual deve ser criativa o suficiente para reagir sobre o conjunto da teoria. Essa é a única maneira de responder ao enorme desafio lançado há mais de 50 anos pelo extraordinário revolucionário italiano, em meio a um penoso combate contra a prisão, o isolamento, a censura e a doença; o que torna ainda mais notável o fato de que o desafio permaneça inteiramente de pé.



## Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos\*

Edmundo Fernandes Dias

*"A hegemonia realizada significa a crítica*

*real de uma filosofia, a sua dialética real."*

*Quaderni del Carcere, p. 881.*

**E**xiste uma tradição nos "marxismos"<sup>1</sup> que pretende, a qualquer custo, aprisionar a totalidade desse pensamento em um esquema linear, evolucionista, reduzindo a trilogia Marx, Engels, Lenin a uma "matriz de verdade". Reduz-se, desse modo, sua rica e contraditória evolução à uma linearidade sem contrastes, homogeneizadora. Com isto se liquida a sua historicidade. Ao serem apagadas as diferenças, define-se uma "ortodoxia"<sup>2</sup>: "verdades" a serem "aplicadas", "duplicadas". Nada mais sintomático. A idéia de verdade torna-se, assim, similar à do dogma religioso. O conhecimento, como no caso da teologia, está, desde já e para sempre, fixado. Vale dizer esterilizado. Perde-se, assim, a própria prática da dialética.

A redução do pensamento de Gramsci a uma mera "aplicação" da obra de Lenin é uma das mais expressivas demonstrações. Os debates que se fazem sobre sua obra têm revelado, quase sempre, leituras instrumentais. No mais das vezes, essas "leituras" (sic) reduzem o texto gramsciano às "verdades" que o "leitor" quer provar. Em uma das suas notas do cárcere,

\* *In memoriam* de Silvio Frank Como poucos, foi um intelectual que, reunindo teoria e prática, colocou seu saber, sua emoção, sua vida, a serviço das classes trabalhadoras.

Publicado em *Idéias*, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, ano 1, nº 1, janeiro-julho de 1994.



o próprio Gramsci fala em "forçar os textos", ou seja, "fazer os textos dizem, por amor das teses, mais do eles realmente dizem".

Conclui perguntando se isso efetivamente não mereceria sanção, "intelectual e moral, (...) judiciária".<sup>3</sup> Portantiero precisa o sentido dessa "operação": "usa-se" Gramsci.<sup>4</sup> Nessa redução do seu texto à condição de verdade tenta-se transformar um trabalho de construção teórica em uma mera confirmação de outra teoria, reduzindo-a a uma espécie de tribunal de verificação de poderes. Perde-se a especificidade do discurso, do projeto, dos resultados e, fundamentalmente, a sua eficácia teórico-prática.

Essa redução de Gramsci a outra(s) matriz(es) de "verdade", conduziu à negação da sua originalidade teórica. Ele só seria relevante a partir do momento em que dialogou com a obra de Lenin. Muitos falaram dele como "crociano", "idealista", etc. Alguns, mesmo reconhecendo que após o contato com Lenin, Gramsci teria se transformado em marxista, que ele continuaria contaminado por "bacilos" idealistas. A afirmação gramsciana, nas *Lettere del Carcere*, de ter sido "tendencialmente crociano", foi tomada como "confissão de culpa" do pecado idealista. Mais do que isso: a própria "confissão" era vista como "legitimação" da acusação.

O mais trágico (ou cômico?) de tudo isso, digamo-lo com franqueza, é que se reforça em Gramsci, como negativo, o encontro-diálogo crítico com o idealismo. Muitos dos que fazem esse julgamento, com uma notável má consciência, ou mesmo hipocrisia, não vêem nenhum problema no encontro-diálogo crítico de Marx com o idealismo hegeliano. O hegelianismo das chamadas obras juvenis de Marx não traz problemas, já o crocianismo, o sorelianismo etc, dos escritos iniciais de Gramsci... isso sim, é muito grave!

Esse dogmatismo corta necessariamente o diálogo com o pensamento mais avançado da época, um dos elementos fundamentais da produção teórico-política do marxismo. Diálogo crítico, confrontação entre perspectivas diferenciadas, diálogo do qual *O Capital* é uma bela demonstração. Gramsci chama a atenção para o fato de que, na teoria como na política, o embate contra os "campeões" da posição adversária é fundamental. "Acusá-lo", pois disto se trata, de idealismo crociano, por exemplo, é desconhecer que Croce, é na Itália, o grande adversário. Assim como Engels se propôs escrever um *Anti-Duhring* para fazer do marxismo a teoria dominante no movimento operário europeu, Gramsci tinha que, necessariamente, "italianizar" a sua luta: tinha que escrever o Anti-Croce. Não poderia ignorá-lo, se pretendesse enraizar o marxismo na Itália.<sup>5</sup> E Croce é, convenhamos, muito mais importante que Duhring.

Sobre a tentativa de redução do texto gramsciano à verdade leninista, o exemplo típico é o conceito de hegemonia. Este, a rigor, só vai apare-

cer nos *Alcuni Temi sulla Questione Meridionale*,<sup>6</sup> em 1926, o que é rigorosamente falso. A célebre nota dos *Quaderni del Carcere*, segundo a qual a maior contribuição de Lenin ao marxismo foi a construção, teórica e prática, da hegemonia, não contradita nossa tese. Gramsci trabalhará a proposição leninista, é certo, mas seu conceito de hegemonia diferenciado, não é uma mera "aplicação" da teoria de Lenin. Demonstramos, em outra ocasião,<sup>7</sup> que a questão da hegemonia já está presente, em 1916, em estado prático. Seguramente no período dos Conselhos (1919-1920), no *biennio rosso*, o conceito está, no fundamental, elaborado.<sup>8</sup>

Sobre isso não cabe minimizar ou amplificar. Seria absurdo negar o impacto, expressamente afirmado, da ação e do pensamento de Lenin. É preciso também reconhecer a experiência coletiva da revolução soviética, freqüentemente citada por mero dever de ofício.<sup>9</sup> Seria igualmente ridículo, para afirmar a obra de Lenin, minimizar a prática coletiva das classes trabalhadoras italianas e a sua articulação com os intelectuais socialistas. A luta de classe é um laboratório de teorias e práticas. O semanário turinês *L'Ordine Nuovo*, que deu nome à tendência socialista ligada aos Conselhos de Fábrica, foi fundamentalmente o *locus* dessa articulação e testemunho vital para seguirmos, passo a passo, a elaboração gramsciana da hegemonia.

Insisto: a importância das lutas e das práticas das classes não pode ser ignorada/subestimada. Lenin, Marx ou Gramsci não estão sós na cena da história. Será preciso relembrar a afirmação de Marx que a teoria só se faz arma quando penetra e é penetrada pelas classes? E pela sua luta?

A propalada descontinuidade entre o Gramsci dos Conselhos de Fábrica e o dos *Cadernos do Cárcere* é uma falsa questão. Entre os textos em que Gramsci trabalha a atualidade da revolução e aqueles em que faz a reflexão sobre as razões da não realização da virtualidade revolucionária do *biennio rosso* e aqueles da época marcada pelo predomínio fascista, vale dizer, em que ele repensa as práticas revolucionárias nos países capitalistas de institucionalidade condensada sob a dominância imperialista, não há uma ruptura. A temática central permanece. A forma como são trabalhados os conceitos é a mesma. Obviamente atualizam-se categorias, constroem-se novas. Mas o fio que perspassa toda a obra é o mesmo: a capacidade orgânica das classes trabalhadoras construir uma nova *civiltà*.

Este é o nó da questão: a da má-consciência. Os "ortodoxos"<sup>10</sup> que recusam com muita indignação a cisão jovem Marx/Marx maduro, não têm qualquer dificuldade em aceitá-la no caso gramsciano: No caso de Marx, era "necessário" reafirmar a unidade do seu pensamento, no de Gramsci a "necessidade" é outra, a de afirmar o salto leninista que o libertou do "provincianismo". E, mais do que tudo, para afirmar a sua dependência em relação a Lenin.



o próprio Gramsci fala em “forçar os textos”, ou seja, “fazer os textos dizerem, por amor das teses, mais do eles realmente dizem”.

Conclui perguntando se isso efetivamente não mereceria sanção, “intelectual e moral, (...) judiciária”.<sup>3</sup> Portantiero precisa o sentido dessa “operação”: “usa-se” Gramsci.<sup>4</sup> Nessa redução do seu texto à condição de verdade tenta-se transformar um trabalho de construção teórica em uma mera confirmação de outra teoria, reduzindo-a a uma espécie de tribunal de verificação de poderes. Perde-se a especificidade do discurso, do projeto, dos resultados e, fundamentalmente, a sua eficácia teórico-prática.

Essa redução de Gramsci a outra(s) matriz(es) de “verdade”, conduziu à negação da sua originalidade teórica. Ele só seria relevante a partir do momento em que dialogou com a obra de Lenin. Muitos falaram dele como “crociano”, “idealista”, etc. Alguns, mesmo reconhecendo que após o contato com Lenin, Gramsci teria se transformado em marxista, que ele continuaria contaminado por “bacilos” idealistas. A afirmação gramsciana, nas *Lettere del Carcere*, de ter sido “tendencialmente crociano”, foi tomada como “confissão de culpa” do pecado idealista. Mais do que isso: a própria “confissão” era vista como “legitimação” da acusação.

O mais trágico (ou cômico?) de tudo isso, digamo-lo com franqueza, é que se reforça em Gramsci, como negativo, o encontro-diálogo crítico com o idealismo. Muitos dos que fazem esse julgamento, com uma notável má consciência, ou mesmo hipocrisia, não vêem nenhum problema no encontro-diálogo crítico de Marx com o idealismo hegeliano. O hegelianismo das chamadas obras juvenis de Marx não traz problemas, já o crocianismo, o sorelianismo etc, dos escritos iniciais de Gramsci... isso sim, é muito grave!

Esse dogmatismo corta necessariamente o diálogo com o pensamento mais avançado da época, um dos elementos fundamentais da produção teórico-política do marxismo. Diálogo crítico, confrontação entre perspectivas diferenciadas, diálogo do qual *O Capital* é uma bela demonstração. Gramsci chama a atenção para o fato de que, na teoria como na política, o embate contra os “campeões” da posição adversária é fundamental. “Acusá-lo”, pois disto se trata, de idealismo crociano, por exemplo, é desconhecer que Croce, é na Itália, o grande adversário. Assim como Engels se propôs escrever um *Anti-Duhring* para fazer do marxismo a teoria dominante no movimento operário europeu, Gramsci tinha que, necessariamente, “italianizar” a sua luta: tinha que escrever o Anti-Croce. Não poderia ignorá-lo, se pretendesse enraizar o marxismo na Itália.<sup>5</sup> E Croce é, convenhamos, muito mais importante que Duhring.

Sobre a tentativa de redução do texto gramsciano à verdade leninista, o exemplo típico é o conceito de hegemonia. Este, a rigor, só vai apare-

cer nos *Alcuni Temi sulla Questione Meridionale*,<sup>6</sup> em 1926, o que é rigorosamente falso. A célebre nota dos *Quaderni del Carcere*, segundo a qual a maior contribuição de Lenin ao marxismo foi a construção, teórica e prática, da hegemonia, não contradita nossa tese. Gramsci trabalhará a proposição leninista, é certo, mas seu conceito de hegemonia diferenciado, não é uma mera “aplicação” da teoria de Lenin. Demonstramos, em outra ocasião,<sup>7</sup> que a questão da hegemonia já está presente, em 1916, em estado prático. Seguramente no período dos Conselhos (1919-1920), no *biennio rosso*, o conceito está, no fundamental, elaborado.<sup>8</sup>

Sobre isso não cabe minimizar ou amplificar. Seria absurdo negar o impacto, expressamente afirmado, da ação e do pensamento de Lenin. É preciso também reconhecer a experiência coletiva da revolução soviética, freqüentemente citada por mero dever de ofício.<sup>9</sup> Seria igualmente ridículo, para afirmar a obra de Lenin, minimizar a prática coletiva das classes trabalhadoras italianas e a sua articulação com os intelectuais socialistas. A luta de classe é um laboratório de teorias e práticas. O semanário turinês *L'Ordine Nuovo*, que deu nome à tendência socialista ligada aos Conselhos de Fábrica, foi fundamentalmente o *locus* dessa articulação e testemunho vital para seguirmos, passo a passo, a elaboração gramsciana da hegemonia.

Insisto: a importância das lutas e das práticas das classes não pode ser ignorada/subestimada. Lenin, Marx ou Gramsci não estão sós na cena da história. Será preciso lembrar a afirmação de Marx que a teoria só se faz arma quando penetra e é penetrada pelas classes? E pela sua luta?

A propalada descontinuidade entre o Gramsci dos Conselhos de Fábrica e o dos *Cadernos do Cárcere* é uma falsa questão. Entre os textos em que Gramsci trabalha a atualidade da revolução e aqueles em que faz a reflexão sobre as razões da não realização da virtualidade revolucionária do *biennio rosso* e aqueles da época marcada pelo predomínio fascista, vale dizer, em que ele repensa as práticas revolucionárias nos países capitalistas de institucionalidade condensada sob a dominância imperialista, não há uma ruptura. A temática central permanece. A forma como são trabalhados os conceitos é a mesma. Obviamente atualizam-se categorias, constroem-se novas. Mas o fio que perspassa toda a obra é o mesmo: a capacidade orgânica das classes trabalhadoras construir uma nova *civiltà*.

Este é o nó da questão: a da má-consciência. Os “ortodoxos”<sup>10</sup> que recusam com muita indignação a cisão jovem Marx/Marx maduro, não têm qualquer dificuldade em aceitá-la no caso gramsciano: No caso de Marx, era “necessário” reafirmar a unidade do seu pensamento, no de Gramsci a “necessidade” é outra, a de afirmar o salto leninista que o libertou do “provincianismo”. E, mais do que tudo, para afirmar a sua dependência em relação a Lenin.



## Sobre a primeira edição italiana da obra gramsciana

Em 11 de junho de 1937, Togliatti, escrevendo a Manuiski, afirmava que os textos carcerários de Gramsci “continham uma representação materialista da história italiana”,<sup>11</sup> importantes não apenas para o partido italiano mas também para a Internacional. Buscava-se preservar a obra gramsciana do fascismo. Mas também do stalinismo. Face a este, Togliatti, afirma Vacca, precisava “canonizar” a figura de Gramsci *post mortem* para poder garantir a preservação da sua memória e dos seus trabalhos.<sup>12</sup> Togliatti tinha plena consciência “do fato que os *Cadernos* perturbavam gravemente todo o quadro conceitual do ‘marxismo leninismo’ ”.<sup>13</sup>

Já em 1944, a 7 de junho, com a publicação do catálogo da *La nuova biblioteca editrice*, se anuncia a publicação iminente de todos os escritos de Gramsci, em cinco volumes. O primeiro recolheria os escritos do período do *L'Ordine Nuovo*; o segundo trataria da “luta pelo partido comunista e pela unidade popular antifascista”; os terceiro e quarto publicariam “os escritos do cárcere” e, finalmente, no quinto sairiam as “cartas do cárcere aos familiares”.

Ao editar “os escritos do cárcere”, o PCI o fez “reescrevendo-os” a partir de uma “unidade temática” (sic). Descontextualizou-se a obra. Primeiramente, se publicou, mutiladamente, as *Cartas do Cárcere* (1947). Foram omitidas as referências positivas a Bordiga, a Trotski e a outros “réprobos”.<sup>14</sup> Pode-se argumentar que muitos elementos pessoais das cartas constrangiriam os familiares ainda vivos. Certamente. Mas não se pode aplicar esse critério quando se refere aos personagens das lutas políticas. Pelo menos sem se autorizar a leitura de que se procedia a uma censura. O Gramsci que aparece nesta edição das cartas é o mártir da luta antifascista, é o comunista sem mácula: o político em uma historicidade “arranjada”, mas não o indivíduo e o militante na sua historicidade real e plena.

Delio Cantimori fez, à época, uma severa crítica sobre o projeto da publicação de *Il Materialismo Storico e la Filosofia di Benedetto Croce*.<sup>15</sup> Severa e justíssima. Dando seu parecer, como consultor editorial, afirma:

“Com aqueles da edição Gramsci seria necessário usar meios ferozes. Me fizeram ver o volume sobre a história dos intelectuais (...) aquele, em suma, onde se fala de Croce, e dos problemas filosóficos: está pronto (...), e quem sabe porque não o fazem publicar (...). Parece que alguém tem escrúpulos pelas críticas a Croce que estão naquele volume (...). Protestei contra estes escrúpulos (...). Mas o que esperam? Que Croce morra, para depois fazer dizer por algum estúpido que não se teve coragem de publicar a crítica com Croce vivo? E o estúpido pareceria ter razão!”<sup>16</sup>

Para além dessa afirmação, pode-se colocar a hipótese de que Togliatti incorporava a Croce na tradição nacional em relação à qual se pensava também o famoso “partido de tipo novo”. Croce era o elemento “progressista” do pensamento burguês.

O *Il Materialismo Storico e la Filosofia di Benedetto Croce*, título das reflexões “filosóficas” (sic) sai, finalmente, em 1948. Em 1949, saem as reflexões “políticas” *Note sul Machiavelli, sulla Politica e sullo Stato Moderno*; as “historiográficas”, *Il Risorgimento*; e as “culturais”: *Gli Intellettuali e l'Organizzazione della Cultura*. Os textos sobre literatura, reunidos em *Letteratura e Vita Nazionale*<sup>17</sup> são publicados em 1950. Por fim, em 1951, sai a edição de *Passato e Presente* e se conclui a publicação da obra do cárcere.

Não se trata apenas da “tematização” da edição, o que, *de per se*, já coloca imensos problemas por liquidar a historicidade da sua construção e cortar os liames do raciocínio gramsciano e o profundo imbricamento das questões. Existem, de fato, censuras reais. Ouçamos Gerratana:

“Um sintoma da mudança e da exasperação do clima político entre 1946 e 1948 se tem, ao contrário, em outros cortes. Exemplar neste sentido é o caso das Notas Autobiográficas, um belíssimo fragmento de 1933, com o apólogo dos naufragos que se tornam canibais, sobre o tema da desagregação da personalidade induzida com meios de terrorismo material e moral. É impossível ler estes textos sem se sentir golpeado.”<sup>18</sup>

Este texto só foi publicado em 1962, quase dez anos após a morte de Stalin. Continuemos com Gerratana: “Parece-me que nestas páginas esteja uma das mais duras críticas aos métodos do stalinismo, visto como ‘cadornismo político’ pelo seu hábito criminoso de descuidar-se de evitar os sacrifícios inúteis”.<sup>19</sup> Devemos, por fim, lembrar que Togliatti ocultou e minimizou a ruptura gramsciana com os procedimentos e a linha política da Internacional, já anunciada em 1926, e com a linha do próprio PC da Itália, em 1930.

Sobre todo esse processo Vacca afirma: as “censuras e manipulações não foram tais que mudassem de sinal seu pensamento”.<sup>20</sup> Afirmação com a qual não podemos concordar. Contamos com o próprio Vacca quando afirma: “Não há dúvida que ele (Togliatti) tenha regulado a difusão do pensamento de Gramsci, em base à compatibilidade que ele próprio estabelecia entre a política do ‘partido novo’ e o seu ser parte do movimento comunista internacional”.

Este é o segredo da “canonização”. Processo que pode e deve ser acompanhado nos próprios escritos de Togliatti.<sup>21</sup> A expressão é significativa. A canonização é sem dúvida alguma, forma privilegiada de reconhecimento de uma história. Certamente. Mas ao preço de tirá-la do contexto histórico, de abolir para sempre toda e qualquer contraditoriedade. Em suma, de naturalizá-la.



Spriano falou de uma oficialização. Precoce, diga-se de passagem. Togliatti preparou o partido para recebê-lo como herdeiro de Gramsci antes mesmo da morte do sardo: em artigo, de 4 de abril de 1936,<sup>22</sup> se comunica à militância comunista italiana a existência de dois *capitulos*. Um com C maiúsculo, Gramsci (preso, doente), o outro, Togliatti, *capo attuale*. Spriano ressalta que o binômio Gramsci-Togliatti foi fixado nos "documentos oficiais sobre a morte de Gramsci".<sup>23</sup>

A edição das obras do período anterior ao cárcere demorarão ainda mais. Os cuidados para a edição foram maiores: a maioria dos artigos não tinha expressamente a assinatura gramsciana, sendo necessário o testemunho dos contemporâneos e o estudo filológico para a determinação da autoria. Ainda aqui se rompeu a seqüência lógica da produção dos textos. Usou-se, mais uma vez, uma "organização" temática mesmo no interior de alguns volumes. Em 1954 se publica o *L'Ordine Nuovo* (1919-20). Os *Scritti Giovanile* (1914-16) saem em 1958. *Sotto la Mole* (1916-20) em 1960. "Socialismo e Fascismo" (*L'Ordine Nuovo* 1921-22) sai em 1966 e, finalmente, em 1971, se publicaram o *La Costruzione del Partito Comunista* (1923-26) e o *La Formazione del Gruppo Dirigente del Partito Comunista Italiano nel* (1923-24).

Para se ter uma idéia das imensas dificuldades que isso trouxe, seria importante ver como textos redigidos em épocas distintas e, portanto, trabalhando com níveis e contextos diferenciados são tomados pelos comentaristas como homogêneos. Francioni nos adverte:

"Entre uma nota de 29 e uma de 1935 podem ter intervindo mutações tais, na impoção teórica, que não apenas nos impeçam de aproximá-las, como se fossem temporalmente contíguas, mas até mesmo de nos impor perceber a razão do processo de modificação que conduziu dos conteúdos da primeira aos da segunda".<sup>24</sup>

### Sobre a edição brasileira

A maneira pela qual Gramsci foi editado no Brasil não permitiu a compreensão da sua obra e do alcance dela. E nem o poderia. Aos problemas da edição italiana somam-se outros. O mais importante entre eles é o imenso desconhecimento, não apenas da vida e das lutas do revolucionário italiano mas, e principalmente, o brutal abismo entre a história do movimento comunista internacional e a forma pela qual o Partido Comunista Brasileiro, como aliás de quase todos os PCs, tratava esses problemas e a sua historiografia. Este conjunto de problemas, para muitos, foi não apenas insuportável mas também insuperável.

Gramsci era visto como um político e um intelectual "italiano".<sup>25</sup> Entre nós ele foi apresentado, através da chamada "operação Gramsci",<sup>26</sup> como um autor que trabalhava a questão dos intelectuais e da cultura.<sup>27</sup> Não se enfatizou a sua intervenção como estrategista comunista. Sequer a da sua elaboração da teoria política. Ele foi publicado junto com outros autores, como Lukács. Esses intelectuais sequer foram apresentados a um público que, com raras e honrosas exceções, desconhecia quase que totalmente a história dos partidos comunistas. Quando "conheciam" algo dessa história era majoritariamente a partir da "leitura" stalinista.<sup>28</sup> Não houve um trabalho de localização desses intelectuais no interior da teoria e da prática marxistas. O projeto editorial dessas traduções, sua relevância e seus méritos nunca ficaram claro para os militantes. E tudo isto apesar de que, há quase uma década, já se vivia no clima da "desestalinização".

A publicação, nessas circunstâncias, só poderia impactar sobre um círculo extremamente reduzido e acabou, como era de se esperar, tendo pouca ou nenhuma eficácia política. Gramsci e Lukács eram teóricos de um tipo quase totalmente desconhecido na tradição da esquerda brasileira. Por isso, mesmo as suas obras, em especial as de Gramsci, não incidiram sobre as questões que essa esquerda debatia. A edição da obra do intelectual revolucionário italiano foi, comercialmente, um imenso fracasso. A partir desse fracasso editorial sequer se cogitou de publicar a obra pré-carcerária.<sup>29</sup> No Brasil, permanecem inéditos *Passato e Presente* e *Il Risorgimento*. E do período anterior ao cárcere, praticamente tudo está inédito.

Um "detalhe" interessante refere-se às *Cartas do Cárcere* que foram publicadas em 1966, a partir da primeira edição italiana "expurgada", apesar de que já em 1965 havia saído uma edição ampliada e sem as mutilações apontadas. Por que? Para quê? Insisto: já no clima da desestalinização.

### Sobre a atualidade das leituras gramscianas

Hoje, ainda uma vez, de forma perversa, no Brasil e fora dele, Gramsci se torna atual. Através de Gramsci, "usando-o", muita gente vê a possibilidade de atacar, sem maiores análises, a obra de Lenin ou mesmo a de Trotski, jogando-as na vala comum da história, junto com o cadáver de Stalin. A obra destes autores não pode ser simplesmente abandonada. Recusar em bloco ou aceitar sem crítica são atitudes igualmente cômodas: dispensam nosso pensamento, nossa reflexão, em suma, nosso trabalho.

Os processos, por um lado, de identificação de todo o pensamento "marxista" como entulho autoritário e a conseqüente exigência de sua liquidação e, por outro, de transformação de Gramsci em um autor pouco mais



que liberal são um mesmo e único processo. Não é preciso ser gramsciano para valorizar a luta institucional e o campo da democracia. Mas valorizá-los tampouco faz de alguém um gramsciano.

Reiteramos, face a tudo isso, que o campo da nossa reflexão é o da especificidade do pensamento de Gramsci. E não o do seu acerto ou erro em relação à matriz de "verdade" leninista, como querem e praticam muitos "especialistas". Para tal é necessário afirmar que ele parte de questões/problemas próprios para enfrentar os problemas colocados à sua reflexão pelos campos político e ideológico do seu tempo. Afirmar a originalidade gramsciana significa reafirmar a prática política e a história como laboratórios reais da teoria.

Ler Gramsci hoje é tomá-lo como fonte de problematização. Não se trata de reificar sua teoria, de dar a ela o estatuto de verdade. Pelo contrário. O que se faz necessário é fazer avançar sua teoria e, com ela, o nosso conhecimento do real. É bom ter sempre presente a afirmação de Châtelet: "Jamais se termina de aprender a ler, isto é, de desaprender a recitar e a constatar".<sup>30</sup> Atualizar historicamente essa teoria é evitar sua declamação.

### Cidadania, sociedade civil e movimento social organizado

A polêmica sobre a hegemonia como construção de uma nova civilização ou como mero domínio ideológico permite-nos ter, por um lado, a dimensão real da atividade teórico-política e, por outro, perceber a imensa riqueza conceitual que se exprime na análise da realidade estatal (jamais redutível a mero instrumento). Por fim, permite demonstrar a insuficiência de uma visão reducionista da ideologia. Pelo aprofundamento teórico, pelo trabalho de construção teórica, se pode escapar de armadilhas. "A hegemonia realizada significa a crítica real de uma filosofia, a sua dialética real".<sup>31</sup> As palavras gramscianas são meridianamente claras. Ver nelas algo que legitime uma visão instrumentalista é clara manobra política.

As análises precedentes nos permitem compreender, a partir da realidade brasileira, o significado real da relação sociedade civil/cidadania. As lutas pelas Diretas Já!, pelo *impeachment* de Collor e, mais recentemente, a CPI do Orçamento, por exemplo, revelaram consensos aparentes que mostraram muito claramente as dificuldades/ambigüidades do uso do conceito de sociedade civil, da intervenção prática desse conceito na análise e na realização da vida política.

No pensamento liberal, a sociedade civil é expressão dos interesses particulares, da "iniciativa" privada. Conceito originalmente elaborado a

partir da prática econômica como portadora em si mesmo de uma racionalidade e de uma subjetividade criada e marcada por um ente meta-histórico: o mercado. Essa racionalidade do mercado clarifica também o campo de toda a racionalidade política possível. O conceito de sociedade civil refere-se, nessa perspectiva, às instituições privadas e expressa as "regras do jogo".

A institucionalização dessas regras foi gerada pelas contradições políticas produzidas pela concorrência, expressão daquela racionalidade. Fazia-se necessário regular a luta para evitar que ela acabasse por ameaçar essa própria racionalidade. A cisão entre capitalistas e trabalhadores se, inicialmente, aparecia como exterior à política, pela extensão da cidadania, logo foi introduzida no centro da atividade política. Por isso, se fizeram necessárias novas mediações. A estas corresponde o campo da sociedade civil.

O "homo economicus" se traduz no cidadão plenamente consciente, capaz de tomar todas as decisões necessárias. A cisão entre capitalista-operário (personagens do "econômico") e cidadão (personagem do "político") marca uma certa concepção de cidadania. Cidadania e racionalidade igualmente abstratas, como se estivessem desligadas da *práxis* contraditória da sociedade classista. Na realidade, elas são mitos que constituem esse tipo de sociedade.

Essa cisão entre economia e política (aparência necessária) é a forma na qual se limita, do ponto de vista liberal, a intervenção estatal na esfera do desejável, do tolerável. Ela "aparece" como uma instância do real. A sociedade civil aparece como o conjunto das instituições privadas, como elemento que cristaliza/articula as individualidades e nega as classes. Mais do que isso: ela regula e controla o Estado. E, obviamente, aparece como caracterizada por uma "neutralidade" classista. Ao nível da sua aparência e da sua auto-justificativa, a sociedade capitalista é o terreno das individualidades, da negação das classes.

Na perspectiva gramsciana, sociedade civil e sociedade política são distinções analíticas do conceito de Estado. Do conceito de Estado integral. Estado que organiza, representa, vigia e pune. A sociedade civil não é, portanto, uma instância do real. Ela é uma das formas da natureza estatal. A acentuação da forma "privada" dessas instituições, do seu caráter de regulação não nega (nem o poderia) o seu caráter estatal, nem o seu caráter classista, como querem os liberais. Esse aspecto "privado" não se opõe ao aspecto público. No Brasil, todos sabemos, o capital e a dita iniciativa privada são fundamentalmente constituídos pelo público, pelo Estado. E não somente no Brasil.

É preciso, desde logo, apontar que a oposição sociedade civil-sociedade política, a primeira como manifestação "pura" do privado e a



segunda como "o" Estado, ou seja, como instâncias autônomas do real é rigorosamente falando, uma formulação liberal. No pensamento marxista, a oposição pertinente que se estabelece é entre as classes em presença e a forma estatal das classes dominantes. Esse Estado conforma aquilo que os liberais chamam de sociedade. Se não existe sociedade sem Estado, pelo menos após a diferenciação das classes, esse Estado é sempre aquele que explicita a racionalidade dos dominantes ou, como diz Gramsci, aquele que cria as condições de máximo desenvolvimento daquelas classes.

O papel de articulação institucional das ideologias e dos projetos classistas passa necessariamente pela sociedade civil que expressa o horizonte da racionalidade classista e a proposta da ordem. Mais do que "neutralidade", ela expressa a luta, os conflitos e articula, conflitiva e contraditoriamente, interesses estruturalmente desiguais.

A representação ideológica que se tem da sociedade civil pode ser graficamente visualizada pelas mesas que precedem os congressos sindicais ou políticos. Aí estão os representantes da OAB, da ABI, dos partidos, dos sindicatos, das Igrejas, das sociedades científicas, das sociedades amigos de bairro, etc. Ela é, assim, normalmente, pensada como indiferenciada, como homogênea. Em geral, a leitura que a esquerda e o movimento social organizado fazem sobre esse conceito é de clara e forte inspiração liberal, ainda que muitas vezes se afirme gramsciana.

Um dos erros vitais na análise da sociedade civil é pensá-la como articulação de instituições indiferenciadas. Instituições onde não se coloca a questão da divisão classista. A sociedade civil é apresentada, normalmente, como não-contraditória. O produto dessa visão é uma concepção homogeneizadora, subalternizante e que tende a minimizar a percepção dos conflitos sociais e do seu papel na transformação social. Do ponto de vista liberal, isto é correto. O mesmo não se dá em uma perspectiva popular.

É preciso deixar bem claro que essa "leitura" e a identificação reductiva de hegemonia e domínio ideológico são absolutamente solidárias. Assim, fala-se com uma certa facilidade em hegemonia burguesa no Brasil, quando na realidade trata-se, pura e simplesmente, do domínio político-ideológico dessa classe. No máximo, se poderia falar em neutralização dos adversários e não em construção objetiva de uma plataforma que efetivamente incorpore as classes sociais.

É preciso fazer a crítica desta leitura. A articulação entre instituições se faz sempre no processo objetivo da luta. Pensar a questão da sociedade civil, do ponto de vista dos trabalhadores, requer sua articulação com os movimentos sociais organizados. Para fazer face à leitura que destrói o significado gramsciano de sociedade civil, devemos trabalhar esse conceito sempre articulado

com o de movimento social organizado. Isto nos permitirá mudar o foco da análise, marcar diferenças e exigir a explicitação dos projetos.

Essa mudança de foco não significa desconhecer o plano e o peso das instituições, nem política, nem analiticamente. Pelo contrário. Ao colocar o movimento social, com toda a sua contradição, no centro da luta social, percebe-se o alcance real da sociedade civil. Desmistificada, ela se revela espaço de luta e não mais cenário de pactos sociais. Ela se apresenta, agora, no pleno das suas contradições. Não cabe mais a ilusão de que ela é necessariamente progressista. Isto nos mostra a falácia e a armadilha da afirmação da necessidade de "organizar a sociedade civil". Lembremos, à guisa de exemplo, que a UDR faz parte da sociedade civil organizada. E como! Para não falarmos do mais poderoso aparato da sociedade civil no Brasil: a Rede Globo.

Também não se está autorizado a falar em debilidade da sociedade civil. Débeis, erráticos e fragmentários são os instrumentos de intervenção classista das classes subalternas nela. A luta pelo *impeachment* demonstra isso: ao invés de se enfrentar as questões colocadas pela política neoliberal, assistimos praticamente a todos os aparelhos da sociedade civil trabalharem a questão da corrupção, mas não enfrentarem as questões colocadas pela política neoliberal.

Na luta pelo *impeachment*, o consenso ocultou as diferenças. A luta contra a corrupção permitiu unir interesses absolutamente contraditórios, desde aqueles que questionam o desrespeito formal aos procedimentos jurídicos aos que se posicionavam em favor dos direitos sociais, tanto os religiosos como os partidos situacionistas, que por este ou aquele motivo, colocaram-se em contradição momentânea com o executivo. Deu legitimidade relativa aos "éticos de resultados" (Quércia, Maluf, etc), retirando-os de um incômodo isolamento ou liberando-os de um acordo tácito com o esquema de Collor. Permitiu àqueles que, no fundamental, temeram a desmoralização objetiva das classes dominantes via o governante "corrupto", aparecerem como democráticos. Trataram de fazer a queima de arquivo. Já a luta contra a política neoliberal colocaria necessariamente em questão projetos decisivos para a sociedade brasileira. E exporia as contradições objetivas, revelaria as fraturas reais entre as forças sociais. Relativizaria o consenso ilusório e mostraria as diferenças sociais reais. E aí dificultaria a construção de um consenso desideologizador.

A luta baseada na unidade da sociedade civil abandonou, progressivamente, a forma do movimento e assumiu a da institucionalidade. *Impeachment* pela corrupção, mas não pelas condições de destruição objetiva da vida da população. A questão da legalidade da sucessão foi discutida



sob a forma da posse ou não do vice. Afirmou-se ser golpe recusar-lhe a posse; mas sequer se tocou nessa política neoliberal que tratava de rasgar a Constituição. Privilegiando-se a institucionalidade, não se discutiram as opções da racionalidade econômica dominante. Aceitar jogar todas as cartas na luta contra a corrupção significou, na prática, subordinar-se às forças liberais e conservadoras. Jogou-se com as emoções, mobilizaram-se as pessoas. Obtido o *impeachment*, permaneceu a política neoliberal.

O resultado objetivo foi a renovação e preservação da dominação, tudo como o ilustrado pelo mote lampedusiano: para que tudo permaneça é preciso que tudo mude. Estancava-se a hemorragia da legitimidade das classes dominantes e tonificava-se, consistentemente, sua maneira de fazer política. O resultado prático foi o condomínio da governabilidade, da responsabilidade conjunta e solidária dos que lutaram contra Collor. De tal modo se estancou a perda de legitimidade que, eliminado o bode expiatório, manteve-se a mesma prática política. Manteve-se, assim, o apagamento das diferenças e dos projetos políticos.

Um novo momento da reação a essa forma política se cristalizou com a chamada CPI do Orçamento. Novamente a hemorragia se abriu. Mas desta vez, apesar do escândalo, não se conseguiu a mesma mobilização. As reações da chamada "sociedade civil" foram medíocres. O que está, agora, em jogo, concomitantemente com a CPI do Orçamento, é a revisão constitucional. E aí, as questões centrais da dominação exigiram esquecer relativamente os escândalos. Mesmo porque, muitos dos revisores estavam, eles próprios, colocados sob suspeição.

No *impeachment* o que deteve o movimento, ao se subordinar aos consensos "possíveis", foi a política neoliberal; na CPI do Orçamento esse desmobilizador foi a revisão constitucional. Em ambos os casos os interesses mais profundos dos dominantes tiveram voz e vez.

Gramsci nos lembra sempre que a separação sociedade civil/sociedade política é metodológica e não orgânica. Também isto foi perdido pelas "leituras" que fizeram de sua tese. Ao ler o conceito de sociedade civil com os olhos do pensamento liberal, "esquece-se" também dessa afirmação. Ler a hegemonia a partir da perspectiva dos trabalhadores, por exemplo, muda necessariamente o foco de análise, o centro das práticas. A resposta que oferecermos a esta questão permitirá compreender como e porque o movimento social organizado, espaço contraditório de práticas e projetos sociais, poderá materializar, possibilitar ou inibir projetos e formas de subjetividades. Esta resposta atualiza um problema central: como começar a construir a hegemonia das classes trabalhadores ainda no campo estatal vigente, como resolver essas possibilidades de uma nova civilização ainda

no plano da institucionalidade capitalista. A questão da hegemonia significa, para as classes populares, o dever de resistir ao canto de sereia dos projetos das classes dominantes. Significa poder articular o conjunto da sociedade ao seu projeto. Ser agente do processo e não mero espectador passivo.

Típico dessa situação é a atual ideologia da "modernidade". Ela aparece como sendo algo unitário, sem contradição. A "modernidade" é sempre "modernidade de". De um projeto político e civilizatório: no caso, o capitalismo. A subordinação a essa visão hegemônica tem levado à afirmação, por exemplo, de que em uma sociedade moderna e complexa não se "suporta mais as respostas dogmáticas e sectárias do positivismo de esquerda do marxismo ortodoxo".<sup>32</sup> A modernidade aparece como um objeto amorfo, a quem se permite tudo e que tudo explica. Que não "aceita" o sectarismo da esquerda mas, pelo contrário, aceita passivamente Maluf, Collor, Silvio Santos, etc.

Nos defrontamos, assim, com um novo fetichismo, já que a aceitação e/ou recusa é atributo não de algo abstrato (como a modernidade), mas das classes vistas como coletivos diferenciados de homens e projetos. Precisamos esclarecer muito bem essa questão: é a sociedade moderna que não suporta mais ou isso é o produto de uma luta política e ideológica? Não podemos sofrer passivamente a mistificação. A modernidade aparece hoje, em especial entre muitos militantes de esquerda, como um fantasma. E quanto menos trabalhos e estudos existirem sobre essas questões mais facilmente se acredita nesses mitos.

A modernidade passa a ser algo que, em si mesmo, é desejável. Assim como o foi o nacionalismo. Ambos ocultam algo de vital: a fratura classista da sociedade. Não perceber isso facilita a tarefa dos que "matam" o socialismo e constroem um neoliberalismo que nada tem de novo. A modernidade "permite", assim, uma certa esquerda passar ao terreno de classe do pensamento burguês de forma hegemonizada. O fundamental é que, incapaz de realizar a clarificação teórica das propostas em luta, e tendo sido por décadas e décadas portador de uma visão economicista, um bom número de militantes é tentado, sinceramente ou não, a combater genericamente o dogmatismo. E acabam, insisto, hegemonizados.

Pode-se ser contra a "modernidade"? Se nos colocamos no plano das classes subalternas, podemos e devemos. Se a "modernidade" é a modernidade capitalista, ela implica pura subordinação e sequer significa ampliação das possibilidades culturais de massa. Em especial se nos referimos à "modernidade" de tipo brasileiro.

Existe, contudo, uma profunda diferença entre o nacionalismo e a "modernidade" capitalista para além da sua semelhança básica. Diferença que consiste precisamente no fato de que o nacionalismo, mesmo ocultando



seu caráter classista e sua manobra de envolvimento e captura ideológica das classes subalternas, era um elemento de mobilização política e, portanto, permitia contraditoriamente a clarificação de diferenças. Já a "modernidade" capitalista se coloca fora do plano da mobilização. Coloca-se como racionalidade incontestável, como conjunto de técnicas "neutras", boa para qualquer classe e projeto. Coloca-se, portanto, no campo das saídas racionais, desideologizadas.

Coloquemos claramente a questão do tipo de modernidade. Uma modernidade onde o Estado é capaz de se diversificar, de se apresentar como moderno, propõe o neoliberalismo mantendo todo o sistema de alianças do regime da ditadura. Uma modernidade que ao conservar os traços da dominação ditatorial anterior pretende "atualizar" as relações econômicas mas não tocar na dominação política. Sofistica a mídia, mas não altera fundamentalmente a dominação ideológica que, na realidade, trava o maior e mais complexo ataque ideológico aos movimentos sociais organizados para manter os privilégios dos dominantes. Seguramente essa "modernidade" não é a novela das classes subalternas, mas a obra-prima *dark* dos capitalistas.

### Orientalidade/Ocidentalidade

Isto nos remete à questão do tipo de leitura que se faz das categorias gramscianas. Ignora-se, freqüentemente, a historicidade que lhes é própria. Aqui, a rigor, não se trata, necessariamente, de instrumentalização. Um belo exemplo para demonstrar esse procedimento é o modo pelo qual se "trabalha" sociedade ocidental e sociedade oriental tão profundamente "articuláveis" à questão da "modernidade". Tiram-se essas noções do contexto histórico. Acaba-se fazendo o que Max Weber chamava tipo ideal. Para Weber, como sabemos, o tipo ideal é um procedimento analítico onde se busca construir uma reprodução teórica do real, pela decomposição do próprio real em elementos específicos e pela estilização dos traços aí dominantes. O procedimento do "tipo ideal", ou seja, o "modelo" que serve para identificar por presença ou ausência uma determinada forma social, implica certamente uma concepção completamente distinta de historicidade.

Há um certo número de autores que pensam a formação social brasileira como sendo uma sociedade ocidental, depois de ter tido uma longa orientalidade. Temos, é evidente, uma sociedade ocidental extremamente diversificada e polarizada (p. ex., São Paulo), e um conjunto extremamente oriental. Mas é preciso afirmar que mesmo São Paulo é, em muitos sentidos, profundamente marcado pela "orientalidade", chega a ser, mesmo, uma das maiores cidades orientais do Brasil. Isto, por si só, já mostra o quão

caricatural esta afirmativa pode ser. Weber, pelo menos, sabia e proclamava que os tipos ideais não são puras reproduções do real.

Falar em ocidentalidade e orientalidade esclarece muito pouco se não se demonstra como e porque se constituiu essa ocidentalidade. O fato de a sociedade ocidental moderna ser uma sociedade diversificada não mostra as condições do seu parto. Como se constituiu essa "modernidade" no Brasil?<sup>33</sup> A décima primeira economia do mundo é criadora e criatura de um dos mais baixos salários mínimos. A modernização conservadora que dedicou-se a atualizar o "plano da produção", foi mais um capítulo das chamadas revoluções passivas.

É pela ocidentalidade que se perpetua a orientalidade. A orientalidade é, contudo, a parteira da ocidentalidade, da modernidade. Modernidade que se revela na sua plenitude: atualização do projeto capitalista. Projeto este que, pelo menos, no Brasil, o tipo de ocidentalidade vigente necessita permanentemente da orientalidade. "Modernidade" (ocidentalidade) e "atraso" (orientalidade) são, pois, absolutamente inseparáveis e necessários um ao outro por mais paradoxal e contraditório que pareça.

Enfim, cabe a pergunta: para que serve a noção de sociedade ocidental aplicada ao Brasil? O que ela efetivamente nos informa sobre a natureza classista da formação social brasileira? Ou será que serve, apenas, para determinar, por exemplo, o predomínio da guerra de posições e assim negar (ou melhor, afugentar?) a chamada guerra de movimento? Vale dizer: para afirmar a prevalência da tática da permanente ampliação do arco de alianças. Lembremos que uma certa tática aliancista *a priori* levou a uma real e efetiva subordinação das classes trabalhadoras no Brasil.

Guerra de posições é, nessa leitura, entendida como predomínio da luta institucional. Ou, talvez, como negação abstrata da política sectária da "tomada do poder"! O que significa, de fato, um empobrecimento da própria concepção de guerra de posições. Trata-se, na maioria das vezes, da identificação sumária e apressada de luta institucional e postura democrática, o que permite iluminar e esclarecer os limites e os alcances da tese da democracia como valor universal. Ocidental e oriental a um só tempo, a sociedade brasileira requer e exige um aprofundamento do estudo da densa rede de contradições e não apenas um novo rótulo. Não haverá, nessa leitura, um curioso evolucionismo? Um determinismo de novo tipo? Ao invés de se falar que o mundo caminha para o socialismo, não estaremos falando em "o mundo caminha para a modernidade"? Não estaremos mudando apenas a linguagem? Ocidental em vez de capitalista e oriental em vez de feudal? Com isso, sutilmente, se muda o projeto civilizatório! E esta é uma das questões centrais para quem se decida não apenas a conhecer mas, fundamentalmente, a transformar o mundo.



## NOTAS

- 1 A expressão usada no plural pela real diversidade das leituras existentes no interior dessa tradição de pensamento. Por exemplo: leituras leninistas, trotskistas, gramscianas, lukacsianas ou althusserianas, etc.
- 2 "Ortodoxia" é aqui usada no sentido tradicional de verdade pronta e acabada. Veremos, mais adiante, que Gramsci fala em ortodoxia (sem aspas) para designar a auto-suficiência da filosofia da *práxis*. Posição também defendida por Lukács.
- 3 GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*, Turim, Einaudi Editore, 1975, p. 838.
- 4 Cf. PORTANTIERO, Juan Carlos. "Los usos de Gramsci", in *Cuadernos de Pasado y Presente*, nº 54, 1977. Sobre as múltiplas "leituras interessadas" é estimulante a leitura do livro de JOCTEAU, Gian Carlo. *Leggere Gramsci. Guida alle Letture di Gramsci*, Milão, Feltrinelli, 1975.
- 5 É, sem dúvida, surpreendente, a esse respeito, a leitura de Anderson que afirmou: "Gramsci teve que produzir seus conceitos com o arcaico e *inadequado* material de Croce ou de Maquiavel", Perry Anderson, "As Antinomias de Antonio Gramsci", in *Crítica Marxista*, São Paulo, Editora Joruês, 1986, p. 8. Grifo nosso.
- 6 Cf. Luciano Gruppi, *Il Concetto de Egeonia in Gramsci*, Roma, Editori Riuniti-Istituto Gramsci, 1972. Em especial o 1º capítulo. Gramsci só começa a ser tratado no capítulo 4. Para nossa surpresa (p. 65), ele afirma que só em 1918 Gramsci se apresenta como um socialista de novo tipo (*sic*). Abandona-se toda a reflexão gramsciana anterior: "Gramsci aproxima-se sempre mais de uma compreensão do pensamento de Lenin, com um processo que vai de 1919 até 1925-1926. Também os Cadernos do Cárcere são um aprofundamento do pensamento de Lenin." Ver também do mesmo Gruppi, *Tudo Começou com Maquiavel* (As Concepções de Estado em Marx, Engels, Lenin e Gramsci), Porto Alegre, L & PM Editores, 1980. Seguem-se as reduções e as "ortodoxias"... Ortodoxia no sentido tradicional.
- 7 Cf. DIAS, Edmundo. *Democracia Operária*, Campinas, Editora da Unicamp, 1987.
- 8 O citado texto de Anderson "encontra" vários precursores para o conceito gramsciano de hegemonia: Plekhanov, Axelrod, Kautsky, além de Lenin e vários outros. Guerra de posições e de movimento são transformadas em análises kautskianas com base em analogias formais.
- 9 Chamamos a atenção para esse fato, dado que muitas vezes se identifica, muito sumária e equivocadamente, revolução russa e Lenin. O processo revolucionário russo é muito mais amplo e contraditório.
- 10 No sentido tradicional, de seguidores de uma dada tradição ou texto, em suma, de repetidores.
- 11 Cf. VACCA, Giuseppe. *Appunti su Togliatti Editori delle Lettere e di Quaderni*, 1991, xerox.
- 12 Ainda na mesma página, Vacca afirma que a carta de Togliatti a Manuilski era um documento "irreparavelmente comprometedor". Essa mesma carta é, pouco menos de um ano após, apresentada pelo próprio Manuilski para acusar o "partido italiano, imputando-lhe inadmissíveis oscilações em relação ao trotskismo em 1926". Para termos clareza sobre o alcance da afirmação de Vacca, bastaria lembrar as pu-

- blicações que se fazem com a morte de Gramsci. Foi grande o embaraço criado por Tasca ("Una perdita irreparabile: Antonio Gramsci", in *Il Nuovo Avanti!* de 8 de maio de 1937) quando publica trechos da famosa correspondência sobre a situação russa de 1926. Aí, Gramsci, mesmo indicando Trotski, Zinoviev e Kamenev como os principais responsáveis pela crise do bloco dirigente soviético, reconhece que eles "contribuíram poderosamente para educar-nos para a revolução". Isto é publicado quando Kamenev e Zinoviev já tinham sido fuzilados como monstros e espíões, e Trotski, exilado, era apontado como o *capo* dos canalhas e dirigente da conspiração imperialista destinada a destruir a revolução russa e assassinar Stalin. Este era o clima do *grande terrore*. Cf. SPRIANO, Paolo. *Gramsci in Carcere e il Partito*, Roma, Editori Riuniti, 1977.
- 13 *Op. cit.*, p. 28. Além de Vacca, ver a comunicação de Valentino Gerratana ao Seminário *Gramsci nel Mondo*, Formia, 1989. "Per la storia della prima edizione dei 'Quaderni del Carcere' " in *Crítica Marxista*, nº 6, 1989; é de grande importância para a elucidação da questão.
- 14 Ainda que se possa considerar tratar-se de "cortes inessenciais, de importância limitada", eles são, contudo, "indispensáveis para tornar mais variada, mais movimentada e articulada a personalidade de Antonio Gramsci que emerge do conjunto do epistolário", afirma S. Sechi, "Le 'lettere dal carcere' e la politica culturale del PCI", in *Movimento Operaio e Storiografia Marxista*, Bari, De Donato, 1974, p. 195. Obviamente, pode-se perguntar o porquê das supressões, especialmente se elas são inessenciais. O princípio da censura deve ser colocado permanentemente em questão.
- 15 No Brasil ela seria editada, por critérios comerciais, sob o nome *Concepção Dialética da História*.
- 16 Cf. G. Turi, *Casa Einaudi*, Bolonha, Il Mulino, 1990, p. 197, citado por Vacca, *op. cit.*, p. 31. Após ter recenseado as obras de Gramsci, Croce parece cansar-se da atenção dedicada ao assunto: publica, em 1950, "Un gioco che ormai dura troppo" nos seus *Quaderni della "Crítica"*, nº 17-18.
- 17 Esta última continha crônicas teatrais escritas no período anterior ao cárcere. O que não deixa de ser interessante e sintomático quando se faz a leitura da descontinuidade da produção gramsciana.
- 18 Ver Gerratana, *op. cit.*, p. 69.
- 19 *Idem, ibidem*. Cadornismo político. A origem do termo está referida à ação do General Cadorna, condutor dos exércitos italianos na guerra interimperialista, dita mundial. Cadorna não hesitava em fazer exterminar, sem necessidade, uma imensa quantidade de soldados para obter um pequeno ganho estratégico que se perderia no dia seguinte. Sinônimo máximo de irresponsabilidade criminosa, de destruição negligente de quadros.
- 20 G. Vacca, *op. cit.*, p. 33.
- 21 Estes textos foram reunidos em uma coletânea chamada *Gramsci*.
- 22 "I nostri capi sono i capi della classe operaia italiana", in *Il Grido del Popolo*.
- 23 P. Spriano, *op. cit.*, p. 107.
- 24 FRACIONI, Gianni. *L' Officina Gramsciana. Ipotesi sulla Struttura dei "Quaderni del Carcere"*, Nápolis, Bibliopolis, 1984, p. 152. Sobre todo o processo de



datação dos fragmentos dos *Quaderni*, ver a crítica de Francioni na 1ª parte da sua já citada *Officina...* A 2ª parte da obra de Francioni é a crítica do texto de Anderson a partir, exatamente, desta reflexão.

25 Essa era a interpretação de Ruggero Greco, às vésperas do VII Congresso da Internacional. Gramsci era exaltado por "abrir, para o proletariado italiano, a experiência e o estudo das grandes tradições democráticas e nacionais, do Risorgimento a todas as lutas de classe do período pós-unitário. Um motivo, tanto mais importante quanto a imagem de um Gramsci nacional, de um Gramsci 'que estuda as particularidades da revolução proletária do nosso país', que indaga sobre a classe operária como classe nacional, que convida a estudar 'as forças estratégicas fundamentais e secundárias da revolução italiana' ser a imagem privilegiada que o próprio Togliatti retoma falando do 'capo e mestre', em 1937 e mais ainda com a guerra de libertação", Spriano, *op. cit.*, p. 89.

26 Expressão cunhada por Carlos Nelson Coutinho em "A 'cidadania brasileira' do marxista italiano Antonio Gramsci", in *Teoria e Debate*, nº 9, 1990.

27 O que autorizava a idéia de um teórico da superestrutura.

28 Se para outros autores esse trabalho de localização pode parecer menos importante, para os teóricos marxistas isto é fundamental.

29 A declaração é do próprio Carlos Nelson Coutinho.

30 CHÂTELET, François. "A propos des 'erreurs' de Marx", in *En Partant du "Capital"*, Paris, Éditions Anthropos, 1968, p. 81.

31 Gramsci, *op. cit.*, p. 881. Grifo nosso.

32 GENRO, Tarso. "Gramsci, Rosa e o PT: a História se reflete", in *Teoria e Debate*, nº 10, 1990. Há aqui um inconfessado sabor de auto-crítica. A generalização é abusiva.

33 E não se trata apenas do Brasil. Rosario Romeo em "Aspetti storici dello sviluppo della grande impresa in Italia", in *Storia Contemporanea*, ano 1, nº 1, 1970, fez um acurado estudo da participação do Estado na constituição da grande indústria italiana que, em muitos pontos, é bastante semelhante ao processo brasileiro.



## Trotsky e Gramsci

Roberto Massari

Sobre a batalha de Gramsci contra Bordiga, muito já se escreveu. Sobre a influência exercida por Trotsky em sua formação, bem menos. Os motivos disso, facilmente compreensíveis, serão brevemente mencionados nas páginas seguintes. No entanto, diante da tendência, atualmente predominante entre os intelectuais de esquerda na Itália, de privar Gramsci, cada vez mais, de seus traços marxistas e revolucionários, não é pouca coisa conseguir explicar o que levou os dois a coincidirem na *essência* de suas posições políticas em alguns momentos cruciais do período pós-Lenin. A obrigação de procurar fornecer uma explicação para esse dado, fato indiscutível ainda que fragmentário e contraditório, não decorre, porém, de meras exigências filológicas ou especulativas.

Decorre de outro fato histórico, com o qual se pode estar de acordo ou não, mas que não se pode ignorar: a formação, dentro do movimento operário italiano dos anos 30, de uma corrente organizada, que não apenas tinha o seu programa político baseado na *essência* das contribuições de Trotsky e de Gramsci sobre a Itália, como também reivindicou explicitamente esses dois revolucionários, durante todo o período de sua existência. Essa corrente, que se formou dentro do grupo dirigente comunista, composta por companheiros que haviam vivenciado desde o início a trajetória do PCd'I [Partido Comunista da Itália], expulsa do Partido, depois reorganizada autonomamente fora do Partido, era a NOI (Nova Oposição Italiana), tendo o seu Boletim como órgão político.

Há quem conteste a coerência dessa reivindicação ideológica da NOI, baseando-se nesta ou aquela posição de Gramsci, em tal ou qual citação dos *Cadernos do Cárcere*. Mas em geral esquecem um dever elementar para quem se reivindica marxista: explicar em termos históricos como foi possível uma corrente organizada fora do PCd'I que inspirava sua ação política nessa reivindicação comum, e sobretudo *por que foi necessário que o*



fizesse durante todo o período dos anos 30. Somente à luz dessa explicação histórica é que a discussão teórica com base nos textos poderá tornar-se verdadeiramente útil e atual, e não mero exercício acadêmico.

Nos últimos anos, aumentou o número de publicações que oferecem um painel exaustivo do debate sobre a “guinada” [a chamada “svolta”] e que colocam à sua verdadeira luz a batalha e a expulsão dos “três”, reparando uma grave injustiça histórica que fora cometida em relação a eles e perante o movimento operário italiano. Agora, porém, é preciso iluminar o que veio depois daquele acontecimento. Os “três” não desapareceram depois de expulsos, nem consideraram esgotada sua própria função histórica; pelo contrário, deram prosseguimento à sua luta com renovada energia, embora com poucos resultados. O Boletim é a prova concreta desse esforço. Além disso, o Boletim nos oferece, *a posteriori*, a possibilidade de avaliar a justeza de fundo de suas análises e propostas. E daí vem novo estímulo ao debate. Será possível que a reivindicação do legado de Trotski e, em parte, de Gramsci tenha sido completamente estranha a essa justeza de suas análises ou posições? Obviamente, não.

Então vamos procurar entender melhor a formação do pensamento deles, por quais caminhos e experiências chegaram a essas conclusões e o que permanece vivo hoje, que possamos desfrutar no presente. Talvez a nível de método, se não de conteúdo. Mas, para isso, temos que voltar um pouco no tempo. Pelo menos até os inflamados debates do Terceiro e Quarto Congressos da Internacional, que viram surgir as primeiras fraturas graves entre a direção comunista italiana e o legado dos dirigentes da revolução russa.

### A questão italiana na época da Marcha sobre Roma

Em 22 de novembro de 1922, Lenin ditou, por telefone, a seguinte mensagem para Trotski: “Quanto a Bordiga, aconselho vivamente aprovar a proposta [de Trotski] de enviar aos delegados italianos uma carta do nosso Comitê Central e de recomendar com grande insistência a tática que você indica, caso contrário as ações deles serão extremamente prejudiciais, no futuro, aos comunistas italianos”.<sup>1</sup>

No que consistia essa tática “indicada” por Trotski e como seria “prejudicial”, não só no futuro mas de imediato, a sua não-adoção pela maioria da direção do PCd'I, já é história conhecida para quem esteja familiarizado com os termos da divergência que explodiu entre a direção do PCd'I e o Comintern em 1922 e depois prosseguiu até ser derrubada a direção original pró-Bordiga.<sup>2</sup> O próprio Trotski lembra, em 1931, a incapacidade

da direção italiana enfrentar o ascenso do fascismo, com exceção unicamente de Gramsci. Num trecho famoso, publicado pela primeira vez em italiano no n° 7 do Boletim da NOI, Trotski resumiu assim os erros determinados pela inexperiência da direção do PCd'I na época da Marcha sobre Roma:

“O Partido Comunista Italiano surgiu quase contemporaneamente ao fascismo. Mas as mesmas condições de refluxo revolucionário que ergueram o fascismo ao poder, são obstáculos ao desenvolvimento do Partido Comunista. O partido não se deu conta das proporções do perigo fascista; embalou-se nas ilusões revolucionárias; foi inflexivelmente hostil à política de frente única; numa palavra, pegou todas as doenças infantis. Não é de estranhar, só tinha dois anos de vida. Para ele, o fascismo representava apenas a ‘reação capitalista’. O Partido Comunista Italiano não soube discernir a verdadeira fisionomia do fascismo, decorrente da mobilização da pequena burguesia contra o proletariado. Segundo as informações que recebi dos companheiros italianos, o Partido Comunista Italiano, com exceção de Gramsci, não admitia a menor possibilidade de tomada do poder pelo fascismo. Além do mais, não se deve esquecer que o fascismo italiano era na época um fenômeno novo, que estava apenas em processo de formação. Deduzir daí os seus traços específicos não teria sido fácil nem para um partido mais experiente”.

No mesmo texto, porém, Trotski lembrava que não havia justificativa possível para quem, como Togliatti e a nova direção stalinista do PCI, dispunha-se a repetir o mesmo erro na Alemanha, no início da ascensão de Hitler:

“Os comunistas italianos, mais do que ninguém, deveriam elevar a própria voz em admoestação. Mas Stalin e Manuiski os obrigaram a abjurar dos mais importantes ensinamentos de sua própria derrota. É bem conhecido o perseverante servilismo com o qual Ercoli apressou-se a aderir às posições do social-fascismo, isto é, às posições de espera passiva pela vitória fascista na Alemanha”. (*Ibidem*)

Em 1931, o nazismo ainda não triunfara na Alemanha, e a batalha de Trotski e da Oposição de Esquerda internacional — inclusive sua seção italiana — concentrava-se numa última tentativa de corrigir a orientação do Comintern stalinizado, antes que acontecesse o pior. O período coberto pelo Boletim da Oposição Comunista italiana reproduz inteiramente essa última e desesperada tentativa, e representa assim o mais direto testemunho político e histórico da possibilidade que havia, para a Internacional, de combater o nazismo nascente, valendo-se, tanto quanto possível, da experiência extraída dos erros italianos; mas não se deu ouvidos — como se sabe — a Trotski, nem a Gramsci, nem aos “companheiros italianos” mencionados por Trotski, e que sabemos ser nem mais nem menos que os principais redatores daquele Boletim.<sup>3</sup>



A tática "indicada" por Trotski<sup>4</sup> e pela direção majoritária do Comintern à delegação italiana, em novembro de 1922, foi a de *frente única* com as outras organizações do movimento operário, a começar pelos reformistas, que arcavam com a principal responsabilidade pela ascensão de Mussolini e que se iludiam com a possibilidade de uma convivência entre o fascismo e as organizações operárias legais, de uma conciliação entre o grande capital e o programa mínimo de reivindicações da classe trabalhadora. À delegação pró-Bordiga, que afirmava erroneamente a equivalência ditatorial da democracia burguesa e do fascismo, a Internacional respondia, em 1922, abstendo-se das questões de análise, mas intervindo pesadamente nas questões organizativas, preocupação esta que demonstrava que um instintivo sinal de alarme já ecoava dentro das paredes do Quarto Congresso. A recomendação de Lenin a Trotski, acima reproduzida, mostra também que os dois principais dirigentes bolcheviques começavam a temer conseqüências bem mais graves se não mudasse a orientação da direção italiana, embora o motivo principal e contingente de suas preocupações fosse o da fusão entre o jovem partido e o PSI maximalista.<sup>5</sup>

Como se sabe, a proposta de Trotski teve continuação. Dois dias depois da mensagem telefônica de Lenin, a delegação italiana viu-se diante de uma carta do Comitê Central do Partido Comunista Russo, assinada por Trotski, Lenin, Zinoviev, Radek e Bukharin, praticamente impondo a fusão com o PSI. Bordiga aceita essa imposição por disciplina, mas permanecendo em sua posição.

Nesses dias mesmo, na Itália, Mussolini completava o seu golpe, dando-lhe roupagem legal no Parlamento. Tinha início no país o terror fascista, com o massacre de Turim em novembro de 1922, os assaltos às redações e às sedes do movimento operário, a prisão dos principais dirigentes do PCI e do PSI a fim de impedir a reorganização do partido votada em Moscou. Na nova e dramática situação que se criou, as responsabilidades de uma direção revolucionária não podiam mais limitar-se ao âmbito "organizativo", à solução das "velhas" questões que tinham ficado em aberto na cisão de Livorno e no congresso de Roma, nem à discussão abstrata sobre a interpretação literal da fórmula de *governo operário*. Todas as divergências surgidas nesses campos tinham de ser redirecionadas para problemas de análise bem mais substanciais: a análise do período e as possibilidades de retomada da ofensiva operária a partir da crise revolucionária que se prenunciava na Alemanha; o papel da URSS como baluarte do movimento operário, mas cujo destino estava indissolúvelmente ligado ao da perspectiva revolucionária internacional; o papel do Comintern e, em particular, a relação entre a orientação estratégica geral da Internacional e a articulação tática que cada partido tinha o direito e o dever de elaborar; a relação entre

o recuo parcial feito na URSS com a NEP, a dissolução dos partidos e a proibição de frações no PCR, e a perspectiva revolucionária internacional, da qual era parte integrante o próprio processo, já iniciado, de transição ao socialismo; a análise do novo fenômeno surgido na Itália sob o nome de fascismo e as potencialidades que este tinha para cumprir as tarefas indispensáveis a um ulterior desenvolvimento capitalista do país; as tarefas gerais da revolução na Itália, à luz da nova situação e das necessárias mudanças táticas que ela impunha; a relação entre a luta em defesa da democracia e das conquistas elementares da classe operária, e a necessidade de uma hegemonia proletária para garantir a essa luta uma saída socialista; a tática de frente única e como adaptar para a Itália a fórmula bolchevique de "combater Kornilov sem apoiar Kerenski"; o programa de reivindicações democráticas e transitórias que permitiriam à classe operária italiana constituir a mais ampla frente de alianças contra o fascismo, sem entregar o poder a alguma outra ala, "mais democrática", da burguesia; e à luz disso tudo, a questão do partido revolucionário como expressão e organizador geral da classe, como destacamento de vanguarda interno ao movimento de massas e a estas profundamente ligado.

Sobre esses problemas, a maior lucidez era expressada por Trotski, que não compartilhava da visão unilateralmente otimista da esquerda e que, particularmente para a Itália, considerava a vitória de Mussolini como um poderoso fator de mudança na situação européia. No artigo que escreveu polemizando com um expoente da esquerda austríaca, em dezembro de 1922, sobre o estado do movimento de classe na Europa, ele esboçou duas perspectivas possíveis para a situação italiana, das quais a história demonstrou ser exata — em linhas gerais — a segunda. Esse texto é de fundamental importância, não somente pelas sugestões táticas que acompanham a análise, mas também para perceber o evidente elo de continuidade que liga essas posições de Trotski sobre a Itália com o conteúdo da batalha que Gramsci aceitará conduzir, *sobre aquelas posições*, exatamente um ano depois. Uma comparação entre esse artigo e as cartas de Gramsci de Viena confirma essa continuidade:

"Para evidenciar desde o começo o que tem de mecânico a concepção de Friedlander, tomemos o exemplo da Itália, onde a contra-revolução está em seu apogeu. Qual é o diagnóstico político que se pode fazer para a Itália? Supondo que Mussolini se mantenha no poder por um período de tempo suficiente para permitir que os trabalhadores da cidade e do campo se reagrupem contra ele, retomem a perdida confiança em sua força de classe e se unam em torno do Partido Comunista; não é impossível que o regime de Mussolini seja diretamente varrido pelo da ditadura do proletariado. Mas existe outro desfecho provável contrário a esse. Se o regime de Mussolini bater contra as contradições



internas de sua própria base social e contra as dificuldades da situação interna e internacional, antes que o proletariado italiano chegue à situação em que se encontrava em setembro de 1920 — mas, desta vez, sob uma direção revolucionária forte e decidida —, é evidente que assistiremos de novo, na Itália, à instauração de um regime intermediário, um regime de fraseologia e impotência, um ministério Nitti ou Turati, ou até Nitti-Turati, em uma palavra, de um regime análogo ao de Kerenski e que, por sua inevitável e patética falência, abrirá caminho para o proletariado revolucionário. Essa segunda hipótese, não menos verossímil que a primeira, acaso implica em revisar o programa e a tática dos comunistas italianos? Absolutamente”.<sup>6</sup>

De toda maneira, eram esses os problemas que se colocavam perante a débil direção do PCd'I perseguida pelos fascistas; eram esses os problemas perante todo o movimento operário internacional, que nos anos seguintes iria pagar caro pela derrota italiana. Eram esses, por fim, os problemas perante o Comintern que, depois do Quarto Congresso, se encaminhava pela estrada do declínio. Com efeito, não seria mais possível, no âmbito da Internacional, uma discussão serena, democrática e científica da questão italiana, e as vicissitudes do PCd'I iriam se misturar às da luta fracional desencadeada pelo stalinismo em ascensão. Com o desaparecimento de Lenin do cenário político, em março de 1923, a classe operária perdia seu mais precioso guia na luta contra a degeneração promovida por Stalin no primeiro Estado operário e na Internacional.<sup>7</sup> Trotski, que hesitou em empreender a fundo uma ofensiva contra Stalin quando isso lhe foi proposto por Lenin, manteria a mesma atitude durante quase todo o ano de 1923, mas em outubro daquele ano decidiria finalmente retomar a luta. A partir daquele momento, os termos da batalha italiana se misturariam estreitamente às vicissitudes da Internacional e da Oposição de Esquerda.

### “Novo Curso”

Pode-se atribuir o início da batalha da Oposição de Esquerda na Rússia à carta que Trotski escreveu ao Comitê Central em 8 de outubro, criticando a linha da maioria do Birô Político; à carta-declaração dos “46”, centrada sobretudo na necessidade de restabelecer a democracia dentro do Partido; à série de escritos de Trotski parcialmente publicados no *Pravda* de fins de 1923 ao início de 1924 e coletados sob o título de *Novo Curso*, mas que cobrem um arco mais amplo de problemas relativos à construção do socialismo na URSS, questões da fase de transição, avaliações do significado da NEP, conceitos de organização. Gramsci assiste em Moscou aos primeiros embates da luta da oposição, mas só poderá ler os artigos de Trotski em Viena, entre janeiro e fevereiro de 1924.

Os conteúdos da batalha aberta com o *Novo Curso* têm sido repetidamente comentados,<sup>8</sup> e já na época causaram profunda impressão, em primeiro lugar sobre o próprio Gramsci, que em suas cartas de 1924 retoma integralmente alguns conceitos e até mesmo formulações completas. Isto é particularmente evidente nas questões relativas à organização do partido, às células de fábrica e aos perigos de burocratização do aparato (ver adiante as formulações de Gramsci).

Porém, Gramsci não capta plenamente a essência da batalha que se abriu com o *Novo Curso*. Julga que a denúncia da burocratização, feita por Trotski, diz respeito essencialmente ao funcionamento do aparato e à sua composição social, mas não compreende a relação de tais aspectos externos com as opções políticas do partido, ou seja, com os novos interesses sociais que o partido russo começava a expressar, depois de ter derrotado a burguesia, mas na fase de refluxo da classe operária. Esse refluxo, encarnado provisoriamente na NEP, estava sendo irreversivelmente transformado no predomínio de uma nova camada social: a burocracia. “A burocratização — denunciava Trotski — é um fenômeno essencialmente novo, que nasce das novas tarefas, das novas funções, das novas dificuldades e dos novos erros do partido”. Trotski aconselhava “não fundir o partido com o aparato burocrático do Estado, a fim de impedir que o partido também fique exposto ao risco de degeneração burocrática”. Uma nova burguesia estava se desenvolvendo à sombra da NEP, e “essa nova burguesia não se limita a ser um intermediário comercial; em certa medida, ela assume também o papel de organização da produção”. Daí, para Trotski, a exigência de voltar à democracia dos soviets, para esmagar a nova camada social em formação. “A burocratização é um fenômeno social, pois consiste num sistema de administração dos homens e coisas”. A planificação centralizada, mas submetida ao controle e verificação das instâncias produtivas de base, ao controle dos trabalhadores, permitiria vencer esse perigo e voltar ao caminho de Outubro. Nessa perspectiva devia ser orientado o renascimento operário do partido e a volta ao sistema de células de fábrica. A batalha pela democracia operária não era, portanto, um fim em si, mas devia estar vinculada àquelas opções precisas no caminho da construção do socialismo.

Como se sabe, o sentido da batalha de Trotski viria a ser instrumentalizado. A “proletarização” do partido implementada pela direção stalinizada só serviria para diluir ainda mais o debate no interior do aparato e para preparar uma melhor correlação de forças para a contra-ofensiva da burocracia.

Gramsci não compreende plenamente o alcance da batalha de Trotski em defesa da natureza operária do Estado soviético, mas num



primeiro momento alinha-se instintivamente a favor, persuadido sobretudo dos aspectos daquele embate que podiam ter reflexos imediatos na batalha a travar na Itália. Sua formação vinda do *Ordine Nuovo* levava-o necessariamente a apoiar os conteúdos da batalha de Trotski, embora fosse, ao mesmo tempo, um obstáculo a desenvolver tais conteúdos às últimas conseqüências. Mas na época, fins de 1923, era o suficiente para decidir, na Itália, a volta às massas, a correção da linha do partido e a adoção de um programa na melhor tradição do leninismo.

O início da batalha dos dois revolucionários — Trotski e Gramsci — foi só aparentemente sincronizado. Para ambos, começou em fins de 1923, após um período de reflexão mais ou menos prolongado, mas em contextos políticos e perante adversários tão diferentes a ponto de fazer com que a coincidência nos conteúdos não tivesse conseqüências práticas imediatas; pelo contrário, dando origem a uma profunda incompreensão. Trotski lutava na Rússia contra uma direção política centrada que, em 1923, estava se deslocando rapidamente à direita, que detinha o poder num estado operário em vias de degeneração e que expressava os interesses de uma nova camada social em ascensão, a burocracia. Ao contrário, Gramsci lutava na Itália contra uma maioria cujo extremismo e intransigência sectária ele próprio compartilhara a fundo, que não expressava os interesses do conjunto da classe operária italiana e cuja tarefa ainda era a de conquistar influência de massa no proletariado; mas numa fase de profunda desmoralização da classe operária e de retirada sob os golpes do fascismo. Uma fase, portanto, em que os perigos só aparentemente vinham do extremismo de Bordiga e que, ao contrário, era muito mais propícia aos desvios de direita, de tipo reformista e colaboracionista.

Gramsci compreende com muito atraso a justeza das posições de Trotski sobre a Itália e só aceita levá-las à prática num período em que a batalha de Trotski já não podia limitar-se à questões de orientação para este ou aquele país, mas assumia alcance internacional: de defesa da democracia operária na URSS e de regeneração da Internacional no mundo. Gramsci continuará a lutar tenazmente, até 1926 e mesmo depois, pelo programa italiano mais correto, aquele elaborado com alguns anos de antecedência pelo próprio Trotski, valendo-se da contribuição de Lenin e do melhor da experiência bolchevique; mas assumirá posições graves e ruins em relação à luta mais geral da Oposição de Esquerda. Como novo dirigente do PCI e como figura de maior prestígio, ele tem sua parcela de responsabilidade na stalinização do partido, por igualar as posições de Bordiga às de Trotski e pela confusão que durante todo um período existiu entre os comunistas italianos sobre o verdadeiro sentido da batalha da Oposição de Esquerda.

Dito isso, não se deve cometer o erro oposto àquele dos que querem apresentar Gramsci como expoente de uma linha revolucionária do começo ao fim, como a encarnação de Trotski na Itália (como fizeram Maitan e Corvisieri). Mas também não se deve liquidar Gramsci como um perpétuo "centrista", e sim, na complexa articulação de suas posições, captar: 1) a *contraditoriedade* com que Gramsci se afastou das posições de Trotski; como esse afastamento se deu essencialmente na forma, nos alinhamentos, e não nas questões de conteúdo da revolução na Itália até 1926; 2) a *convergência* objetiva entre os dois revolucionários nas questões de princípios (em particular a questão do partido, da revolução permanente, da rejeição ao "socialismo num só país") e também em questões específicas de política internacional (tais como a Alemanha, a tática na França em 1923, a guinada do "social-fascismo", a linha aventureira do "terceiro período"); 3) mais importante que tudo, porque não se restringe ao âmbito teórico e sim tem relevância prática efetiva na história do movimento operário italiano, como *do gramscismo pôde emergir um componente revolucionário que foi capaz de refazer a fusão entre o patrimônio de Gramsci e a batalha de Trotski, qualificando-se plenamente para a construção da Quarta Internacional.*

## De Viena a Roma

Assim como a decisão de Trotski foi amadurecendo por muito tempo antes de assumir o caráter de confronto aberto com a fração de Stalin-Zinoviev-Kamenev, algo parecido ocorreu com Gramsci. Só em janeiro de 1924 é que ele decidiu romper oficialmente com a direção majoritária italiana, recusando-se a assinar o manifesto preparado por Bordiga e subscrito por Togliatti, Terracini e Scoccimarro, com o qual iria ser recolocada em discussão a tática proposta pelo Comintern para a Itália, particularmente sobre a questão da fusão com o PSI e da frente única. Já mencionamos o fato de que a coincidência no tempo dessas duas lutas — idênticas em sua substância e inspiração — tinha de acertar as contas com as diferentes posturas políticas dos dois revolucionários. Trotski, diante do gradual desvio da *troika* para a direita, diante do evidente fenômeno de burocratização do partido, solapando os fundamentos da democracia proletária, e depois da trágica experiência do oportunismo "zinovieviano" na Alemanha, colocava-se à esquerda da direção do PCR e desse modo encarnava as exigências autênticas do proletariado russo. Gramsci, obrigado a enfrentar o extremismo esquerdista de Bordiga, diante do abstencionismo sectário em relação às massas e diante da recusa de trabalhar pela reunificação, na luta, das correntes proletárias italianas, colocava-se numa posição de "centro" — mas



não centrista<sup>9</sup> — em relação à direção majoritária ultra-esquerdista, mas também em relação à minoria oportunista de direita (Tasca), a qual, na Itália, apesar de ser pouco relevante, representava *objetivamente* a encarnação da linha de direita da direção russa e internacional.

Depois de um ano e meio em Moscou, nos últimos meses em estreito contato com o trabalho do Comitê Executivo da Internacional,<sup>10</sup> Gramsci viaja no fim de novembro de 1923 e se instala em Viena no começo de dezembro, bem no momento em que explode a luta entre as duas frações do PCR. Tendo ainda bem presente o papel de Trotski na revolução russa e na direção do Comintern, ele escreve à mulher, em 13 de janeiro de 1924, pedindo maiores informações sobre a luta em curso e limitando-se a definir como “irresponsável e perigoso” o ataque público desferido por Stalin contra Trotski.<sup>11</sup> Um mês depois (19 de fevereiro), tendo recebido as informações solicitadas e tendo lido os artigos de Trotski publicados desde dezembro no *Pravda*, Gramsci alinha-se decididamente a favor deste, em termos que não podem deixar margem a dúvidas, sobretudo porque corroborados por um balanço histórico das posições de Trotski. Essa carta<sup>12</sup> ficou famosa na Itália por motivos que trataremos adiante. Introduzindo suas indicações para o giro político na Itália, Gramsci faz uma análise da situação da Internacional, para refutar o erro de Urbani [Terracini], segundo o qual o grupo de Stalin estaria se deslocando para a esquerda e não para a direita, como ocorria na realidade. “No que diz respeito à Rússia, eu sempre soube que, na topografia das frações e tendências, Radek, Trotski e Bukharin ocupavam uma posição de esquerda, Zinoviev, Kamenev, Stalin, uma posição de direita, enquanto Lenin ficava no centro e fazia o papel de árbitro em toda a situação.” As divergências não eram novidade, lembra Gramsci:

“Sabe-se que já em 1903 Trotski pensava que na Rússia poderia se dar uma revolução socialista e operária, enquanto os bolcheviques pretendiam apenas estabelecer uma ditadura política do proletariado em aliança com os camponeses, que servisse de invólucro para o desenvolvimento do capitalismo, o qual não deveria ser solapado em sua estrutura econômica”.

Gramsci lembra ainda a adesão de Lenin às teses da revolução permanente em 1917, e daí a feliz reunião dos dois revolucionários dentro do partido bolchevique, apesar das resistências do centro interno, formado pelos atuais dirigentes do partido:

“Sabe-se também que, em novembro de 1917, enquanto Lenin e a maioria do partido tinham passado à concepção de Trotski e pretendiam mexer não apenas no governo político, mas também no governo industrial, Zinoviev e Kamenev permaneceram na opinião tradicional do partido, queriam um governo de coalizão revolucionária com os mencheviques e os social-revolucionários, e por isso saíram do Comitê

Central do partido, publicando declarações e artigos em jornais não-bolcheviques, e por pouco não chegaram à ruptura”.

E o quanto Gramsci fazia questão de defender a continuidade do pensamento leninista e de Trotski sobre a teoria da “revolução permanente”, sabemos por toda a batalha de Gramsci que estamos tentando reconstruir e também por várias menções dele. Baste aqui aquela resumida na carta a Scoccimarro nesse mesmo período (5 de janeiro de 1924), onde Gramsci observa “como na realidade o fascismo colocou na Itália um dilema bem cru e cortante: o da *revolução em permanência* e da impossibilidade, não apenas de mudar a forma do Estado, mas até simplesmente de trocar de governo, a não ser pela força armada”.<sup>13</sup>

“Na polêmica recentemente ocorrida na Rússia — continua Gramsci na carta de 9 de fevereiro — revela-se que Trotski e a oposição em geral, em vista da prolongada ausência de Lenin da direção do partido, estão seriamente preocupados com uma volta à velha mentalidade, que seria deletéria para a revolução. Ao reivindicar maior intervenção do elemento operário na vida do partido e diminuição dos poderes da burocracia, no fundo eles querem garantir o caráter socialista e operário da revolução e impedir que se chegue lentamente àquela ditadura democrática, invólucro de um capitalismo em desenvolvimento, que era o programa de Zinoviev e outros ainda em novembro de 1917. Esta me parece ser a situação do partido russo, que é muito mais complicada e mais substancial do que Urbani enxerga; a única novidade é a passagem de Bukharin ao grupo de Zinoviev, Kamenev, Stalin” (grifo nosso).

Também na questão alemã, que depois dos acontecimentos de outubro daquele ano era o centro do debate no Comintern, Gramsci assume uma posição de defesa da Oposição de Esquerda russa, sobre a qual, na época, Zinoviev tentou fazer recair as responsabilidades pela derrota. Responsabilidades que, pelo contrário, cabiam em grande parte às hesitações do próprio Zinoviev. Gramsci, que compartilhara da análise da situação alemã como sendo objetivamente revolucionária, e embora absolvendo Zinoviev de qualquer responsabilidade, opõe-se à tentativa de atribuir a Trotski a culpa pelo *putsch* de Hamburgo: “Se houve erros, foram cometidos pelos alemães. Os companheiros russos, isto é, Radek e Trotski, equivocaram-se ao acreditar nas miragens de Brandler e companhia, mas de fato, também nesse caso, a posição deles não foi de direita, mas antes de esquerda, tanto que acabaram sendo acusados de golpismo”.

Essa carta de Gramsci, tão cheia de opiniões favoráveis à Oposição de Esquerda, termina com uma clara advertência aos companheiros da direção, excessivamente mergulhados no horizonte estreito das divisões na Itália: “Considerarei oportuno alongar-me um pouco neste assunto, porque é necessário ter uma orientação bastante clara neste campo”.<sup>14</sup>



Em janeiro-fevereiro de 1924, a decisão de Gramsci de levar uma ofensiva contra a direção extremista italiana já é irrevogável. Nas cartas de Viena, ele fala até numa "grande guinada histórica do movimento comunista italiano".<sup>15</sup> Na carta de 9 de fevereiro, declara: "Penso que chegou o momento de dar ao partido uma orientação diferente da que recebeu até agora. Está começando uma nova fase na história, não apenas do nosso partido, mas também do nosso país".

O primeiro passo de Gramsci consiste em recusar-se a assinar o manifesto do grupo Bordiga, Togliatti, Terracini, Scoccimarro. Nisso, no começo; ele fica sozinho com o mais fiel continuador de sua linha política nos anos depois de sua prisão.<sup>16</sup> O resto da direção italiana só alguns meses depois iria entender o sentido da batalha que se iniciara. O primeiro ponto no qual Gramsci pretende qualificar-se é o da concepção do partido.

"Tenho outra concepção do partido, de sua função, das relações que devem se estabelecer entre ele e as massas sem partido, entre ele e a população em geral" [5 de janeiro] "No partido italiano criou-se um verdadeiro distanciamento entre a massa e os dirigentes". "Não se concebeu o partido como resultado de um processo dialético, onde convergem o movimento espontâneo das massas revolucionárias e a vontade organizativa e dirigente do centro...". "Falta no partido uma atividade orgânica de agitação e propaganda". "Formaram-se, à revelia do centro, postos de infecção oportunista. E estes tinham seu reflexo no grupo parlamentar, e depois, de forma mais orgânica, na minoria".

Na carta de 9 de fevereiro, Gramsci reproduz, em escala italiana, as mesmas amargas e profundas críticas que Trotski e os "46" tinham feito, na Rússia, à burocratização do PCR. O Partido não pode se afastar das massas, não pode renunciar à "formação das células de fábrica", repete Gramsci, sem renunciar à sua verdadeira natureza de organizador da vanguarda operária. Não pode impor sua vontade de cima para baixo, mas deve submeter-se continuamente ao controle das instâncias de base, do movimento, do proletariado. Na esteira da "proletarização" reivindicada na Rússia pela oposição de esquerda, Gramsci levanta um problema análogo para a Itália e lista as categorias mais descuidadas pela atividade do Partido na Itália: o proletariado de Milão, os trabalhadores marítimos, os ferroviários, além do problema decisivo do *Mezzogiorno* [região sul, mais atrasada] (carta cit., p. 200-1).

No fundo, é o Gramsci do *Ordine Nuovo*, dos conselhos operários, o adepto da melhor tradição bolchevique e do Outubro dos soviéticos, quem propõe trazer a estéril discussão organizativa sobre a fusão com o PSI ou não, de volta para o terreno da agitação operária concreta, de onde foi desviada pelo sectarismo da maioria. Não há o menor traço de espontaneísmo na posição de Gramsci,<sup>17</sup> como não havia em Trotski, quando ele lembra que é justamente o processo dialético entre o movimento espontâneo das

massas e a centralidade organizativa do Partido que produz autênticos quadros proletários, "especialistas" da agitação, nas palavras do próprio Gramsci.

Essa posição de Gramsci sobre o partido, contraposta na Itália ao sectarismo de Bordiga e na Rússia ao burocratismo de Stalin, torna-se, nos anos seguintes, um cavalo de batalha da Oposição de Esquerda na Itália. No Boletim da NOI encontra-se, como tema constante, recorrer às massas, às necessidades reais das massas, ao movimento de massas efetivamente existente na Itália, como pedra de toque de qualquer política revolucionária. Este é um dos motivos para rejeitar a "guinada" decidida em Moscou sem nenhuma verificação na realidade italiana, para recusar fazer um só amálgama dos trabalhadores social-democratas com o movimento fascista. E, em nome dessa concepção, os opositoristas prosseguirão na luta pela democracia interna, pelo centralismo democrático, já iniciada por Trotski em oposição a Stalin. Este será um dos elementos de continuidade decisivos entre a luta de Gramsci em 1924-26 e a da NOI nos anos 30.

Outro elemento de continuidade decisivo será o tema da "revolução permanente", lembrada por Gramsci, nesse período, não tanto em polémica com Bordiga, que formalmente aceitava essa estrutura metodológica, mas antes em polémica com a minoria de Tasca, oportunista de direita e autêntica precursora, na Itália, da guinada de Togliatti para as frentes populares. Sobre a frente única proletária fala-se no programa de Gramsci e no da Oposição de Esquerda, em aberta contraposição às perspectivas de blocos com forças burguesas, qualquer que seja sua orientação política. Isto, porém, sem cair no extremismo (de Bordiga nos anos 20, de Stalin e Togliatti depois da "guinada"), que tendia a apresentar a burguesia como um único bloco reacionário, sem contradições internas que pudessem ser exploradas pelo proletariado.

Tal como fará a NOI na análise do movimento "*Giustizia e Libertà*" [Justiça e Liberdade], recusando-se a considerá-lo igual ao fascismo, mas incluindo-o no rol da contra-revolução democrática, e também sem renunciar a indicar os aspectos específicos de seus componentes, Gramsci propõe, em 1924, uma análise análoga da realidade italiana. Na carta de 1º de março a Scoccimarro e Togliatti, Gramsci observa que se deixou de lado a análise das forças burguesas e pequeno-burguesas, dos partidos Popular e Republicano, da "democracia social do *Mezzogiorno*", das correntes ligadas a Natta e Amendola etc. Propõe fazer uma "distinção entre o fascismo e as forças burguesas tradicionais que não se deixam 'ocupar': — o *Corriere Stampa* — os bancos — o estado-maior — a Confederação Geral da Indústria". São conhecidas as elaborações posteriores de Gramsci sobre essa proposta de



análise, no texto sobre a *Questão meridional* e nos *Cadernos*; e podemos ler no Boletim as atualizações dessas intuições, à luz das análises do contexto capitalista internacional propostas por Trotski, mesmo depois de sua expulsão da URSS. Não têm nada em comum com o amálgama confusionista e obtuso da teoria do "social-fascismo", da "queda iminente do capitalismo", do "terceiro período", difundida por Stalin e recolhida, na Itália, por Togliatti, Longo, Secchia, Ravera, Grieco, Scoccimarro etc.

Um terceiro elemento da proposta de Gramsci ao qual somente a NOI dará continuidade na Itália é a lúcida previsão da dinâmica da luta de classes no período intermediário e do poder de atração ainda intenso do reformismo. Já respondendo, com vários anos de antecedência, à famigerada alternativa imediata da guinada imposta por Stalin, "fascismo ou ditadura do proletariado", Gramsci declara, em fevereiro de 1924:

"É meio questão de opinião se um ascenso proletário só pode e deve se dar em benefício do nosso partido. Eu penso, ao contrário, que se houver uma retomada do movimento, o nosso partido ainda será minoritário, que a maioria da classe operária irá com os reformistas e que os burgueses democráticos liberais ainda terão muito a dizer."

Conceitos análogos, seis anos depois, custariam a Tresso, Leonetti, Ravazzoli, Recchia, Bavassano e, com algumas nuances, Silone, a expulsão do Partido; a Gramsci e Terracini, o isolamento na prisão; e a Trotski, a acusação de agente do imperialismo.

No Boletim e no programa da NOI nele publicado, trata-se muito da impossibilidade, na Itália, de passar imediatamente do fascismo à ditadura do proletariado, sem um período intermediário de experiência e superação da democracia burguesa pelas massas, dirigidas pela classe operária, desde que esta saiba incluir em seu programa para o socialismo a defesa das liberdades democráticas. Também essa perspectiva, que no Boletim assume o nome de "fase transitória", "períodos de transição" (que não se confunde com a "transição ao socialismo" depois da tomada do poder), encontra um firme defensor em Gramsci, que desde já se pronuncia da mesma maneira, falando de "fases supletivas", "fases intermediárias", "processo de transição", em perfeita coerência com a análise do fascismo que elabora em outros textos e com sua atenção constante ao problema do *Mezzogiorno*.

"Que a situação é ativamente revolucionária; não tenho dúvidas, e portanto que, dentro de certo espaço de tempo, nosso partido terá consigo a maioria; mas mesmo se esse período não for longo cronologicamente, será certamente denso de fases supletivas, que teremos de prever com certa exatidão para podermos nos mover e não cair em erros que prolongariam a experiência do proletariado".

É a primeira vez, na Itália, que se trata claramente da necessidade da luta por reivindicações democráticas e transitórias pelo proletariado empenhado na luta pelo socialismo, num país ditatorial; as ilusões democráticas das massas, que receberam novo impulso com a instauração do regime autoritário fascista, não podem ser ignoradas, assim como não se pode ignorar o poder de atração que terá, por toda uma fase, o programa exclusivamente democrático dos reformistas social-democratas e dos "burgueses democráticos liberais".<sup>18</sup> A luta pelas liberdades democráticas deve ser incluída no programa da revolução socialista italiana, insistirão Gramsci, a NOI e Trotski. Este último iria desenvolver a fundo essa posição clássica do bolchevismo, seja criticando, para a Itália, a palavra-de-ordem de "assembléia republicana baseada nos comitês operários e camponeses", seja no Programa de Transição de 1938. A vinculação das reivindicações democráticas com o programa transitório da classe operária é até hoje um mistério para as direções comunistas de origem stalinizada.

Esse novo enfoque programático de Gramsci, expresso claramente na primavera de 1924, depois desenvolvido organicamente nas Teses de Lyon, e depois abandonado para sempre pela direção de Togliatti, leva em 1924 à indicação da tática de frente única entre organizações operárias (e só estas!) como opção obrigatória imediata, em torno da qual pode se articular todo o programa. Abandonada na época do "social-fascismo" por razões "extremistas", depois transformada na teoria das frentes populares, dos blocos com as correntes "progressistas" da burguesia, a tática da frente única operária, sobre a qual Gramsci desencadeia a luta interna em 1924, desaparecerá para sempre do programa do PCI; com isso, destrói-se um dos pontos de apoio da concepção de Gramsci sobre a luta anti-fascista e revolucionária, e a última contribuição positiva elaborada pelo Comintern para o movimento operário internacional, antes de sua degeneração stalinista. Na Itália, só a NOI assumirá essa bandeira, nas colunas do seu Boletim.

Então, em 1924, no momento de sua passagem à oposição, Gramsci esboça os pontos de apoio do novo programa revolucionário, apoiando-se na autoridade do Comintern ainda não inteiramente stalinizado, na experiência bolchevique e nas sugestões de Trotski, que como vimos foram decisivas no amadurecimento de Gramsci em Moscou<sup>19</sup> e das quais ele próprio nos dará um eco em outubro de 1926, no auge da ofensiva de Stalin, ao citar o nome difamado de Trotski como um dos que "contribuíram poderosamente para nos educar para a revolução, algumas vezes nos corrigiram muito enérgica e severamente, estiveram entre os nossos mestres".

Os pontos decisivos desenvolvidos por Gramsci na luta de oposição à direção majoritária do PCd'I são os mesmos que constituem, nos



anos 30, a plataforma da NOI: democratização do Partido e busca de uma relação real com as massas; teoria da revolução permanente aplicada à realidade específica italiana, onde a existência da questão meridional e o atraso camponês impõem determinadas tarefas ao proletariado no caminho da revolução proletária, que não podem ser mecanicamente assimiladas às de outros países, uma vez que a lei do desenvolvimento desigual teve conseqüências sociais e políticas peculiares; análise das contradições interburguesas e sua utilização a favor dos operários; compreensão da necessidade de fazer com que o proletariado assuma também o programa das reivindicações democráticas e compreensão da inevitabilidade de fases transitórias ou “supletivas”; aplicação da tática de frente única entre organizações operárias; compreensão do poder de atração do reformismo e da necessidade de levá-lo em conta.

Esse programa, que Gramsci faz triunfar no PCd'I contra a direita e a extrema esquerda, explica um dos fenômenos mais característicos do movimento operário internacional: a demora na degeneração do Partido Comunista italiano, em comparação aos outros partidos europeus, e também as dificuldades com que se deu essa degeneração. Enquanto, na segunda metade da década de 20, as direções comunistas passavam integralmente às posições do Comintern stalinizado, ou seja, enquanto ocorria a stalinização dos partidos comunistas, sob pressão de Moscou e dos elementos oportunistas locais, o PC italiano — embora sem se comprometer, por enquanto, no plano internacional — continuará lutando na Itália, até quando lhe for possível (1926, leis de exceção) por um programa inspirado nos princípios fundamentais do marxismo revolucionário.

A passagem à clandestinidade completa, a prisão de Gramsci,<sup>20</sup> a grave derrota do movimento operário italiano representada pela vitória definitiva do fascismo e o contexto internacional de refluxo irão fazer com que a degeneração stalinizada do PCI aconteça, sim, mas no centro dirigente no exterior, atrasado em comparação ao resto da Europa, fora do controle dos trabalhadores mais conscientes, e não sem provocar fraturas graves, como a formação de uma fração revolucionária na cúpula do partido, representada justamente pela NOI, expressão da continuidade do pensamento de Gramsci e aderindo à Oposição de Esquerda Internacional.

Nada de semelhante está ocorrendo em 1930 nos outros partidos europeus, onde as correntes revolucionárias já foram todas liquidadas, não apenas a nível de direção mas também como frações internas, antes de 1926-27. Ter retardado esse processo na Itália, ter armado suficientemente alguns dirigentes do partido para se oporem à degeneração comandada por Stalin, para nós é o maior mérito histórico de Gramsci, independentemente das

evoluções específicas e pessoais que seu pensamento possa ter sofrido na prisão e dos erros que ele cometeu durante todo o período de existência do PCd'I antes de 1924, e até depois dessa data. Na sua ação vitoriosa de 1924 a 1926 contra a direita e a ultra-esquerda, saudamos a principal contribuição política dada por um comunista italiano à elaboração do programa revolucionário, à experiência histórica do proletariado mundial.

Que Gramsci perdeu e o stalinismo venceu, levando na Itália, com o fim do fascismo, à reconstrução de um estado capitalista, antítese evidente aos ideais pelos quais Gramsci chamava o PCd'I a lutar em 1924, não nos parece ser o critério decisivo para nos pronunciarmos sobre as posições de Gramsci, nem para propor, de fato, a liquidação delas. Dado que a luta de classes continua, o problema ainda está em aberto e a perspectiva revolucionária pela qual Gramsci combateu ainda permanece atual.

### A “questão Trotski”

Como vimos, não pode haver dúvidas sobre a adesão convicta de Gramsci às posições gerais de Trotski, no momento do início do combate contra a maioria italiana, em 1924. Não é de surpreender, quando se pensa que o combate de Trotski não era outra coisa senão a defesa do patrimônio legado por Lenin, seja no terreno da construção do socialismo na URSS, da luta contra os processos que liquidavam a democracia proletária, seja no terreno, estritamente vinculado ao primeiro, da tática internacional para a extensão da revolução. Gramsci então parte de Moscou, em fins de 1923, plenamente convencido da validade da teoria da revolução permanente (que ele próprio traz à baila — como vimos — nos termos convencionais da época), da necessidade de evitar os desvios burocráticos estabelecendo uma vinculação “dialética” entre as massas e o aparato do partido, da natureza específica do fascismo como forma de dominação burguesa, da necessidade da frente única apenas com os partidos operários, e num terreno mais contingente, mas fundamental na época, sobre o caráter objetivamente revolucionário da situação que se abriu na Alemanha em 1923. Essas posições são manifestadas com a máxima clareza em fevereiro de 1924.

No biênio crucial de 1924-26, porém, não será mais expressa com a mesma clareza sua adesão às posições de Trotski, o qual aparecerá, não mais como o maior dirigente da revolução russa depois de Lenin, e sim como simples expoente de uma fração — ainda por cima, minoritária — dentro do PCR. *Gramsci continua defendendo, substancialmente, as posições de Trotski, mas não se alinha com ele no combate decisivo em curso no movimento operário internacional.* E esta foi uma profunda limitação da ação de Gramsci,



cujas conseqüências podem ser sentidas até hoje no movimento operário italiano. Quais as razões políticas desse comportamento ambíguo do grande revolucionário, além da polêmica com Bordiga e do fato material representado pela sua detenção e pelo isolamento no período de prisão?

Diferente de Bordiga, que representava, na experiência do comunismo italiano, o máximo de vinculação à grande tradição do marxismo ocidental, e portanto, na elaboração política, partia de uma concepção teórica em primeiro lugar — quando não exclusivamente — internacional, o pensamento de Gramsci era produto mais modesto, mas nem por isso menos eficaz em certas fases e sobre certos problemas, de uma reflexão anterior sobre as coisas da Itália. O desenvolvimento disforme do capitalismo no país, o peso do atraso econômico e cultural, o peso peculiar do anarquismo e depois do anarco-sindicalismo na tradição do movimento operário italiano, o caráter explosivo que assumiram os episódios mais significativos da luta de classes, além de sua incidência real no contexto europeu, pareciam a Gramsci os elementos mais dignos de serem tomados em consideração, independentemente da possibilidade de oferecer-lhes uma roupagem sistemática completa, na tradição clássica dos grandes pensadores marxistas. Bordiga, ao contrário, plasmava seu pensamento naqueles modelos, porém sem conseguir reproduzir a mesma amplitude e profundidade. Do outro lado estava o Gramsci das populações despossuídas do *Mezzogiorno*, o Gramsci dos conselhos de fábrica, o Gramsci de Livorno<sup>21</sup> e o Gramsci da apaixonada discussão com Trotski sobre a questão italiana (e não sobre as grandes questões do Comintern, como nos encontros de Bordiga com o grande revolucionário russo<sup>22</sup>).

Dois temperamentos diferentes, produtos de duas experiências culturais diferentes, que só alcançaram um momento de síntese superior na fase de rompimento com o reformismo italiano e de adesão à experiência bolchevique, para logo depois voltarem a se separar, primeiro gradualmente, depois violentamente, até que a repressão fascista tornasse irreversível a divisão, matando Gramsci e neutralizando Bordiga. Essas diferenças — que não devem ser vistas mecanicamente como expressão de dois programas alternativos no âmbito do comunismo italiano, mas apenas como duas maneiras diferentes de traduzir em termos italianos a grande mensagem de Outubro — fizeram com que, nos anos 20, as divergências táticas sobre a linha italiana se misturassem desordenadamente (e muitas vezes, instrumentalmente) aos grandes debates da Internacional, provocando às vezes divergências verdadeiras e, outras vezes, artificiais.

Gramsci sustentou abertamente as posições de Trotski, quando Bordiga calava-se sobre o tema, enquanto não viu nenhuma contradição en-

tre as orientações da Internacional e as necessidades da revolução na Itália. Quando Bordiga se aproxima da Esquerda russa, por convicção no plano internacional e por instrumentalismo em relação à tática e à análise italiana, Gramsci distancia-se do “personagem” Trotski, fazendo-lhe críticas formais e absolutamente superficiais, mas sem renegar a *essência* das posições expressas em 1924.<sup>23</sup> Ainda hoje, os exegetas do PCI — no fundo, empenhados num processo de revisão do pensamento de Gramsci que permita estabelecer uma continuidade com a herança de Togliatti — encontram notáveis dificuldades com o período 1924-26, isto é, o período em que Gramsci esteve mais próximo das posições do marxismo revolucionário. Na falta de algum posicionamento claro de Gramsci renegando, durante esse biênio, os princípios programáticos expressos em 1924 (e coincidentes, em linhas gerais, com os de Trotski), eles são obrigados a desviar a atenção, do debate então acalorado na URSS, para o dogma do socialismo num só país, para o comitê anglo-russo etc., para as questões de “atitude” das “frações”, para a “unidade do partido”, para as “responsabilidades” e assim por diante.<sup>24</sup>

Assim, a “questão Trotski”, que foi vista por Bordiga à sua verdadeira luz internacional e considerada tão importante a ponto de ofuscar as graves divergências sobre tática e sobre a Itália, pareceu a Gramsci, em 1925, uma manobra diversionista perigosa para o debate no PCd'I, uma ulterior fonte de possíveis divisões no Partido, no momento em que se requeria o máximo de unidade para retomar a ofensiva comunista na Itália. O próprio Gramsci, de resto, esclarece essa exigência política de nacionalizar o debate italiano, depois de pagar todos os preços das “guinadas”, das intrigas e das interferências do Comintern, reassumindo em termos precisos e simétricos a principal diferença entre suas posições e as de Bordiga: “Amadeo coloca-se do ponto de vista de uma minoria internacional, nós devemos nos colocar do ponto de vista da maioria nacional”.<sup>25</sup>

E em março de 1924, escrevendo a Terracini e pedindo-lhe informações sobre o choque entre Trotski e a direção do PCR, Gramsci esclarecerá ainda mais seus temores sobre os efeitos que esse choque na cúpula russa poderia ter para toda a Itália:

“Gostaria de ter informações a respeito, e a tua opinião. De qualquer maneira, eu estou cada vez mais firme nesta convicção: que precisamos trabalhar, nós, no nosso país, para construir um partido forte, política e organizativamente bem instrumentado e resistente, com uma bagagem de idéias gerais bem claras e bem firmes nas consciências individuais, de modo que seja impossível sua desagregação a cada golpe dessas questões que vão surgir cada vez mais numerosas e perigosas, com o desenvolvimento do movimento revolucionário. Sobre esses problemas seria talvez oportuno conversarmos longamente, entre nós, para termos condições de resolvê-



los um de cada vez, quando se apresentarem, com espírito de conjunto e seguros de ter o apoio do grupo todo" (grifo nosso).

Esses temores de Gramsci são compreensíveis, mas não justificáveis, para quem acredita na impossibilidade de construir um partido revolucionário nacional, isolado — mesmo que temporariamente — de um programa mundial da revolução e dos acontecimentos cruciais que permitem elaborar e enriquecer esse programa. No fundo, é justamente o fim da ditadura do proletariado na URSS e a stalinização do Comintern que derrubam a orientação dada por Gramsci ao PCd'I e permitem sua transformação num partido primeiramente sectário, depois reformista; certamente não o excesso de debate sobre questões internacionais. Os piores temores de Gramsci se realizaram, mas não por culpa do internacionalismo de Bordiga, e sim por efeito do nacionalismo de Stalin.

Tinham fundamento, porém, as suspeitas de Gramsci sobre a possibilidade de instrumentalização dessa questão dentro do partido italiano. Isso ficou claro em fevereiro de 1925, quando foi aprovada uma moção sobre a "bolchevização" dos partidos comunistas, onde, em termos ainda cautelosos, se alertava contra qualquer tentativa, pelos elementos da esquerda ligada a Bordiga, de reabrir a discussão sobre o caso Trotski. Ao contrário, Bordiga escreve, nessa mesma ocasião, um famoso perfil do grande revolucionário russo,<sup>26</sup> atribuindo a si próprio, na Itália, o valor e o prestígio do grande combate que a Oposição de Esquerda internacional iniciara já em fins de 1923. Era evidente o uso instrumental feito, por ambas as partes, da divisão dentro do PCR.

O relatório de Gramsci ao Comitê Central, que devia tratar do rompimento ocorrido na Rússia, é bastante significativo da atitude que já descrevemos nele. Dois terços das referências à questão e sobre como deveria ser redigida a moção são avaliações sobre as analogias entre o caso Trotski e o caso Bordiga, sobre os ensinamentos a tirar para a Itália, sobre os perigos de atitudes como a de Trotski para a unidade do partido, e o terço restante é de denúncia das posições erroneamente atribuídas a Trotski, sobre o "super-imperialismo", que já mencionamos, e do "socialismo num só país". Transcrevemos agora esse último trecho, que nos parece muito significativo, por ser a única "diferenciação" política substancial com Trotski, pelo mesmo Gramsci que um ano antes acolhera calorosamente toda a sua contribuição teórica. Inútil dizer que, mais além das "trocas de posição" que o próprio Spriano reconhece, esse texto vem confirmar a profunda adesão de Gramsci à teoria da revolução permanente e a rejeição ao novo dogma do "socialismo num só país":

"Rechaçamos essas previsões [as de super-capitalismo erroneamente atribuídas a Trotski, NDR] que, adiando a revolução por tempo inde-

terminado, mudariam toda a tática da Internacional Comunista, que deveria voltar à ação de propaganda e agitação entre as massas. E mudariam também a tática do Estado russo, pois se a revolução europeia estiver adiada por toda uma fase histórica, isto é, se a classe operária russa não puder, por um longo período de tempo, contar com o apoio do proletariado de outros países, é evidente que a revolução russa deverá se modificar".<sup>27</sup>

Em maio de 1924, Stalin assumira essa mesma posição, na primeira edição dos *Princípios do leninismo*, no trecho que já se tornou famoso por ter sido expurgado de todas as edições seguintes, e que talvez, na época, possa ter contribuído para o equívoco cometido por Gramsci. Antes de revelar sua própria vocação nacionalista, Stalin escrevera:

"É possível obter a vitória definitiva do socialismo num só país, sem os esforços no mesmo sentido dos proletários de alguns países evoluídos? Não, não é possível. Para derrubar a burguesia é suficiente o esforço de um só país. Isso é o que nos demonstra a história da nossa revolução. Para a vitória definitiva do socialismo, sobretudo num país camponês como a Rússia, não é mais suficiente; para isso são necessários os esforços dos proletários de alguns países avançados" (*Princípios do leninismo*, primeira e última edição integral, maio de 1924).

Quando, em fins de 1925, Zinoviev e Kamenev também rompem com Stalin e com a direita e se juntam às fileiras da esquerda, sob a direção de Trotski, as cautelas instintivas de Gramsci sobre o método das "excomunhões" tornam-se ainda mais fortes, e de fato a "questão Trotski" desaparece do debate do PCd'I, dando lugar a uma intensificação do combate contra Bordiga.

Assim se verifica o paradoxo italiano. Enquanto Gramsci, preparado e estimulado pela influência de Trotski no período moscovita, consegue impor à direção comunista o programa e a linha que concordara com o grande revolucionário russo, errando apenas na questão da Assembléia Republicana baseada nos comitês operários e camponeses (um erro devido à confusão entre objetivos democráticos e organismos de tipo soviético, mas ainda assim um erro de extremismo, segundo o próprio Trotski), Bordiga torna-se, por certo tempo, o principal expoente da Oposição de Esquerda na Itália.

Gramsci não contribuiu muito ativamente — ao contrário de Scocimarro — na batalha contra o "trotskismo", mas é dele a responsabilidade, em primeiro lugar, pela adoção desse termo na Itália, como é dele a responsabilidade pelo amálgama que se fez entre as posições de Bordiga e as de Trotski. Dele é a responsabilidade pela moção votada em homenagem à "bolchevização" promovida por Stalin, e também pelo estado de desarme teórico em que o Partido, de conjunto, ficará após a sua prisão, diante das



novas e demenciais instruções do Comintern stalinizado. Falar também destas limitações e erros do revolucionário sardo, aliás homem alheio, por formação e características psicológicas, à brutalidade vulgar do stalinismo, em nada reduz a complexidade desse personagem, que outros, antes de nós, já trouxeram à luz. Assim podemos recolocá-lo em seu verdadeiro lugar na história, sem nos arriscarmos a cair — na tentativa de livrar Gramsci do enorme acúmulo de falsificações sob o qual foi sepultado pela tradição stalinista — no erro oposto de hagiografia anti-stalinista. *Gramsci não foi stalinista em suas posições de fundo, foi aliás anti-stalinista até no período mais difícil de sua vida, na prisão, mas tem sua parcela de responsabilidade pela degeneração do PCI, por não ter querido vincular as intuições de fundo de seu programa para a Itália com a batalha que Trotski e a Oposição de Esquerda estavam travando em escala internacional.* Ao querer ater-se a uma dimensão nacional, cometeu um grave erro de perspectiva, e as conseqüências desse erro ainda recaem sobre o movimento operário italiano.

Assim, é fácil hoje para os “revisores” de Gramsci citar alguns trechos de seus *Cadernos*, que vão em sentido bem diferente daquele mais substancial que reconstruímos aqui. Em outra vertente, os opositores do reformismo pela esquerda julgam poder usar a famosa correspondência de 1926<sup>28</sup> para demonstrar uma coerência do homem político, que na verdade não existiu. Bastaria notar a total ausência de referências a questões programáticas precisas naquela troca de cartas para perceber a superficialidade das críticas que Gramsci fazia à direção de Stalin (na primeira carta) e ao próprio Togliatti, na segunda. No entanto tratava-se de problemas decisivos para a história futura do movimento operário, e a arbitrariedade cometida por Togliatti em Moscou, ao não apresentar oficialmente a carta escrita por Gramsci em nome do Birô Político, não era pouca coisa!

É certo que na carta de Gramsci em nome do Birô Político italiano, dirigida ao Comitê Central do PCUS, de outubro de 1926, havia também opiniões muito críticas ao rumo tomado pela fração de Stalin e Bukhárin: “ruptura do grupo central leninista”, “desagregação e lenta agonia da ditadura do proletariado”, possibilidade de “catástrofe da Revolução” e, em termos velados mas significativos à luz do que expusemos até agora, um enésimo chamado à necessidade de não se fechar numa perspectiva russa, uma referência velada ao dogma do socialismo num só país:

“Mas vocês hoje estão destruindo a obra que fizeram, estão degradando e correndo o risco de anular a função dirigente que o PC da URSS havia conquistado por impulso de Lenin; parece-nos que a paixão violenta das questões russas os está fazendo perder de vista os aspectos internacionais das próprias questões russas, a esquecer que os seus deveres

de militantes russos só podem e devem ser exercidos no quadro dos interesses do proletariado internacional”.

Tendo em mente a violentíssima polêmica que se ateou sobre o “socialismo num só país”, o significado da advertência de Gramsci não pode deixar lugar a dúvidas. No entanto, a carta declarava adesão, de conjunto, às posições da fração de Stalin, em contradição com a afirmação de que o Birô Político expressava “uma opinião partidária apenas no tocante às questões estritamente disciplinares das frações”.

Talvez tenha sido justamente essa dubiedade da carta de Gramsci, essa homenagem formal às posições da fração stalinista, mas sem endossar efetivamente o programa com o qual essa fração estava infligindo os últimos golpes decisivos à democracia operária de tipo soviético, que deu a Togliatti a coragem de cometer a grave falta que todos conhecem: a de não apresentar oficialmente a carta, impedindo assim que ela pudesse ter qualquer efeito, por mínimo que fosse, na atmosfera de linchamento que se criara contra as oposições. Com efeito, os poucos meses que transcorrera em Moscou tinham dado a Togliatti a convicção de que o alinhamento com a fração de Stalin só podia ser acrítico e total.

Tem razão T. Perlini quando critica Corvisieri e outros defensores da Oposição de Esquerda por terem instrumentalizado a carta de Gramsci, querendo achar divergências políticas de fundo, onde não havia. Como prova ulterior, basta comparar a clareza com que Gramsci defendia as posições de Trotski em fevereiro de 1924 e o tom apressado com que as rejeita em outubro de 1926. Mas a origem desse erro remonta a mais atrás no tempo. Deve ser buscada sobretudo no medo com que Togliatti acolheu aquela carta em Moscou, enxergando nela os germes terríveis de uma oposição ao stalinismo.

Com efeito, foi ele mesmo quem respondeu a Gramsci, em 18 de outubro, acusando-o diversas vezes de pessimismo em relação ao Estado operário russo, chegando até a afirmar que “o seu pessimismo dá a impressão de que o senhor não considera inteiramente acertada a linha do partido” comunista da União Soviética. Na prática, Togliatti foi o primeiro a ver na carta de Gramsci o perigo de uma futura aproximação às posições da oposição, e depois ajudou a criar o mito daquela carta (tentando mantê-la escondida até 1964) e da sucessiva resposta de Gramsci, que só apareceria milagrosamente em 1970. Em outubro, Togliatti pedia a Gramsci um pronunciamento mais claro sobre as opções políticas da fração de Stalin-Bukhárin, que fosse além do acordo nas questões disciplinares, justamente porque não ignorava o que procuramos demonstrar até aqui: que Gramsci continuava aceitando, nas questões de princípio e nas questões fundamentais de orientação política para a Itália, as posições leninistas,



que em 1926 já tinham se tornado "trotskistas" devido à luta de frações na cúpula do PCUS. Togliatti, portanto, era o primeiro a não acreditar nas declarações formais de lealdade à direção de Stalin, porque via nelas uma contradição explícita com as posições programáticas de Gramsci. Nós pensamos que Togliatti tinha razão em alimentar esses medos a respeito de Gramsci, mas também julgamos que sua resposta e as tentativas de manter secreta aquela correspondência contribuíram para criar o mito da oposição de Gramsci em fins de 1926.

É verdade que a resposta de Gramsci a Togliatti, em 26 de outubro de 1926, está cheia de referências pesadas ao modo de pensar e agir deste último. "Sua carta me parece abstrata e esquemática demais no seu raciocínio" (...) "Por isso esse seu raciocínio me deu uma impressão péssima" (...) "Por isso nenhuma frase feita vai nos demover da convicção de que estamos na linha certa, na linha leninista, na maneira de considerar a questão russa (...) e os problemas de organização internacional" (...) "Sua observação é portanto inócua e sem valor" (...) "Lamento sinceramente que nossa carta não tenha sido entendido por você à primeira vista, e que você, a partir do meu bilhete pessoal, não tenha procurado entender melhor" (...) "Todo o seu raciocínio está viciado de 'burocratismo' ". São juízos drásticos, aliás coerentes com o juízo igualmente negativo — como lembramos anteriormente — que Gramsci tinha de Togliatti na época em que este se alinhava com Bordiga. Mas indo além da forma e olhando o conteúdo da carta, vê-se que ela não deixava dúvidas sobre a fidelidade de Gramsci à direção majoritária do PCUS e até reforçava a dose contra os opositoristas, dos quais chegava a dizer que "encarnavam todos os velhos preconceitos do corporativismo de classe e do sindicalismo". Não, decididamente não se pode traçar uma linha de continuidade entre o combate de Gramsci de Viena e na Itália, em 1924-26, e as posições que ele assume no debate internacional, particularmente em fins de 1926. Seria uma operação artificial, que além de prestar um mau serviço a Gramsci, seria uma rendição nos conteúdos de seu combate revolucionário que vivem até hoje, e que então reviveram nas posições da NOI e da Oposição de Esquerda italiana.

A dura carta de Gramsci a Togliatti é de 26 de outubro de 1926. Cinco dias depois, ocorre o atentado de Zamboni contra Mussolini e a decretação das leis liberticidas. Em 8 de novembro, Gramsci é preso e não recuperará a liberdade até sua morte. A ação do fascismo fez com que ficassem sem resposta todas as interrogações sobre a provável evolução de Gramsci em relação aos opositores internacionais do stalinismo. Mas a partir dessa ruptura violenta na vida política de Gramsci é que hoje o reformismo espera poder tirar vantagem, em sua obra de revisionismo da contribuição marxista do grande revolucionário sardo e na sua busca de continuidade

ideológica. Neste processo precisará, porém, dismantelar definitivamente qualquer possibilidade de avaliar as Teses de Lyon e a decisiva contribuição de Gramsci contida nas mesmas, contrapondo-as à elaboração dos *Cadernos do Cárcere*. O salto de qualidade entre esses dois momentos de reflexão de Gramsci indubitavelmente existe, mas é apenas um critério político que pode levar a dar mais valor a um ou outro momento. E os intelectuais reformistas já fizeram sua escolha, faz tempo.<sup>29</sup>

## As Teses de Lyon e a guinada

Em janeiro de 1926, realiza-se em Lyon o Terceiro Congresso do PCd'I. As Teses de Lyon são o documento mais precioso desse Congresso. Nós julgamos, e a NOI reafirmará isso claramente nos anos seguintes, que naquelas Teses inspiradas por Gramsci e adotadas pelo Partido, há muito mais do que a simples contribuição de Trotski: nelas se refletia, na verdade, pela última vez na vida de um partido comunista, o melhor da tradição bolchevique, o patrimônio de Outubro e do Comintern revolucionário dos quatro primeiros congressos, a experiência do proletariado mundial aplicada à situação específica da Itália. Para Gramsci, tratara-se apenas de uma extensão de todos os temas indicados e embrionariamente tratados no começo de 1924. Mas sua importância ia além do momento específico, indicando os métodos de luta para todo um período, o caminho para abater o fascismo e passar ao socialismo na Itália. As Teses de Lyon reviveriam nas posições de Tresso, Leonetti e Ravazzoli, na direção do PCd'I, provocando sua expulsão; e depois na resolução da NOI (julho de 1932) sobre "As perspectivas da revolução italiana", publicada no nº 10 do Boletim. Mas algumas indicações de método dessas Teses mantêm-se plenamente válidas até hoje, para quem observe uma perspectiva revolucionária.

No período em que, na Rússia, o stalinismo dismantelava o último baluarte da ditadura do proletariado, representado pela oposição de esquerda contrária à linha de Bukharin, aos prolongadores da NEP, à burocratização do partido; no momento em que se esboçava na China uma repetição da experiência de colaboração de classes já realizada pelo stalinismo na questão do Comitê Anglo-Russo (quando os operários de um país estrangeiro viram, pela primeira vez, passar os interesses diplomáticos da URSS acima das exigências de sua própria luta), as Teses de Lyon reconfirmavam plenamente o caráter proletário da luta socialista.

"As forças motoras da revolução italiana são, em ordem de importância, as seguintes: 1) a classe operária e o proletariado agrícola; 2) os camponeses do *Mezzogiorno* e das ilhas e os camponeses das outras partes



da Itália". A análise do desenvolvimento capitalista italiano e de suas contradições não adia a perspectiva socialista para uma fase ulterior, diferente da fase caracterizada pela luta contra o fascismo; pelo contrário, indicava o começo da ditadura do proletariado como coroamento lógico da luta operária por um programa de objetivos democráticos e transitórios. As Teses de Lyon reafirmavam assim um princípio que jamais fora colocado em discussão enquanto Lenin estava vivo, o princípio da revolução permanente — contraposto ao da revolução por etapas —, segundo o qual não existe solução de continuidade entre a luta por reivindicações democráticas e imediatas e a luta geral pelo socialismo. Sem ceder ao fácil esquematismo do "marxismo vulgar", como diria Trotski referindo-se aos adeptos de Bordiga, as Teses de Lyon afirmavam com todas as letras que não é possível nenhuma fase intermediária *estável e duradoura* entre a luta pela democracia e a luta pelo socialismo, entre a ditadura da burguesia e a do proletariado.

Essa concepção, que permeia o conjunto das Teses, é sinteticamente resumida na Tese 43:

"Essas soluções intermediárias não podem ser todas previstas, porque em todos os casos devem estar coladas à realidade. Devem porém permitir que se construa uma ponte para as palavras-de-ordem do partido, e deve ficar cada vez mais evidente para as massas que sua eventual realização se resolveria numa aceleração do processo revolucionário e num início de lutas mais profundas".

A mesma formulação, em termos quase idênticos, ressurgiria alguns anos depois no texto de Trotski que, mais do que qualquer outro, indica as conseqüências metodológicas da teoria da revolução permanente:

"É necessário, no processo de suas lutas cotidianas, ajudar as massas a encontrarem a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa socialista da revolução. Esta ponte deve incluir um sistema de reivindicações transitórias, que parta das condições atuais e da consciência atual de largas camadas da classe operária e conduza, invariavelmente, a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado".<sup>30</sup>

Os mesmos conceitos e as mesmas indicações metodológicas podem ser encontrados nos documentos da NOI e em particular naquela resolução de julho de 1932, que pode ser considerada, com justiça, como a atualização programática das Teses de Lyon na Itália e a última expressão do marxismo revolucionário italiano antes da guerra. A linha de continuidade entre as posições de Gramsci em 1926 e as da NOI pode ser encontrada, então, na insistência sobre a necessidade de que o proletariado assuma como seu o programa de defesa das liberdades democráticas, inserindo-o no programa socialista, a fim de "transformar os movimentos 'revolucionários democráticos' em movimentos revolucionários operários e socialistas"(Tese 39-bis).<sup>31</sup> Na agitação da palavra-de-ordem central de "go-

verno operário e camponês", a ser entendida, porém, apenas como uma fórmula transitória para a ditadura do proletariado.

"Nesse sentido é uma fórmula de agitação, mas não corresponde a uma fase real de desenvolvimento histórico, a não ser da mesma forma que as soluções intermediárias mencionadas no ponto anterior. Com efeito, a sua realização só pode ser concebida pelo partido como início de uma luta revolucionária direta, isto é, da guerra civil dirigida pelo proletariado, em aliança com os camponeses, para conquistar o poder.

O partido poderia ser levado a graves desvios em relação à sua tarefa de guia da revolução, caso interpretasse o governo operário e camponês como correspondente a uma fase real da luta pelo poder, isto é, se considerasse que esta palavra-de-ordem indica a possibilidade de que o problema do Estado seja resolvido, no interesse da classe operária, de outra forma que não a ditadura do proletariado"(Tese 44).

Acordo, obviamente, na insistência na necessidade da tática de frente única para arrancar dos reformistas e das forças democráticas pequeno-burguesas a hegemonia das massas populares na luta contra o fascismo. Luta contra as ilusões pacifistas (T. 21), atividade nos organismos de massa, em primeiro lugar os sindicatos mas, em perspectiva, também os comitês operários e camponeses (T. 41 e 39). Chamado explícito à tática dos bolcheviques nas jornadas de julho, quando opuseram Kerenski a Kornilov sem apoiar politicamente Kerenski (essa formulação, citada na Tese 43, será reencontrada muitas vezes nas páginas do Boletim e, evidentemente, em toda a imprensa da Oposição de Esquerda internacional). Por fim, a análise dos partidos "democráticos", presente na Tese 42, será desenvolvida no Boletim, particularmente no que se refere ao movimento *Giustizia e Libertà*, sem cair no extremismo infantil do "terceiro período", mas nem no oportunismo da época da Resistência e dos Comitês de Libertação Nacional. Outras analogias significativas podem ser extraídas de uma leitura comparada das Teses de Lyon e dos principais documentos contidos no Boletim.

Sobre o rompimento programático que a "guinada" da direção stalinista italiana representou, em relação à *essência* das Teses de Lyon, já não se pode alimentar qualquer dúvida. O mesmo vale quanto à correção das propostas colocadas por Tresso, Leonetti, Ravazzoli, Teresa, Rocchia e outros companheiros, no momento de sua expulsão. Sobre essa questão já foram publicados todos os principais documentos, já foram escritas análises rigorosas,<sup>32</sup> e a própria direção do PCI, desde o começo dos anos 60, teve que começar a admitir suas responsabilidades. Mas, como o prestígio do aparato vale mais do que a verdade histórica, não se deseja ir a fundo na apuração dessas responsabilidades, e sobretudo não se deseja reconhecer ter aberto caminho para Hitler na Alemanha, com a política do "terceiro período", além de ter provocado a destruição de importantes organizações



comunistas — como a italiana — que depois tiveram de ser reconstruídas do zero. Claro, Longo continua a repetir a si mesmo que ele tinha razão naquela época, e tem plena liberdade de continuar repetindo isso para os poucos que ainda ignoram a simples relação dos fatos, mas desde a época em que Leonetti reabriu o debate em *Rinascita sarda* até hoje, as contribuições históricas que confirmam a justeza das posições da NOI se multiplicaram, obrigando até os stalinistas mais empedernidos a serem diplomaticamente reticentes. Por ordem cronológica, o último que deu sua contribuição para restabelecer a verdade histórica foi U. Terracini,<sup>33</sup> antes tarde do que nunca.

No Boletim não há nenhuma referência ao debate sobre a “guinada” e aos fatos da expulsão, a não ser de passagem, falando do caso Silone. Este é sem dúvida um de seus maiores méritos, demonstração de que seus redatores queriam intervir em temas de atualidade política, não com base em recriminações do passado, e sim olhando para a perspectiva futura da queda do fascismo e da revolução. O Boletim, na prática, esclarece ao leitor italiano, que agora já tem oportunidade de conhecer a dinâmica dos acontecimentos que levaram à expulsão dos “três”, o que foi que os “três” continuaram a fazer e a escrever depois de expulsos. Que relações quiseram manter com o PCI, sobre quais acontecimentos internacionais concentraram atenção, como viam a situação na Itália, que relações mantinham com Trotski e com a Oposição internacional e, por fim, mas nem por isso menos relevante, em que ambiente político e cultural moviam-se esses revolucionários italianos da década de 30, empenhados em combater em duas frentes, contra a burguesia e contra o stalinismo. Às vezes, até detalhes aparentemente irrelevantes do Boletim iluminam o mundo, até hoje pouco conhecido, dos militantes anti-fascistas e anti-stalinistas que o fascismo, juntamente com as direções reformistas do movimento operário e democrático, obrigaram a escolher Paris como centro de moradia e de ação.

O “paradoxo italiano” — que em 1924-26 já vira Gramsci em acordo substancial com as posições de Trotski, mas contraposto a ele no alinhamento internacional — prossegue, em certo sentido, também no período de prisão. Os *Cadernos*, mesmo na versão não censurada e cientificamente correta, estão cheios de referências a “Lev Davidovich” (Trotski) e à teoria da revolução permanente, decididamente hostis ao grande revolucionário russo e às suas idéias. Mais: nos *Cadernos* encontra-se, como tema constante, uma das mais absurdas caricaturas que já se fizeram da posição de Trotski, a de identificá-lo com o jacobinismo de ‘48, ou até mesmo com tendências bonapartistas. Além disso, na contraposição entre “guerra de movimento ou de manobra” e “guerra de posição”, Gramsci faz uma simplificação arbitrária do debate que explodiu, na época, no movimento ope-

rário internacional, perdendo completamente de vista o que ele próprio defendera sobre a necessidade de não se fechar dentro das fronteiras russas, sob pena de acabar com o processo revolucionário iniciado no Outubro. Ainda, atribuindo a Trotski as posições da super-industrialização e de adepto da teoria do choque frontal e imediato, justamente nos anos 1930-32 que assistiam ao extremo dessas posições na ação da direção comandada por Stalin, Gramsci não fazia mais que confirmar sua confusão em relação aos termos reais da questão.

No começo desses cadernos, há o seguinte aplauso à teoria da revolução permanente, que ainda ecoa as posições sustentadas por Gramsci desde a época do *Ordine Nuovo*: “Pode-se dizer que a mediação dialética entre os dois princípios indicados no início destas notas é o conceito da revolução permanente”. Os dois princípios eram que nenhuma sociedade se propõe a tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, e que nenhuma sociedade cai se antes não tiver desenvolvido todas as formas de vida que estão implícitas em suas relações. Não é o caso de entrar no mérito dessas posições que, isoladas de um discurso mais geral sobre as características do capitalismo e da luta de classes que se dá em seu interior, podem abrir caminho para mecânicas interpretações evolucionistas. O que deve ser notado aqui é o contraste entre essa última confissão de estima e como sucessivamente arrasa essa mesma teoria como “jacobinismo de ‘48”, incapaz de perceber a diferença entre uma situação de ascenso do movimento operário e uma de refluxo.

Já que o próprio Gramsci não faz uma crítica das posições que defendera até o momento de sua prisão, e particularmente de sua concretização programática nas Teses de Lyon, não resta ao estudioso outro caminho senão reconhecer uma profunda fratura sobre essa questão, entre o Gramsci da prisão e o Gramsci da direção do PCI.

Mesmo na prisão, porém, o processo é contraditório. Apesar da gravidade das posições que assumiu em relação a Trotski e ao seu próprio passado, Gramsci acaba compartilhando, de 1930 a 1932, uma orientação para a Itália que coincidia com a da Oposição de Esquerda e era absolutamente oposta à da direção stalinista italiana e internacional. Gramsci não foi stalinista nem na prisão. Sobre isso não pode haver dúvidas, depois da publicação do relatório Athos Lisa, depois da publicação do testemunho de seu irmão Gennaro, revelado por G. Fiori, e de outros testemunhos menores de pessoas que conseguiram aproximar-se dele no período de prisão e que demonstraram fartamente a oposição de Gramsci à “guinada”, à teoria do “social-fascismo”, à expulsão dos “três” e sobretudo à linha sectária da direção italiana, que tendia a simplificar o processo de derrubada do fascismo



excluindo a possibilidade de um interlúdio democrático, de um “período de transição” entre a ditadura fascista e a do proletariado.<sup>34</sup>

Gramsci indicava a palavra-de-ordem de Constituinte (que, como sabemos, colocara como hipótese desde março de 1924), sem conhecer exatamente as posições dos “três”, sem que os “três” conhecessem suas posições no momento e sem que Trotski estivesse a par de suas reflexões no presídio de Turi. Essa significativa coincidência de posições entre revolucionários residentes em situações diversas, mas todos eles ligados — direta ou indiretamente — às formulações de princípio do programa de Lyon, vêm demonstrar mais uma vez elementos de uma inspiração teórica comum, mesmo que no âmbito limitado de uma opção tática para a Itália.

A posição dos “três” sobre a natureza do fascismo fora sintetizada na carta a Trotski de 5 de maio de 1930, nos seguintes termos:

“A nosso ver, o fascismo, desde sua origem, deve ser interpretado como o conjunto de métodos que, na situação particular da Itália, a burguesia italiana foi obrigada a adotar para se defender da onda revolucionária das massas, para resolver certos problemas inerentes à sua reorganização interna e para tornar mais segura sua posição de classe dominante. Em suma, pode-se dizer que o fascismo (italiano) é apenas o método particular de dominação ao qual a burguesia italiana, em sua atual fase imperialista, foi obrigada a recorrer para assegurar seu domínio”.

Essa análise da origem do fascismo, amplamente desenvolvida na carta citada e depois retomada nas páginas do Boletim, iria se tornar uma elaboração clássica nas fileiras da Oposição de Esquerda internacional, permitindo a identificação precoce dessas mesmas características num contexto diferente, o da Alemanha do hitlerismo ascendente. Criticando as posições da maioria italiana sobre o fascismo, que o considerava um movimento pequeno-burguês que só chegara a coincidir com o capitalismo depois de chegar ao poder, os três rejeitavam igualmente a palavra-de-ordem oportunista de “governo popular”,<sup>35</sup> de inspiração buchariniana; e — depois da “guinada” ultra-esquerdista — passam a defender firmemente toda a temática do “período de transição”, que Gramsci retomava, ao mesmo tempo, na prisão, reivindicando diretamente o programa de Lyon.

Essas posições levam a NOI a indicar claramente, como palavra-de-ordem central na Itália fascista, “Assembléia Constituinte, eleita por sufrágio universal igual, direto e secreto, por todos os cidadãos a partir de 18 anos, de ambos os sexos”. Essa palavra-de-ordem, formulada ao mesmo tempo também por Gramsci, foi por ele definida como o “cisco no olho” para a linha sectária da direção de Togliatti, ao mesmo tempo que Trotski a formulava, por conta própria, em sua resposta à NOI em 14 de maio de 1930:

“Não negamos, absolutamente, a fase de transição, com suas exigências transitórias, incluindo as exigências de democracia. Mas é justamente com a ajuda dessas palavras-de-ordem de transição, das quais se chega sempre ao caminho da ditadura do proletariado, que a vanguarda comunista deverá conquistar a classe operária inteira e que esta deverá unificar em torno de si todas as massas exploradas do país. E não excluo aqui nem a eventualidade de uma Assembléia Constituinte, que em certas circunstâncias pode ser imposta pelos acontecimentos ou, mais precisamente, pelo processo de redespertar revolucionário das massas oprimidas (...)”

Se a crise revolucionária explodisse, por exemplo, nos próximos meses (sob o aguilhão da crise econômica, por um lado, e sob a influência revolucionária vinda da Espanha), as grandes massas trabalhadoras, tanto operárias como camponesas, certamente acompanhariam suas reivindicações econômicas de palavras-de-ordem democráticas (tais como a liberdade de imprensa, de coalizão, sindical, de representação democrática no Parlamento e nos municípios). Isso significa que o partido comunista deva rejeitar essas exigências? Pelo contrário, deverá lhes imprimir o aspecto mais ousado e mais categórico possível. Porque não se pode impor a ditadura do proletariado às massas populares. Não se pode realizá-la a não ser conduzindo a batalha — a batalha a fundo — por todas as reivindicações, exigências e necessidades das massas, e encabeçando essas massas”.

Essa carta de Trotski — lembra Leonetti muitos anos depois — foi decisiva para a adoção de uma precisa orientação comum pela NOI, e as conseqüências disso são fáceis de verificar nas páginas do Boletim, bem como nas principais orientações políticas da NOI até sua transformação em Liga Comunista Internacionalista, em 1934. Essa comunhão de opiniões entre Gramsci, os “três” e Trotski, porém, não pôde ter na época todas as conseqüências explosivas que continha: Trotski estava exilado em Prinkipo, Gramsci encarcerado e isolado até dos companheiros de partido, e os “três” se encontravam em Paris, sem documentos e sem meios financeiros para sobreviver, cortados da rede do Partido na Itália, submetidos pelos stalinistas a todo tipo de vexames físicos, morais e até de delações à polícia. Tudo isso está reconstruído no Boletim, assim como, parcialmente, a grande prova que essas posições de princípio tinham, naqueles mesmos anos, com o começo da revolução espanhola.

## O começo da revolução espanhola

Um dos principais esforços técnicos e financeiros da redação do Boletim em Paris foi a publicação em italiano da obra de Trotski *A revolução espanhola e os perigos que a ameaçam*,<sup>36</sup> na tradução de Pia Carena. No Boletim nº 3, que traz o prefácio escrito por Trotski para a edição italiana, está clara-



mente indicado o sentido polêmico dessa iniciativa. Trata-se, para a NOI e a Oposição de Esquerda, de mostrar todas as analogias entre a experiência espanhola, que levou à queda da monarquia, e antes disso à do regime de Primo de Rivera, e as tarefas democráticas que o proletariado italiano deverá cumprir em sua luta contra o fascismo. Para Trotski, é também uma ocasião para formular, com a máxima clareza, a orientação que se deve contrapor, na Itália, às posições sectárias dos stalinistas e bordiguistas:

“A experiência espanhola não deixa subsistir dúvidas de nenhum tipo sobre o fato de que a revolução italiana terá um ‘prefácio’ democrático, mais ou menos longo, antes de entrar na fase decisiva das lutas imediatas do proletariado pelo poder. Durante esse período preliminar, a vanguarda proletária não poderá, em caso nenhum, virar as costas ao problema da democracia (...) Ao mesmo tempo que um esforço para esclarecer, com a recente experiência, a atitude marxista perante as palavras-de-ordem democráticas, o tema central desse trabalho consiste na crítica ao mito da revolução ‘popular’ neutra, acima das classes, e da ‘ditadura democrática’ sem classes, sem sexo”.

Já um ano antes Trotski entrevistara sobre os acontecimentos na Espanha, numa carta a *Contra la corriente*, afirmando que:

“Ao colocar as palavras-de-ordem democráticas, o proletariado não quer com isso dizer que a Espanha deve passar por uma revolução burguesa (...) Se a crise revolucionária se transformar em revolução, ela necessariamente ultrapassará os limites burgueses e, em caso de vitória, deverá dar o poder ao proletariado; mas o proletariado não pode dirigir a revolução no estágio atual, isto é, reunir em torno de si as mais amplas massas de trabalhadores e oprimidos, e se tornar seu guia, a não ser sob a condição de desenvolver, *juntamente com suas reivindicações de classe e vinculadas com estas, todas as reivindicações democráticas, integralmente e a fundo*”.<sup>37</sup>

Os mesmos conceitos são reafirmados mais uma vez num importante escrito de janeiro de 1931:

“Seria um doutrinário totalmente estéril e lamentável contrapor a palavra-de-ordem de ditadura do proletariado aos objetivos e às palavras-de-ordem da democracia revolucionária (república, revolução agrária, separação entre a Igreja e o Estado, confisco dos bens eclesásticos, independência nacional, assembléia constituinte revolucionária) (...) Só mesmo pedantes podem enxergar contradição na combinação de palavras-de-ordem *democráticas*, palavras-de-ordem *transitórias*, com palavras-de-ordem nitidamente *socialistas*. Um programa combinado, refletindo a estrutura contraditória da sociedade histórica, deriva inevitavelmente das tarefas legadas como herança do passado (...)”

Quanto mais ousada, resolvida e implacável for a luta da vanguarda proletária pelas palavras-de-ordem democráticas, mais rapidamente conquistará as massas e minará as bases dos burgueses republicanos e dos socialistas reformistas, e mais seguramente os elementos melhores virão

se alinhar ao nosso lado, mais rapidamente a república democrática se identificará, na consciência das massas, com a república operária”.<sup>38</sup>

Também em relação à Espanha, a direção pró-Stalin do PCI comete os mesmos erros de grosseira interpretação da realidade que já haviam se evidenciado para a Itália. No caso da Espanha, porém, o PCI não contribui para esse erro com nenhum tipo de elaboração autônoma, limitando-se a traduzir no *Stato Operaio* as orientações provenientes de Moscou. Depois da queda da ditadura de Primo de Rivera (janeiro de 1930) — após reger os destinos da Espanha durante sete anos — e o início da radicalização do movimento de massas, determinada pelas expectativas que essa mudança de regime cria entre os trabalhadores espanhóis, o esforço principal da direção do Partido Comunista Italiano consiste em impedir que se possa fazer qualquer analogia no tocante à queda do fascismo na Itália. As forças democrático-republicanas, que começam a assumir a direção do movimento, são arrasadas como reacionárias e fascistas, em nada diferentes da ditadura de Primo de Rivera. Mas depois da queda de Berenguer, depois da queda de Afonso XIII e depois das eleições de abril de 1931, decididamente favoráveis à coalizão republicana e socialista, dando início a um poderoso ascenso do movimento de greves, essa nova situação política é registrada nas páginas de *Stato Operaio*, mas apenas para recolocar grosseiramente toda a temática do “terceiro período”. A única “novidade” do Comintern consiste em unir a temática ultra-esquerdista do “social-fascismo” e do “choque iminente”, com a temática mais ambígua e oportunista da “revolução operária e camponesa”, distinta da revolução socialista, que ainda não estaria na ordem do dia.

De resto, a imprensa internacional orientada por Stalin começa a descrever a situação espanhola, de indiscutível ascenso do movimento de massas — caso único na Europa de 1931 — em termos aventureiros e absolutamente fantasiosos.<sup>39</sup> Sovietes sendo construídos, operários pedindo o comunismo, partidos reformistas à beira do colapso, repúdio a toda a temática democrática e transitória que, como vimos, era colocada pela Oposição de Esquerda Internacional.

Dentro desta não devem ser considerados os bordiguistas, apesar de formalmente ainda serem parte dela, por sua total rejeição ao programa de ação colocado por Trotski e pela Oposição de Esquerda espanhola, que na época conta em suas fileiras com figuras de grande prestígio no movimento operário, como Andrés Nin, Juan Andrade, José Soriano e outros. Nesse mesmo período, Trotski tem palavras duríssimas para com o sectarismo do grupo formado em torno de Vercesi e do *Prometeo*, e isso certamente não se deve — como se insinuou várias vezes — ao desejo de obter as boas graças da Nova Oposição Italiana, e sim a divergências pro-



gramáticas explícitas, que no caso espanhol explodem à luz do dia: os bordiguistas, recusando qualquer uso de um programa de reivindicações democráticas, no sentido revolucionário acima tratado, no caso espanhol coincidem concretamente com as posições do Comintern de Stalin, mas sem cair na fórmula ambígua — e já tragicamente experimentada com o Kuomintang chinês — de “governo popular” ou de “revolução operária e camponesa”.<sup>40</sup> É nessa época que a fratura entre o bordiguismo e o trotskismo se torna definitiva, envolvendo tanto questões de princípio como questões táticas da maior importância, como a questão do partido, o programa de objetivos transitórios e a frente única. Mas o rompimento — comentado também no Boletim nº 11 — se dá com o máximo de lealdade política, sem arrastar consigo a eterna seqüela de calúnias e ressentimentos que são geralmente provocadas pelas divisões em organizações políticas de pequenas dimensões.

No Boletim nº 2, há um resumo da orientação política em relação à Espanha proposta pela Oposição de Esquerda internacional, da qual a NOI já se tornou seção oficial e porta-voz para a Itália, em junho de 1931. A tese aí desenvolvida é que, com a queda da monarquia, a Espanha completou sua revolução democrático-burguesa, expressa a nível governamental pela aliança entre republicanos e socialistas, que em outras ocasiões Trotski definiria como uma espécie de “kerenskismo” espanhol. A função desse governo consiste em impedir que a derrubada da monarquia abra uma dinâmica de revolução permanente no país e que os trabalhadores ultrapassem o terreno da luta pela república, que nos campos comecem a confiscar as terras dos latifundiários, da Igreja e da aristocracia nobre, e sobretudo que, ao lado dos organismos da democracia burguesa ainda a serem conquistados ou defendidos, as massas comecem a construir organismos autônomos, de representação direta: soviets ou, como dirá Trotski em outra ocasião, “Cortes revolucionárias” [Parlamento revolucionário] ou, como proporá chamá-las definitivamente, *juntas obreras*.

Em abril de 1931, a tarefa dos comunistas revolucionários espanhóis que se declaram em aberta oposição ao governo operário e socialista não é derrubar imediatamente esse governo (como fantasiosamente propõe a política de Moscou), e sim ajudar as massas a se livrarem das ilusões que têm nesse governo, através da experiência prática; esta se resume à agitação pelo programa de reivindicações democráticas já mencionadas, correspondentes ao estágio real do movimento de massas, e à tática de frente única, que, longe de representar uma acomodação aos partidos da democracia burguesa, deve servir para desmascará-los.

Os acontecimentos na Espanha continuarão a aparecer nas páginas do Boletim, mas não mais com a mesma força e prontidão dos primeiros números.

Isso pode ser explicado pelo fim de muitas ilusões, pelo mal-estar que toma conta da Oposição de Esquerda na Espanha no processo de rompimento com Andrés Nin, e pela importância muito maior que a Alemanha assume em 1932-33. Mas isso se contrapõe vivamente ao empenho que membros da NOI dedicam, nesses mesmos anos, aos acontecimentos espanhóis.

O principal redator do Boletim, Alfonso Leonetti, nessa época é nada menos que membro do Secretariado Internacional da Oposição de Esquerda, depois encarregado de manter as relações com a Espanha. Dessa missão nada transparece nas páginas dos últimos números do Boletim, e só recentemente, graças à obra do historiador P. Broué, foi possível reconstruir parcialmente esse seu compromisso internacionalista, que não somente o colocou em estreito contato com figuras-chave do movimento revolucionário daqueles anos, como também lhe permitiu participar diretamente do funcionamento do escritório internacional — estabelecido em Paris por indicação de Trotski — e assistir às suas primeiras e atormentadas provas, numa situação difícil e complexa para o conjunto do movimento comunista, como era na época a Espanha.

Sob os pseudônimos de “Suzo”, “Martin”, “Guido Saraceno”, além do tradicional “Feroce”, Alfonso Leonetti trabalha no Secretariado Internacional da Oposição de Esquerda de 1930 a 1936, ou seja, toda a fase preparatória à fundação da Quarta Internacional, que se dá oficialmente em 1938. Ocupa-se em particular das questões espanholas, favorecido por sua antiga amizade com Andrés Nin, que remonta à época de sua permanência em Moscou e ao período de clandestinidade na Itália. Sua relação com o S.I. é tumultuada. Contrário à orientação de entrismo na SFIO na França, é mantido no S.I. por pressão do próprio Trotski, que admira nele algumas qualidades preciosas. (Veja-se como exemplo sua menção ao “marxista italiano Feroce” em *A revolução traída*).

Nesse trabalho, Leonetti teve oportunidade de assistir às principais discussões políticas da época, em particular aquelas que marcaram o afastamento de Trotski e da Oposição de Esquerda de figuras revolucionárias como Rosmer na França, Nin na Espanha, Landau na Alemanha. Na origem desses rompimentos, nos anos 1930-33, estava uma questão decisiva para a orientação dos militantes operários do mundo inteiro: a postura a assumir em relação ao Comintern e às suas seções nacionais — reforma ou fundação de novos partidos comunistas?

## Da NOI à Liga Comunista Internacionalista

O Boletim da NOI abrange exatamente o período que vai de 1931 até o triunfo de Hitler na Alemanha. Abrange portanto um período preciso



da história do movimento operário, que Trotski definirá como de "centrismo burocrático". Isto é, quando o stalinismo era considerado, pela Oposição de Esquerda, ainda passível de ser reformado e reconduzido ao caminho do marxismo revolucionário em escala internacional e da ditadura proletária na União Soviética. E quando, portanto, não se julgava necessário proceder à criação de novos partidos comunistas e de uma nova internacional, e sim se concentravam esforços numa luta de frações interna.

Efetivamente, a NOI se considerava uma fração interna do Partido Comunista Italiano e a propaganda nas páginas do seu Boletim visava essencialmente a convencer os quadros operários mais honestos do Partido a derrubar a direção pró-Stalin, para voltar às tradições do leninismo e, no caso italiano, também do gramscismo. As análises da URSS publicadas no Boletim refletem essa orientação, assim como os principais documentos sobre a situação italiana. O leitor tem contudo a possibilidade de reconstruir — ao longo da leitura — o processo que leva, primeiro gradualmente e depois de modo sempre mais decidido, a inverter essa orientação. E isso será possível acompanhando a evolução da situação na Alemanha, a ascensão do hitlerismo, a cegueira do Comintern em relação à social-democracia alemã e por fim a derrota do movimento operário sob o tacão de ferro do nazismo, sem ter tido possibilidade de dar combate.

Em 5 de março de 1933, não aconteceu na Alemanha nada que não tivesse sido previsto e denunciado há tempos pelos redatores do Boletim e pelo restante da Oposição de Esquerda internacional. Basta ler os artigos publicado nos nº 5, 6, 7, 8, 11, 13, 14. O último boletim apresenta dois balanços: o da NOI após a vitória nazista e o de Trotski, que se tornaria famoso pela comparação com o 4 de agosto da social-democracia, na época da Primeira Guerra Mundial. Enquanto, por um lado, a análise da situação interna na URSS levava os opositoristas italianos a falar numa tendência acentuada ao "Termidor", a análise internacional chegará ao reconhecimento de que o stalinismo, ao ter permitido a vitória de Hitler e se recusar a mudar de orientação política, passou definitivamente para o lado da ordem burguesa.

Essa conclusão, que mais tarde se revelaria mais do que exata, mesmo que às custas da mais tremenda derrota que o movimento operário já sofreu, a do nazismo, teve importância decisiva, em 1933, para a NOI e para todos os grupos da Oposição de Esquerda. O velho dilema — ficar nos partidos stalinistas, como frações, ou dar vida a novos partidos — estava resolvido, e o próprio Trotski, em julho de 1933, escreve um artigo famoso no qual se expressa a nova orientação: "É necessário construir novos partidos comunistas e uma nova internacional".<sup>41</sup> O último Boletim já expressa

implicitamente essa inflexão decisiva no movimento revolucionário italiano e internacional.

A NOI considera encerrada a fase de oposição interna, e portanto também o Boletim. Muda seu nome para Liga Comunista Internacionalista, funda um órgão de imprensa, *La Verità* [A Verdade] e se empenha na construção de um novo partido comunista italiano e de uma nova internacional revolucionária, a Quarta Internacional. Esse objetivo, como se sabe, ainda não foi alcançado. A Quarta Internacional fundada em 1938 seria destruída no começo da guerra, enquanto a direção do movimento operário italiano ficaria nas mãos do grupo dirigente com formação em Togliatti. Trata-se, sem dúvida, de uma grave derrota. Mas, no que diz respeito à Itália, a história dessa derrota ainda está toda por escrever. Mas é da contribuição da NOI que se precisa partir, para se poder entender um pouco e não repetir os erros do passado.

#### NOTAS

1 Lenin, *Obras*, vol. XLV. Nessa mesma mensagem, Lenin expressava uma opinião muito elogiosa sobre as posições de Trotski acerca da NEP (tema do qual Trotski foi o relator no IV Congresso do Comintern) e propunha dar-lhes ampla divulgação nos jornais e sob forma de panfleto; por isso, o texto inteiro foi mantido em segredo pelas autoridades soviéticas até 1965, quando foi finalmente incluído na 5ª edição das *Obras* de Lenin, juntamente com outros textos e documentos que demonstram inequivocamente o sentido preciso da "última batalha de Lenin": a batalha contra a fração de Stalin, que levou a cabo, em aliança com Trotski, enquanto lhe foi possível até a paralisia definitiva no começo de março de 1923.

2 Ver J. Humbert-Droz, *Il contrasto tra l'Internazionale e il PCI 1922-28*, Milão, 1969; G. Berti, *I primi dieci anni di vita del PCI*, Milão, 1967; P. Togliatti, *La formazione del gruppo dirigente del PCI nel 1923-24*, Roma, 1969; intervenções em *La rivista storica del socialismo*. Para o ponto-de-vista favorável à maioria pró-Bordiga, ver os textos e o prefácio de *In difesa della continuità del programma comunista*, ed. Il programma comunista; G. Galli, *Storia del Partito comunista italiano*, Milão, 1958. A melhor reconstrução do debate histórico que se deu na Itália sobre esses temas está em Rosa Alcará, *La formazione e i primi anni del PCI nella storiografia marxista*, Milão, 1970.

3 Em 1922, não era a primeira vez que Trotski se ocupava da questão italiana. Além das numerosas referências espalhadas em suas contribuições aos dois primeiros congressos do Comintern, veja-se o "Discurso sobre a questão italiana" ao Terceiro Congresso (29 de junho de 1921), em *The first five years of the Communist International*, vol. I, New York, 1972. Naquela ocasião, foi formada uma comissão sobre a questão italiana (incluindo, além de Trotski, também Lenin, Clara Zetkin e outros), para combater as posições sectárias do PCd'I, representadas pelo membro principal da delegação italiana, U. Terracini.



4 “Nas semanas antes do congresso, Trotski tivera longas conversações com Gramsci sobre o tema do fascismo, dos perigos que o fascismo representava, da probabilidade de um golpe de Estado fascista na Itália”. Citado por Camilla Ravera. *Diario di trent'anni, 1913-1943*, Roma, 1973, p. 129. Ver também o testemunho de G. Berri, *I primi dieci anni di vita del PCI*, cit., p. 38: “Trotski contava a Serrati que ele fizera parte, na segunda metade de 1922, da comissão italiana, juntamente com Zinoviev e Bukharin, e falava das dificuldades que a comissão encontrara nas discussões com Gramsci. “Tivemos que pressionar muito”, dizia, ‘para convencê-lo a assumir uma posição de luta contra Bordiga, e não sei se conseguimos’ (...) De qualquer modo, em 1924, Trotski não escondia que tivera em 1922 um papel determinante nas pressões exercidas sobre Gramsci para que ele assumisse uma atitude crítica em relação a Bordiga”.

Apesar das conversas e pressões às quais se referem duas fontes insuspeitas de parcialidade em favor de Trotski como Ravera e Berti, Gramsci não foi ganho para as posições de fundo do Comintern. Ele “escorregou”, para usar sua própria expressão, entre a ala da delegação favorável à fusão com o PSI e a ala contrária. E o próprio Trotski, em intervenção na comissão sobre a Itália, teve que criticar o fato de que Gramsci estivesse perdendo uma exceção, “um privilégio de intransigência” para a Itália. Ver a ata dessa reunião, publicada em *Lo Stato operaio* nº 7.

5 No jargão comunista italiano, esse termo virou quase sinônimo de “extremista” (N. T.).

6 Trotski prosseguia: “A fragmentação do proletariado não permite que os nossos companheiros da Itália tomem como tarefa imediata a derrubada do fascismo pela força armada. Os comunistas italianos devem preparar cuidadosamente os elementos da próxima luta armada e desenvolver, em primeiro lugar, a luta com amplos métodos políticos. Sua tarefa imediata — tarefa de imensa importância — é introduzir, no setor popular e particularmente no setor operário, a desagregação dos elementos de sustentação do fascismo e reunir massas proletárias cada vez mais numerosas sob palavras-de-ordem particulares e gerais, defensivas e ofensivas. Mediante uma política de iniciativa e de flexibilidade, os comunistas italianos podem acelerar consideravelmente a queda do fascismo, e por isso mesmo podem obrigar a burguesia italiana a buscar sua salvação, diante da revolução, nos seus santos de esquerda: Nitti e talvez também, como primeiro recurso, Turati. O que significará para nós essa mudança? Nada além da continuação da desagregação do Estado burguês, o crescimento das forças ofensivas do proletariado, o desenvolvimento de nossa organização de luta, a criação das condições necessárias para a tomada do poder.” L. Trotski, “Le tappe della rivoluzione proletaria in Europa”, in *Il Lavoratore*, 20 de dezembro de 1922, p. 3. (Citado por S. Ortaggi, ver adiante nota n. 11.)

7 Sobre a vontade de Lenin de combater a degeneração burocrática da URSS e do PCR, sobre sua decisão de liquidar Stalin do cargo de secretário-geral e em sua absoluta confiança no acordo firmado com Trotski para esse fim, não é mais possível alimentar nenhuma dúvida. Que, em vez disso, Trotski não tenha se mostrado imediatamente à altura dessas expectativas de Lenin, é outra questão. Vejam-se todos os últimos escritos de Lenin, publicados na Rússia muito depois do XX Congresso do PCUS, nas suas *Obras*, vol. XXXVI e XLV. Veja-se a ótima análise desses escritos e dos acontecimentos feita por M. Lewin, *L'ultima battaglia di Lenin*, Bari, 1969, bem como a tentativa de minimizar a coisa nas treze linhas que o ideólogo do PCI, Luciano Gruppi, dedicou a uma questão tão grave em seu prefácio aos escritos de Lenin sobre Trotski (*Su Trotski*, Roma, 1971, p. XXV). Um parecer favorável à obra de Lewin já está também em G. Boffa, *Storia dell'Unione Sovietica*, Milano, 1976, p. 685.

8 A publicação em italiano (Roma, 1965) tem introdução de Sirio di Giuliomaria, ressaltando, de forma sintética e eficaz, os conteúdos colocados pela batalha de Trotski, contra todos os que só querem ver naquele texto a exigência de maior “democracia”.

9 Esta opinião não é compartilhada por Massimo L. Salvadori, *Gramsci e il problema storico della democrazia*, Torino, 1970, o qual fala explicitamente numa “tentativa de mediação centrista entre a Oposição e a maioria pró-Stalin”, em relação à luta gramsciana desse período (p. 30). Mas como a argumentação de Salvadori vai no mesmo sentido da nossa, pode-se considerar que o uso da expressão “centrista” indique apenas a colocação de Gramsci entre a direita e a extrema esquerda, e não pretenda definir a natureza política do conteúdo de sua batalha. Na nossa acepção do termo, “centrista” era Tasca, emora se colocasse à “direita” de Gramsci, mas não tão à direita a ponto de coincidir com as posições do reformismo, contra-revolucionário e defensor da ordem burguesa. Também a linha do Comintern era definida por Trotski, na época, como “centrista burocrática”, e só seria por ele definida como “reformista”, ou seja, contra-revolucionária, depois da vitória de Hitler na Alemanha. Se realmente quisermos ser precisos nos “rótulos”, poderíamos dizer que, entre fins de 1921 e o Congresso de Lyon, Tasca representava uma linha *centrista de direita* (isto é, evoluindo para o reformismo), Gramsci uma linha *centrista de esquerda* (ou seja, evoluindo para posições marxistas revolucionárias: processo que é confirmado pelas Teses de Lyon, mas que não chega às últimas consequências), e Bordiga uma linha *extremista* ou *ultra-esquerdista*, a qual, por suas características dogmáticas e sectárias, pôde permanecer igual até os nossos dias. Evidentemente, existiam também nuances e colocações provisórias entre as três posições principais.

10 Cfr. R. Fiori, *Vita di Gramsci*, Bari, 1966, p. 190. Parece-nos que a incidência desse período transcorrido em Moscou sobre a mudança na orientação política de Gramsci tenha sido nitidamente relegada a segundo plano por Robert Paris. Este, justamente preocupado em desmistificar a interpretação “leninista” (na verdade, stalinista) que Togliatti quis dar a Gramsci no pós-guerra, perde de vista quanto havia de efetivamente leninista na formação de Gramsci, obviamente junto com outras inegáveis influências culturais bem distantes das do marxismo revolucionário. Cfr. a introdução de Robert Paris ao primeiro volume dos *Ecrits politiques* de A. Gramsci, Paris, 1974. Um artigo publicado no *L'Unità* de 15 de outubro de 1974 critica esse prefácio de Paris por “se perder” na insistência com a qual reconstrói as mutilações introduzidas por F. Platone e Togliatti nas primeiras edições das obras de Gramsci. Há uma análise desses cortes também em S. Sechi, “Spunti critici sulle Lettere dal Carcere di Gramsci” in *Quaderni Piacentini* n. 29, 1967.

11 *2000 pagine di Gramsci*, editado por G. Ferrata, Milano, vol. II, p. 29.

12 A carta, endereçada a Togliatti, Terracini e C., foi incluída na antologia de P. Togliatti, *La formazione...*, cit., pp. 186-201. Uma ótima análise do conteúdo político expresso nas opiniões de Gramsci, favoráveis a Trotski, pode ser encontrada no trabalho de S. Ortaggi, “Gramsci e Trotski. La lettera del 9 febbraio 1924”, in *Rivista di storia contemporanea*, outubro de 1974, pp. 478-503. Na realidade, a análise de Ortaggi vai além da simples leitura e enfrenta os problemas aqui tratados.

13 Cit. in *La formazione...* p. 152, grifo nosso.

14 Em nota de rodapé a esta carta fundamental, P. Togliatti fez em 1962 um comentário para o leitor que eventualmente viesse a acreditar em Gramsci: “Nem todas as opiniões contidas neste capítulo, sobre a posição dos vários dirigentes do partido bolchevique, estão certas. Algumas estão completamente erradas e podem ser corrigidas por quem conhece a história daquele partido. Nessa época, Gramsci ainda não tivera oportunidade de aprofundar esse conhecimento.”

Gramsci, que acabava de passar um ano e meio em Moscou, e é claro que não tinha esperado até 1924 para ter uma idéia da revolução russa de 1917, obviamente nunca retificou as afirmações acima citadas; o longo silêncio que manteve, a seguir, sobre o caso “Trotski” só iria ser interrompido após a publicação de Bordiga sobre a “questão Trotski”, quando, por razões italianas, criticou essencialmente a “atitude” do grande revolu-



cionário russo. De qualquer maneira, vale a pena informar o leitor da nota de Togliatti de 1962, a p. 188, de que, folheando apenas algumas páginas, encontrará a p. 208 a resposta de Togliatti a Gramsci, de 23 de fevereiro de 1924, onde o jovem dirigente do PCd'I declarava honestamente o seguinte: "Dos fatos internacionais só tenho as informações que pode ter quem nunca saiu da Itália. Li com interesse o que você expõe sobre a crise e sobre as tendências do PCR, mas muitos pontos ainda não estão claros para mim. Mas eu também não considero exatas as impressões de Urbani sobre a formação internacional de uma esquerda na IC e sobre o deslocamento à esquerda do centro que dirige a IC".

O leitor pode decidir em qual dos dois Togliatti acreditar. Nós preferimos o Togliatti de 1924, apesar das limitações que o próprio Gramsci indicava na época: "Togliatti não sabe se decidir, como sempre foi um pouco seu costume; a personalidade 'vigorosa' de Amadeo [Bordiga] o impressionou muito e ainda o segura a meio caminho, numa indecisão que procura justificar-se em ardis puramente jurídicos". Carta de Gramsci a Leonetti, 28 de janeiro de 1924, in *La formazione...*, p. 183.

15 Carta a Urbani, 12 de janeiro de 1924. Essa "virada histórica" que Gramsci considera estar fazendo em 1924 é absolutamente negada por F. Livorni, *Amadeo Bordiga*, Roma, 1976, que afirma: "A experiência moscovita de Gramsci (...) não pode ser elevada a uma espécie de iluminada visão zinovievista-leninista no caminho de Damasco: naquele período Gramsci esteve muito tempo doente, apaixonado, e nem um pouco encantado com os homens do Comintern. De resto, não há nenhum salto de qualidade entre os escritos gramscianos de 1920-23 e os de 1924-26" (p. 287).

16 Cf. a carta de Ferri [Leonetti] a Gramsci de 20 de janeiro e a resposta de Gramsci em 28 de janeiro, in *La formazione...*, p. 164-6, 182-4.

17 É o contrário do que tenta demonstrar Jean-Marc Pottier, *La pensée politique de Gramsci*, Paris, 1970, cap. IV, que também procura estabelecer incongruentes paralelismos entre Gramsci e Mao Tse-tung.

18 "É provável que a palavra-de-ordem de Constituinte volte a ser atual? Se sim, qual será nossa posição a respeito? Afinal, a situação atual precisa ter uma solução política: qual é a forma mais provável que essa solução vai assumir? É possível pensar que se passe do fascismo à ditadura do proletariado? Quais *fases intermediárias* são possíveis e prováveis? Nós temos que fazer este trabalho político, temos que fazê-lo para nós e temos que fazê-lo para as massas do nosso partido e para as massas em geral. Eu penso que, na crise que atravessará o país, prevalecerá o partido que melhor tiver compreendido esse *processo necessário de transição* e com isso pareça sério para as grandes massas. Desse ponto de vista estamos muito fracos, estamos certamente mais fracos que os socialistas, que, bem ou mal, um pouco de agitação fazem, e que ainda por cima têm toda uma tradição popular que os apóia. Trata-se de conquistar influência sobre a maioria da massa que hoje é influenciada pelo PS; trata-se de conseguir que, se houver uma retomada operária revolucionária, ela se organize em torno do PC e não em torno do PS. Como conseguir isso? É preciso acuar o PS até que, ou sua maioria vem conosco, ou vai com os reformistas". Carta de Gramsci a Togliatti, Scoccimarro, Leonetti etc., 21 de março de 1924, in *La formazione...*, pp. 246-7 (grifo nosso)

19 Essa opinião é compartilhada, entre outros, por I. Deutscher, que lembra que "durante sua permanência em Moscou, Gramsci gozou da confiança de Trotski". Cf. *Il profeta disarmato*, Milano, 1959, p. 607.

20 Em novembro de 1926. (N. T.)

21 Cisão no Congresso do PSI em Livorno, em janeiro de 1921, e fundação do Partido Comunista da Itália. (N. T.)

22 A multiplicidade da experiência de Gramsci e a contraditoriedade das posições que assumiu ao longo de sua vida escaparam completamente a um de seus primeiros estudiosos na Itália, resultando numa obra crítica sobre o "togliattismo", mas hagiográfica do "gramscismo". Ver L. Maitan, *Attualità di Gramsci e politica comunista*, Milão, 1955. Em particular, à p. 6 é enunciada a tese desenvolvida no restante do livro, segundo a qual "responder que não existem dois Gramsci, e sim um só Gramsci... é correto, mas não é suficiente". Há um parecer crítico análogo ao desse ensaio de Maitan em T. Perlini, *Gramsci e il gramscismo*, Milão, 1974, particularmente à p. 73.

Se pensarmos que o próprio Maitan apresentou ao público italiano a figura teórica de Trotski nos termos que citamos a seguir, compreende-se por que foi difícil, durante muito tempo, reencontrar os elementos de acordo entre os dois revolucionários e o verdadeiro sentido do combate de Gramsci. Com efeito, Maitan afirmava em 1959: "A já mencionada proximidade entre Trotski e os comunistas iugoslavos já deve ter surgido mais clara e precisa; apesar de tudo, existem analogias substanciais no terreno teórico. Que Kardell, Tito e outros tenham bebido diretamente de certas páginas de Trotski, é mais do que provável". Cf. *Trotski oggi*, Torino, 1959. Lembrando que Maitan apareceu durante anos como o principal expoente do pensamento de Trotski na Itália, é fácil entender que o leitor italiano não tenha conseguido ver, até poucos anos atrás, nenhuma possibilidade de comparação entre um Gramsci linear, unívoco e todo revolucionário e um Trotski pai do titóismo!

23 No tocante aos problemas aqui tratados e particularmente à evolução de Gramsci no período de fins de 1923-1926, parece-nos que a obra já citada de T. Perlini não contribui para maior clareza. Cheio de sincero espírito anti-reformista, Perlini não encontra nada melhor do que assumir a defesa das posições de Bordiga, menosprezando que tanto Lenin como Trotski, e ainda a experiência histórica concreta, demonstraram repetidamente o erro daquelas posições. A opção muito digna feita por Bordiga, de apoiar, por um breve mas crucial período, o combate internacional de Trotski não pode nos fazer esquecer — sob pena de cairmos num internacionalismo de fachada — a profunda incompreensão por ele demonstrada, até sua morte, da dinâmica da revolução italiana.

A incompreensão do fascismo, da natureza do reformismo e da metodologia mais adequada para enfrentar a ambos explicam os motivos reais, de fundo, pelos quais nunca foi possível a confluência do "bordighismo" e do trotskismo numa única corrente "anti-stalinista". É errado portanto, como faz Perlini, atribuir as razões de não ter havido essa confluência ao combate de Gramsci contra Bordiga, favorecida pelo próprio Trotski, ou até, idealisticamente, aos erros dos trotskistas italianos.

Na análise de Perlini aparecem com demasiada frequência elementos moralistas e caracterizações psicológicas para explicar divergências programáticas bem precisas. De modo geral, as questões de conteúdo são subvalorizadas e, com elas, necessariamente, a dinâmica real da luta de classes naqueles anos cruciais, na Itália e em escala internacional. Que um revolucionário como Gramsci defendesse, naquele período, um programa revolucionário para a Itália e um alinhamento centrista na URSS, pode ser uma contradição a tomar como ponto de partida na busca de explicações mais complexas, mas certamente não para juntar "no mesmo saco" Gramsci e Stalin, limitando-se a ressaltar, como faz Perlini, a honestidade e amplitude cultural do primeiro. O próprio Trotski, de resto, nunca raciocinou em termos de pessoas ou de agrupamentos, mas sempre em termos de programas e linhas políticas reais.

Um balanço político da "não-confluência" pode ser lido no Boletim n. 3. Mas é absolutamente falsa a afirmação de Perlini (p. 36) de que "Gramsci, na prática, sempre se manifestou estranho e fundamentalmente hostil à teoria trotskista da revolução permanente". Esse erro de caráter histórico é desmentido, além da atuação de Gramsci em determinados momentos de sua vida, pelos trechos de escritos que aqui citamos, pela carta a



Zino Zini em 2 de abril de 1924, citada por Leonetti num artigo publicado na *Ponte* de 30 de abril de 1969, diversas referências no *Ordine Nuovo*. Essa afirmação é válida só para o Gramsci dos *Cadernos*, embora com a surpreendente exceção que mencionaremos adiante. Já que Perlini, em sua obra, nunca cita as fontes precisas das posições que atribui a Gramsci e não faz nenhuma distinção entre os vários períodos da atividade deste, particularmente o período antes de Lyon e aquele após a prisão, o quadro apresentado é notavelmente arbitrário. São justamente obras confusas desse gênero, que não são novidade nas correntes ultra-esquerdistas seguidoras de Bordiga, que facilitam o caminho para uma reapropriação integral de Gramsci pelos reformistas.

24 Spriano foi ainda mais longe: para valorizar uma frase de Gramsci de 6 de fevereiro de 1925, da qual falaremos a seguir (in A. Gramsci, *La costruzione del Partito comunista*, Torino, 1971, p. 473), onde Gramsci atacou a teoria do socialismo num só país atribuindo-a a... Trotski (o que aliás vem confirmar a adesão de Gramsci à essência das posições trotskistas, ao mesmo tempo que guardava distância da "personagem"), o historiador oficial do PCI teve que fazer uma tramóia sutil.

No trecho citado, antes de atribuir a Trotski a teoria do socialismo num só país, Gramsci resume o pensamento deste, falando das "suas previsões sobre o super-capitalismo americano, o qual teria um braço na Europa e na Inglaterra, e que produziria uma prolongada escravidão do proletariado sob o predomínio do capital americano". Spriano, no primeiro volume de sua *Storia del PCI*, Torino, 1967, p. 409, faz uma aproximação no mínimo arbitrária entre Bordiga e Trotski, sobre a assimilação dos reformistas às forças da burguesia, atribuindo a Trotski a paternidade da expressão segundo a qual "a democracia e a social-democracia são o equivalente ideológico e político da tentativa do capitalismo americano de colonizar a Europa", e remetendo para confirmação ao segundo volume da trilogia de Deutscher, p. 247. Aí, obviamente, não se encontra nada do gênero, e sim uma genuína admiração do historiador polonês pelas profundas intuições de Trotski em sua análise do desenvolvimento vertiginoso do imperialismo americano e de sua ascendente hegemonia mundial, numa época em que isso parecia irreal. Mas isso serve a Spriano, quando à página 440 transcreve finalmente a citação de Gramsci, para dar um cenário concreto à crítica de Gramsci ao super-capitalismo, erroneamente atribuída a Trotski. Para confirmação, Spriano não acha nada melhor do que citar a si mesmo (o da página 409) e assim, em vez de nos explicar, como historiador, como é que Gramsci pôde cometer um duplo erro tão enorme (de atribuir a Trotski uma teoria do "super-capitalismo" e a teoria do "socialismo num só país"), Spriano pode finalmente apresentar, triunfante, uma divergência de conteúdo entre Gramsci e Trotski. Desta forma: "É Gramsci quem entra no mérito da divergência entre Trotski e os outros, declarando que as previsões trotskistas sobre o super-capitalismo americano (previsões que já foram assumidas por Bordiga) são erradas, a serem refutadas, e perigosas. Gramsci as interpreta de um modo que mostra como ainda não enfrenta a questão do "socialismo num só país" (e isto é bastante explicável, visto que, quando de sua publicação — dezembro de 1924/janeiro de 1925 — o texto de Stalin não despertou grande atenção".

25 Carta de 9 de fevereiro de 1924, cit., p. 197.

26 Esse texto é reproduzido na antologia de S. Corvisieri, *Trotski e il comunismo italiano*, Roma, 1969. A introdução de Corvisieri (ex-trotskista que passou depois ao maoísmo) é muito útil para os problemas aqui tratados, em particular pela reconstrução exaustiva do debate no PCI sobre a "questão Trots-ky" (1925). Cf. p. 29-43.

27 O relatório de Gramsci foi publicado in *La costruzione del PCI*, cit., p. 473. No mesmo volume, à p. 461, há outra importante referência de Gramsci à questão Trotski, por ocasião da conferência de Como (maio de 1924). Também naquela oportunidade, Gramsci, depois de criticar Trotski por sua "postura de oposição passiva", lembra o acerto de suas previsões para a França em 1923 e da tática eleitoral indicada aos comunistas.

E, sempre no terreno das convergências substanciais entre Gramsci e Trotski, agradecemos poder recorrer, mais uma vez, a uma fonte insuspeita como Ravera, que nos confirma, à p. 205 da *op. cit.*, o que já sabemos: "As preocupações expressas por Trotski sobre os perigos de aparelhismo e burocratismo e a exigência de combatê-los no partido e no Estado soviético, sempre presentes em Lenin, eram compreendidas e compartilhadas por Gramsci, mas outros e bem diferentes eram os problemas que estavam gerando choques no grupo dirigente bolchevique". Tratava-se, com efeito, da questão do socialismo num só país, na qual a Ravera, como se sabe, alinhou-se a Stalin, diferentemente de Gramsci, Tresso, Leonetti e Ravazzoli.

28 Versão integral publicada pela primeira vez em *Rinascita* nº 17, abril de 1970, e agora também em A. Gramsci, *La costruzione...*, cit.

29 A esse respeito, a leitura mais útil, para se prevenir rapidamente contra a operação em grande estilo de adaptação de Gramsci à ideologia do "compromisso histórico" é sempre o relatório de Robert Paris no Simpósio Internacional de Estudos Gramscianos, "O Gramsci de todos", in *Giovane Critica*, n. 15/16, 1967.

30 L. Trotski, Programa de Transição [tradução de Elisabeth Marie na edição da Informação Editora, São Paulo, 1989, p. 14 — N. T.]

31 Spriano, que no entanto costuma ser muito preciso em questões bem menos cruciais, chega a afirmar, à p. 463 do volume citado, o seguinte: "Será preciso recorrer ao seu [de Togliatti, NdR] juízo histórico, cerca de 40 anos depois, para encontrar uma reavaliação, de parte dos comunistas, da derrota de 1922-26. Nessa reavaliação se reivindicará o valor da posição de princípio assumida sobre o caráter de classe do fascismo, mas se verá na subvalorização, aliás, na negação do problema da democracia a fonte do erro maior cometido pelas forças revolucionárias na Itália (...) Não há sinal, ao longo de toda a crise que tem origem no assassinato de Matteotti (do qual data a direção efetiva de Gramsci), de um enfoque do problema da democracia capaz de se descolar do esquema geral do movimento (...) As citações apresentadas confirmam largamente essa constatação, que será confirmada pelas posições do III Congresso do PCI".

Por que a Spriano escapa tão clamorosamente, no problema da democracia, a evolução de Gramsci, que já descrevemos anteriormente, a partir de 1924 e as posições posteriormente desenvolvidas no III Congresso do PCI? Pensamos que isto lhe serve para absolver Togliatti, em termos históricos, dos erros da "guinada" de 1929-30 (quando foi efetivamente negado o problema da democracia) e para aplinar o terreno para a sucessiva concepção reformista de luta democrática, bem diferente da concepção revolucionária expressa por Gramsci no programa de 1926.

32 Citem-se os artigos de Leonetti em *Rinascita sarda* e em *La Sinistra*; o livro de Corvisieri anteriormente citado; F. Ormes, *Crisi economica e stalinismo in Occidente: l'opposizione comunista italiana alla "svolta" del '30*, Roma, 1976; *L'opposizione nel PCd'I alla svolta nel 1930*, editado por Michele Salerno, Milano, 1966; como fonte de informação, veja-se também o segundo volume da *Storia del PCI*, de P. Spriano. Como exemplo de fé inquebrantável na justeza das posições dos "guinadistas", veja-se o trabalho de Longo Salinari, *Dal socialfascismo alla guerra di Spagna*, e o *Diario* de Rivera, *op. cit.*

33 Umberto Terracini, *Sulla svolta. Carteggio clandestino dal carcere 1930-31-32*, Milano, 1975

34 A análise da posição política de Gramsci na prisão pode ser encontrada em A. Leonetti, "O cisco no olho" ou "Sobre a Constituinte", in *Rinascita Sarda* de novembro de 1966, e agora em *Note su Gramsci*, Urbino, 1970.. Ótima também a reconstrução feita por F. Ormes, com riqueza de referências, na sua introdução a essa obra.

35 Essa discussão prossegue no Boletim nº 2.



36 Retraduzido em italiano in L. Trotski, *Scritti 1929-36*, editado por L. Maitan, Milano, 1968.

37 L. Trotski, "Les tâches de communistes en Espagne" (25 de maio de 1930), in *La révolution espagnole*, editado por Pierre Broué, Paris, 1975. Grifo nosso.

38 "A revolução espanhola e as tarefas dos comunistas" (24 de janeiro de 1931), em *Scritti*, op. cit., p. 218-20. Grifo nosso.

39 Para dar ao leitor uma pálida e tragicômica idéia dos elementos em que o Comintern (e Manuisky em primeiro lugar) baseava sua análise da Espanha, reproduzimos dois trechos do dirigente comunista francês Gabriel Péri, correspondente do *Humanité* e do *Pravda*, publicados neste último, respectivamente, em 1º de abril e em 23 de abril de 1931: "Segundo informações de Londres, soviets revolucionários foram constituídos em Barcelona. As organizações revolucionárias convocaram a greve geral", e este, ainda mais cômico: "A criação de soviets operários e camponeses em Barcelona e no norte da Espanha, embora tenham sido dissolvidos pelo governo, terá enorme influência no desenvolvimento da revolução espanhola". Citado por P. Broué, op. cit., p. 109.

40 Numa nota de "A revolução espanhola e os perigos que a ameaçam", Trotski estigmatiza assim as posições dos bordiguistas: "O grupo italiano *Prometeo* (bordiguistas) rejeita completamente as palavras-de-ordem democrático-revolucionárias, para todos os países e todos os povos. Esse doutrinário de sectários, que na prática coincide com a posição dos stalinistas, não tem nada em comum com a posição dos bolcheviques-leninistas. A Oposição de Esquerda internacional deve rejeitar qualquer aparente responsabilidade por esse extremismo de esquerda infantil. A recentíssima experiência da Espanha demonstra que as palavras-de-ordem da democracia política terão, sem dúvida, uma função extremamente importante na queda do regime da ditadura fascista na Itália. Entrar na revolução espanhola ou italiana com o programa do *Prometeo* é o mesmo que se jogar na água com as mãos amarradas nas costas: o nadador corre sério perigo de se afogar".

41 *Writings of Leon Trotski 1932-33*, New York, 1972, p. 304-11.



## Risorgimento, fascismo e americanismo: a dialética da passivização

Ruy Braga

**E**m primeiro lugar, é preciso deixar claro que a preocupação central por nós levantada refere-se à análise, denúncia e advertência do movimento *contra-revolucionário* gestado e levado a cabo pelo movimento das estruturas de domínio do capitalismo contemporâneo em crise. A principal tarefa histórica do capitalismo, nesse sentido, seria, através das mutações das formas de organização da vida estatal, suprimir toda e qualquer iniciativa hegemônica por parte das classes subalternas objetivando superar as relações de produção dominantes. Assim, a discussão sobre a *revolução* como forma "consciente" de intervenção no movimento histórico assume um caráter de determinação. É necessário, portanto, reter uma perspectiva de longo período que tenha como referencial concreto, ao menos, os dois grandes processos revolucionários que, segundo a análise desenvolvida por Gramsci nos *Cadernos*, fundaram os "critérios de classicidade" da intervenção ativa das massas no terreno da história: a Revolução Jacobina e a Revolução Bolchevique. São esses os dois grandes materiais que Gramsci parece utilizar na construção de sua crítica radical à *contra-revolução*. Por sua vez, é a dimensão analítico-estratégica *universal* dessa crítica que nos interessa resgatar para a compreensão do momento atual.

A discussão sobre o conceito de revolução passiva passa, necessariamente, pela tematização das *formas de passivização* desses processos revolucionários, o Jacobino e o Bolchevique, segundo as modalidades de supressão das conquistas democráticas encerradas nesses movimentos: as conquistas da democracia burguesa, no caso da França, e as conquistas da democracia operária, no caso da Rússia. Seguindo a análise de Gramsci, se as classes dominantes tradicionais através do *Risorgimento* italiano, respon-



deram de modo efetivo às tarefas históricas levantadas pelo "Terror" francês, a contra-revolução nesse século enfrentou-se com a tendência universalizante da vanguarda bolchevique. Desse modo, o fascismo e o "fenômeno americano" (americanismo) traduziram de maneira exemplar a iniciativa hegemônica por parte das classes dominantes tradicionais no sentido de responder, *passivizar*, o desafio histórico da construção do socialismo pelos bolcheviques. Daí, a necessidade de se discutir o conceito de revolução passiva em Gramsci.

O presente ensaio inscreve-se em uma tentativa, preliminar e em andamento, de atualização do pensamento gramsciano no que concerne, particularmente, ao debate sobre as atuais mutações das formas de organização da vida estatal no sentido da atualização, através da crise, das modernas estruturas de domínio do imperialismo ocidental. O conceito de revolução passiva assume, nesse sentido, uma dimensão agudamente central, por se tratar de um instrumento, a um só tempo, analítico e estratégico, da teoria da luta de classes na contraposição às análises reducionistas e economicistas, fundamento, último, do revisionismo teórico e do reformismo social-democrata, que tem balisado o debate sobre a crise capitalista contemporânea e a reestruturação produtiva em curso. Buscamos, desse modo, definir de maneira rigorosa, os elementos fundantes do conceito de revolução passiva, explorando suas dimensões atualizáveis para um presente marcado pela face cada vez mais excludente da estratégia sistêmica do capitalismo oligopolista em crise.

Problematizar as formulações sobre o conceito de revolução passiva presentes nos *Cadernos do Cárcere*, explorando sua validade interpretativa para o caso do capitalismo em seu período contra-revolucionário, exige uma tentativa de diálogo com uma questão central para a filosofia da *práxis*: *de que forma nasce o movimento histórico sobre a base da estrutura?* A teoria da revolução passiva construída sobre o material histórico do *Risorgimento* italiano e posteriormente adensada para a análise, denúncia e advertência histórica dos processos contra-revolucionários que culminaram com o advento do Estado fascista na Itália e da via norte-americana para o capitalismo monopolista, busca, afinando o instrumental crítico-analítico, desenvolver (a partir de uma relação dialética, antimecanicista, portanto, envolvendo estrutura e superestruturas), os "princípios básicos da ciência política" contidos no "Prefácio de 1859"<sup>1</sup>:

"Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas

que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer" (Marx, 1973, p. 29).

É segundo esse suposto essencial que Gramsci irá afirmar a necessidade de analisar a *estrutura produtiva* das sociedades subordinadas à lógica da acumulação ampliada do capital, nos termos de uma determinada razão dialética de revolução/restauração segundo o suporte histórico-material da correlação de forças estabelecida entre as classes em presença e onde a nova racionalidade emancipadora não logra realizar-se enquanto a antiga ordem não esgota suas possibilidades de luta. Através desse conteúdo histórico da revolução (Jacobina e Bolchevique) *passivizada*, isto é, a relação inovação/conservação estabelecida entre estrutura e superestruturas, Gramsci estudará a ascensão de um Estado e o advento da crise generalizada da capacidade de direção de uma classe, a burguesa.

O conceito de revolução passiva, na verdade, sintetiza análise histórica e política, conforme a tradição (desenvolvida) do marxismo revolucionário, fundamentando o terreno prático-crítico para uma *teoria gramsciana da transição*: esforço por explicar tanto a transição anti-jacobina da burguesia ao poder de Estado, quanto sua crise generalizada, vale dizer, base estrutural sobre a qual erguer a nova hegemonia dos trabalhadores.<sup>2</sup>

Desse modo, a definição do conceito de revolução passiva em Gramsci passa, necessariamente, pela questão de estabelecer os chamados "critérios metodológicos da análise histórica" nos marcos da relação de forças entre as classes, medida através do desenvolvimento organizativo de cada uma delas. Nas palavras do próprio Gramsci:

"O conceito de revolução passiva deve ser deduzido rigorosamente dos dois princípios (da ciência política contidos no "Prefácio de 1859" de Marx), devem primeiro ser desenvolvidos criticamente em toda a sua magnitude e depurados de todo resíduo de mecanicismo e fatalismo. Assim, devem ser relacionados à descrição dos três momentos fundamentais (da correlação de forças entre as classes) nos quais se pode distinguir uma situação ou um equilíbrio de forças" (Q15, p. 1774).

Em um ensaio bastante conhecido, De Felice desenvolve a noção dos núcleos temáticos referentes ao conceito onde, em um primeiro momento, a revolução passiva estaria remetida às formas da alteração dos sujeitos sociais dominantes, a construção do Estado burguês italiano e, num instante posterior da elaboração gramsciana, o conceito tentaria apreender a modalidade através da qual os sujeitos sociais dominantes exercem e reproduzem sua dominação.<sup>3</sup> Os elementos comuns que permitiriam identificar a revolução passiva ("conceitualmente adensada" para as análises do fascismo e do americanismo) em oposição a outros fenômenos históricos se-



riam, primeiramente, as transformações moleculares das forças em presença, bem como a absorção do sujeito antagônico, seus intelectuais, sobretudo, que desse modo passa a integrar o desenvolvimento de uma iniciativa hegemônica. Enquanto elemento integrante desse processo, teríamos o esforço por parte dos dominantes em reproduzir o conjunto das bases sociais e materiais do estado econômico-corporativo das classes subalternas, impedindo a realização de seu potencial ético-político.<sup>4</sup>

A revolução passiva seria, também, uma resposta precisa às questões ligadas aos grandes materiais históricos representados pela Revolução Bolchevique, assim como, a derrota do movimento revolucionário nos países imperialistas e a afirmação de uma solução organicamente capitalista para a crise gerada pelos grandes embates entre as classes nas primeiras décadas do século.

### Risorgimento: o transformismo e a estratégia de passivização da revolução democrático-burguesa

Da maneira pela qual é possível acompanhar o desenvolvimento do conceito partindo de uma leitura sistemática dos *Cadernos*, é possível afirmar que Gramsci forja seu entendimento sobre a revolução passiva, originalmente, como instrumento conceitual e estratégico para a análise do *Risorgimento* italiano, isto é, o processo de emergência do Estado burguês na Itália no bojo de outro processo, mais geral, que culminou com a unidade nacional italiana. Gramsci, na realidade, teria introduzido o conceito de revolução passiva enquanto recurso teórico objetivando iluminar, a um só tempo, a singularidade da resolução da problemática nacional na Itália, bem como, as condições particulares do desenvolvimento capitalista ali materializado. A principal preocupação de Gramsci em relação ao *Risorgimento* seria a de elucidar o sentido social e histórico da ação e relações recíprocas dos dois principais partidos envolvidos no processo de unificação do Estado burguês italiano, os Moderados e o chamado Partido da Ação.

O projeto moderado tinha como base histórica as iniciativas "progressistas" de Cavour no reino de Sardenha e Piemonte após 1852, principalmente no que tange à instalação de um governo parlamentar, a reorganização do exército, a abolição dos privilégios eclesiásticos e a prática de uma política econômica ao mesmo tempo liberal e preocupada com o provimento da infraestrutura necessária ao desenvolvimento econômico. Nesse sentido, os objetivos dos Moderados estavam centrados na ampliação dos limites políticos e econômicos da ação modernizadora capitalista para, assim, garantir a posição privilegiada das regiões mais desenvolvidas do norte.<sup>5</sup>

Gramsci esforça-se, pois, em responder porque não houve na Itália um processo de tipo jacobino autêntico, como no caso dos vizinhos franceses, para a resolução das questões envolvidas na constituição de uma economia capitalista nacional, bem como, na consolidação de um Estado nacional italiano. Buscará a resposta na debilidade das classes dirigentes tradicionais, do mesmo modo que no "pânico" dessas ao assistirem os acontecimentos da Revolução Jacobina associados aos eventos do 1848 francês.<sup>6</sup> O *Risorgimento* traduz-se no momento inicial do longo e irregular, porém, exitoso processo de consolidação do capitalismo italiano. Para a burguesia nacional, conforme a materialização histórica dessa modalidade da revolução passiva, tratava-se de modernizar o Estado para avançar com o capitalismo, Estado esse que será a forma historicamente concreta da ordem social burguesa. "O Estado fabrica o fabricante" na conhecida expressão cunhada por Gramsci. A questão fundamental no caso da Itália seria a da criação das condições gerais para que as forças econômicas pudessem nascer e desenvolver-se segundo o modelo histórico dos outros países.

Em Gramsci, a consolidação do capitalismo passa pela derrota das massas nas "tardias" revoluções burguesas (Alemanha e Itália). Esse fato não impediu que as frações reacionárias da burguesia já no poder, dessem seqüência a sua tarefa histórica de modernização capitalista através da reestruturação da forma correspondente de Estado. O "pânico" da intervenção ativa das massas proletárias e camponesas no caso da Revolução Jacobina, faz com que a burguesia se entregue aos braços seguros da reação.

O processo revolucionário francês com a conseqüente radicalização jacobina criou os fundamentos para uma nova mentalidade, assim como, os "critérios de classicidade" para a consolidação da ordem burguesa, entretanto, não se repetiram na história nacional dos demais países europeus. A formação do Estado burguês em todos os demais casos segue caminhos distintos da experiência autenticamente revolucionária francesa, ainda que conservando os mesmos fins.<sup>7</sup>

Nesse caso, a revolução passiva segundo a correlação interna entre as forças em presença, e a situação internacional, tomada enquanto relação não-linear e complexa envolvendo estrutura e superestruturas traduz-se na via de transição ao capitalismo que, sem ser a clássica, é a *mais universalizante*:

"A revolução passiva como concreção nacional de um *processo internacional* que em seu conjunto é de revolução/restauração, corresponde ao pólo *restauração* da unidade dialética. E é por esse motivo que a filosofia idealista concebe o Estado como gerador do processo histórico (encarnação do espírito absoluto) e o desenvolvimento social como automovimento da idéia" (Kanoussi e Mena, idem, p. 91; grifos nossos).



Em seu embate contra a filosofia idealista hegeliana e pós-hegeliana (Croce, sobretudo), Gramsci busca explicar a concepção de fundo desse sistema filosófico, a concreção do tempo e do espírito em sua forma mais elevada, ou seja, o Estado, a partir da dialética restauracionista na qual tese (conservação) envolve antítese (“dialética dos distintos”), realizando suas tarefas. Isso porque, os representantes da antítese, a pequena burguesia jacobina, não podem desenvolver todo seu potencial, no terreno da luta de classes, por sua debilidade intrínseca e por haver sido absorvida pelo transformismo.<sup>8</sup> Na dialética revolução/restauração, a tese, os Moderados, entendem que para não se deixarem superar devem saber desenvolver todo seu potencial, incorporando uma parte da antítese dos radicais. Os Moderados do período da formação histórica do Estado burguês italiano colocaram em prática a estratégia exitosa na qual “todo membro da oposição dialética deve buscar ser ele mesmo o todo” (Gramsci), ou seja, investir na luta todos seus recursos morais e políticos, já que somente desse modo se pode observar uma superação de fato.<sup>9</sup>

O documento histórico mais claro desse processo de construção do Estado burguês em formações nacionais de desenvolvimento tardio (Alemanha e Itália) é o chamado *transformismo*, isto é, a incorporação — engajamento “molecular”, através do governo conservador e moderado, de intelectuais isolados e grupos inteiros de radicais e democratas da tendência oposta. Tal governo caracteriza-se tanto pela oposição à participação popular na vida do Estado (caráter essencialmente conservador da política de Estado) quanto pelas reformas feitas com base na ditadura sobre as classes subalternas (hegemonia limitada à própria classe).

Analisada por Gramsci para o caso do *Risorgimento*, a tática transformista do grupo moderado opera uma *radicalização dosificada* e um empobrecimento do aspecto da radicalidade dos subalternos, estabelecendo, assim, um equilíbrio de forças entre as tendências no governo do Estado. Esse Estado, por sua vez, e através de sua atividade propriamente legislativa, “acionada pelo alto”, introduz as modificações necessárias para o conjunto das relações sociais de produção, “sem rupturas espetaculares ou o aparato terrorista francês” (Gramsci).

O transformismo é o modo próprio de ação política de um “tornar-se” Estado para o caso de uma classe debilitada e que, necessariamente, deve excluir a ação das massas, aliando-se às velhas classes para chegar ao poder e manter-se nele. É o processo político e ideológico que resume e exemplifica a revolução passiva, enquanto luta entre duas tendências renovadoras do Estado. Em síntese, o transformismo pode ser traduzido pela materialização de um projeto de formação do moderno Estado burguês

através da assimilação do opositor (antítese) em uma única tendência moderada do aparato de governo.<sup>10</sup>

Tomada enquanto “critério de interpretação histórica” (conteúdo universal) temos, então, que a revolução passiva pode ser traduzida na base fundamental da análise política em Gramsci quando pensamos na tentativa desse em compreender o fenômeno complexo da emergência e consolidação do mundo burguês pós-Revolução Francesa.<sup>11</sup> Através da revolução passiva, Gramsci analisa a formação histórico-política do moderno Estado-nação como movimento reativo às perspectivas inauguradas pela vanguarda bolchevique pensadas em termos da iniciativa e intervenção ativa das massas radicalizadas na história europeia.

O núcleo elementar do conceito pode ser identificado exatamente nessa tentativa de apreender as mutações (modificações moleculares) que objetivam conduzir o processo de surgimento do moderno Estado burguês segundo a forma contra-revolucionária (anti-jacobina) de superação da velha ordem social e estabelecimento de uma nova. Nesses termos, a luta de classes encontra circunstâncias de tipo essencialmente restauracionistas nas quais se desenvolver, caracterizando a forma política mais adequada à ascensão da burguesia ao poder de Estado, sem maiores rupturas ou traumas históricos.<sup>12</sup>

Esse é um elemento vital para a nova classe dominante na medida em que sua debilidade histórica não a legitima para a tarefa de liquidar ou mesmo eliminar fisicamente as velhas classes aristocráticas no comando do Estado. Dessa forma, a burguesia limita-se a degradar progressivamente as antigas ordens estamentais reduzindo-as, em último caso, a meras frações sob a determinação dos imperativos da racionalidade capitalista. Tal debilidade (estrutural) da burguesia ascendente aliada à não participação unitária das massas “em seu próprio nome”, segundo seu próprio projeto, determinou a emergência de um conjunto complexo e hierarquizado de modificações nas relações sociais de produção conforme a ação e mediação do Estado.<sup>13</sup> Esse torna-se classe dirigente, ou o próprio partido dessa classe, dado a necessidade imperativa da burguesia em dispor de uma *nova força* que a habilite a transformar-se em um autêntico árbitro nacional.<sup>14</sup>

Do modo como encontra-se desenvolvido ao longo dos *Cadernos*, o conceito de revolução passiva, além de expressar um programa de ação política das classes dominantes, criticado por Gramsci, constitui-se em critério de interpretação totalizante e repleto de possibilidades enquanto busca dar conta dos mais variados aspectos de investigação da realidade, unificando análise histórica e política. Em Gramsci, temos que a leitura croceana da dialética como relação entre distintos e não entre contrários, supõe que, no movimento histórico, a tese, longe de ser superada, é conservada



por uma antítese fragmentada, dando lugar a um movimento previsível nos termos de uma repetição mecânica e pré-fixada. A antítese não é mais antagonista, visto que surge através de uma evolução da tese, mas sim o conjunto desconexo de acontecimentos moleculares múltiplos. O presente passa a ser visto, segundo a concepção pós-hegeliana de Croce, como uma determinada repetição ampliada do passado, a inovação não é algo além do que um tipo de conservação reformista.<sup>15</sup>

Em suma, a revolução passiva é a concreção de como surge o movimento histórico dada uma determinada estrutura, ou seja, como surge uma classe social que, para nascer de todo, teve que aliar-se precisamente com o seu adversário histórico. Classe essa, a burguesia, que ante o pavor gerado pela experiência da emergência das massas proletárias e camponesas na França, vê-se obrigada a retroceder, isto é, passivizar sua estratégia de tomada do poder e de construção de um novo Estado.<sup>16</sup>

### Fascismo: a crise, a alternativa bolchevique e a restauração do aparelho hegemônico burguês

A estratégia restauracionista expressa através do reformismo econômico e político da burguesia contra-revolucionária traduz-se, à luz da forma histórica da revolução passiva, em um claro instrumento de conservação dos velhos interesses das classes dominantes tradicionais, mediante a supressão da experiência estatal das massas. O fascismo, enquanto estratégia de passivização das possibilidades inauguradas com a Revolução Bolchevique, nesse sentido, buscaria absorver a crise de direção da "nova" classe estatal, partindo da reorganização da sociedade civil e da hegemonia através da violência contra as massas e suas organizações de classe, "decapitando-as por toda uma época histórica" (Gramsci). O Estado objetiva organizar as massas através do corporativismo, da militarização e da exaltação exasperada da nação.<sup>17</sup> Segundo o próprio Gramsci, haveria sob o fascismo:

"Uma revolução passiva no fato de que, por intermédio e intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, seriam introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento plano de produção, isto é, seria acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se tão somente a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro" (CDH, p. 223).

Gramsci parte da hipótese de que o fascismo seria a forma de passivização das conquistas democráticas advindas com a Revolução Bolchevique, da mesma maneira que o liberalismo o fora, em relação à Revolução Jacobina, no período anterior. A estratégia representada pelo fascismo seria definida, sobre-

tudo, pela experiência e ideologia corporativa, pela possibilidade de transformar reformisticamente a estrutura econômica individualista em programática e pela recomposição das bases políticas para a intervenção popular. O fascismo passa a ser entendido nos termos da "única solução" para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dominantes, em concorrência com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizavam as matérias-primas e acumulavam gigantescos capitais. O sentido dado por Gramsci ao movimento fascista seria o de um esforço modernizador e orientado pelo desenvolvimento das maiores nações imperialistas da época, segundo uma via brutalmente conservadora:

"Esta ideologia (o fascismo) serviria como elemento de uma guerra de posição no campo econômico (a livre concorrência e a livre troca corresponderiam à guerra de movimento) internacional, assim como a 'revolução passiva' é este elemento no campo político" (Gramsci, CDH, p. 224).<sup>18</sup>

O Estado fascista passa a assumir, simultaneamente, o papel de agente da transformação e conservação, na medida em que nenhuma força política ou mesmo uma parte muito forte da classe dominante seria capaz de desempenhar esta tarefa. A máquina de conservação do existente é acionada e o fascismo passa a ser traduzido no melhor instrumento por meio do qual pode se verificar um processo de modernização do aparelho produtivo italiano sem que este provoque movimentos sociais de proporções catastróficas (defesa das camadas médias):

"A revolução passiva (para o caso do fascismo) se verifica no fato de transformar a estrutura econômica, 'reformisticamente', individualista em planejada e o advento de uma economia que estabeleça a média (processo de transição) entre a individualidade pura e a segundo um plano no sentido integral, permitindo a passagem à formas políticas e culturais mais evoluídas, sem cataclismas radicais e destruidores de modo exterminador" (Gramsci, QC, p. 1089).

Desse modo, creio não haver dúvidas que para Gramsci o fascismo contribuiu decisivamente no processo de restauração do aparelho hegemônico das classes dominantes, marcando uma auto-acomodação das relações de produção, frente a derrota do movimento socialista italiano ("ausência de elementos ativos").

### O americanismo como forma de concreção das forças produtivas sob o domínio imperialista

Pensando o conceito de revolução passiva como categoria-abstração remetida à formação, consolidação e defesa do bloco histórico da sociedade capitalista,<sup>19</sup> devemos nos referir, finalmente, ao conjunto de textos intitulado



"Americanismo e fordismo" (MPE) no qual Gramsci interpreta o fenômeno americano enquanto a forma historicamente determinada de concreção do processo de passivização do universo de possibilidades inaugurado com a Revolução Bolchevique, sob o domínio imperialista. Nesses textos, o americanismo aparece como resposta à queda tendencial da taxa de lucro, produto, em última análise, da necessidade evidente do capitalismo em superar a perspectiva histórica da emancipação das classes subalternas, e do período de crise que esse processo inaugura. Desse modo, a revolução passiva apareceria conforme um certo tipo de aprofundamento e desenvolvimento da teoria de Lenin sobre o imperialismo.<sup>20</sup> O americanismo transforma-se, pois, no conteúdo de socialização da fase imperialista do desenvolvimento do capital, isto é, a tradução de um projeto hegemônico mais afinado com o objetivo progressista, para as classes dominantes tradicionais, de contrarrestar a queda tendencial da taxa de lucro a partir da multiplicação das variáveis nas condições do aumento regulado do capital constante.

Organicamente vinculado a essa dimensão, o americanismo refere-se, também, ao processo através do qual o grupo econômico portador da função produtiva, a burguesia industrial norte-americana, alcança sua "elaboração superior" (Gramsci) fundando um tipo de Estado renovado (chamado "welfare", posteriormente), desenvolvendo um complexo de novas superestruturas e cedendo lugar à expansão generalizada da nova sociedade civil. Nesse ponto, o americanismo — revolução passiva sob o domínio imperialista — sintetiza a unidade entre a história e a lógica do desenvolvimento da burguesia americana como classe historicamente determinada.<sup>21</sup>

Sob o ponto de vista do método, a estrutura de "Americanismo e fordismo" segue, passo a passo, aquilo que se encontra delineado nos textos relativos às "Análises de situações e relações de força" (MPE, p. 43-63). Nesse sentido, dirá Gramsci, os elementos de observação empírica deveriam começar a ser analisados pela relação das forças internacionais passando, em seguida, às relações sociais objetivas, ao grau de desenvolvimento das forças produtivas, às relações de força política e de partido (sistemas hegemônicos dentro do Estado nacional) e às relações políticas imediatas (potencialmente militares). O estudo de uma estrutura deveria sempre distinguir entre os elementos orgânicos (relativamente permanentes) e os elementos de conjuntura (que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais).<sup>22</sup>

Em termos analíticos, Gramsci decompõe a situação das relações de força em três momentos necessários: o momento da relação das forças sociais estritamente ligado à estrutura objetiva, isto é, à base do grau de desenvolvimento das forças produtivas, onde estruturam-se os agrupamen-

tos sociais representando uma função e ocupando uma posição determinada na produção; o momento da relação das forças políticas que pode ser analisado e diferenciado em vários graus, correspondendo aos diversos instantes da consciência política coletiva, segundo suas formas de manifestação histórica,<sup>23</sup> e o momento da relação das forças militares, imediatamente decisivo em determinados instantes, articulado em dois graus particulares: o militar no sentido restrito e o político-militar (como, por exemplo, a relação de opressão militar de um Estado sobre uma nação que buscava alcançar a sua independência estatal). Por fim, é preciso dizer que Gramsci considerava a observação mais importante a ser feita a propósito de qualquer análise concreta das relações de força, de que esta só adquire um significado caso sirva para justificar uma atividade prática.<sup>24</sup>

Nesse espírito, Gramsci empreende a análise do "novo mecanismo de acumulação" que se afigurava a partir da implantação da estrutura de produção em massa, ou, em outras palavras, da passagem do "velho individualismo econômico para a economia programática". Como um dos problemas mais importantes a ser enfrentado estava o de ver se "o americanismo pode determinar um desenvolvimento gradual do tipo, já examinado, das 'revoluções passivas' próprias do século passado, ou se, ao contrário, representa apenas a acumulação molecular de elementos destinados a produzir uma 'explosão', uma transformação de tipo francês" (Gramsci, MPE, p. 376).

Gramsci, desse modo, tratou de analisar o novo equilíbrio de forças políticas instaurado em pleno período de crise orgânica, conforme vivia o mundo capitalista da época, e onde o fundamental seria compreender a estratégia "reativa e autoacomodativa" empreendida pelas classes dominantes na Itália e nos EUA. No limite, tal estratégia visava recompor a unidade entre as relações sociais de produção, as novas exigências da acumulação do capital (então francamente comprometidas pela queda tendencial da taxa de lucro) e seus aparelhos de hegemonia. Assim, segundo as imposições de um período de crise orgânica, a classe dominante busca reconduzir (e no caso, obtém êxito) o movimento operário, bem como o conjunto mais geral das classes subalternas, ao terreno de lutas econômico-corporativo.

O americanismo é entendido enquanto uma verdadeira resposta implementada por setores do patronato industrial norte-americano (projeto hegemônico renovado) à natureza dos conflitos econômicos e culturais que germinaram naquela formação nacional específica. O primeiro passo dado nesta direção foi, sem dúvida, a difusão de um novo modelo de relações industriais que, em última instância, visava recompor o trabalhador coletivo de acordo com as novas exigências da racionalidade produtiva e suas demandas por controle e eficiência.<sup>25</sup> Os próprios conceitos empregados por



Gramsci, de crise orgânica, revolução passiva e hegemonia, detêm um caráter, a um só tempo, analítico e estratégico, e são, na verdade, meios para se designar determinadas situações onde:

"A classe dominante organiza toda a vida nacional (social, cultural) construindo em torno do Estado um sistema de aparelhos (privados, semi-públicos e públicos) que constituem as diversas projeções da função de direção política na sociedade civil" (Gramsci, *MPE*, p. 310).

Com isso, o americanismo exprimiria a forma histórica de concreção da estratégia de passivização das potencialidades democráticas advindas com a Revolução Bolchevique, tal como essa modalidade da revolução passiva materializou-se na história norte-americana:

a) a racionalização do trabalho e a organização de uma economia planejada (monopolista);

b) a montagem de uma vasta rede de aparelhos "hegemônicos" privados, semi-públicos e públicos;

c) a difusão e a inculcação de ideologias puritanas; e

d) a constituição de uma nova classe média integrada pelos quadros técnicos e gestores da produção racional.

Gramsci preocupou-se fundamentalmente em recuperar a capacidade de intervenção estratégica da filosofia da *práxis* face às transformações provocadas pela emergência de uma nova estratégia política e ideológica de construção da hegemonia do bloco histórico no poder (EUA e Itália). O americanismo traduzia-se, pois, nesta nova tentativa de construção da "hegemonia" do grupo dirigente cujo resultado mais importante foi o alargamento da base operária nas alianças entre a direção econômica e cultural e os grupos subalternos.<sup>26</sup>

Neste sentido, as modificações introduzidas com a linha de montagem foram vistas por Gramsci como expressões extremas das "modificações moleculares" já contidas pelo desenvolvimento das forças produtivas na economia capitalista americana.<sup>27</sup> De uma maneira geral, o americanismo expressou uma nova composição das forças produtivas através dos chamados processos de modernização conservadora.<sup>28</sup> À racionalização da produção correspondia um novo ajuste entre estrutura e superestruturas sempre no sentido de recompor a unidade entre relações sociais de produção e aparelhos de "hegemonia". O capital, assim, conseguia, através dos *altos salários*,<sup>29</sup> recriar as formas de organização do consenso e da adesão, trazendo-as para o interior da corporação industrial.<sup>30</sup>

A "hegemonia" da qual fala Gramsci para o caso do americanismo foi aquela que soube articular a coerção (liquidação do sindicalismo de base territorial) e o consenso (altos salários e outros benefícios) de modo a re-

compor e reproduzir as bases da legitimação (modificada) da estrutura capitalista da época e, assim, encontrar uma resposta compatível com o período de crise orgânica. A resolução da questão dos altos salários foi decisiva para o sucesso da "ofensiva" de Ford:

"A adaptação aos novos métodos de produção e de trabalho não se pode verificar apenas através da coação social (...) A coerção deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consentimento, e isto pode ser obtido nas formas adequadas de uma determinada sociedade, por uma maior retribuição que permita um determinado nível de vida, capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de trabalho" (Gramsci, *MPE*, p. 404-5).

Como bem salienta o próprio Gramsci, a indústria americana que paga altos salários desfruta do monopólio que lhe foi proporcionado pela primazia na implantação dos novos métodos. Aos lucros de monopólio correspondem os salários de monopólio. Com a difusão dos novos métodos, e sua generalização, os lucros elevados primeiro serão limitados e, depois, destruídos, bem como os altos salários.<sup>31</sup> Por fim, é preciso salientar, tal como faz Gramsci, que o americanismo não pode ser tomado por um novo tipo de civilização, tratando-se, essencialmente, apenas de um "prolongamento orgânico" da civilização europeia e que adquiriu uma "nova pele" no clima americano.

#### NOTAS

1 Apesar de termos presente que o "Prefácio de 1859" de Marx é freqüentemente utilizado enquanto instrumento de legitimação das abordagens mecanicistas da filosofia da *práxis* (Cf. Stálin, 1982), consideramos ser possível um outro tipo de leitura dessa obra, da qual a interpretação de Gramsci contida nos *Cadernos* representa nosso principal referencial. A respeito do debate sobre o estatuto do conceito de forças produtivas na problemática do "Prefácio de 1859" de Marx, ver, sobretudo, Magalíne, A. D. *Luta de classes e desvalorização do capital*, Editora Moraes, Lisboa, 1977.

2 "A revolução passiva caracteriza as transformações que ocorrem em duas épocas distintas: a ascensão e o declínio da burguesia. Explica a hegemonia, a construção do Estado burguês, mas também sua crise e a construção da hegemonia proletária. Sendo esse o conteúdo e a explicação do porquê dos *Cadernos do Cárcere* se poder dizer com todo o rigor que a revolução passiva é a chave para a compreensão do pensamento gramsciano" (Kanoussi, Dora e Mena, Javier. *La revolución passiva: una lectura a los Cuadernos de la Cárcel*. Universidad Autónoma de Puebla, México, 1985, p. 79).

3 Nesse sentido, a reflexão sobre o processo mais abrangente e historicamente determinado das vias americana e fascista para o capitalismo monopolístico, estaria articulada à reflexão sobre a hegemonia e suas formas, como é o caso de materialização histórica do transformismo. (De Felice, Franco. "Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci". In Ferri, Franco (org.), *Política e história em Gramsci*, vol.1. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978).



4 Na opinião de De Felice, teríamos que, em Gramsci: "A revolução passiva tende a identificar as formas do processo revolucionário, isto é, os modos em que se desenvolve a tradição fundamental e com ela a modificação a que é submetida toda a formação econômico-social" (*Op. cit.*, p. 196).

5 Na análise de Gramsci para o caso do *Risorgimento*, "o traço mais fundamental de todo o processo reside no fato de que obtém-se a unificação, resolve-se a questão nacional, sem atacar o que era o problema social mais importante da Itália de então, o problema do atraso histórico do campo italiano, especialmente no *Mezzogiorno* e nas ilhas" (Torres, João Carlos Brum. "Marxismo e teoria da revolução burguesa". In revista *Oitenta*, L&PM Editores, Porto Alegre, 1980, p. 126).

6 "Toda a singularidade e o interesse histórico do *Risorgimento* radica nesta impossibilidade/impotência do Jacobinismo pois é dela — do fracasso de uma revolução burguesa de tipo francês — que emerge a 'via italiana', a *revolução passiva*, como forma política específica do desenvolvimento capitalista na Itália" (Torres, *op. cit.*, p. 218).

7 Tais "caminhos distintos" por sua repetibilidade de fundo constituem o "modelo" de formação do Estado burguês que Gramsci chamará revolução passiva (Cf. Kanoussi e Mena, *op. cit.*).

8 "O jacobinismo (antítese) na revolução passiva não tem projeto nacional e encontra-se em desvantagem frente à Restauração (tese)" (Kanoussi e Mena, *op. cit.*, p. 103).

9 "Diferentemente dos radicais, os Moderados, construtores do novo Estado, estão conscientes das condições nas quais atuam (o atraso nacional e a correlação de forças internacionais), condições essas que inviabilizam uma luta jacobina; são realistas porque conscientes da debilidade da classe que representam, da necessidade de um Estado que empurre as novas forças produtivas e de que o Estado não pode surgir de maneira natural e espontânea a partir dessas últimas" (Kanoussi e Mena, *op. cit.*, p. 104). Daí, a necessidade histórica de que o desenvolvimento capitalista assuma a via da revolução/restauração, em franco contraste com a Revolução burguesa segundo o exemplo francês.

10 "O transformismo... absorve por todos os métodos possíveis os elementos mais ativos dos aliados e, sobretudo, dos inimigos, objetiva a decapitação e o aniquilamento desses últimos por um longo período. Transformismo é, então, o processo de elaboração de uma classe dirigente dentro do contexto fixado pelos conservadores, fazendo com que a direção política converta-se em um aspecto da formação do domínio por meio da absorção das elites dos grupos inimigos" (Kanoussi e Mena, *op. cit.*, p. 98).

11 A própria metodologia utilizada por Gramsci é exemplar nesse sentido: primeiramente identifica-se a problemática do aparecimento de um fato histórico surgido de uma tendência estrutural classista; em seguida, Gramsci investiga como tal tendência materializa-se em um movimento político que culmina com a formação de um novo Estado, conforme uma nova organização produtiva (que Gramsci denomina de "organização da vida estatal"); daí, passa a analisar como uma concepção de mundo imanente a uma tendência de classe converte-se em história concreta, ou seja, em política.

12 "O característico desse processo de modernização do Estado é a combinação de guerras de defesa ou libertação nacional (independência) protagonizadas pela burguesia a frente das massas e não tanto consequência das lutas de classes internas, como na França" (Kanoussi e Mena, *op. cit.*, p. 95).

13 "Durante a revolução passiva, as massas se expressam por meio de sublevações esporádicas, anárquicas, sem unidade ou autonomia em relação às classes dominantes; a essas sublevações 'elementares' das massas, os grupos dirigentes respondem com um 'reformismo temperado', através de 'pequenas doses', que moderniza o Estado evitando, a todo custo, a participação das massas; a modernização do Estado e da sociedade efetuam-se 'desde cima', legalmente. Os fins da revolução burguesa, que são os mesmos do jacobinismo, são conquistados por outros meios: por meios reformistas, sem a guilhotina ou a reforma agrária" (Kanoussi e Mena, *op. cit.*, p. 95).

14 "Na Itália, por exemplo, o Estado de Piemonte emergiu como o partido da burguesia. A luta pela renovação não é então dirigida pela classe como tal e sim pelo Estado com toda sua força política e militar. O Estado substitui a classe e por isso tem caráter de partido; exerce uma hegemonia limitada somente à própria classe: 'ditadura sem hegemonia'. Ausência de aliança com as classes, ausência de reforma intelectual e moral, ausência de uma vontade nacional-popular que transforme o Estado à maneira jacobina, são as características principais" (Kanoussi e Mena, *op. cit.*, p. 97).

15 "Dessa maneira, os intelectuais da revolução passiva invertem e mutilam o processo histórico; e o Estado torna-se origem e motor do movimento histórico real que se localiza no momento 'ético-político' — assim como o detecta Croce — personificado por ele nos intelectuais (o pessoal de Estado)" (Kanoussi e Mena, *op. cit.*, p. 107).

16 "A forma política finalmente descoberta pela burguesia para realizar a conquista do poder foi a revolução passiva, porém essa é também a fórmula política que permite ao capital conservar o poder, o reformismo preventivo dos Estados modernos" (Kanoussi e Mena, *op. cit.*, p. 109).

17 "Desse modo, busca-se conter a difusão da tendência universal (bolchevismo) pelos poros de classe, e deixar sobreviver as velhas e parasitárias categorias do capital, mas agora sob a hegemonia de uma nova categoria: a oligarquia financeira, cuja origem provém parcialmente da ação do Estado mesmo" (Kanoussi e Mena, *op. cit.*, p. 133).

18 Vale lembrar que a distinção empreendida por Gramsci entre "campo econômico" e "campo político" é puramente analítica, servindo às condições determinantes da análise no momento. Tal distinção de modo algum deve ser interpretada como uma separação "orgânica" entre as esferas econômica e política (a tarefa de desvincular a esfera da produção econômica, onde atua o trabalhador sob o controle da racionalidade técnica, da esfera da circulação e distribuição, onde atua o cidadão, foi no limite, realizada pela economia política burguesa); ao contrário, a unidade entre o político e o econômico afirma-se na própria crítica de Gramsci à concepção de Croce da paixão como elemento fundamental da política: "A política é ação permanente e dá origem a organizações permanentes (partidos, exércitos nacionais, Estados-maiores...), na medida em que efetivamente se identifica com a economia. Mas também tem sua distinção, e por isso pode-se falar separadamente de economia e de política e pode-se falar de 'paixão política' como um impulso imediato à ação, que nasce no terreno 'permanente e orgânico' da vida econômica, mas supera-o fazendo entrar em jogo sentimentos e aspirações em cuja atmosfera incandescente o próprio cálculo da vida humana individual obedece a leis diversas daquelas do proveito individual etc." (MPE, p. 14).

19 "A revolução passiva busca interpretar não somente a ascensão e consolidação do bloco histórico burguês, mas também a defesa de suas condições fundamentais de existência e de princípio: a primazia da política — hegemonia burguesa na direção do processo produtivo, do Estado mesmo e, portanto, da cultura" (Kanoussi e Mena, *op. cit.*, p. 126).

20 "O americanismo é uma ampliação da teoria leninista do imperialismo, enquanto concreção da tendência dominante do capitalismo atual como transformação da função produtiva e do tipo de operário" (Kanoussi e Mena, *op. cit.*, p. 122).

21 "A categoria da revolução passiva é uma abstração historicamente determinada (e não uma generalização) do processo através do qual opera, na prática, a dialética ou identidade tendencial entre filosofia e história ou filosofia e política (estrutura e superestrutura, ou necessidade e liberdade) de um grupo social particular (classe), que é portador de uma função produtiva de caráter 'orgânico'" (Kanoussi e Mena, *op. cit.*, p. 125).

22 A distinção entre movimentos e fatos orgânicos e movimentos e fatos de conjuntura ou ocasionais, isto é, a efetiva construção da "justa relação" entre o que é permanente e o que é ocasional, presta-se à superação daquelas análises que caem no exagero "economicista" ou no excesso de "ideologismo": "Também os fenômenos da conjuntura dependem, é claro, de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem amplo alcance histórico: eles dão lugar a



uma crítica política miúda, do dia-a-dia, que investe os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Os fenômenos orgânicos dão margem à crítica histórico-social, que investe os grandes agrupamentos, acima das pessoas imediatamente responsáveis e acima do pessoal dirigente" (Gramsci, *MPE*, p. 45-6).

23 Gramsci identifica a existência de três desses instantes: o primeiro corresponde ao "plano econômico corporativo", traduzindo-se na mais elementar forma da consciência política coletiva (unidade homogênea do grupo profissional). O segundo instante, mais elaborado, seria o da "consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social", ainda que no campo meramente econômico. O terceiro é o da "fase mais abertamente política" (assinala a passagem nítida "da estrutura para a esfera das superestruturas complexas") onde é possível alcançar além da unidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral: "(Este instante) coloca todas as questões em torno das quais se ascende a luta não num plano corporativo, mas num plano 'universal', criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados" (Gramsci, *MPE*, p. 50). Cabe ainda dizer, como bem salienta Gramsci, que na história real estes instantes se confundem reciprocamente.

24 "O elemento decisivo de cada situação é a força permanentemente organizada e antecipadamente predisposta que se pode fazer avançar, quando se manifestar uma situação favorável (e só é favorável na medida em que esta força exista e esteja carregada de ardor combativo)" (Gramsci, *MPE*, p. 54).

25 "A crítica às alternativas abertas pelo fordismo deveria levar, de acordo com Gramsci, à reincorporação do elemento ético-político capaz de imprimir uma direção à luta pela emancipação proletária" (Tude de Souza, Angela. "Sobre o americanismo e fordismo de Antonio Gramsci". *Coleção Textos Didáticos*, IFCH - Unicamp, Campinas, 1993, p. 5).

26 Em outros termos, o americanismo seria entendido como uma verdadeira arma política das classes dominantes *contra* a combatividade e a unidade operária, operando a construção de um novo tipo de trabalhador coletivo através do qual se erigiu uma nova classe operária e uma nova classe média (Gramsci, *MPE*).

27 "Na realidade, não se trata de novidades originais, trata-se somente da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, fase que é apenas mais intensa do que as precedentes e manifesta-se sob formas mais brutais, mas que também será superada (Gramsci, *MPE*, p. 397).

28 Em muitos sentidos, o novo padrão das relações industriais introduzido pelo americanismo antecipava a estratégia "welfare" do Estado burguês do período no qual vigorou o projeto hegemônico social-democrata em países imperialistas durante as duas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial.

29 "A racionalização do trabalho associada a diversificação da seção de meios de consumo, e aos altos salários, elevou a um novo patamar as relações de força entre a burguesia e o operariado levando por conseguinte ao enfraquecimento e à destruição das organizações de combate e defesa dos trabalhadores" (Tude de Souza, *op. cit.*, p. 28).

30 "Mas, logo que os novos métodos de trabalho e de produção se generalizarem e difundirem, logo que o tipo novo de operário for criado universalmente e o aparelho de produção material se aperfeiçoar mais ainda, o *tumover* excessivo será automaticamente limitado pelo desemprego em larga escala, e os grandes salários desaparecerão" (Gramsci, *MPE*, p. 405).

31 Ou ainda: "A racionalização da produção, tomada como ponta de lança das reformas sociais que atingiam o conjunto da vida nacional, determinava, assim, a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme o novo tipo de trabalho, capaz de por si mesmo levar a cabo o estrangulamento e a liquidação das antigas organizações de defesa dos interesses operários na sociedade americana" (Tude de Souza, *op. cit.*, p. 17).



## Gramsci no Brasil: o rabo do diabo\*

Edmundo Fernandes Dias

A "cidadania brasileira" do marxista italiano Antonio Gramsci,<sup>1</sup> conta, na versão de Carlos Nelson Coutinho, a entrada de Gramsci na cultura política brasileira. A estória é contada na primeira pessoa do singular. Estória com princípio, meio e fim. Simples, fácil, parcial. A expansão brasileira de Gramsci "resultou, em grande parte, da diáspora dos 'gramscianos' egressos do PCB: o fato de que tenham optado por diferentes partidos, sobretudo (num primeiro momento) o PMDB e (mais recentemente) o PT, contribuiu para dar à influência gramsciana um caráter talvez menos nítido, porém certamente mais amplo e polimorfo." Esta é a tese central. Discordamos: como petista e como gramsciano.

Tese singularíssima: os gramscianos petistas são filhos pródigos! Só existem porque os gramscianos do PCB tiveram sua diáspora (*leia-se: foram derrotados*). Muito estranha: o PMDB *hoje* hegemônico pelos liberais. Hoje? Vejamos o processo em detalhe.

O primeiro momento importante dessa estória começa em 1956, ano terrível para os comunistas. Krutschev publicava o relatório sobre os "crimes de Stalin". Muitos negaram de imediato. Muitos intelectuais, no mundo inteiro, saíram dos PCs. Catarse que provoca no "marxismo brasileiro" (que Coutinho confunde sempre com o PCB), um processo tímido de "abertura pluralista". Renovação que a direção do PCB não promoveu. Coube a jovens intelectuais "ligados ao partido" tocarem o processo. A direção "não obstaculizou": "obrigada a se diversificar, a se abrir ao debate (...) parecia ter compreendido que a renovação do marxismo era o pressu-

\* Publicado em *Teoria & Debate*, nº 14, maio de 1991, polemizando com artigo de Carlos Nelson Coutinho, na mesma revista. Apareceu com o título: Rabo preso. O artigo apareceu com alguns cortes feitos pela editoria da revista que também alterou o título, sem consulta ao autor.



posto necessário para que o PCB continuasse a exercer influência sobre uma esquerda que se expandia". Não se reconheciam os erros e absurdos feitos em nome do marxismo. Correção de rota, questão de "flexibilidade tática" para manter uma certa influência. Guardemos bem as expressões de Carlos Nelson: "parecia compreender", "foi obrigada", "não obstaculizou", etc.

Essa primeira cena da estória tem um peso imenso no que se segue. A ausência de uma profunda autocrítica não gerou efeitos, na prática dos militantes. *A direção não promovia a abertura. Apenas tolerava. A desstalinização fora feita pelos próprios stalinistas.*

Veio então a "operação Gramsci" ("operação"? as palavras não são inocentes). Foi, na realidade, uma forma de ocultamento. Um Gramsci "filósofo da *práxis*", não "o agudo teórico do Estado 'ampliado' e da revolução socialista no 'Ocidente'", sequer o estudioso da "revolução passiva", isto é, "das formas 'não-clássicas' de transição para a modernidade capitalista". Não mostra o dirigente, mas o "propositor de uma leitura humanista e historicista do marxismo, radicalmente diversa da vulgata soviética" até então imposta.

Uma direção stalinista face a face com um processo de renovação cultural. O foco da cena é claro e ganha novas cores. Criou-se "talvez inconscientemente uma tática 'divisão do trabalho'": "não é por acaso" que Gramsci, Lukács e Sartre são "instrumentos privilegiados de uma batalha certamente anti-dogmática", centrada "substancialmente nos terrenos da filosofia, da estética e da sociologia da cultura." Eis aí uma contradição: não ter sido "por acaso" que se criou "talvez inconscientemente" uma divisão de trabalho. Contradição que permitia, por uma coexistência entre o dito marxismo ocidental e o stalinismo, legitimar a este último. Renovação sem êxito possível aparente. Um processo dessa profundidade teria de partir da constatação do fracasso do stalinismo como política e como ideologia. E tirar as necessárias consequências. Não foi o caso. A nova linha cultural foi apresentada, sem maiores esclarecimentos, a um público viciado pela vulgata russa. Como poderia tal público assimilar a "batalha antidogmática"?

Essa "abertura", mais editorial que política, publicou autores marxistas como Lukács, Goldman, Schaff. Além de Benjamin e Marcuse. Ver nisto a iniciativa de "jovens intelectuais comunistas e em virtude do apoio da Editora Civilização Brasileira" é correto, mas é apenas uma parte da história. Importante na resistência contra a ditadura, essa editora era dirigida por eles mesmos. A maioria dos intelectuais de esquerda não vinculadas ao PCB sequer tinha onde publicar. Não se trata de diminuir, mas de localizar.

A edição das obras de Gramsci reproduz a interpretação "oficial" do "PCI togliatiano": era um "filósofo e crítico literário, no qual a dimensão estritamente política tinha peso secundário". Mesmo sendo apontado, "de pleno acordo com a leitura de Togliatti", como discípulo e continuador direto de Lenin, Gramsci tem sua obra restringida, na análise da sociedade brasileira, "à questão literária e à problemática dos intelectuais". Essa era a "finalidade clara", isto é, intencional, da "operação". Isso pode ser visto, diz Coutinho, na introdução brasileira à Concepção Dialética da História, feita por ele e por Leandro Konder. Gramsci, filósofo, com o "seu peculiar conceito de *práxis*, teria sido capaz de superar tanto o idealismo de Croce quanto o 'materialismo vulgar' de Bukharin, tornando-se assim aquele que melhor definiu o verdadeiro caráter da filosofia marxista". Tudo isso para um público que sequer conhecia Croce e que via em Bukharin apenas um traidor. Sem falarmos da forma da escrita gramsciana: textos pequenos, enigmáticos pelo nosso desconhecimento da história italiana e do próprio movimento comunista internacional, feitos no cárcere fascista. Todo o processo da edição da obra gramsciana foi uma maquiagem redutora. E tudo isso marcado pela pequena cultura socialista nacional. Mas essa não é toda a história: Togliatti já tinha feito outra maquiagem com a obra de Gramsci. Ao apresentá-lo como discípulo direto de Lenin, legitimava a si mesmo. Criava uma tradição: Marx-Engels-Lenin-Gramsci-Togliatti. Como responsável pela edição italiana, ele publicou as obras do cárcere primeiro e... só no fim as obras pré-cárcere (estas sequer se cogitou de publicar no Brasil).

Nova cena. Um pouco mais ousada. Carlos Nelson reconhece os "grosseiros erros estratégicos" do PCB, entre eles a visão do Brasil semifeudal e semicolonial, da revolução democrático-burguesa, e ainda assim afirma a "justeza da tática": "gradualista, orientada para a construção de um amplo arco de alianças". Ele vê aí um "vislumbre da gramsciana 'guerra de posições' ". Como se pode dissociar uma tática da análise (errada) da conjuntura que a sustenta e ainda considera-la "justa"? É ele mesmo que lembra estar essa estratégia baseada em uma "concepção etapista da 'revolução democrático-burguesa' ". Coutinho cita o debate feito no PCB sobre a "orientalidade"/"ocidentalidade" da nossa formação social. Nada disso aparecia no debate público das teses do PCB. Faz sentido ver em tudo isso a concepção gramsciana de guerra de posições? Não! O que se percebia, nas teses do PCB, era a necessidade da aliança com a famosa burguesia "progressista". *Mais que aliança, era subordinação efetiva. Era, em suma, a hegemonia da burguesia sobre as classes trabalhadoras.* Detenhamo-nos sobre um ponto: a guerra de posições, supõe que as classes trabalhadoras têm clareza ideológica — ou estão em fase de consegui-la — da sua identidade, do seu projeto. Nada mais estranho à guerra de posições que a situação de subor-



dinação e minoridade que a "tática justa" do PCB destinava aos trabalhadores.

Por isso mesmo, cada vez mais, parcelas da esquerda recusavam os "modelos estratégicos e interpretativos do PCB" e as propostas dos seus intelectuais. Carlos Nelson reclama: "o racionalismo histórico-dialético de Gramsci e Lukács (...) passou a ser visto como expressão de uma tendência conservadora e anacrônica." Se as diferenças entre Gramsci e Lukács nem sempre eram apontadas, como ele próprio nos lembra, quem sabe ele próprio possa nos explicar o motivo. Afinal ele foi um introdutor dos dois autores no Brasil. Por que não fez essa explicitação que agora lamenta? Nova autocrítica? Ou este é mais um percalço, necessário, da reconstrução de uma estória, com passagens desconfortáveis.

Sigamos em frente: "a 'Grande Recusa' de Marcuse e a supostamente radical 'revolução epistemológica' de Althusser" foram consideradas, pela nova esquerda, como sendo as "mais adequadas às urgentes tarefas impostas pela nova situação". "Misturados ecleticamente", Althusser, Mao, Marcuse e Debray "ganharam um lugar privilegiado na cultura da nossa 'nova esquerda', que julgava ser a luta armada a única via para derrotar a ditadura e resolver os problemas do país." Brutal simplificação de um dos problemas mais cruciais da nossa história política recente.

Como foi mesmo essa história do "racionalismo histórico-dialético" ser visto como "tendência conservadora e anacrônica"? Por quem? O que foi essa "nova esquerda", desdenhada tão olímpicamente? Era monolítica? A tática de juntar todos e tudo no mesmo saco não resolve o problema. Nunca é demasiado recordar o imenso desgaste das "táticas justas" do PCB. Esta é uma delas. Marcuse e Althusser eram projetos distintos na "nova esquerda". Os marcusianos não eram propriamente amistosos com os althusserianos. Para muitos jovens militantes ser althusseriano permitia escapar de uma visão positivista que usava os termos (não os conceitos) marxistas. Como entender a realidade nacional se, p. ex., a "nossa" história era o evolucionismo mecanicista de Werneck Sodré? Se os althusserianos conseguiram fazer o que propunham ou não é outra história. Não se pode rejeitá-los tão ligeiramente. Como falar em "abertura pluralista" quando o PCB atacava qualquer visão não alinhada à sua, na melhor das hipóteses, como "desvio"? Aliás, hoje, passadas quase duas décadas, se Coutinho ainda fala assim de Althusser, imaginem na época. Porque ele sequer menciona que o debate com o althusserianismo se dava no interior do marxismo?

Argumenta: "De qualquer modo formou-se um clima cultural no qual a 'filosofia da práxis' e a 'reforma intelectual e moral' pareciam propostas tão distantes da realidade quanto uma discussão sobre o sexo dos

anjos". Sempre é bom lembrar que àquela época sequer Carlos Nelson falava de reforma intelectual e moral. Seus ataques a Althusser eram feitos a partir de Lukács. E não apenas ele. Nenhum dos "gramscianos do PCB" o fez, pelo menos de forma sistemática. Atribuir à nova esquerda, esse ignorar Gramsci é outra simplificação grosseira. Precisamos lembrar a história da repressão político-cultural vivida por nós, onde a ditadura durante algum tempo conseguiu impôr o clima de "ame-o ou deixe-o", muito mais responsável por aquela sensação de fora de moda? Que houve o AI-5? Que muitos intelectuais foram cassados? Que se exigia de quem pretendesse trabalhar nas universidades públicas um "aval ideológico", um *nihil obstat* da repressão? Será que nada disso teve peso nesse processo? Ou será que isso tudo é apenas má-consciência da "nova esquerda"? Convém lembrar afirmações de Coutinho, em outra ocasião<sup>2</sup>: "Não é casual que o declínio da ditadura e a crise da velha esquerda estejam na raiz do espetacular crescimento da influência gramsciana no curso da última década"<sup>3</sup>. Qual das duas falas é a certa? "Culpa" da nova ou "crise" da velha esquerda?

Voltemos ao texto de *Teoria & Debate*. Enquanto as traduções de "Marcuse e Althusser eram freqüentemente reeditadas nessa época, as de Gramsci encahavam". O sucesso editorial de Marcuse foi real, o de Althusser não. Mas... ainda que fosse. Isso nos autorizaria a usar o sucesso editorial como critério político ou ideológico, para clarificar posições em confronto? Ou se trata de uma explicação maniqueísta? Porque o PCB, ou seus jovens intelectuais ao invés de uma operação Gramsci não trataram de criar os instrumentos para a compreensão daquelas propostas?

A argumentação prossegue: "a face althusseriana da ultra-esquerda refluíu para uma escolástica acadêmica que, em combinação com o estruturalismo francês, predominou em grande parte da produção acadêmica no campo das ciências humanas". Novamente um agente perverso é encarregado de complicar a situação. A tal ultra-esquerda teve mesmo todo esse peso na academia? Novo bode expiatório. Sabe-se na realidade — de longa data — que a "velha esquerda" teve (e tem) uma penetração acadêmica muito maior. O vazio da frase, e da acusação, é exemplar. Na realidade o althusserianismo não emplacou aqui. A "velha" esquerda combateu-o sem trégua! Não se sabe, é bom que se diga, se pela sua teoria ou se pela sua ligação com os "maos" franceses.

A narrativa assume um caráter pesado, tenso. A "divisão do trabalho", da operação Gramsci, impediu que os "gramscianos" do PCB "utilizassem as reflexões do mestre para reavaliar a peculiaridade da realidade brasileira e a própria teoria da revolução socialista", tornou "conciliável" a herança gramsciana "com uma visão 'marxista-leninista' tradicional da realidade brasileira e da luta pelo socialismo." *Mestre?* ora vejamos! Outra contradição.



Quem *impediu* a utilização criativa das categorias de Gramsci? A face da “ultra-esquerda” ou a “divisão do trabalho”, da operação Gramsci? A obra do *mestre* deveria adequar-se à verdade já dada do stalinismo. Ser isso também culpa da nova esquerda? Ou mais uma perversão do “centralismo burocrático”? Carlos Nelson tem outra explicação: “Uma outra razão, pelo menos igualmente importante, deve ser apontada na própria cultura então dominante nos ambientes culturais brasileiros de esquerda, que eram fortemente influenciados por modelos interpretativos do que passou a ser convencionalmente chamado de ‘marxismo da III Internacional’, ou, mais sinteticamente, ‘marxismo-leninismo’”,<sup>4</sup> que se manifestava em uma “concepção geral do marxismo, fortemente economicista”, e também no “próprio modo de interpretar a realidade brasileira. O Brasil era visto como uma formação social ‘atrasada’, semicolonial e semifeudal, que teria necessidade — para superar suas contradições e encontrar o caminho do progresso social — de uma revolução ‘democrático-burguesa’ ou de ‘libertação nacional’. Foi essa, pelo menos desde os anos 30, a posição do Partido Comunista Brasileiro.”<sup>5</sup> E por fim: “A estranha (mas não paradoxal) convergência entre as posições mais reacionárias da ditadura e a orientação terceiro-internacionalista do marxismo brasileiro explica as dificuldades registradas, num primeiro momento, à recepção da obra de Gramsci.”<sup>6</sup> Afinal que Carlos Nelson aceitar?

Só em 1981 ele abandona a visão de Gramsci como filósofo e teórico da cultura para trabalhar a política como o “ponto focal do qual Gramsci analisa a totalidade da vida social”. Só em 81, quinze anos depois da primeira publicação e ele foi dos introdutores de Gramsci no Brasil. Coutinho percebe o “tardio” do evento. Tenta explicar: em um “ambiente onde o cientificismo antiideológico e o irracionalismo dominavam a cena cultural, inclusive na área da esquerda, as reflexões filosóficas de Gramsci — desvinculadas daquilo que constituía a sua específica novidade — não tiveram eco.”

Tudo se passa como mecanicidade: a “talvez inconsciente divisão de trabalho”, “impediu”, “formou-se um clima cultural”, o “ambiente” o “cientificismo antiideológico” e o “irracionalismo”. Tudo se passa como se não se pudesse fazer nada. Como se deveríamos sofrer, de forma passiva, a ação desse clima, desse ambiente. Será que os portadores de teorias tão avançadas como a de Gramsci e de Lukács não tinham como subtrair-se a isso? Bem. Lá vamos nós de novo. Relembremos. Primeiro fizeram a “operação Gramsci”. Despolitizaram. Intencionalmente. Depois a culpa (como sempre) foi atribuída aos esquerdistas, etc.

Mas a realidade é dura e as evidências são terríveis. Sem se conhecer Gramsci e vendo-se nele *apenas* um teórico da cultura, como se poderia saber o seu valor? Se o importante era a determinação econômica e se a cultura era um mero efeito ideológico (pelo menos para a maioria dos militantes educados

direta ou indiretamente pela vulgata stalinista), se a ideologia era vista apenas como “efeito mecânico da infraestrutura”, como epifenômeno, como “forma de enganar os dominados”, na melhor das hipóteses, como “falsa consciência”, como esperar que Gramsci fosse descoberto? Se sequer os divulgadores usavam as categorias gramscianas na análise da nossa realidade, como aceitar que o cientificismo antiideológico e o irracionalismo foram os grandes culpados? Ou responsabilidade maior cabe àqueles que há mais de vinte anos viviam a “abertura pluralista” e tinham acesso à esses autores? Mas qual não é nossa surpresa ao ler que “somente depois que emergiu entre nós o Gramsci político é que renasceu o interesse pelo Gramsci filósofo e crítico”. Mais essa! Surge agora um “emergir” inexplicado como tantas outras coisas.

*Novamente*, e apesar dos erros é ainda de dentro do PCB que se dá o avanço do pensamento de Gramsci no Brasil. Carlos Nelson reafirma a justeza da tática do PCB e também da correspondência “na prática à gramsciana ‘guerra de posições’”. Contudo as “hesitações da direção do PCB” diante do vínculo entre democracia e socialismo e das tarefas daí decorrentes levam à instalação de uma nova crise. Nova “operação” será tentada, de novo promovida por intelectuais vinculados ao PCB. Trata-se agora de recuperar a “herança gramsciana”, momento “privilegiado de uma operação que visava uma ruptura com a esclerose doutrinária do PCB, com os modelos da Terceira Internacional”.

O gramscismo teria se fortalecido entre nós, como parte de uma nova teoria do socialismo. Ele “e a elaboração teórico-política do PCI” foram, no Brasil, “revitalizadores de uma esquerda que se esfacelara, no plano organizativo.” Pretensão e água benta, cada um toma a que quer! Mas, convém não exagerar. Isto não se sustenta. Não há comprovação do peso, teórico ou político do PCB, em relação à essa esquerda “esfacelada”. Muito pelo contrário. Coube muito mais ao PT e a setores da esquerda não filiada aos PCs um imenso esforço teórico e prático de construir essa alternativa. Sempre combatidos aliás por aqueles que se pretendem “revitalizadores” da esquerda. O isolamento crescente dos comunistas “oficiais”, seja na vertente moscovita ou albanesa, mostra isso.

Que sucede após esse esforço italiano de reorganizar a “esquerda que se esfacelara”? A direção do PCB “não hesitou em transformar os ‘gramscianos’ numa pretensa ‘direita’ que devia ser derrotada depois que a ‘esquerda’ prestista já o fora.” Bem, pelo menos agora eles não hesitaram. Derrota clara dos intelectuais responsáveis pela nova “operação Gramsci”. A direção “centrista”, usou “procedimentos administrativos”, informa Carlos Nelson, para expurgar os intelectuais da “abertura pluralista”, somente após ter-se aliado a eles para derrotar o “ultradogmatismo de Prestes”, ao mesmo tempo em que se repetia que a demo-



cracia é um "valor universal",<sup>7</sup> como manda o figurino. Assim, os "gramscianos do PCB", após o golpe militar na Polônia, só tiveram como alternativa o abandono em massa do partido. E, na sua maioria, caíram no... PMDB.

Aqui a ironia da história se mostra na sua plenitude. Os que queriam revitalizar a esquerda acabaram, ainda uma vez, se submetendo aos liberais. E aí ficaram junto com o PCB até que este se legalizou. Separaram-se... mas moravam na mesma casa. Após mais de vinte anos de "abertura pluralista" eles permaneceram hegemônicos. "A 'cidadania brasileira' do marxista italiano Antonio Gramsci" se revela agora claramente: ela é a ata da derrota dos "gramscianos" no interior do PCB. O resto é ilusão. Qual foi o resultado da ação dos "jovens intelectuais"? A ineficácia. Eles saem e Gramsci permanece apenas uma referência de bom tom no PCB; um culto, sem influência real na linha política do partido. Gramsci continua sendo usado.

Só feito esse percurso Coutinho vai falar do gramscismo fora do PCB. Além da universidade, rapidamente citada, em especial nos cursos de educação e serviço social, ignorando-se a influência dos/nos cursos de ciências sociais, Carlos Nelson cita o influxo sobre a teologia da libertação. Gasta nisto apenas três parágrafos. O trabalho com/sobre o universo conceitual gramsciano é um bom exemplo sobre a importância da universidade para a teoria marxista no Brasil. Palco de inúmeros confrontos teóricos e ideológicos, a universidade viveu e tornou possível, a nível de massa, mais do que os ditos PCs, o debate sobre a teoria marxista. Ele sequer dimensiona o problema. E sua relevância.

Repensar a trajetória do pensamento gramsciano é uma necessidade que vai muito mais além da estória de Carlos Nelson. José Aricó contou como se deu esse processo na Argentina em um belo livro: *La cola del diablo*. Título sugestivo. O rabo do diabo é uma explicação dada por aqueles que tendem a ver — sempre! — nos resultados negativos das suas ações a presença de fenômenos perturbadores: a ultra-esquerda, o cientificismo antiideológico e o irracionalismo. Mas convém superar a demonologia se se quer atuar na realidade.

Uma última observação. Quem acompanhou os textos de Coutinho constata que as elaborações da teoria política do PCB parecem mais produtos da elaboração italiana do que da análise da realidade nacional: as leituras de Togliatti sobre Gramsci, as teses do PCI e a declaração de Berlinguer sobre a "democracia como valor universal" tiveram uma eficácia fantástica sobre... alguns dos "intelectuais vinculados ao PCB". A elaboração de uma visão crítica e de teses adequadas à nossa realidade pelo PCB não aparecem. Da direção do PCB só reclamações: hesitações, centrismo, etc. A separação entre análise de conjuntura/estratégia/tática tal como nos foi descrita é, para nós, uma revelação muito precisa de como e porque o pen-

samento gramsciano não cabia na matriz PCB. No entanto, para os "jovens intelectuais" do PCB isso poderia ter sido superado: eles leram "bem" os italianos. Pena que a realidade brasileira não tenha sido um bom laboratório para a produção deles. Se assim fosse, quem sabe, o debate e a prática políticas teriam sido mais ricos. E eficientes.

#### NOTAS

- 1 Comunicação apresentada ao simpósio internacional *Gramsci nel Mondo*, realizado em Fomia (Itália) de 24 a 27 de outubro de 1989. Publicado em *Teoria & Debate*, nº 9.
- 2 COUTINHO, Carlos Nelson. "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira", in *Gramsci e a América Latina*, Editora Paz e Terra, 1988, p. 105.
- 3 *As categorias...*, p. 104.
- 4 *Idem*.
- 5 *Transformações políticas da América Latina: a presença de Antonio Gramsci na cultura latino-americana*, Seminário realizado em setembro de 1985, na cidade de Ferrara (Itália).
- 6 *op. cit.*, p. 105.
- 7 Para CNC essa afirmação feita por Enrico Berlinguer, foi "para muitos intelectuais brasileiros de esquerda, o ponto de ruptura definitivo com o 'marxismo-leninismo'." Novamente se identifica esquerda brasileira e PCB.





## Bolchevismo, Gramsci, conselhos

Oswaldo Coggiola\*

**S**e coube a Trotski o mérito de ser o primeiro a apontar (em *Balanco e perspectivas*, redigido em 1906, logo após a revolução de 1905) o papel do soviete, conselho operário, como órgão de poder do proletariado (ou seja, da própria revolução socialista), coube a Lenin, em *O esquerdismo, doença infantil do comunismo*, assinalar o caráter *universal* da experiência soviética "russa", assim como estabelecer o fio de continuidade histórica desta com a Comuna de Paris, analisada por Marx e Engels, como a forma acabada da *ditadura do proletariado*. Ou, como disse Valentino Gerratana, "é um mérito de Lenin não só ter chamado a atenção para a importância da análise de Marx sobre a Comuna de Paris, como também ter colocado esta análise no centro da teoria marxista do Estado".<sup>1</sup>

### O Estado-comuna

Em decorrência do anterior, faz-se necessário, portanto, enfatizar um dos mais importantes aspectos da Comuna de Paris, válido também para o sistema de conselhos em geral, mas sobretudo para os sovietes russos que a sucederam: sua configuração como um movimento que procurou instaurar a democracia direta e, por conseguinte, oposto ao regime parlamentar burguês. A Comuna substituiu o parlamento por uma nova instituição, embora não tenha abolido a elegibilidade e a representatividade. Aliás, em relação à manutenção da instituição representativa, Lenin, n'*O Estado e a revolução* assinalava, no caso de sua inexistência, a impossibilidade de conceber a democracia, enquanto que, sem parlamentarismo, pode-se e deve-se concebê-la. Ao destruir a máquina estatal, a Comuna substituiu as instituições próprias à democracia burguesa e a transformou em democracia proletária. Para tanto, tomou uma série de medidas em que foram asseguradas a elegibilidade e a revogabilidade de cargos e mandatos; a redução salarial do fun-

\* Com a colaboração de Ana Lúcia Gomes Muniz



cionalismo do Estado até sua equiparação ao salário de um operário; o fim da separação entre trabalho legislativo e executivo no parlamento; estabelecimento do direito permanente de controle e renovação parlamentar e a eleição de deputados mediante mandatos populares.

Esse conjunto de medidas concorreu para a abolição da totalidade dos privilégios dos funcionários do Estado e para o controle permanente das suas atividades e, sobretudo, para que as funções próprias do poder estatal passassem a ser exercidas diretamente pela maioria da população. Em última análise, essas medidas foram a expressão da "passagem da democracia burguesa para a democracia proletária, da democracia dos opressores para a democracia das classes oprimidas, do Estado como força especial de repressão de uma determinada classe para a repressão dos opressores pela força conjunta da maioria do povo, dos operários e camponeses".<sup>2</sup> Estas medidas democráticas "ao mesmo tempo unificam os interesses dos operários e da maioria dos camponeses (e) servem como ponte que leva do capitalismo ao socialismo. Referem-se à reorganização estatal, puramente política da sociedade, mas é evidente que só adquirem sua plena importância e sentido em conexão com a expropriação dos expropriadores, ou seja, com a transformação da propriedade privada capitalista dos meios de produção em propriedade social".<sup>3</sup>

Não obstante, para consumir-se a abolição do parlamento burguês e simultaneamente a conservação das instituições representativas fazia-se necessária a criação de uma nova base econômica para o Estado, ou seja, a organização econômica sob o controle e direção do proletariado, pois, de acordo com a análise de Marx, a Comuna era um governo da classe operária, resultante da luta entre o que ele chamava "classe produtora" e "classe apropriadora", cujo objetivo último era promover a "emancipação do trabalho". Alcançar tal finalidade implicava a organização da produção por operários, mais exatamente, operários armados e senhores do poder do Estado. Nesse sentido, a democracia operária, para existir efetivamente, deveria ultrapassar os limites impostos pelo capitalismo, isto é, a propriedade privada dos meios de produção e assim converter-se em democracia ampla de massas. Aí reside a possibilidade de eliminação do parlamento burguês, da burocracia e dos privilégios concedidos pelo Estado.

O momento a partir do qual tem início o processo de transformação da democracia burguesa em democracia operária, quando o proletariado já se encontra organizado como classe dominante, recebeu de Marx a denominação de ditadura do proletariado, para quem aliás, a Comuna de Paris fôra o seu primeiro ensaio e, posteriormente, o paradigma mesmo da organização do proletariado para os marxistas. Em síntese, a combinação de

elementos da maior importância, entre os quais a substituição do parlamento burguês por uma nova instituição na qual foi possível viabilizar o exercício de uma ampla democracia de massas, a substituição dos corpos repressivos do Estado pela organização da população em armas, a eleição e revogabilidade de cargos e mandatos pelo povo sempre quando necessário, permitem considerar os soviets como autênticos herdeiros da Comuna de Paris.

O mencionado historiador Oskar Anweiler já chamara a atenção para o fato das análises e concepções do Estado às quais chegaram Marx e Engels, especialmente a partir das experiências do proletariado francês em 1871, pouco influenciaram seus seguidores, tanto prática como teoricamente, por ocasião do período de apogeu da social-democracia. Entretanto, o movimento do proletariado russo se encarregou efetivamente de fazê-lo, quando espontaneamente construiu, desenvolveu e generalizou os soviets. Este movimento fez com que determinadas noções, tais como "Estado operário", "ditadura do proletariado", entre outras, merecessem especial atenção na chamada teoria marxista do Estado, pois a partir de 1917 tornara-se imprescindível integrar esta nova realidade da organização de combate dos operários, posteriormente dos soldados e camponeses russos, a uma interpretação teórica global do mundo contemporâneo e das formas que já revestiam e deveriam revestir a revolução proletária no século XX.<sup>4</sup>

Em meio ao desenrolar da Revolução Russa de 1917, as análises de Marx e Engels acerca do Estado seriam retomadas por Lenin e, finalmente, a Comuna de Paris assumiria um papel destacado na teoria do Estado, além de servir como ponto de partida para as críticas ao reformismo/oportunismo da II Internacional, bem como ao anarquismo. Os primeiros, por relegarem ao esquecimento que, se as revoluções anteriores a 1871 apenas se haviam apropriado da máquina estatal existente, colocando-a em funcionamento com finalidades diferenciadas, a Comuna de Paris demonstrara a necessidade do proletariado rompê-la.<sup>5</sup> Já os segundos, por exigirem a imediata abolição do Estado, desconsiderando que este, destruído pela revolução proletária, é substituído pela ditadura do proletariado, isto é, o proletariado organizado como classe dominante e, por conseguinte, será este Estado proletário de transição que deverá ser extinto na passagem do capitalismo ao comunismo.

Antes mesmo da ocorrência da Comuna de Paris, Marx já estabelecera essencialmente aquela que mais tarde viria a ser conhecida como a teoria marxista do Estado e da revolução.<sup>6</sup> Em sua *Carta a Weydemeyer* (1852), afirmava ser a demonstração de que a luta de classes conduzia necessariamente à ditadura do proletariado e esta, por sua vez, não era nada mais, nada menos, que a transição para a sociedade sem classes, a verdadeira novidade por ele trazida. Entretanto, a experiência das massas ainda não chegara a



demonstrar "as formas com as quais deveria se revestir a organização do proletariado como classe dominante".<sup>7</sup> A primeira destas formas finalmente apareceria com a própria Comuna de Paris, atingindo posteriormente seu ponto mais elevado com os soviets russos. "A Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo em seu interior a emancipação econômica do trabalho".<sup>8</sup> Apesar da variedade das formas assumidas ou que possam vir a assumir os governos da classe operária, a sua essência, ou seja, a ditadura do proletariado, permanece a mesma. Nesse sentido, as revoluções russas de 1905 e 1917 e as inúmeras tentativas que se lhe seguiram, deram prosseguimento à obra interrompida da Comuna de Paris. Portanto, justifica-se plenamente a atribuição a Lenin do mérito de haver demonstrado a importância da análise desta por Marx, colocando-a no núcleo da teoria marxista do Estado, atribuição esta que lhe foi dada pelos mais eminentes teóricos, bem como pelos mais destacados revolucionários.

### Os soviets de Outubro

A vinculação entre soviets e bolchevismo é recorrente em inúmeros trabalhos históricos. Entretanto, seriam os bolcheviques os primeiros a afirmar o contrário, uma vez que se demonstrara amplamente a origem autônoma dos conselhos, algo passível de verificação na obra de Oskar Anweiler, ainda que este enfatize a incorporação dos soviets, em um momento determinado do seu desenvolvimento, à teoria de Lenin acerca do Estado e da Revolução.

Já o historiador Pierre Broué insiste em que os soviets sejam vistos em sua continuidade histórica e teórica, na qual a Revolução Russa desempenha um relevante papel. Levando-se em conta esta continuidade, reduzir a análise dos soviets a uma experiência histórica exclusivamente russa significa incorrer em grave erro. Por isso, a postura metodológica correta a ser adotada na análise dos conselhos implica em não dissociá-los de experiências históricas concretas não limitadas apenas aos soviets e sua evolução nas revoluções russas, impedindo, por um lado, a redução do estudo dos conselhos a um "estudo de uma idéia" e, por outro, a criação de qualquer espécie de "mito dos conselhos".

Toda uma parte da obra de Oskar Anweiler volta-se para o estudo dos soviets russos de 1905. Nesta, o autor analisa separadamente as diferentes visões relativas aos soviets por parte dos mencheviques e bolcheviques. Entretanto, as concepções e análises desenvolvidas por Trotski são apresentadas separadamente. Pode-se constatar que, tanto bolcheviques como mencheviques, bem como qualquer outra corrente política então exis-

tente não se haviam dado conta da configuração dos soviets enquanto um novo fenômeno. Trotski, ao contrário, detectou as novidades por eles trazidas, ou seja, o alcance de tais organismos surgidos da própria ação das massas e o seu significado essencialmente revolucionário, visíveis nas funções estatais que gradativamente assumiam. Mas Trotski, assim como Lenin, ainda não via os soviets de 1905 como herdeiros da Comuna de Paris, algo que viria a ocorrer em 1917. Também neste ano, a idéia de Trotski, qual seja, a de que a ditadura do proletariado encarnava-se nos soviets, — elaborada por ele juntamente com Parvus, ainda na primeira revolução russa — seria definitivamente convertida por Lenin em fundamento da teoria leninista ou teoria bolchevique do Estado, muito embora seja mais acertado denominá-la teoria marxista do Estado.<sup>9</sup>

Trotski, dentre os revolucionários contemporâneos da revolução russa de 1905, é o mais enfático quanto ao caráter do soviete de São Petersburgo como forma de democracia direta. No entanto, não deixa de chamar a atenção também para a sua característica de organismo classista durante a revolução, ao salientar que "o soviete não permitiu que sua natureza de classe se dissolvesse na democracia revolucionária: foi e continua sendo a expressão organizada da vontade de classe do proletariado".<sup>10</sup> Com os soviets surgia, pela primeira vez na história da Rússia, um poder democrático de massas, evidentemente fazendo referência ao que ele chamava a "autêntica democracia". Esta afirmação levou um outro revolucionário, Anton Pannekoek, a supor que tal idéia de Trotski equivalia exatamente à descrição feita por Marx em 1871, embora não se referisse expressamente à Comuna de Paris ou aos escritos intitulados *A guerra civil na França*.

O soviete, formado por deputados eleitos diretamente pelas massas trabalhadoras, foi capaz de liderar suas manifestações, unificá-las e, sobretudo, consolidar-se em poder organizado daquelas, à medida em que, à diferença das demais organizações surgidas no interior do proletariado (partidos e sindicatos, em sua maioria social-democratas), o soviete era o próprio proletariado organizado, tendo por objetivo a luta revolucionária pelo poder. Para tal, utilizava métodos determinados por sua própria natureza de classe, entre os quais, Trotski destacava a greve política geral, simultaneamente, a principal arma e o principal método de luta.<sup>11</sup>

Assim como na Comuna, o soviete também era uma forma de organização flexível e ambos, num dado momento de seu desenvolvimento, tornaram-se autênticos governos da classe operária. Em se tratando dos soviets, a flexibilidade desta forma de organização permitia agregar, tanto a nível territorial como funcional, parcelas cada vez maiores da população à luta pelo poder. Não é por casualidade que foram criados diferentes sovie-



tes, a saber, de operários, soldados, camponeses, estudantes... Ao mesmo tempo, por suprimir a divisão entre as funções executiva e legislativa e garantir a elegibilidade e revogabilidade de seus representantes, permitiu às massas o exercício de um real e direto controle. Nos soviets garantiu-se o direito ao exercício da democracia, uma vez que em seu interior as mais diversas tendências e partidos operários encontravam-se livres para divergir e disputar ideológica e politicamente sua direção. Na prática demonstrou categoricamente a superioridade da democracia soviética frente a democracia burguesa.

Os soviets, dada a sua natureza de classe e em sua trajetória de organismos de luta pelo poder ("embriões de um novo poder") a organismos efetivos de poder do proletariado, apenas puderam e podem surgir nos momentos em que o movimento das massas adentra uma etapa abertamente revolucionária. "Os conselhos operários oriundos de uma greve ou de um grande combate revolucionário, criados no quadro da luta pelo controle operário ou de um enfrentamento dos trabalhadores com o poder repressivo do Estado, constituem os órgãos naturais para o exercício do poder por parte do proletariado. Desde os comitês operários a que se refere Marx em 1850, baseado na experiência da Revolução de 1848, os comitês da Comuna de Paris e o soviete de Petrogrado de 1905, até os soviets que tomaram o poder na Revolução de Outubro e os conselhos operários criados no curso da revolução alemã, austríaca, espanhola, a segunda revolução húngara e outras, esta forma de organização do poder proletário sempre se impôs na prática revolucionária por razões óbvias".<sup>12</sup>

### Teoria dos Conselhos

Trotsky, no *Programa de transição*, constatara que "a maioria da classe operária é trazida para dentro da luta apenas episodicamente, durante um período de ascenso excepcional do movimento operário. Durante tais momentos, é necessário criar organizações com uma finalidade específica, concentrando toda a massa em luta em comitês de greve, comitês de fábrica e, finalmente, em soviets".<sup>13</sup> Entretanto, estes organismos rapidamente começariam a sentir sua própria falta de coesão e insuficiências e, ainda que a crise social faça convergir para as organizações operárias uma parcela sempre crescente da população, será preciso que o movimento operário adquira unidade e encontre uma liderança capaz de harmonizar as mais diversas reivindicações e as várias formas de luta que se colocam. Os conselhos, nesse sentido, são as organizações capazes de aglutinar os representantes de todos os grupos em luta. À medida em que os soviets não se vejam limi-

tados por nenhum programa partidário, faz-se possível que para sua direção volte-se a totalidade da classe operária. Muito pelo contrário, os soviets possibilitam que diferentes correntes do proletariado para eles confluem e lutem pela sua direção de modo amplamente democrático.<sup>14</sup>

A partir das seguintes premissas, a saber: 1) que os conselhos surgem apenas em momentos nos quais o movimento de massas adentra uma etapa claramente revolucionária, quando a luta de classes ultrapassa largamente os limites colocados pelas organizações tradicionais do movimento operário e 2) enquanto instituições de massas à margem da legalidade burguesa, põem em xeque o poder estatal e frente a este se colocam como alternativa de poder, verifica-se que a experiência dos conselhos, ao generalizar-se amplamente, provoca uma aguda crise revolucionária, ao instaurar um período de dualidade de poderes que se reflete em toda a sociedade. "O poder dual, por sua vez, é o ponto culminante do período de transição. Dois regimes, burguês e proletário, se opõem irreconciliavelmente um contra o outro. O choque entre eles é inevitável".<sup>15</sup> Se, em meio à luta pelo poder estatal — característica primeira da revolução — vencer o poder encarnado nos soviets, instaura-se a ditadura do proletariado.

A teoria da ditadura do proletariado, isto é, da construção do Estado operário, obteve seus fundamentos na elaboração teórica relativa às experiências da Comuna de Paris e, num segundo momento, a partir dos acontecimentos da revolução russa de 1905. Não obstante, a questão da dualidade de poderes ainda não fôra suficientemente estudada, só vindo a ser avaliada teoricamente a partir de 1917. Trotsky, n' *A História da Revolução Russa* questionava se o fenômeno do duplo poder estava em contradição com a teoria marxista do Estado e ele mesmo se encarregaria de responder: "Não, nesses fenômenos encontramos apenas uma combinação mais complexa das mesmas leis. Se o Estado é uma organização da supremacia da classe e se a revolução é a substituição da classe dominante, a transmissão do poder de uma para a outra deve, necessariamente, criar antagonismos na atuação do Estado, principalmente sob a forma de uma dualidade de poderes. A relação de forças das classes não é uma grandeza matemática, suscetível de cálculo *a priori*. Quando se altera o equilíbrio do velho regime, a nova relação de forças só se pode estabelecer como resultado de sua computação recíproca na luta. E é isso a revolução". Pode parecer que esta digressão voltada à teoria nos tenha desviado dos acontecimentos de 1917. Em verdade, porém, permite a chegada ao âmago da questão pois, "foi precisamente em torno do problema da dualidade dos poderes que se desenrolou a luta dramática entre os partidos e as classes. Somente do alto da teoria teríamos podido descortinar essa luta e compreendê-la exatamente".<sup>16</sup> Trotsky entretanto, não circunscreveu o fenômeno da dualidade de poderes



à Revolução Russa de 1917. Ao contrário, demonstrou que sua ocorrência, possível apenas em épocas revolucionárias, constituía-se numa das principais características das revoluções: "a preparação histórica da revolução conduz, no período pré-revolucionário, a uma situação na qual a classe destinada a implantar o novo sistema social, conquado ainda não dominando o país, concentra, efetivamente, em suas mãos uma parte importante do poder de Estado, ao passo que o aparelho oficial permanece em poder de seus antigos possuidores. É este o ponto de partida da dualidade de poderes, em qualquer revolução".<sup>17</sup>

A dualidade de poderes é, portanto, uma fase transitória no desenvolvimento da revolução. Trata-se de um acontecimento revolucionário, mas não de um fato nos marcos da legalidade do regime em questão, no qual se exclui todo e qualquer equilíbrio normal de poderes. Evento anômalo, instável e de curta duração, pois "a unidade é a vontade de todo Estado", não podendo coexistir, portanto, dois poderes permanentes. A dualidade de poderes não se trata de uma mera divisão de poderes, mas da contraposição e do enfrentamento entre ambos. Cada um dos pólos é ocupado pelo poder de uma classe social organizada enquanto tal e estas se antagonizam. Eis a síntese da concepção, não apenas de Trotski, mas também de Lenin sobre o fenômeno da dualidade de poderes. Entretanto, há um aspecto em Trotski que não aparece na análise de Lenin e diz respeito à caracterização da dualidade de poderes como um fenômeno não inserido em tempo ou lugar histórico determinado, nem vinculado a um tipo específico de revolução. Isto torna a concepção de Trotski passível de aplicação às revoluções burguesas, bem como às revoluções proletárias sucedâneas da de Outubro.

Para autores como Zavaleta Mercado, eis aí uma primeira dissolução do conceito de dualidade de poderes e esta se torna mais evidente à medida em que Trotski "coloca a dualidade de poderes como uma 'lei social', em contraposição à 'peculiaridade essencial' como a vê Lenin, um fruto puro da história russa, de seu modo superposto de suceder".<sup>18</sup> Tratava-se, portanto, de duas visões, uma universalista, outra localista. Continuando, afirma o mesmo autor: "Trotski via com mais lucidez ou transparência os aspectos da unidade da história do mundo (...) enquanto Lenin ou Stalin e o próprio Gramsci podiam compreender mais fácil e exaustivamente a diferença ou peculiaridade da história do mundo, atitude sem a qual um movimento revolucionário não pode vencer agora nem nunca. À lógica do lugar, certamente, cabe derrotar a lógica do mundo".<sup>19</sup> Em seguida, Zavaleta Mercado procura dar conta da peculiaridade essencial, do "signo verdadeiramente original" da Revolução Russa: "a proximidade no tempo, a contemporaneidade, o paralelismo entre a revolução democrático-burguesa e a revolução socialista é o típico da Revolução Russa e nele se funda o seu

carácter ininterrupto ou permanente".<sup>20</sup> Ora, é justamente por meio das peculiaridades russas (peculiaridades que são resultantes do desenvolvimento histórico da Rússia) verificadas nas revoluções de 1905 e 1917 que Trotski viria a formular não apenas a "lei social" da dualidade de poderes, mas também outra, aliás tão importante quanto a primeira, em se tratando de uma teoria, a saber, a lei do desenvolvimento desigual e combinado presentes na teoria da revolução permanente, justamente por ser tão "universalista" quanto o sistema por ele combatido.

O surgimento de organismos de um novo poder estatal verifica-se primeiramente na base econômica do sistema, à medida que a produção, enquanto "reino da desigualdade", é o limite da democracia burguesa e nela se revela a relação essencial de desigualdade sobre a qual repousa o capitalismo. O processo social do trabalho é a base do poder do capital, para chegar, finalmente, ao Estado, cuja função é assegurar a perpetuidade deste modo de produção. Portanto, é exatamente na produção que se explicita a ditadura da burguesia pois, na sociedade, ela pode muito bem revestir-se com as mais desenvolvidas formas democráticas. Mas é também a partir da produção que o proletariado pode enfrentar o poder do capital e vencê-lo, instaurando sua própria ditadura, exercida sob as formas políticas da democracia operária. Para tal, o proletariado organiza-se em comitês (ou conselhos) de fábrica que, ao se contraporem ao poder do capital, passam a se apresentar como o "embrião de um novo poder, embora essa dualidade de poderes na fábrica apenas uma entre muitas vezes possa chegar a formular-se abertamente e tomar consciência de si mesma frente ao Estado".<sup>21</sup> A dualidade de poderes representa, portanto, uma etapa de transição, ao encerrar em si mesma dois regimes irreconciliáveis, o burguês e o proletário. "O significado fundamental dos comitês de fábrica consiste precisamente no fato de abrirem as portas senão para um período diretamente revolucionário, então para um período pré-revolucionário, entre o regime burguês e o proletário".<sup>22</sup> O regime proletário como que começa a existir e a se organizar enquanto sistema — embrionariamente — em diversos organismos revolucionários, ainda que os mais elementares. Nesse sentido, a existência de uma dualidade de poderes em níveis mais amplos — o duplo poder estatal propriamente dito — atesta o desenvolvimento de uma dualidade inicial e básica capaz de se propagar por toda a sociedade.<sup>23</sup>

O caráter universal dos conselhos, bem como da dualidade de poderes que os primeiros instauram ao tomarem para si as prerrogativas do poder estatal — que os transformam em autênticos organismos de um novo poder —, é finalmente comprovado pelas revoluções que se seguiram a Outubro, ainda que o aparecimento dos conselhos "não se repita com a precisão aritmética sonhada pelos teóricos do 'sistema de conselhos'".<sup>24</sup> O



surgimento dos conselhos é, na verdade, uma experiência concreta das massas operárias, por neles identificarem a forma de organização cuja tendência era a realização da democracia direta, isto é, o exercício de seu próprio poder, seja ele a nível da produção ou a níveis mais amplos da sociedade. Não obstante, nem todas estas experiências culminaram na construção de Estados operários de tipo soviético, "não porque esta forma de organização do Estado resultasse das chamadas 'peculiaridades russas', mas em decorrência de questões concretas colocadas pela história deste século".<sup>25</sup>

À guisa de conclusão parcial, a democracia operária, bem como os conselhos, não se constituem em experiências concluídas, tampouco superadas com a elaboração de uma nova estratégia pelos partidos comunistas no período entre-guerras, na qual a problemática dos conselhos — um elemento essencial na teoria marxista da revolução — foi relegada ao esquecimento,<sup>26</sup> ou ainda, por sua inadaptação às "complexas sociedades ocidentais do pós-guerra".

Na verdade, tais experiências históricas não foram resgatadas ou reeditadas por nenhum movimento que não o das próprias massas que, nas mais diferentes lutas, trouxeram novamente à tona a crítica da democracia burguesa, a crítica ao reformismo e à burocratização das organizações, sindicatos e partidos políticos (e, em certos casos, do próprio Estado operário), a crítica, enfim, ao sistema que perpetua o reinado da desigualdade. Estes movimentos tomaram por modelo a mesma forma de organização que caracterizara a Comuna de Paris e os soviets russos, constituindo-se democraticamente pela base e, tal qual os conselhos concebidos por Lenin, Trotski, Pannekoek e Gramsci, ao rejeitarem a ordem institucional existente, colocaram em causa o poder do capital<sup>27</sup> em toda a estrutura social e, no momento em que se generalizaram, provocaram verdadeiras crises revolucionárias ou propriamente revoluções. Experiências como as da Alemanha (1919), Itália (1921), Espanha (1936), Hungria (1956), França e Checoslováquia (1968), Polônia e Bolívia (1970), Chile (1973) são verdadeiros atestados históricos daquilo que procuramos apresentar e demonstram também a vigência de uma teoria e de uma *práxis*, unidas no marxismo revolucionário.

### Gramsci e Lenin

Foi o próprio Lenin quem enfatizou, em *O Esquerdismo...*, "a significação internacional (no sentido estrito da palavra) do *poder soviético* e dos fundamentos da teoria e da tática bolcheviques" (grifo nosso). No primeiro sentido, a concepção gramsciana se situa inteiramente no esteio do leninismo, tal como notou Massimo Salvadori: "Gramsci viu no soviete russo um

exemplo de valor universal. E partindo desta categoria de juízo fez uma crítica corrosiva e radical das instituições do movimento operário: partido socialista e sindicatos. Mas a originalidade de Gramsci esteve na atenção posta sobre a produção industrial. Ele partiu da profunda convicção de que a revolução apenas podia triunfar se o partido revolucionário se mostrasse capaz de transformar as massas, levando-as à vontade de converter-se em classes dirigentes".<sup>28</sup>

Nas palavras do próprio Gramsci, o desenvolvimento da corrente política estruturada ao redor do jornal *L'Ordine Nuovo* "não era mais do que uma tradução, para a realidade histórica italiana, das concepções desenvolvidas pelo companheiro Lenin em alguns artigos publicados pelo próprio *Ordine Nuovo*, e das concepções do teórico americano da associação sindical revolucionária dos IWW (Industrial Workers of the World), o marxista Daniel De Leon".<sup>29</sup>

Em todas as fases de sua trajetória, o problema colocado para Gramsci, como dirigente e teórico comunista, é o da *revolução proletária*, e a sua problematização posterior da questão da "hegemonia" refere-se, claramente, à hegemonia do proletariado na revolução. Retrospectivamente, porém, tem-se tentado diversas vezes qualificar as elaborações posteriores de Gramsci como um ponto de ruptura com Lenin e com o "leninismo", de importância essencial para a esquerda ocidental, tal como fez Luciano Gruppi numa das interpretações mais conhecidas da obra de Gramsci:

"O conceito gramscista de hegemonia está, pois, bastante próximo do de Lenin. Entretanto, ambos divergem em um ponto capital: a preeminência da direção cultural e ideológica. Lenin, em seus escritos sobre a hegemonia, insiste sobre o seu aspecto puramente político: o problema essencial para ele é a derrubada, pela violência, do aparelho de Estado. A sociedade política é o objetivo e, para atingí-lo, uma prévia hegemonia política é necessária. Hegemonia política, porque a sociedade política é mais importante, em suas preocupações estratégicas, do que a civil; assim, desta ele só retém o aspecto político. E com maior razão na medida em que, como vimos, a sociedade civil é muito débil na Rússia. Gramsci, ao contrário, situa o terreno essencial da luta contra a classe dirigente na sociedade civil: o grupo que a controla é hegemônico e a conquista da sociedade política coroa essa hegemonia, estendendo-a ao conjunto do Estado (sociedade civil mais sociedade política). A hegemonia gramscista é a primazia da sociedade civil sobre a sociedade política. A análise leninista é exatamente inversa".<sup>30</sup>

Tal concepção significa negar, justamente, a "universalidade" da experiência soviética e do próprio bolchevismo, negação pela qual Gramsci não pode ser responsabilizado, pois seu ponto de partida era, como vimos, exatamente o oposto. Para Gramsci, suas eventuais divergências com o bolchevismo se situavam *dentro* desse campo, e não fora dele.



Os autores que tentam argüir uma divergência de princípios, baseada no caráter "oriental" da experiência bolchevique, e no "ocidental" da gramsciana, não só negam a visão *internacionalista* do bolchevismo (o que inclui as diferenças entre nações e não a sua homogeneização) como desconhecem a própria história do bolchevismo, tal como foi notado por uma das maiores especialistas gramscianas: "Esta oposição entre Oriente e Ocidente — do ponto de vista das superestruturas e dos seus efeitos num processo revolucionário — já está em Lenin, sem falar do discurso de Trotski no IV Congresso da III Internacional. O próprio Gramsci refere-se explicitamente à estratégia da frente única, ao Lenin de 1921-22, como ponto de partida de toda a sua reflexão sobre a guerra de posição".<sup>31</sup>

### Gramsci e os conselhos

Para Gramsci, o ponto de partida é a universalidade da experiência soviética, como base para a ação revolucionária na Itália. Em um artigo de *L'Ordine Nuovo* de agosto de 1920, se pergunta: "Existe na Itália, como instituição da classe operária, algo que possa ser comparado ao soviete? Que partilhe da natureza dos sovietes? Algo que nos autorize a afirmar que o soviete é uma forma universal, e não uma instituição russa e apenas russa? O soviete é a forma através da qual, em toda parte onde existam proletários em luta para conquistar a autonomia industrial, a classe operária manifesta essa vontade de se emancipar. O soviete é a forma de auto-governo das massas operárias. Existe um germe, um projeto, um tímido esboço de governo dos sovietes na Itália? Em Turim?"

E responde afirmativamente: esse órgão é o conselho de fábrica. Aparentemente, esses conselhos não apresentam sinais de se tornarem num possível soviete. Bem pelo contrário; criados nas revoltas de 1904, degenerados em órgãos de conciliação de classe, órgãos de auxílio à gestão da empresa, praticamente paralisados nesse momento, eles parecem justamente o oposto. No entanto, Gramsci manterá sua opinião de que eles constituem um germe fundamental do Estado proletário.

Inicialmente, eles são um instrumento de organização de toda a classe operária, sem o caráter restritivo de uma organização partidária ou sindical. São um elemento fundamental ao aprendizado da democracia operária, na medida em que os conselhos são eleitos por todos os operários, em cada seção, em cada fábrica. Por outro lado, diferentemente da participação sindical — participação enquanto assalariado — a presença operária nos conselhos se dá enquanto produtores. Este elemento aparentemente negativo — participação na gestão/produção — permite à classe operária preparar-se para assumir a direção na

produção, elemento indispensável à substituição da burguesia na direção dos negócios. Em princípio, a luta desses conselhos poderá demonstrar a inutilidade das classes dominantes no processo produtivo. Mais ainda, em sua plenitude, os conselhos, abrangendo todo um conjunto de fábricas, até cobrir praticamente toda a cidade, ensinará ao proletariado a inutilidade da burguesia, enquanto classe dirigente administrativamente. A sua extensão no campo e no exército, tenderá a formar o órgão fundamental do novo poder proletário: o conselho de operários, camponeses e soldados.

Para Gramsci, os conselhos não se opõem em princípio ao Partido e aos sindicatos. Ao contrário, eles se complementam. Durante todo um ano, Gramsci irá desenvolvendo lentamente a teoria dos conselhos (setembro 1919-1920) através de artigos no *L'Ordine Nuovo*. Estes artigos são discutidos com os operários. As críticas, sugestões e observações são sistematizadas e novamente lançadas para a massa em forma de artigos, proposições de organização e luta. Suas palavras de ordem são claras: "Todo poder do Estado aos conselhos de operários e camponeses"; são as massas populares sob a direção do proletariado que devem assumir, em forma de conselho, a direção administrativa do Estado. A direção político-ideológica é reservada ao partido, articulado estreitamente aos conselhos e às massas populares. A realização prática dos conselhos se dá inicialmente na grande greve das "agulhas" de março/abril de 1920, mas sua plena realização ao nível da cidade de Turim ocorrerá com as grandes ocupações de fábrica de agosto/setembro do mesmo ano. O grupo de *L'Ordine Nuovo* se coloca à frente da luta.

De acordo com James Joll, "por volta do outono de 1919, o movimento dos conselhos se havia espalhado por muitas fábricas em Turim e outros pontos do Piemonte. Para Gramsci eles deviam ser não apenas os núcleos de um movimento revolucionário mas também um padrão para a futura sociedade: 'O conselho de fábrica é o modelo do Estado operário. Todos os problemas inerentes à organização do Estado proletário são inerentes à organização dos conselhos'. Deveriam ser centros educacionais para a classe operária; e centros de estudos socialistas, nos quais Gramsci, Togliatti e Tasca ensinaram, foram estabelecidos em conexão com o movimento dos conselhos. Gramsci confiava em que estes proporcionariam um novo meio de organizar os trabalhadores comuns, que lhes preservaria a espontaneidade e os capacitaria a participar das decisões, evitando a burocracia do movimento sindical estabelecido e aquilo que ele considerava como a timidez da liderança do Partido Socialista".<sup>32</sup> Para Gramsci, o partido "de parlamentar pequeno-burguês deve tornar-se o partido do proletariado revolucionário".

Na verdade, as idéias de Gramsci sobre os conselhos de fábrica baseavam-se na suposição de que todos os trabalhadores de uma determi-



nada unidade industrial fariam parte deles. O movimento dos conselhos, vale dizer, incluiria igualmente os membros dos sindicatos e os trabalhadores ainda não organizados, aqueles que apoiassem o Partido Socialista e gente de outras filiações políticas. Em agosto de 1919, Gramsci escreveu que “a luta de classes, na posição atual do capitalismo industrial, é deflagrada por um novo tipo de organização proletária, baseada na fábrica e não no artesanato, na unidade de produção e não nos sindicatos profissionais. Este novo tipo de organização, ao desenvolver-se, amplia-se e enriquece-se com funções organizadas hierarquicamente, forma o pedestal do estado socialista, o instrumento da ditadura do proletariado no campo da produção industrial”. Esta proposição, que substituiria a estrutura sindical vigente por um sistema completamente novo, iria defrontar-se com a desaprovação dos dirigentes dos sindicatos, especialmente o dos metalúrgicos, este particularmente poderoso na indústria automobilística de Turim.

### Contra o fetichismo soviético

O conflito conselhos *versus* sindicatos não foi uma particularidade italiana. Na mesma época, a atividade claramente “soviética” dos conselhos “levou na Alemanha ao enfrentamento conselhos de fábrica x sindicatos, já nos fins de 1920, no Congresso Nacional de Conselhos de Fábrica, onde estes se subordinavam a nível local e nacional aos sindicatos que estavam nas mãos da maioria reformista, constituindo-se assim os conselhos de fábrica em base da estrutura sindical. Com isso queria-se evitar o paralelismo organizatório: conselho de fábrica de um lado e sindicato de outro. Isso levou os defensores dos conselhos de fábrica como órgãos de controle e direção do movimento operário a desenvolverem uma estratégia de minoria institucionalizada e a dificuldade de levar a luta em várias áreas ao mesmo tempo levou-os a uma atividade ultra-esquerdista e a seu completo desgaste”.<sup>33</sup>

Para o grande rival de Gramsci no PC italiano, Amadeo Bordiga, o grupo de Gramsci transformava os conselhos em “fetiches”, assim como fazia com os soviets, que “são a forma, não a causa, da revolução”.

Para Bordiga, “Os soviets, organizações do Estado do proletariado vitorioso, são bem diferentes dos conselhos de fábrica, e nem estes constituem o primeiro degrau, a primeira escada do sistema político soviético. O equívoco está, na realidade, contido também na declaração de princípio votada na primeira assembleia dos comissários de repartições das oficinas turinenses, que começa exatamente assim: ‘Os comissários de fábrica são os únicos e verdadeiros representantes sociais (econômicos e políticos) da classe proletária, porque foram eleitos por sufrágio universal por todos

os trabalhadores no próprio local de trabalho. Nos diversos graus de sua constituição, os comissários representam a união de todos os trabalhadores que se realiza nos organismos de produção (seção de trabalho — repartição — oficina — união das oficinas de uma determinada indústria — união dos estabelecimentos de produção da indústria mecânica e agrícola de um distrito, de uma província, de uma nação, do mundo) em que os conselhos e o sistema de conselhos representam o poder e a direção social’. Esta declaração é inaceitável, uma vez que o poder proletário se forma diretamente nos soviets municipais da cidade ou do campo, sem passar pelos trâmites dos conselhos e comitês de fábrica, como várias vezes temos dito, e como é evidente nas claras exposições do sistema soviético russo publicadas no próprio *L'Ordine Nuovo*. Os conselhos de fábrica são organismos destinados a representar os agrupamentos de operários no período da transformação revolucionária da produção e representam, não somente a aspiração daquele grupo de libertar-se através da socialização do capital privado, mas também a preocupação pelo modo como os interesses do grupo são resguardados no próprio processo de socialização, disciplinado pela vontade organizada de toda a coletividade trabalhadora”.<sup>34</sup>

Para o próprio Lenin, os soviets eram o fundamento da luta contra a burocratização do processo revolucionário, que o preocupou desde o próprio início da Revolução de Outubro, exprimindo-se em termos claramente otimistas a respeito: “A luta contra a deformação burocrática da organização soviética está garantida pela solidez dos vínculos existentes entre dos soviets e o ‘povo’ — entendendo-se por tal trabalhadores e explorados —, pela flexibilidade e elasticidades desses vínculos. Os pobres jamais consideram os parlamentos burgueses como instituições ‘suas’, inclusive na república capitalista mais democrática do mundo. Enquanto que os soviets são instituições ‘próprias’ e portanto não estranhas para a massa de operários e camponeses”.

Ao mesmo tempo, e no mesmo texto (de março de 1918), Lenin não fazia dos soviets panacéia universal, órgãos situados fora do tempo e do espaço, mas postos em uma situação concreta, cujos perigos não poupavam essas instâncias: “Naturalmente, o elemento da desorganização pequeno-burguesa (que de uma forma ou de outra se deixará sentir inevitavelmente em toda revolução proletária, e que em nossa revolução, em virtude do caráter pequeno-burguês do país, de seu atraso e das conseqüências da guerra reacionária, se manifesta com particular força) não pode deixar de imprimir seu selo também sobre os soviets”.<sup>35</sup> Antes da insurreição de outubro, foi o mesmo Lenin quem se opôs ao seu adiamento em nome de um “legalismo soviético”, que punha como condição a derrota prévia das posições conciliadoras nos soviets. Lenin contra-argumentou que, caso estes se mantivessem no terreno da conciliação, os comitês de fábrica deveriam



substituí-los como órgãos da insurreição, e qualificou o ponto de vista "legalista" como "fetichismo soviético".

Lenin, em novembro de 1905, tinha corrigido a posição dos bolcheviques de São Petersburgo (que opunham o soviete ao partido e exigiam a subordinação do primeiro ao segundo), propondo "o soviete de deputados operários e também o partido". Ainda assim, como já foi dito, não foi Lenin quem anteviu a função potencial dos sovietes como órgãos da ditadura do proletariado, ou "o significado dos sovietes como forma de organização continuadora da Comuna de Paris, não foi esclarecido em 1905. Os bolcheviques hesitaram nessa questão até o fim da da Revolução Russa, depois de Outubro. E Trotski, que foi o mais rápido em perceber esse significado dos sovietes, nunca clarificou suas divergências com Lenin sobre o assunto. Desde o começo, Trotski definira os sovietes como 'organização-tipo' da revolução, embora sabendo que a revolução não era o objetivo das forças políticas majoritárias neles. Mas para Trotski era suficiente que os sovietes emanassem das fábricas e constituíssem instrumento eficaz para a ação direta das massas".<sup>36</sup>

### Universalidade do soviete

Já em 1917, o ressurgimento dos sovietes depois da Revolução de Fevereiro retira qualquer dúvida de Lenin a respeito da sua função revolucionária, e novamente, nas *Teses de abril*, enfrenta a maioria bolchevique (que chega a qualificar essa atitude de "velho bolchevismo") defendendo um programa que ligava os sovietes à experiência da Comuna de Paris: "Explicar às massas que os sovietes de deputados operários são a *única* forma possível de governo revolucionário e que por isso, enquanto este governo se submeter à influência da burguesia, a nossa missão só pode consistir em explicar os erros da sua tática de um modo paciente, sistemático, tenaz e especialmente adaptado às necessidades práticas das massas. Enquanto permanecermos em minoria, desenvolveremos um trabalho de crítica e esclarecimento dos erros, lutando ao mesmo tempo pela necessidade de que todo o poder de Estado passe para os sovietes de deputados operários, a fim de que, sobre a base da experiência, as massas corrijam os seus erros. Não uma república parlamentar — voltar a ela depois dos sovietes de deputados operários seria dar um passo atrás — mas uma república de sovietes de deputados operários, assalariados agrícolas e camponeses de todo o país. Supressão da polícia, do exército e da burocracia. A remuneração dos funcionários, todos eles elegíveis e removíveis em qualquer momento, não deverá exceder o salário médio de um operário qualificado".

Não se tratou de uma posição oportunista, mas alicerçada em profundas bases teóricas, expostas no livro que escreveu no próprio decorrer

da revolução. "É certo, escreve em *O Estado e a revolução*, que na sociedade socialista uma 'espécie de parlamento' composta por deputados operários determinará o regime de trabalho e vigiará o funcionamento do 'aparato', mas esse aparato não será 'burocrático' ". A antiga concepção de um poder político exercido de cima para baixo com a ajuda de "ministérios" é rechaçada por Lenin. Estes ministérios "não poderiam ser substituídos, digamos, por comissões de especialistas junto aos sovietes soberanos e todo-poderosos dos deputados operários e soldados?", se pergunta Lenin.

As cambiantes posições de Lenin e do bolchevismo se explicam pelo seu desenvolvimento enquanto corrente política, e pela própria dialética da evolução histórica concreta. Não cabe (é até absurda) a acusação de Maximilien Rubel, segundo a qual, n'*O Estado e a revolução*, Lenin teria "copiado os comunistas conselhistas" (!) e menos ainda, se lembrarmos a luta de Lenin contra o "fetichismo soviético", a de que "ainda em 1917, os bolcheviques só podiam atuar sobre os sovietes fazendo-se instrumentos da vontade deles. Semelhante marcha dos homens e das coisas permitia uma esperança: que o soviete tomasse o lugar da comuna, na qual Marx havia visto a fonte de uma regeneração social da Rússia. Lenin teve o gênio de captar a originalidade da situação, o alcance da promessa soviética".<sup>37</sup> Para o anarquista Henri Arvon, também, Lenin se limitou a captar a força dos sovietes, reclamando o poder para eles, e vinculando isto "habilmente à concepção da ditadura do proletariado"<sup>38</sup>: um passe de mágica de Lenin teria convencido as massas da identidade entre democracia e ditadura, e essa teria sido a origem de todo o drama posterior da Revolução Russa. De acordo com isto, Lenin não seria só autoritário, mas onnipotente.

### Gramsci conselhistas?

O início da carreira política independente de Gramsci se dá numa situação européia que confere validade universal à experiência soviética russa, ao mesmo tempo em que põe sobre o tapete a questão da direção política do proletariado, como condição para a vitória da onda revolucionária "tal como nas greves de massas da Alemanha, da Áustria e da Escócia. Organizaram as suas ações a partir de comitês de empresa, 'os shop stewards', ou os conselhos operários, independentemente dos sindicatos existentes. Em toda a situação revolucionária, na Rússia de 1905 e de novo em 1917, tal como na Alemanha e na Áustria de 1918, os conselhos (sovietes) de operários e soldados surgiram espontaneamente e tentaram organizar a vida econômica e política estendendo o seu sistema à escala nacional. O poder dos conselhos é a ditadura do proletariado, pois os conselhos são eleitos ao nível



da produção, as camadas sociais que não participam na produção ficam sem representação. Só por si este movimento pode não conduzir ao socialismo. Assim os conselhos operários alemães dando o seu apoio à Assembléia Nacional liquidaram-se a si próprios. Ora, a determinação do proletariado por si mesmo supõe uma organização social na qual o poder de decisão sobre a produção e a distribuição se encontre nas mãos dos operários".<sup>35</sup>

Bem além de Lenin, Gramsci vai desenvolver uma verdadeira "filosofia" dos conselhos operários, atribuindo-lhes uma validade universal que vai além da de sua atualidade como órgãos de luta, primeiro, e de exercício do poder proletário, posteriormente: "A ditadura proletária pode encarnar em um tipo de organização que seja específica da atividade própria dos produtores e não dos assalariados, escravos do capital. O conselho de fábrica é a primeira célula dessa organização. Posto que no conselho todos os setores do trabalho estão representados proporcionalmente à contribuição que cada ofício e cada setor de trabalho dá à elaboração do objeto que a fábrica produz para a coletividade, a instituição é de classe, é social. Sua razão de ser está no trabalho, está na produção industrial, num fator permanente e não mais no salário, na divisão de classes, isto é, num fator transitório e que precisamente se quer superar.

"Por isso o conselho realiza a unidade da classe trabalhadora, fornece às massas uma coesão e uma forma que têm a mesma natureza da coesão e da forma que a massa assume na organização geral da sociedade.

O conselho de fábrica é o modelo do Estado proletário. Todos os problemas que são inerentes à organização do Estado proletário, são inerentes à organização do conselho. Tanto num como noutro o conceito de cidadão é substituído pelo de companheiro: a colaboração para produzir bem e com aproveitamento desenvolve a solidariedade, multiplica os laços de afeto e fraternidade. Cada um é indispensável, cada um está em seu posto, e cada um tem uma função e um posto. Ainda o mais ignorante e atrasado dos operários, o mais vaidoso e o mais 'civil' dos engenheiros acaba por convencer-se desta verdade nas experiências de organização de fábrica: todos terminam por adquirir uma consciência comunista, por compreender o grande passo adiante que a economia comunista representa sobre a economia capitalista. O conselho é o órgão mais adequado de educação recíproca e de desenvolvimento do novo espírito social que o proletariado logrou em extrair da experiência viva e fecunda da comunidade de trabalho. A solidariedade operária que no sindicato se desenvolvia na luta contra o capitalismo, no sofrimento e no sacrifício, no conselho é positiva, permanente; está encarnada ainda no momento mais descuidado da produção industrial, está contida na consciência gozosa de ser um todo orgânico, um sistema homogêneo e compacto que, trabalhando com fins úteis, produzindo desinteressadamente a riqueza social, afirma a sua soberania, realiza seu poder e sua liberdade criadora de história".<sup>40</sup>

As proposições de Gramsci se adiantam às interrogações que a "marxologia" contemporânea, e a própria pesquisa histórica, lançam em torno da natureza do movimento em direção dos conselhos como uma tendência *objetiva* da luta de classes sob as condições criadas especificamente pelo capitalismo, que foram assim sintetizados pelo maior investigador dos soviets, Oskar Anweiler:

"Uma *investigação histórica comparada dos conselhos* que, ademais dos bem estudados conselhos russos, alemães e ingleses (*shop stewards*), incluíse também os movimentos dos conselhos de fábrica italianos de 1920 ou os comitês revolucionários da grande revolução cultural na China (1966-68) não passou, até o momento, de seu início. De decisiva importância é a questão sobre a conexão entre a origem e o desenvolvimento do movimento dos conselhos desde o ponto-de-vista histórico-social. Apesar de suas notáveis diferenças, das concretas circunstâncias histórico-políticas e das hipóteses idealistas de distinto matiz, pode-se falar de uma 'igualdade de estruturas' do movimento dos conselhos? A resposta afirmativa a esta pergunta se fundamenta no caráter classista dos conselhos e no conflito de classes, essencial em uma economia e em uma sociedade capitalistas".<sup>41</sup>

Gramsci chega a contrapor uma natureza intrinsecamente revolucionária dos conselhos operários, a uma outra legalista que seria própria dos sindicatos, ou seja, a tentar completar uma verdadeira "teoria" dos conselhos operários e do conjunto das instituições do movimento operário, historicamente determinada e, na época atual, marcada definitivamente pelo seu caráter revolucionário, determinado pelo aguçamento até as últimas consequências das contradições próprias da sociedade capitalista: "O sindicato é um elemento próprio da legalidade e se vê obrigado a fazê-la respeitar aos seus representados. O sindicato é responsável perante os industriais como também o é perante seus associados. Garante a continuidade do trabalho e do salário, isto é, do pão e do teto, para o operário e a sua família. O conselho tende, pela sua espontaneidade revolucionária, a deflagrar em todo momento a guerra de classes; o sindicato, pela sua forma burocrática, tende a não deixar que a guerra de classes seja deflagrada. As relações entre as duas instituições devem tender a criar uma situação na qual não aconteça que um impulso subjetivo do conselho determine um passo atrás da classe operária, uma derrota, isto é, uma situação na qual o conselho aceite e assumira a disciplina própria do sindicato, nem outra na qual o caráter revolucionário do conselho tenha uma influência sobre o sindicato, com vistas a dissolver a burocracia e o funcionamento sindical. O conselho tende a sair, em todo momento, da legalidade industrial: o conselho é a massa, explorada, tiranizada, forçada ao trabalho servil, razão pela qual tende a universalizar todas as rebeldias, a dar valor e caráter deliberativo a todos os seus atos de poder. O sindicato, como elemento responsável e solidário com



a legalidade, tende a universalizar e perpetuar essa legalidade. As relações entre sindicato e conselho devem criar as condições nas quais a saída da legalidade, a ofensiva da classe operária, aconteça no momento mais oportuno para a classe, quando ela tenha o mínimo de preparação considerada indispensável para conquistar uma vitória duradoura".<sup>42</sup>

A reversão exata desse raciocínio se produziria no segundo pós-guerra, quando os PCs, argumentando o caráter não-revolucionário do período e a nova progressividade histórica do capitalismo, advogariam uma estratégia que descartasse, de saída, a constituição de quaisquer órgãos de luta pelo poder (e de exercício do mesmo) pela classe operária: "Os atuais defensores comunistas de uma via parlamentar consideram o soviétismo como uma *ideologia radical* que, embora se tenha justificado durante uma fase de crise social aberta e generalizada como foi o do primeiro pós-guerra, já não é válido para um período histórico que se caracteriza por um desenvolvimento imprevisto do capitalismo, desenvolvimento este que exige a luta *no interior* e não *na alternativa* duma máquina estatal de vitalidade tão comprovada. A consequência disto é que já não se opõem às instituições burguesas instituições proletárias".<sup>43</sup>

### Gramsci e o proletariado

Gramsci, no entanto, foi bem além, e da natureza das instituições operárias, derivadas da função que lhes cabe dentro da luta de classes, em períodos históricos diferentes, extraiu implicações quase que de caráter antropológico a respeito da própria natureza da classe operária, nas quais as características dos conselhos aparecem como uma projeção das condições de vida cotidiana do proletariado, condições estas que determinam as características da sua oposição ao regime específico de exploração a que está submetido: "A classe operária se identificou com a fábrica; se identificou com a produção. O proletário não pode viver sem trabalhar, e sem trabalhar metódica e organizadamente. A divisão do trabalho criou a unidade psicológica da classe operária; criou no mundo proletário esse corpo de sentimentos, de instintos, de pensamentos, de costumes, de hábitos e afetos que se resumem na expressão solidariedade de classe. Na fábrica, todo operário se vê levado a conceber a si mesmo como inseparável de seus companheiros de trabalho: a matéria amorfa amontoadada nos armazéns poderia circular pelo mundo como objeto útil para a vida dos homens em sociedade se faltasse um só elo do sistema de trabalho na produção industrial? Quanto mais se especializa o proletário em um gesto profissional, mais ele sente a necessidade da ordem, do método, da precisão; mais a necessidade de que todo mundo seja

como uma só fábrica imensa, organizada com a mesma precisão, o mesmo método e a mesma ordem cuja vital necessidade comprova na fábrica onde trabalha; e mais ele sente a necessidade de que a ordem, a precisão e o método que dão vida à fábrica sejam projetados no sistema de relações que une uma fábrica a outra, uma cidade a outra, uma nação a outra".<sup>44</sup>

Quaisquer que sejam as críticas que possa merecer a concepção gramsciana, são inegáveis, de um lado, a sua originalidade e, do outro, a sua qualidade e profundidade. Por outro lado, Gramsci não vai incorrer no erro de contrapor abstratamente sindicatos, conselhos e partido, como instâncias de organização do movimento operário separadas metafisicamente e qualificadas maniqueísticamente como "boas" ou "más" *em si* (o que será a posição dos "conselhistas"). A sua análise acerca dos conselhos não é politicamente determinada, o que o põe à beira da "fetichização" dos mesmos. No entanto, Gramsci não foi (não pôde) ser recuperado pela tradição "conselhistas", *et pour cause*, devido às oposições abstratas (a-históricas) que caracterizam esta corrente: "O esquerdismo vê na consciência do proletariado um fator da evolução histórica. Não pode, portanto, ser uma questão de partido revolucionário, depositário da consciência de classe. Longe de fornecer a sua *ciência* e de impregnar as massas, a organização não pode aparecer senão como a *expressão* da consciência espontânea dos trabalhadores. Ao *comunismo de partido* o esquerdismo opõe o *comunismo de conselhos*".<sup>45</sup>

### O "conselhismo" histórico

O "conselhismo" surgiu como uma generalização superficial das condições revolucionárias criadas pela catástrofe mundial de 1914-1918. Paul Mattick, honesto defensor desta corrente, confessa que ela se opunha aos "métodos" políticos e sindicais (e não às direções políticas que faziam do parlamento e dos sindicatos meios de integração à sociedade burguesa), o que a levava a se opôr frontalmente a parte do próprio movimento operário (a que seguia essas direções): "Durante a guerra um novo movimento surgiu. Originava-se quer na esquerda anterior a 14 (Luxemburgo, Liebknecht, Pannekoek, Gorter), quer na luta real dos operários e nas suas greves de massa, a Leste como a Oeste. Assim, durante alguns anos, uma tendência manifestamente anti-capitalista exprimiu-se, no plano organizacional, em diversos grupos e não apenas na Alemanha. De início, e apesar de todas as suas inseqüências, este movimento tomou posição contra os métodos parlamentares e sindicais, opondo-se deste modo ao conjunto da sociedade capitalista e ao movimento operário que era parte integrante dela. Considerando que a tomada e exercício do poder por parte de um partido não sig-



nificava senão uma mudança de explorador, sustentava que competia aos próprios operários gerirem *diretamente* a produção e a sociedade".<sup>46</sup>

Os "conselhistas" tiveram uma certa influência de massas em alguns países durante o período diretamente revolucionário, influência que recuou completamente depois da derrota da revolução alemã e do início de um (breve) período de "estabilização relativa" do capitalismo (a *prosperity*), o que demonstra a fragilidade das suas amarras com o movimento operário: "A preeminência alcançada pelos comunistas conselhistas entre 1917 e 1923 pode atribuir-se a sua permanente defesa dos conselhos de trabalhadores como forma de ação revolucionária da classe operária e também como uma nova forma de sociedade. Foi a sua insistência em afirmar que o poder social e político, durante a transição entre o capitalismo e o socialismo, deveria permanecer nas mãos dos próprios trabalhadores e não nas do partido revolucionário ou do Estado, o que fez com que os comunistas conselhistas constituíssem uma clara alternativa com respeito à política leninista. Ao mesmo tempo, quando se encontrou esgotada a fonte de energia revolucionária engendrada pela crise do capitalismo mundial revelada pela Primeira Guerra Mundial, a tendência dominante do socialismo internacional consistia em buscar a consolidação da retirada frente à estabilização do poder dos capitalistas. Os comunistas conselhistas tinham grande dificuldade em adaptar-se à nova situação. Em oposição a Lenin, sustentavam que a participação dos revolucionários no parlamento e na política sindical não servia aos interesses do proletariado".<sup>47</sup>

A "fetichização" dos conselhos era uma das características do "conselhismo" (o próprio nome o indica: os leninistas, ao contrário, nunca foram chamados de "partidistas"). Por trás dessa concepção, surgia uma incompreensão da natureza do movimento operário e da própria revolução socialista, como foi notado por Ernest Mandel:

"Os soviets (conselhos) são órgãos da revolução. Eles não podem sobreviver em períodos não-revolucionários. Isto foi confirmado pela falência dos comunistas de esquerda holandeses, Pannekoek e Gorter, e do Partido Comunista Operário Alemão (KAPD)".<sup>48</sup>

### Conselhismo e autogestão

O "conselhismo" desconheceu a função histórica do soviete como órgão que agrupa o conjunto do movimento revolucionário nos locais de trabalho e habitação, e que permite, nomeadamente, organizar os desempregados, cujo número caracteriza, normalmente, uma situação revolucionária. É evidente que os soviets podem ser constituídos a partir dos comitês de greve ou dos comitês de fábrica, na medida em estes cresçam de forma a

unificar o conjunto do movimento, nas suas componentes proletárias e semi-proletárias, sob as palavras de ordem de controle operário. Assim, durante a Revolução Russa de 1917, os comitês de fábrica, restabelecidos em abril pelo governo provisório para se ocuparem das condições da vida operária, superaram o seu quadro legal fixado pelos soviets, para controlarem o conjunto dos elementos representativos da condição operária.

Vistos historicamente, é evidente que os soviets não são uma construção dos bolcheviques, a partir do modelo da Comuna de Paris, mas sim, como em Paris em 1871 e em numerosas outras experiências revolucionárias, uma criação espontânea do movimento de massas. Portanto, não se pode fazer a sua teoria abstratamente, desenvolver "a idéia dos conselhos". Estes não têm significado senão na relação de forças em que são postos em ação praticamente. Lenin lembrava que não se sabe o que são os soviets, para além de que são uma forma revolucionária que tende a impor-se por todo lado na Europa nesta época. Assim, seria vão procurar em *O Estado e a revolução* uma teoria do poder soviético. Aliás, é de notar que Lenin acrescenta, em 1918, um terceiro parágrafo ao segundo capítulo deste texto, onde afirma que o Estado operário deve ser ditatorial em relação à burguesia e democrático em relação ao proletariado, "de uma maneira nova" que ele não define.

Não se pode confundir a democracia operária e os soviets com um poder dos conselhos, do qual os conselhistas, em geral, fazem o paradigma de qualquer revolução. Diante do que, é válida a caracterização de J.-L. Dallemagne:

"Os soviets ou conselhos são a pedra de toque daqueles que, preocupados com a democracia, preferem sacrificar-lhe a ditadura do proletariado. Formas de organização autônomas das forças revolucionárias, eles são, ou rejeitados por causa do exclusivo poder que têm sobre as formas de organização não revolucionárias, ou fetichizados como quadro único do desenvolvimento revolucionário. Conforme são de direita ou esquerdistas, os partidários da autogestão dividem-se entre estas duas posições, sem compreenderem a significação revolucionária e, desse modo, as limitações dos soviets. Eles transformam-nos quer numa invenção bolchevique quer na expressão do poder das massas".

Esquecendo-se isto, esquecem-se as condições históricas concretas em que os soviets preencheram uma função revolucionária: "O essencial da função revolucionária dos soviets não é, como pretendem os autogestionários, o seu funcionamento democrático. É certo que nele os delegados são, geralmente, eleitos e revogáveis pelas massas. Mas privilegiar um tal funcionamento é esquecer o que ele permite de manobras burocráticas no decurso dos acontecimentos revolucionários. Assim, a Comuna de Paris, ainda que tendo instaurado esta regra, não foi isenta destas manipulações, que conduziram, como Marx mostrou, ao seu fracasso. Além disso, esta



medida de delegação é formal, enquanto o movimento das massas não se desenvolve ao ponto de originar uma nova vanguarda, verificando-se que, em geral, as massas elegem para os soviets, militantes delas conhecidos, que se afirmam nas lutas anteriores”.

O “fetichismo soviético”, por trás de uma aparência ultra-revolucionária, esconde na verdade uma atitude politicamente conservadora: “O acento posto sobre as formas democráticas corresponde a um conteúdo implícito dos soviets. Trata-se de fazer delas a representação da classe operária, a forma de uma auto-administração operária; ou seja, enquanto o poder de Estado não for tomado, uma forma de organização profissional. Ora, os soviets não contêm a chave do poder; são uma estrutura de duplo poder e, neste sentido, põe a questão do poder. Esta não pode ser, assim, regulada no seio dos soviets pelo desenvolvimnto pacífico da sua forma democrática. Acreditar nisso é aderir a uma compreensão pacifista da revolução proletária, como o confirmaram as tragédias das Comunas de Março de 1926, em Cantão; de Fevereiro de 1927, em Xangai; de Janeiro de 1919, em Berlim; de 1937, na Espanha. Quando dessas diferentes experiências, o movimento revolucionário detinha o poder de fato, mas permitiu que ele lhe fosse violentamente arrebatado, uma vez que não soube sair da dualidade de poder e destruir o aparelho de Estado burguês.

“Em matéria de revolução, a democracia não é um critério decisivo. É por isso que Lenin, ainda que considerando os soviets como uma forma superior de democracia, os encarava do ponto de vista da insurreição e os definia como formas de combate. Os soviets prefiguram o Estado operário, não abstratamente em termos de democracia, mas concretamente em termos de destruição do aparelho do Estado burguês”.

Daí que seja legítimo considerar que, através desse fetichismo, revela-se uma visão limitada e mutilada do movimento operário, que nada tem a ver com Lenin, nem, como vimos, com o próprio Gramsci. Os conselhos não são um *em si*, mas uma forma historicamente definida do movimento operário: “Enquanto estas formas apenas têm conteúdo revolucionário, na medida em que permitem às massas colocar a questão do poder do Estado, os autogestionários fetichizam-se e atribuem-lhe uma função anti-hierárquica imediata. Por causa do seu objetivo anti-hierárquico essencial, os partidários da autogestão apenas podem perspectivar a revolução anticapitalista através da ação do movimento dos produtores enquanto tais”.<sup>49</sup>

Esta crítica recupera, em parte, aquela que Bordiga fizera a Gramsci nos anos 20. Gramsci, no entanto, de maneira nenhuma pode ser considerado um “conselhista”. Mas tampouco pode ser considerado da maneira que fizeram seus epígonos: como um partidário da conquista gradual da “hegemonia” dentro das instituições burguesas como condição prévia para qualquer ação revolu-

cionária. Uma perspectiva de conjunto para o movimento operário só pode partir de considerar o operariado enquanto produtor e enquanto consumidor, submetido às relações de exploração específicas da sociedade capitalista. Através das suas indicações teóricas e da sua política, concebidas no fragor do caldeirão revolucionário, Lenin foi, sem dúvida, o dirigente socialista do primeiro quartel do século XX que avançou as perspectivas mais abrangentes e profundas para o movimento operário contemporâneo.

## NOTAS

1 GERRATANA, Valentino. “O problema dos Conselhos Operários e a teoria marxista do Estado”, in A. Pannekoek et al. *Conselhos Operários*, Coimbra, Centelha, 1975, p. 127.

2 LENIN, V.I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo, Global, 1987, p. 88.

3 LENIN, V. I. *Op. cit.*, p. 89.

4 Cf. ANWEILER, Oskar. *Les soviets en Russie*. Paris, Seuil, 1972.

5 Cf. LENIN, V. I. *Op. cit.*: Marx, n’ *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* demonstrara que as revoluções, até então, apenas haviam aperfeiçoado a máquina de Estado, cabendo agora, rompê-la. Ainda que nesta obra Marx já colocasse a questão de como deveria ser realizada a substituição do Estado burguês pelo Estado proletário, ainda não apresentara concretamente com quê substituí-la. A resposta seria dada mais tarde, com a Comuna de Paris.

6 “A essência da teoria de Marx sobre o Estado só é assimilada por quem tenha compreendido que a ditadura de uma classe é necessária não só para toda a sociedade de classes em geral, não só para o proletariado depois de derrubar a burguesia, como também para todo o período histórico que separa o capitalismo da sociedade sem classes, do comunismo. As formas dos Estados burgueses são extraordinariamente diversificadas, mas sua essência é a mesma: todos esses Estados são, sob uma ou outra forma, necessariamente, uma ditadura da burguesia. A transição do capitalismo ao comunismo não pode, naturalmente, deixar de proporcionar uma enorme abundância e diversidade de formas políticas, mas a essência de todas elas será necessariamente uma: a ditadura do proletariado”. (Lenin, *Op. cit.*, p. 80)

7 LENIN, V.I. *Op. cit.*, p. 86.

8 MARX, Karl. *La guerra civil en Francia*. La Habana, Instituto Cubano del Libro, 1973, p. 94.

9 Lenin, na verdade, recuara na teoria marxista dispersa nos escritos de Marx & Engels para demonstrar n’ *O Estado e a Revolução* como a teoria da extinção do Estado, já esboçada por Marx e Engels havia sido convertida numa fórmula vazia pela II Internacional, algo perfeitamente conciliável com sua prática reformista/opportunista e completamente isolada do conjunto do marxismo, da totalidade de suas concepções e doutrinas. Há significado para a teoria marxista do Estado apenas na medida em que não seja eliminado o seu conteúdo revolucionário. Por outro lado, esta teoria não pode ser separada da problemática dos conselhos, ou seja, das formas transitórias do poder político, desde a destruição do Estado à sua completa extinção. Nesse sentido, o fulcro da teoria do Estado



é a dominação política do proletariado, isto é, a ditadura do proletariado que, para Lenin, é o coroamento da missão revolucionária do proletariado na história.

10 TROTSKI, Leon. *A Revolução Russa de 1905*. São Paulo, Global, s.d.p., p. 255.

11 Os trechos d'*A Revolução Russa de 1905* que se seguem, são esclarecedores do porquê da greve geral se constituir, simultaneamente, em arma e método da luta do proletariado: "Quanto maior e mais completa for a 'anarquia' provocada por uma greve, tanto mais próxima estará a vitória. (...) A classe que através da paralisação simultânea do trabalho faz parar o aparato de produção e junto com ele o aparato centralizado do poder, isolando entre si as zonas do país e semeando a confusão geral, deve estar suficientemente organizada para não se tornar a primeira vítima da anarquia que criou. Quanto mais intensamente uma greve conseguir obstaculizar a organização estatal, tanto mais obrigada está essa organização da greve a assumir funções públicas. Essas condições para uma greve geral como método proletário de luta foram, ao mesmo tempo, as condições para a imensa significação do sovietee dos deputados operários" (p. 256). "A força do soviete estava determinada pelo papel do proletariado numa sociedade capitalista. A tarefa do soviete não consistia em se transformar numa paródia de parlamento nem em organizar a igual representação dos interesses de diferentes grupos sociais, mas em dotar de unidade a luta revolucionária do proletariado. A arma principal do soviete era a greve política: um método singular do proletariado, que é a classe assalariada. A homogeneidade de classe de sua composição eliminava o atrito no interior do soviete e o tornava capaz de iniciativa revolucionária". (p. 262)

12 MANDEL, Ernest. *Control Obrero, Consejos Obreros, Autogestión*. México, ERA, 1974, p. 31.

13 TROTSKI, Leon. *Programa de Transição*. São Paulo, s.c.p., s.d.p., p. 15.

14 Cf. TROTSKI, Leon. *Op.cit.*

15 TROTSKI, Leon. *Op.cit.*, p. 32.

16 TROTSKI, Leon. *História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1978, p. 190-191.

17 TROTSKI, Leon. *Idem*, p. 185.

18 ZA VALETA MERCADO, René. *El poder dual en América Latina. Estudio de los casos de Bolivia y Chile*. Mexico, Siglo XXI, 1974, p. 41.

19. ZA VALETA MERCADO, René. *Op. cit.*, p. 39.

20 ZA VALETA MERCADO, René. *Op. cit.*, p. 43-44.

21 GILLY, Adolfo. "Los consejos de fabrica: Argentina, Bolivia, Italia". *Coyacán. Revista marxista latinoamericana*. México, (5), out/dez, 1978, p. 54.

22 TROTSKI, Leon. *Programa de Transição*. São Paulo, s.c.p., s.d.p., p. 17.

23 Karl Marx por diversas vezes salientara a importância da base econômica do sistema capitalista de produção. Seguem-se trechos, respectivamente, d'*O Capital* e d'*A guerra civil na França*, suficientemente esclarecedores quanto às questões aqui abordadas: "É sempre na relação imediata entre o proprietário dos meios de produção e o produtor direto (...) onde há que buscar o segredo mais profundo, e o fundamento oculto de todo edifício social e, por conseguinte, da forma política que toma a relação de soberania e de dependência, em uma palavra, a base da forma específica que reveste o Estado em um dado período". (*O Capital*, tomo III, Livro 3o., capítulo XLVIII). "A dominação política dos produtores é incompatível com a perpetuação de sua escravidão social. Portanto, a Comuna havia de servir como alavanca para extirpar os cimentos econômicos sobre os quais descansa a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe. Emancipado o trabalho, todo homem se converte em trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe". (*A guerra civil na França*, p. 94)

24 BROUÉ, Pierre. "Preface". In: Anweiler, Oskar. *Op. cit.*

25 BROUÉ, Pierre. *Op. cit.*

26. Referimo-nos à estratégia da frente popular, estabelecida a partir do VII Congresso da Internacional Comunista, o qual não apenas suprimiu as análises e as discussões sobre os conselhos, uma instituição fundamental no processo revolucionário, como também a teoria marxista revolucionária em nome de uma teoria de colaboração de classes.

27 Evidentemente, no caso dos países do Leste europeu, estes movimentos puseram em xeque não o poder da burguesia, mas o poder da burocracia entrincheirada no Estado operário. Tratam-se, portanto, de revoluções políticas.

28 SALVADORI, Massimo. "A concepção de Gramsci", in A. Pannekoek et al. *Conselhos Operários*, Coimbra, Centelha, 1975, p. 47.

29 Apud LEONETTI, A. "Introdução", in A. Bordiga e A. Gramsci, *Conselhos de Fábrica*, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 27.

30 GRUPPI, Luciano. *Gramsci e o Bloco Histórico*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 65.

31 BUCI-GLUCKSMANN, Christine. "Sobre os problemas políticos da transição", in Instituto Gramsci, *Política e História em Gramsci*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 123.

32 JOLL, James. *As idéias de Gramsci*, São Paulo, Cultrix, 1979, p. 31.

33 TRAGTENBERG, Mauricio. "Amadeo Bordiga", in A. Bordiga e A. Gramsci, *Conselhos de Fábrica*, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 16.

34 BORDIGA, A. "O comunismo abstencionista no biênio vermelho", in Mauricio Tragtenberg. *Marxismo Heterodoxo*, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 193.

35 LENIN, V. I. "Las tareas inmediatas del poder soviético", in *Las Tareas de la Revolución*, Buenos Aires, Anteo, 1974, p. 147-148.

36 LETÍZIA, V. "A Comuna, os soviets, e a democracia operária", in J. Nóvoa, *A História à Deriva*, Salvador, UFBA, 1993, p. 261.

37 RUBEL, Maximilien. "De Marx al bolchevismo", in Pierre Broué et al. *Partido y Revolución*, Buenos Aires, Rodolfo Alonso, 1971, p. 29.

38 ARVON, Henri. *La Autogestión*, Buenos Aires, Nuevo Pais, 1988, p. 29.

39 MATTICK, Paul. "Anton Pannekoek", in R. Lewin et al. *Comunistas de Conselhos*, Coimbra, Centelha, 1976, p. 16.

40 GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos (1917-1933)*, México, Pasado y Presente, 1977, p. 99.

41 In: KERNIG, C. O. *Marxismo y Democracia*. Historia 6, Madri, Rioduero, 1975, p. 65.

42 GRAMSCI, Antonio. *Consejos de Fábrica y Estado de la Clase Obrera*, México, Roca, 1973, p. 115.

43 SALVADORI, Massimo. "Orígenes e crise do sovietsmo", in A. Pannekoek, *Op. Cit.*, p. 25.

44 GRAMSCI, Antonio. *Pequeña Antología Política*, Barcelona, Fontanella, 1977, p. 39.

45 GOMBIN, Richard. *Les Origines du Gauchisme*, Paris, Seuil, 1971, p. 103.

46 MATTICK, Paul. *Integração Capitalista e Ruptura Operária*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1977, p. 84.

47 ARONOWITZ, Stanley. "El ala izquierda del comunismo: la respuesta a Lenin", in A. Arato et al., *El Triunfo Ruso y la Revolución Proletaria*, Buenos Aires, Paidós, 1974, p. 148.

48 MANDEL, Ernest. *Trotsky como Alternativa*, São Paulo, Xamã, 1995, p. 112.

49 DALLEMAGNE, Jean-Luc. *Autogestão ou Ditadura do Proletariado*, Lisboa, Sociocultur, 1977, p. 131 e 34-39.





Impresso por  
Xamã VM Editora e Gráfica Ltda.  
Rua Loefgreen, 943 — Vila Mariana  
04040-030 São Paulo — SP  
Tel.: (011) 575-2378



Outros títulos  
publicados:

Em busca do socialismo  
Florestan Fernandes

Trotsky como alternativa  
Ernest Mandel

Novas tecnologias -  
crítica da atual  
reestruturação produtiva  
Claudio Katz, Ruy Braga  
e Osvaldo Coggiola

Segunda Guerra Mundial -  
um balanço histórico  
Boris Schnaidermann, Dina Porat,  
Ernest Mandel, Jacob Gorender,  
Nicolau Sevcenko, Pierre Broué,  
Roney Cytrynowicz, entre outros.

Vitral do tempo  
Vintcius Caldevilla

Engels, o segundo violino  
Osvaldo Coggiola

Por dentro da  
escola pública  
Vitor H. Paro

Neoliberalismo ou  
crise do capital?  
Claudio Katz e O. Coggiola



*Edmundo Fernandes Dias*

*Lincoln Secco*

*Oswaldo Coggiola*

*Roberto Massari*

*Ruy Braga*



**GRAMSCI**  
o outro  
**GRAMSCI**

